



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS –IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEA**

**COMO SE FOSSEM PARA O CABO DO MUNDO:**

**GEOHISTÓRIA E CARTOGRAFIAS SOBRE OS CAMINHOS E OS  
DESCAMINHOS DE GOYAZ (1725-1752)**

**VINICIUS SODRÉ MALULY  
(MESTRANDO)**

**EVERALDO BATISTA DA COSTA  
(ORIENTADOR)**

**ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE  
(CO-ORIENTADOR)**

**BRASÍLIA – DF  
DEZEMBRO DE 2017**

**VINICIUS SODRÉ MALULY**

**COMO SE FOSSEM PARA O CABO DO MUNDO:**

**GEOHISTÓRIA E CARTOGRAFIAS SOBRE OS CAMINHOS E OS  
DESCAMINHOS DE GOYAZ (1725-1752)**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial).

**BRASÍLIA – DF  
DEZEMBRO DE 2017**

VINICIUS SODRÉ MALULY

**COMO SE FOSSEM PARA O CABO DO MUNDO**

GEOHISTÓRIA E CARTOGRAFIAS SOBRE OS CAMINHOS E OS  
DESCAMINHOS DE GOYAZ (1725-1752)

**DATA DA DEFESA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador)  
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília.

---

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade (Co-orientador)  
Colégio Militar de Brasília

---

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Membro Externo)  
Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl (Membra Interna)  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília

---

Profa. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (Suplente)  
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

**BRASÍLIA – DF**  
**DEZEMBRO DE 2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

MALULY, Vinicius Sodré

Como se fossem para o cabo do mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752), 250 p., (UnB-GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2017).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Caminhos

2. Descaminhos

3. Goyaz

4. Geografia Histórica

5. Patrimônio-territorial

6. Século XVIII

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Vinicius Sodré Maluly

*Para Laurinha...  
espero que um dia possa te servir de inspiração.*



## AGRADECIMENTOS

Apesar da honestidade contida nestas páginas, agradecer é sempre um ato de extremo cuidado, tanto com os que nos lembramos, quanto com os que nos esquecemos. Assim, de antemão, me desculpo com os quais não pude me recordar para inserir nesta tão restrita seção de homenagem. Porém, antes de individualizar os agradecimentos, eu gostaria de enfatizar a coletividade contida neste trabalho. Certamente não fui eu quem pensou e escreveu estas páginas, mas as pessoas ao meu redor que tanto me acolheram, me escutaram, me incentivaram e acreditaram em mim. Espero não decepcioná-las.

Levar adiante este pensamento é reconhecer a necessidade que temos em nos apoiar no próximo, formando íntimas redes de solidariedade que fazem tudo virar possível. Meus mais sinceros agradecimentos a todos que estiveram presentes neste nebuloso e gratificante momento da vida.

\*

Agradeço, acima de tudo, à minha mãe Maris Stella que me fez ser quem eu sou. Estamos juntos desde o primeiro dia e continuaremos assim para sempre.

Agradeço, também, ao meu pai Willians que está vivo no meu coração e na minha memória todos os dias, junto com a minha amada tia Marisa da qual morro das mais profundas saudades.

Agradeço aos meus irmãos Gustavo e Marjorie que me apoiam incondicionalmente, escutando meus planos de vida, minhas ideias de trabalho, minha tagarelices. Estão lá sempre por mim e me esforço ao máximo em retribuir esse carinho delicado.

Agradeço à minha avó Elina que tanto me protege e acredita em mim. Igualmente o fazia o meu avô José que conversava horas a fio comigo sobre os temas de seus documentários preferidos. Não tenho palavras para traduzir a minha gratidão.

Agradeço ao professor Everaldo que tanto fez e faz por mim. Que busca sempre nos alçar para os melhores lugares, oferecendo as melhores oportunidades de crescimento. Que me permitiu uma bonita reconexão com o México, lugar que tanto amo. Que tem sempre a maior paciência e consideração comigo. Parceria duradoura, seguimos sempre, prof!

Agradeço ao professor Adriano que tanto me ouviu, me aconselhou, me guiou nas nossas longas conversas acompanhadas sempre de um cafézinho.

Agradeço ao professor Tiago e à Bruna pela acolhida na sala 143 que ficará para sempre na minha memória. Não tenho palavras para expressar o quanto que isso foi

importante para mim, tanto como pessoa quanto como estudante. Fazer amigos, pesquisar, compartilhar o café, jogar soccerstars... Espero um dia poder retribuir minimamente o que fizeram e fazem diariamente.

Agradeço também à professora Marília. Apesar da pequena distância que nos separou desde o fim da graduação, as nossas conversas e os nossos projetos me moldaram e vão sempre me acompanhar até onde quer que eu vá.

Agradeço aos meus colegas do Atlas e da BCE: Amanda, Durval, Frango, Gabi, Joana, João, Jovi, Lana, Mari, Michelle, Nayara, Pequi, Rasok, Rendeiro, Rogério e Tiago. De fato, se não fosse pelo convite do João Pedro em fins de 2014, eu jamais teria feito amigos tão próximos e importantes; jamais teria concretizado este trabalho; jamais teria aprendido o que é conviver em grupo; jamais teria amado tanto quanto amei (e amo).

Agradeço aos meus amigos Henrique, Marcos, Sarinha e Sérgio. Contem comigo sempre. O mesmo para Luiz, Bárbara, Flávio, Hugo e Gustavo, amigos especiais que acreditaram em mim.

Agradeço à Ilka e à Évellin que estão sempre fazendo do Gecipa um lugar mais coletivo, mais bonito, mais harmonioso. Muito obrigado.

Agradeço aos funcionários da BCE, Dona Cida, Dona Rosilda, Dione, Fernanda, Fernando, Michel, William e a todos os demais que sempre cuidam de nós com um sorriso no rosto.

Agradeço ao Jorge e ao Agnelo, assim como a todo o Programa de Pós, que me auxiliaram e tiveram toda a paciência do mundo comigo. Escutaram meus lamentos e me solucionaram todos os problemas.

Agradeço ao Instituto de Geografía da UNAM, em especial ao professor Omar, que me acolheu e me orientou na minha curta, porém marcante, estadia. O mesmo para os meus amigos Chava, Hector e John que me acompanharam e me ajudaram com tudo o que era possível.

Agradeço aos professores Manoel e Maria Fernanda que me instigaram na qualificação e me proporcionaram reflexões profundas sobre a pesquisa aqui apresentada. O mesmo se estende para os professores do programa, como o professor Neio, a professora Shadia e a professora Cláudia. Muito obrigado pela estima.

Agradeço à CAPES pelo financiamento.

Agradeço à Geografia por me fazer quem eu sou e por me dar a oportunidade de seguir firme com os meus sonhos.

Obrigado a todas e a todos.

*'Mas o senhor é geógrafo!'*

*'É verdade' disse o geógrafo. 'Mas não sou explorador. Faltam-me exploradores! Não é o geógrafo quem vai contar as cidades, os rios, as montanhas, os mares, os oceanos, os desertos. O geógrafo é muito importante para estar passeando. Nunca abandona a sua escrivaninha. Mas recebe os exploradores, interroga-os, e anota seus relatos de viagem. E quando algum lhe parece mais interessante, o geógrafo faz um inquérito sobre a moral do explorador.'*

Antoine de Saint-Exupéry — O Pequeno Príncipe.

## RESUMO

Esta dissertação trata, principalmente, dos caminhos de Goyaz entre 1725 e 1752. Buscamos visualizá-los por meio das técnicas em geoprocessamento, com uma análise da cartografia histórica produzida à época que faz surgir informações vitais a essa compreensão. Porém, os caminhos reais do ouro não se bastam para explicar a conjuntura geohistórica dos setecentos e demos ênfase, também, aos descaminhos do ouro — os caminhos do contrabando. Estes foram de extrema importância para a conectividade estabelecida entre Goyaz e as capitanias adjacentes, para além das relações mantidas a partir dos caminhos oficiais de São Paulo (1730) e de Cuyabá (1736). Consequentemente, retratar apenas os caminhos auríferos sem a construção de um embasamento teórico-metodológico em Geografia Histórica, associado a uma concepção de patrimônio-territorial, também não seria ideal para a pesquisa, fomentando igualmente a investigação sobre os arraiais do ouro que surgiram em nosso período de análise. Com essas (e outras) acepções, nos foi permitido, finalmente, assimilar a conjuntura que envolveu especificamente essas décadas de nossa história colonial, concebendo não apenas a proeminência dos descaminhos para as relações mantidas com as adjacências a Goyaz, mas a própria formação territorial goiana no interior de seus limites.

**Palavras-chave:** caminhos; descaminhos; Goyaz; Geografia Histórica; patrimônio-territorial; século XVIII.

## ABSTRACT

This thesis focuses on, mainly, the paths of Goyaz between 1725 and 1752. The visualization of them was sought by the application of techniques in geoprocessing and the analysis of the historical cartography that was produced at that time, bringing vital information for this understanding. However, the royal gold paths are not enough to explain the geohistorical conjuncture of the eighteenth century and the *smuggling routes* were thus emphasized. These were of the utmost importance for the connectivity established between Goyaz and the adjacent captaincies, apart from the relations maintained by the official routes of São Paulo (1730) and Cuyabá (1736). Therefore, it would not be ideal to depict these gold paths without the construction of a theoretical and methodological basis in Historical Geography, associated with a conception in territorial-patrimony, instigating, similarly, an investigation on the gold *arraiais* that arose in our period of analysis. In this regard, the assimilation of the context of those specific decades in the Brazilian colonial history was made possible, conceiving not only the prominence of the *smuggling routes* for the relations maintained with the adjacencies of Goyaz, but the territorial formation within its own limits.

**Key-words:** paths; smuggling routes; Goyaz; Historical Geography; territorial-patrimony; Eighteenth century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O eixo das sucessões e o eixo das coexistências .....	32
Figura 2 – Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba,e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza.....	42
Figura 3 – Ampliação do Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba,e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza .....	43
Figura 4 – Vetorização do Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba,e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza .....	44
Figura 5 – Distorção apresentada no mappa (...) em contraste com as imagens de satélite do software Google Earth.....	46
Figura 6 – Reprodução dos caminhos e das vilas presentes no mappa (...) de 1755 .....	47
Figura 7 – Reprodução dos caminhos e das vilas fundadas até o final do século XVIII .....	48
Figura 8 – Carta geografica da Capitania do Mato Grosso com indicação do caminho entre Cuyabá e Vila Bela.....	50
Figura 9 – Vetorização do caminho presente na Carta geográfica da Capitania do Mato Grosso.....	51
Figura 10 – Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade .....	58
Figura 11 – Reprodução da rota do Madeira.....	59
Figura 12 – Série histórica das fortalezas na América Lusa .....	60
Figura 13 – Esquema cronológico da periodização adotada .....	62
Figura 14 – Limites da Capitania de Goyaz apresentados pela cartografia histórica .....	64
Figura 15 – Limites da Capitania de Goyaz.....	66
Figura 16 – Caminho de São Paulo segundo Sanches .....	70
Figura 17 – Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar (...) .....	71
Figura 18 – Vetorização do Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar (...)..	72
Figura 19 – Caminho de São Paulo indicado no Mappa dos sertões (...).....	73
Figura 20 – Comparação entre ambas as reconstruções do caminho de São Paulo .....	74
Figura 21 – Análise de distorção entre ambas as reproduções do caminho de São Paulo ...	75
Figura 22 – Localização dos rios demandados pelos bandeirantes ao longo do caminho de São Paulo.....	79
Figura 23 – Localização dos rios demandados pelos bandeirantes ao longo do caminho de São Paulo, com detalhes hídricos .....	80
Figura 24 – Espacializando a carta do vigário Pedro Brandão .....	88
Figura 25 – Surgimento dos arraiais da década de 1720, na Capitania de Goyaz, segundo Paulo Bertran.....	91
Figura 26 – Arraiais do Rio Vermelho segundo ilustração de Salles.....	93
Figura 27 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, na Capitania de Goyaz, segundo Paulo Bertran .....	95
Figura 28 – Gráfico dos arraiais segundo Bertran.....	96

Figura 29 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730 e 1740, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín et al .....	98
Figura 30 – Zoneamento dos arraiais, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín e Maria Augusta Moraes .....	100
Figura 31 – Zoneamento dos arraiais pela distribuição hidrográfica, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín, Ledonias Garcia e Janaína Amado.....	101
Figura 32 – Gráfico do zoneamento dos arraiais segundo Palacín e Moraes.....	102
Figura 33 – Gráfico do zoneamento hidrográfico segundo Palacín et al .....	103
Figura 34 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720 e 1730, na Capitania de Goyaz, segundo Boaventura .....	107
Figura 35 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730 e 1740, na Capitania de Goyaz, segundo Boaventura.....	108
Figura 36 – Gráfico de comparação entre Palacín et al e Boaventura .....	110
Figura 37 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720 e 1730, na Capitania de Goyaz, segundo Barbo.....	111
Figura 38 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, na Capitania de Goyaz, segundo Barbo.....	112
Figura 39 – Gráfico de comparação dos dados apresentados pelos autores .....	114
Figura 40 – Mapa-síntese do surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, na Capitania de Goyaz.....	117
Figura 41 – Destaque dos caminhos da Capitania de Goyaz a partir do <i>Mappa dos Sertões</i> (...) .....	125
Figura 42 – Destaque dos "certões" e "gentios" na versão vetorizada do <i>Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar</i> (...).....	128
Figura 43 – <i>Mappa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins</i> .....	134
Figura 44 – Vetorização do <i>Mappa da Capitania de Goyaz</i> (...).....	135
Figura 45 – Caminhos do <i>Mappa da Capitania de Goyaz</i> (...) sobrepostos aos arraiais ...	138
Figura 46 – Recorte da "quadrangulação" dos arraiais e caminhos .....	139
Figura 47 – Recorte dos arraiais do norte da capitania .....	140
Figura 48 – Mapa de calor dos arraiais com os caminhos internos .....	143
Figura 49 – "Rede de percursos da Província de Goiás".....	153
Figura 50 – Conexão dos caminhos de Goyaz com Cuyabá e São Paulo .....	155
Figura 51 – Número e distribuição de vilas fundadas entre 1500 e 1808.....	159
Figura 52 – Instalação dos registros e das contagens fiscais até o ano de 1752, na Capitania de Goyaz.....	165
Figura 53 – Comarcas citadas por D. Luís de Mascarenhas em 1741 .....	175
Figura 54 – Localidades citadas por D. Luís de Mascarenhas em 1741 .....	176
Figura 55 – Outros governos citados por D. Luís de Mascarenhas em 1741.....	178
Figura 56 – Esquema de Caminhos e Transportes para as Gerais .....	180
Figura 57 – Visualização comparada entre mapas vetorizados identificando a não-representação dos caminhos da Bahia.....	182
Figura 58 – Caminho dos currais e Picada de Goyaz destacados a partir da vetorização do <i>Mapa dos Julgados</i> .....	184

Figura 59 – Vetorização do <i>Mapa da Capitania de Goyazes</i> .....	185
Figura 60 – Mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	186
Figura 61 – Detalhes do mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	187
Figura 62 – Detalhe da estrada da Bahia no mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	188
Figura 63 – Detalhe da estrada para Cuyabá no mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	189
Figura 64 – Detalhe da estrada para as Minas Geraes, e Ryo de Janeyro no mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	189
Figura 65 – Recorte <i>do Mappa da Capitania de Goyaz</i> (...) sobre os arraiais na Picada de Goyaz .....	190
Figura 66 – Conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Piauí e Bahia .....	191
Figura 67 – Tabela contendo as datas e os locais percorridos por José da Costa Diogo ...	196
Figura 68 – Tabela contendo locais e distâncias indicadas por José da Costa Diogo.....	197
Figura 69 – Mapa do trajeto percorrido por José da Costa Diogo .....	199
Figura 70 – Detalhe do caminho pelo rio Urucuya até o arraial de Itiquira, no mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	202
Figura 71 – Mapa dos locais percorridos por José da Costa Diogo .....	204
Figura 72 – Mapa dos locais e caminhos citados por José da Costa Diogo.....	206
Figura 73 – Perfil de elevação entre o rio São Francisco e o Arrayal do Maranhão.....	209
Figura 74 – Perfil de elevação entre o Arrayal do Maranhão e a Cidade de Belém .....	209
Figura 75 – Gráfico das léguas percorridas por José da Costa Diogo entre o Arrayal do Maranhão e a Vila de Cameté .....	210
Figura 76 – Detalhe da barra do Araguaia, com menção ao gentio de Canoa, no mapa <i>Capitaniá de Goyás</i> .....	213
Figura 77 – Tabela dos dias de viagem no percurso de José da Costa Diogo.....	215
Figura 78 – Anamorfose aplicando a variável tempo de viagem.....	216
Figura 79 – Comparação entre o mapa em plano euclidiano e a anamorfose aplicando a variável tempo de viagem .....	217
Figura 80 – Tabela das palavras utilizadas na narrativa de José da Costa Diogo .....	218
Figura 81 – Anamorfose aplicando a variável de palavras utilizadas na narrativa.....	219
Figura 82 – Comparação entre a anamorfose aplicando a variável tempo de viagem e a anamorfose aplicando a variável de número de palavras utilizadas na narrativa .....	220
Figura 83 – Conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Piauí e Pará .....	223

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACL	Administração Central
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CU	Conselho Ultramarino
SIG	Sistemas de Informação Geográfica

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Arraiais segundo Bertran (1978; 2006) .....	246
Tabela 2 – Arraiais segundo Palacín, García & Amado (1995) .....	247
Tabela 3 – Arraiais segundo Boaventura (2007) .....	247
Tabela 4 – Arraiais segundo Barbo (2015).....	247

## Sumário

Introdução .....	17
Capítulo 1 .....	21
No âmbito de uma Geografia Histórica brasileira.....	21
Instantes disparatados em uma flecha do tempo.....	21
Mas de que Geografia (e de que História) estamos tratando? .....	28
Os caminhos e as suas relações objetais .....	37
Recortes do objeto .....	52
Capítulo 2.....	67
O Caminho de São Paulo .....	67
Reconstruindo o caminho de São Paulo .....	69
A cobrança dos tributos .....	77
Espacializando a carta do vigário .....	82
Mapeando os arraiais.....	89
Os arraiais segundo Paulo Bertran.....	91
Os arraiais segundo Palacín et al .....	98
Os arraiais segundo Boaventura .....	107
Os arraiais segundo Barbo .....	111
Comparando os autores.....	114
Sintetizando o surgimento dos arraiais .....	117
Os caminhos internos de Goyaz.....	125
Os "certões" e os "vazios".....	128
Reconstruindo os caminhos de Goyaz .....	133
Capítulo 3.....	146
O caso de Vila Boa e Meia Ponte.....	146
"Para a boa administração da justiça..." .....	148
"Quazi na parte mais remotta dos descobertos das minas..." .....	152
Sobre a única vila de Goyaz .....	157
Mais caminhos houvera e descaminhos haveria! .....	161

"Das partes que entender serem mais convenientes á Fazenda real..." .....	162
A capitação e os descaminhos .....	167
"Pois tinha ordem de Vossa Magestade para a guerra deffensiva..." .....	170
O que podem (ou não) dizer os mapas .....	175
"Todo o destricto deste Governo se acha pacífico..." .....	175
A representação territorial pela Coroa .....	181
O roteiro de viagem de José da Costa Diogo .....	194
Introduzindo o relato .....	194
Organizando o percurso .....	195
"Das populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins ..." .....	201
Contando os passos .....	208
Transformando tempo em espaço .....	213
Fazendo das palavras espaço .....	218
O patrimônio-territorial ativado pela Geografia Histórica .....	222
Considerações Finais .....	231
Referências .....	234
Bibliografia consultada .....	234
Mapas consultados .....	243
Documentos consultados .....	244
Anexo de tabelas .....	246

## INTRODUÇÃO

---

Como se fossem para o cabo do mundo... Esse final de frase surgiu na nossa leitura das fontes primárias referentes a Goyaz no Arquivo Histórico Ultramarino e nos impressionou imediatamente. Escrita pelo secretário do governo de Goyaz, Ângelo dos Santos Cardoso, no ano de 1755, está presente no ofício desse português endereçado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, dando notícias das minas goianas. Tal documento, recheado de notas de erudição e de formalismos, revela uma série de facetas geohistóricas pertencentes não apenas às condições em que se encontravam essas minas, mas também vinculadas ao modo de vida conduzido nesse tão distante e dilatado território colonial segundo o que afirmam as fontes.

Para melhor compreendermos a natureza desse documento, devemos nos atentar para o fato de que o destinatário era ninguém menos que o oficial responsável pelos assuntos ultramarinos portugueses (abaixo do rei D. João V à época). Assim, apresentava um teor altamente cerimonioso e protocolar, confeccionado com grande cuidado por Ângelo dos Santos Cardoso, e que trazia pontos claros de ilustração afim de se sobressair aos textos correntemente produzidos. Há, ainda, certos apontamentos de cunho poético, como podemos exemplificar a seguir:

Conheço senhor, que na folga da narrativa, hé mais atendível a substância e verdade da letra, que o armoniozo da muzica das palavras, toda a força porey na realidade daquela, por carecer decadencia destas, e pelo tom do meu cantochão, terá Vossa Excelência a bondade de hir lendo a sincera relação de que tenho alcançado deste Paiz, que ainda hé mais o que calo, que o que refiro, não pelo querer incubrir a Vossa Excelência; mas hum papel hé tenue fiador destas expressões (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740).

Posto que o papel seria um "tênue fiador" da realidade por ele encontrada, também incorporaremos esta concepção à pesquisa ora apresentada sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz. Apesar de termos realizado uma investigação de cunho bibliográfico e documental, não procuramos atribuir certeza aos apontamentos realizados ao longo do texto e dos mapas (analisados e/ou criados), mas de, oportunamente, fazer surgir questões que possam lançar luz a alguns pontos nebulosos da geohistória colonial goiana.

Retornando à frase que inspirou o título deste trabalho, devemos nos empenhar em imaginar (e visualizar, se possível) os grandes domínios que separavam Goyaz das

povoações vizinhas, exigindo esforços desmedidos de todos os que percorriam os seus caminhos. Porém, o documento apresenta apenas a perspectiva colonizadora dessas viagens, tanto dos bandeirantes quanto dos portugueses (além dos demais agentes brancos), o que procuramos destacar ao longo dos tópicos abordados na pesquisa, ensejando questionamentos de outras ordens a esse respeito. Isto fica evidente no excerto do dito documento que trata dos perigos encontrados nos caminhos de Goyaz. Inicia Ângelo Cardoso explanando sobre as jornadas realizadas pelo governador Gomes Freire de Andrade, indo até a zona diamantífera goiana (no caminho entre Vila Boa e a Vila de Cuyabá, aproximadamente) e retornando ao Serro do Frio, em Minas Geraes. Ao destacar os grandes percursos realizados (de quase 800 léguas, ou seja, de 4.400 quilómetros, segundo o apontado), compara este português as condições materiais de viagem em Portugal com as encontradas na colônia portuguesa no Brasil. Reproduzimos esse trecho a seguir:

(...) para que Vossa Excelência conheça a diferença das que se fazem de Lisboa às fronteiras de Alentejo, ou da Beira, preparando-se talvez com a prevenção de muitas lágrimas, e testamentos feitos, como se fossem para o cabo do mundo, isto com a certeza de pernoitarem todos os dias debaixo de telha, e mezas postas, o que pelo contrario aqui sucede, que hé dormir aos pés dos páos, no dezamparo dos matos, e a melhor equipagem huma rede, em que se deitão de balanço, com o susto certo de lhe acontecer algumas vezes, serem assaltados de tigres, e cobras horrendíssimas, e as peores feras de que são acometidos, são dos próprios escravos, que às vezes fazem a cabeça em cacos aos senhores quando estão dormindo, e de dia o Gentio que os abalroa nos passos do caminho; que hé o mais para temer (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740).

Nessa passagem podemos encontrar grande parte dos assuntos que abordaremos nesta pesquisa, expandindo-as com a análise da cartografia produzida à época e materializando-as em cartografias digitais criadas a partir dos métodos em georreferenciamento. No início do trecho, Ângelo Cardoso contrasta as infraestruturas encontradas em torno de Lisboa com as de Goyaz, denotando que naquelas terras haveriam sempre telhados e mesas postas a esperar pelos viajantes, enquanto que nestas os esperavam apenas o desamparo dos matos (ou, no melhor dos casos, uma rede para se deitarem). São, então, ressaltados os perigos enfrentados nos ditos caminhos, tanto (para nós) naturais (tigres, cobras e outras feras) quanto humanos (escravos e indígenas). Assim, propagava-se um imaginário de constante terror encontrado pelos viajantes ao longo dos percursos por eles realizados, induzindo a uma leitura completamente europeizada do território.

Estruturamos, de certa maneira, a nossa pesquisa no sentido de contemplar os pontos enfatizados no ofício, destacando, quando possível, as disparidades encontradas

entre o discurso oficial português (altamente simbolizado pelo documento apresentado) e a realidade conduzida de fato no território.

O primeiro capítulo apresenta as relações teórico-metodológicas que nortearam a produção de nossa pesquisa, contextualizadas em um método de Geografia Histórica baseada em autores brasileiros. Procuramos deixar explícitos os nossos entendimentos sobre certas categorias e conceitos vitais à pesquisa geográfica e que se repetirão ao longo de toda a investigação, dando ênfase aos conceitos de *formação territorial* (cunhada por Antônio Carlos Robert Moraes) e de *uso* do território (estabelecido por Milton Santos). Nesses termos, buscaremos os benefícios de analisar determinados contextos históricos sob a ótica desse método, revelando determinadas acepções que nem sempre são reivindicadas nas investigações sobre Goyaz, ensejando uma acentuada *história do território*. Também traremos à luz os proveitos de se analisar (processualmente) o espaço geográfico a partir das suas horizontalidades e verticalidades, sem dissociá-las, de acordo com o caráter *uno* do espaço. Assim, enfatizaremos o território enquanto a materialidade encontrada (e imaginada) na colônia e o espaço como o resultante das relações sócio-territoriais conduzidas.

O segundo capítulo, por sua vez, elaborará, principalmente, sobre os caminhos reais do ouro goiano, concentradamente no caminho de São Paulo, e sobre os arraiais goianos. Também traremos os aportes técnicos e metodológicos auferidos pela implementação de tecnologias da informação aplicadas à Geografia Histórica, produzindo mapas narrativos que esclareçam a visualização dos caminhos e dos descaminhos neles promovidos, além da condução de uma análise sintética sobre o surgimento dos arraiais goianos em nosso período, segundo uma selecionada bibliografia e um apoio documental.

O terceiro e último capítulo destacará os descaminhos do ouro — os caminhos do contrabando — conduzidos em direção aos sertões da Bahia, de Minas Geraes, do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das demais capitanias adjacentes. Nesse sentido, complementaremos as informações apresentadas nos primeiros dois capítulos, aplicando, igualmente, as percepções advindas do georreferenciamento e das humanidades digitais. Com isso, poderemos visualizar a *totalidade* dos caminhos de Goyaz, além de outros objetos geográficos de interesse à pesquisa.

Ao final desta investigação, esperamos trazer à tona as reciprocidades espaciais existentes entre os caminhos e os seus descaminhos, alertados (ou não) no trecho

destacado do ofício de Ângelo dos Santos Cardoso. Buscaremos, também, visualizar como que a cartografia histórica ressaltou ou ofuscou determinadas porções do território. Enfatizaremos as críticas gestadas no seio do patrimônio-territorial com vistas a relevar a resistência oferecida tanto pelo indígena quanto pelo escravizado, vistos como objetos para os projetos portugueses ou, como podemos distinguir no ofício salientado, enquanto perigos para o bom andamento dessa lógica colonizadora. Dessa maneira, esperamos contribuir de maneira discreta, porém atinada com os pontos a serem levantados durante a investigação, oferecendo algumas pistas sobre as disposições territoriais dos caminhos goianos em conexão com o restante da colônia.

Em termos geohistóricos, esperamos contribuir para com o entendimento a respeito de Goyaz não apenas como *cabo do mundo*, mas também como um território de interesse direto à Coroa Portuguesa pela articulação por ele promovida. Igualmente, espacializar a presença do gentio, denotado amplamente no roteiro de José da Costa Diogo, expondo a forma pela qual os indígenas influenciaram ativamente na formação territorial goiana, é um dos objetivos desta pesquisa, possibilitando uma visualização cartográfica desse território em mutação e que apresentava, internamente, uma multiplicidade de aspectos que o caracterizavam não apenas diante das demais capitâneas, mas em constantes interações em si mesmo. Goyaz, pois, mostra-se enquanto um território dinâmico e heterogêneo em suas mais diversas acepções.

### **No âmbito de uma Geografia Histórica brasileira**

#### ***Instantes disparatados em uma flecha do tempo***

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em Geografia Histórica. Esta disciplina da ciência geográfica traz abordagens metodológicas que possibilitam a investigação de um problema de cunho espacial engendrado de forma intrincada no tempo. Adiante, buscaremos dissertar a respeito das nuances que esta espécie de estudo traz tanto para a Geografia quanto para a História, mas, destarte, é nesta base que nos apoiamos.

Apesar de repousarmos o estudo na Geografia Histórica, ele não deixará de tangenciar outras "áreas" do saber, como a Filosofia e a História, pontos de contato que, em suma, nos oferecem uma maior consistência quanto ao objeto de estudo que aqui se busca aprofundar: a espacialização promovida pelos caminhos e descaminhos do ouro em Goyaz. Ao fim, esse entrecruzamento favorecerá, a partir do conceito geográfico de patrimônio-territorial<sup>1</sup>, uma *práxis* operativa da cartografia elaborada, no intuito de divulgar, efetivamente, o conhecimento produzido nesta pesquisa geohistórica de Goyaz.

As técnicas de pesquisa também nos permitem aberturas analíticas que complexifiquem e substanciem o conteúdo, facilitando entendimentos que não são possíveis sem elas mesmas. Isto se reflete na compreensão auferida, por exemplo, a partir da cartografia histórica, da paleografia, do geoprocessamento, da estatística e da própria informática. Acreditamos que os esforços atuais, quando empoderados tecnologicamente, permitem trazer elucidacões significativas a problemáticas geohistóricas, contribuindo com temas e questões que possam já estar sedimentadas historiograficamente ou que até mesmo se mantiveram em constante debate ao longo dos anos.

Entretanto, em todas essas facetas de interdisciplinaridade, o que promove a união epistemológica e ontológica em nossa discussão é o espaço. Este, enquanto fundamento da ciência geográfica, é o que conduz as nossas inquirições, não apenas na qualidade de fio condutor, mas como força motriz. Não há lugar, nesta pesquisa, para uma ideia de espaço

---

<sup>1</sup>Essa proposta conceitual, metodológica e de *práxis* é realizada por Costa (2016; 2017) e será discutida ao longo do trabalho.

que não esteja imbuída nuclearmente em um processo ativo, refutando-se uma concepção marmórea e estática do próprio (SANTOS, 2006, p. 28).

A Geografia Histórica, pois, é assentada em uma união indissociável entre o tempo e o espaço. Costa nos traz uma definição para esta esfera do saber, afirmando que existe "uma unidade que baliza a Geografia Histórica brasileira do ponto de vista metodológico, que é o recurso à História e o respeito tanto às categorias e aos princípios do pensamento geográfico quanto aos possíveis vieses de periodização" (COSTA, 2015a, p. 14). Faz-se clara a relação que deve ser promovida entre os recursos históricos e os geográficos, entendendo-se o método a ser adotado a partir de princípios substancialmente geográficos, como referencia o autor. Isto é elementar por realçar o procedimento metodológico escolhido, segundo o entendimento supracitado, partindo explicitamente de um conteúdo teórico em Geografia (com suas categorias e princípios) para alcançar, então, uma problemática histórica e não o contrário.

Quanto a esta seara dos princípios nos quais estaria calcada a Geografia Histórica, Philo (1995, p. 276–277) alerta:

(...) ocorre-me que grande parte do que atualmente se faz passar por Geografia Histórica deixou de respeitar as cercas mais antigas e que estudo após estudo segue atualmente o sentido de uma história geográfica onde o foco se desviou da materialidade de "fatos geográficos" para a imaterialidade de fenômenos históricos. Não se deduz daí que geógrafos históricos do presente não mexam com fenômenos que tenham uma expressão indelével sobre a superfície da terra – como aldeias desertas, igrejas, templos, fábricas, guetos e assim por diante – mas serve para afirmar que pelo menos uma boa parte da pesquisa se voltou para fenômenos com, na melhor das hipóteses, um impacto mínimo ou tangencial sobre "o solo". (PHILO, C., 1995, p. 276–277)

Esta crescente imaterialidade dos estudos em Geografia Histórica se adequa de forma contundente à discussão dos limites apresentados no ato da apropriação da história pelos geógrafos e na necessidade do uso de categorias definitivamente geográficas para a condução do trabalho. Quais seriam, pois, os benefícios para os estudos espaciais nesse contexto? Outrossim, é possível emprendermos uma investigação espacial sem nos adequarmos também às realidades apresentadas pelo tempo? Qual seria o ponto de equilíbrio entre essa aparente dicotomia tempo/espaço apresentada por Philo? Para tais questões não há, definitivamente, resposta, mas elas podem nos conduzir a uma indagação ainda oculta: não seria essa aproximação conferida por uma maior proporção entre o tempo e o espaço o que caracterizaria, de fato, a Geografia Histórica? Em um contínuo semovente, propõe-se aqui uma metodologia fundamentada e rigorosa, mas nada estática, em uma continuada dialética entre seus polos.

Cabe, a seguir, indagarmos a respeito das dificuldades apresentadas à Geografia Histórica diante de uma inconstante relação entre o material e o imaterial, de acordo com as flutuações de contexto no qual se localiza e se insere a dada análise científica. Em outras palavras, há momentos da história em que se dá uma maior preponderância analítica do espaço sobre o tempo e vice-versa, formando diversas escolas do saber e correntes científicas.<sup>2</sup>

Apesar dessas variações, há um determinado e imponente desafio enfatizado por Santos (2006, p. 31):

A Geografia Histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? Enfrentamos, aqui, o difícil problema de discernir, através de uma Geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente. Essa questão continua sendo um pesadelo para os geógrafos. (SANTOS, 2006, p. 31)

Abreu, enquanto expoente da Geografia Histórica brasileira, comenta esta passagem de Santos, revelando que, apesar de existir uma materialidade preferível à Geografia, é possível que se inquiria a respeito de questões não-materiais também sem perder seu mérito e suas particularidades:

Como bem lembrou Milton Santos, o grande desafio que se antepõe à Geografia quando estuda o passado é como empiricizar o tempo. Isso porque, sem torná-lo material, não conseguimos geografizá-lo. As formas materiais são, sem dúvida, a expressão mais direta e mais concreta dessa empiricização e não é por outra razão que elas têm sido privilegiadas nas análises geográficas. Mas elas não são as únicas formas de interesses da disciplina. (...) as formas de propriedade e de apropriação territorial são dois de seus exemplos mais significativos. São essas formas não espaciais que dão conteúdo às morfologias. Por isso, não podemos compreender umas sem entender as outras. (ABREU, 2010, p. 19)

A pertinência do questionamento, para os geógrafos, é inegável. Numa reconstrução (material e imaterial) do passado, o que tanto do presente há nela? Entretanto, esta dificuldade não é própria aos geógrafos apenas, mas também a historiadores e a quaisquer pesquisadores que reivindicam para si uma problemática de conteúdo histórico, como arquitetos e sociólogos, por exemplo. Simultaneamente, há como evitarmos a inserção do presente no passado que buscamos retrair? Este questionamento não se limita apenas ao estudo do passado, pois ele se adequa à própria discussão do que é a atividade científica. Se já não nos propomos contemporaneamente a produzir uma ciência reafirmadamente

---

<sup>2</sup>Soja, ao analisar a preponderância do historicismo sobre a categoria espaço no "fin de siècle" (virada do século XIX-XX), estabelece que o surgimento das correntes modernistas do marxismo-leninismo e do neopositivismo e de seus núcleos ortodoxos e críticos diminuíram a relevância do espaço em suas análises. A Geografia, então, passaria a incorporar desígnios ligados ao Estado, subdividindo-se em "várias Geografias", até a "anquilação do espaço" na Nova Geografia do pós-guerra. (SOJA, 1993, p. 39-51)

*pura*, certamente também deveremos afastar a pretensão (metafísica) de que devemos nos abster de incluir o presente no passado analisado, pois o sujeito também pertence, enfaticamente, ao tempo/espaço por ele vivido.<sup>3</sup> Entretanto, as dificuldades apresentadas por Santos continuam a se impor.

Quais seriam as formas possíveis de se evitar uma excessiva "contaminação" do presente nas indagações e análises históricas? Andrade sugere uma superação desse obstáculo metodológico a partir da fonte primária e dos entendimentos por ela auferidos:

(...) o uso da documentação primária é absolutamente primordial para a pesquisa geográfica histórica. (...) O sistema de formas disposto no espaço deriva da ação social e o seu uso está coerente com a sociedade que lhe dá vida naquele momento presente. (ANDRADE, 2013a, p. 44–45)

Temos na fonte primária uma forma de recorrermos ao passado por ele mesmo, definido a partir da realidade social vivida à época em questão. A análise do documento, porém, permanece contemporânea e a aplicação de tecnologias a essa documentação também envolve uma explícita contaminação do hoje. Anteriormente, enfatizamos que podem-se superar empecilhos historiográficos com o uso de técnicas e tecnologias, mas agora evidencia-se também um risco. Entretanto, tal risco é próprio à pesquisa científica em qualquer âmbito. Faz-se necessário haver uma relativa irresponsabilidade do pesquisador frente ao seu objeto e esse é o caráter inegável da Geografia Histórica. Para revelarmos um pouco do que já se passou, devemos imputar uma necessária parcela da atualidade e o inverso também se confirma. Uma das contribuições dos estudos históricos é o seu próprio rebatimento à contemporaneidade, pois, para que se possa compreender e revelar as circunstâncias vivenciadas hoje, devemos tomar consciência do ontem, havendo aí a existência de uma relativa responsabilidade científica preponderante. Ao passo que toda pesquisa deva se comportar de maneira irresponsável no intuito de superar paradigmas, ela também traz consigo uma responsabilidade social inerente ao próprio pesquisador e à realidade por ele vivenciada diariamente. Não podemos nos contentar em produzir ciência que não extrapole a torre de marfim na qual estamos subsumidos diariamente – a universidade. Assim, a irresponsabilidade e a responsabilidade se dão de forma simultânea e mútua, demovendo uma ideia de que o pesquisador não pertence ao seu

---

<sup>3</sup>Afirma De Certeau: "Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam" (DE CERTEAU, 1982, p. 65–66).

tempo e de que os seus estudos são, de alguma maneira, inafetados pelo seu contexto de vida (*zeitgeist*).

Os sujeitos, portanto, compõem a Geografia Histórica. Tanto o sujeito pesquisador quanto o sujeito histórico, imersos no tempo e no espaço de forma dinâmica e relacional. Rodrigues revela esta acepção social ao delimitar a atuação da Geografia Histórica que "é um campo de pesquisa caracterizado, fundamentalmente, não pelo estudo do passado, mas sim pela clara e explícita articulação espaço-tempo na análise dos processos sociais" (RODRIGUES, 2015, p. 242). Portanto, admite-se a elementar composição de uma tríade espaço-tempo-sociedade também reforçada metodologicamente por Hauke (1974, p. 641) ao definir o caráter da Geografia Histórica. A inserção do sujeito na análise configura o entrelaçamento sintético entre as formas e as estruturas apresentadas no espaço e no tempo e as suas periodizações. Se nos utilizarmos, ainda que de forma inicial, de uma lógica dialética, poderemos (1) compreender e visualizar a relação constante que há entre o espaço e o tempo resultante no "indivíduo de seu tempo". Da mesma maneira, (2) a sociedade e o espaço produzem, certamente, temporalidades específicas de uma dada época, assim como (3) a sociedade e o tempo coagem o espaço a se metamorfosear *ad infinitum*. Temos, aí, três interações diversas entre o espaço, o tempo e o sujeito (social), dados de maneira densa e complexa. Santos (2006, p. 28) corrobora com esta visão, ao afirmar que é "por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo." Ademais, "o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente um conteúdo em tempo – o tempo das coisas – sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo". (SANTOS, 2006, p. 33–35) Por último, "A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada". (SANTOS, 2006, p. 33–35) Ficam evidentes, assim, as intrincadas relações e interpenetrações processuais ocorridas, simultaneamente, no espaço, no tempo e no sujeito (social). Esta realidade epistemológica fornece à Geografia Histórica um conjunto de fatores e elementos que a definem metodologicamente em uma continuada relação de desequilíbrio. Novamente, deve ser retomada a discussão a respeito da materialidade e da imaterialidade atinente às pesquisas em Geografia Histórica para que possamos reafirmar: é a contínua e obscura relação entre o espaço e o tempo que dá ao estudo geohistórico a capacidade de se relacionar intimamente com a espacialização efetivada em tempos passados e discutir, a partir daí, o caráter social, tanto em uma

perspectiva do indivíduo quanto da sociedade. O desequilíbrio entre espaço e tempo se mostra, pois, necessário e preferível para que possa haver uma Geografia Histórica em constante movimento.

Abreu, ao discutir a memória das cidades, enfatiza uma *necessária* vinculação entre a História e a Geografia para que seja possível superar um impasse produzido entre a memória e a história. No reconstruir do passado urbano, caberia à História uma fundamentação apropriada ao resgate da *memória urbana*, "sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular" (ABREU, 2014a, p. 43). Assim, reconstruiria-se uma História Urbana que estivesse relacionada ao seu contexto, podendo se materializar de diversas maneiras, mas definida e caracterizada em termos brandos. Porém, para que se efetivasse uma concreta *memória da cidade* (ou seja, para que houvesse uma topicidade concernente à memória urbana), à História faltaria a percepção e o valor do lugar, de acordo com essa preponderante imaterialidade (acusada, também, por Philo, como demonstrado).

Assim,

A nosso ver, só há uma saída. O resgate da memória de um lugar, da memória de uma determinada cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos que aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a Geografia proporciona. (...) a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. (...) A história da cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva (...) (ABREU, 2014, p. 43-44).

Em nossa pesquisa não é diferente. Ao discutirmos a espacialização promovida pelos caminhos e descaminhos de Goyaz, no século XVIII, tangenciaremos, em alguma medida, a memória urbana, pois, como veremos mais adiante, é a este século que se atribui, elementarmente, o *caráter urbano* do período colonial brasileiro na sequências das ocupações litorâneas (COSTA, 2009, p. 107). Para que possamos, de acordo com o exposto por Santos, retrair o passado, deveremos também resgatar e reconstruir o urbano e a sua topicidade. No intuito de não desenvolvermos uma pesquisa com avultados elementos imateriais, uma territorialidade se faz necessária e, à luz do ensinado por Abreu, deveremos trabalhar também em duas frentes, aliando a Geografia e a História.

Vasconcelos, outro distinto representante da Geografia Histórica brasileira, também adota a tríade tempo–espaço–sujeito (social) em sua investigação a respeito das transformações têmporo-espaciais ocorridas na cidade de Salvador, desde o seu passado colonial até a virada do milênio (VASCONCELOS, 2002, p. 20). Para o contexto histórico

analisado, o autor destaca a relevância dos dados históricos nesse esforço; para os agentes sociais, são levados em consideração tanto os internos quanto externos, os individuais e os coletivos; para o desenvolvimento territorial da cidade, são postos em relevância: "os períodos de expansão da cidade; o desenvolvimento espacial das partes da cidade, resultante do contexto histórico e do papel dos agentes no quadro espacial dado" (VASCONCELOS, 2002, p. 20). A partir da conjunção das três instâncias de análise, Vasconcelos elabora a sua pesquisa e a conduz de forma metodologicamente rigorosa, de acordo com os pressupostos analíticos elencados.

Ainda, o autor elabora a respeito das diferenciações existentes entre uma pesquisa desenvolvida em Geografia Histórica Urbana daquela em História Urbana. Vasconcelos opta pela primeira por dar maior atribuição ao espaço que à cronologia e institui o seu trabalho dentro de uma periodização clara. Do mesmo modo, há uma busca específica pela espacialização dos eventos por ele discutidos, mas até mesmo esta topicidade desejada também encontra seus limites sobre a matéria:

(...) os eventos nem sempre são facilmente localizáveis (ausência de informações, imprecisões, mudanças de denominações dos logradouros). Outra dificuldade é a escala ou a magnitude do evento: uma estrada, por exemplo, pode extrapolar várias unidades espaciais e sua menção pode tornar-se repetitiva, ao passo que os eventos pontuais são facilmente localizáveis, quando disponíveis por unidades espaciais, embora um limite deva ser estabelecido para não cansar o leitor. (VASCONCELOS, 2002, p. 20–21)

Há, pois, um reconhecimento das dificuldades que podem ser encontradas na busca pela materialidade dos eventos, tanto na imaterialidade de certos fenômenos quanto na inexistência ou dificuldade de acesso a determinados documentos primários. Nesse ínterim, Vasconcelos corrobora com uma busca da espacialidade pela Geografia Histórica, mas não ignora ou rejeita os elementos imateriais, assim como a Abreu. É a combinação de tais facetas da realidade que dão o tom à complexidade auferida por seus estudos, não permanecendo em um descritivismo "puro" e não adotando uma metafísica desconectada à realidade.

Nesses questionamentos a respeito da materialidade e da imaterialidade dos eventos próprios ao saber da Geografia Histórica, procuraremos contribuir metodologicamente demonstrando a mútua necessidade existencial entre ambas as partes, sem isolá-las em nome de uma maior ou menor convicção geográfica do estudo. Apesar de nos atermos ao alerta atinado por Philo (1995), não cremos que se deva salvaguardar o estudo geográfico histórico de elementos imateriais que possam contribuir, efetivamente, para a investigação proposta. Ademais, a imaterialidade de determinados fenômenos também está ligada à sua

materialidade e a realidade das coisas tem raízes que extrapolam o que aparentam ser. Assim, à materialidade e à imaterialidade devemos nos ater da mesma maneira, ensejando não uma sobreposição de uma à outra, mas o movimento entre ambas, demandando uma realidade *concreta* que não esteja imbricada apenas em uma característica isolada do fenômeno. Um claro exemplo geohistórico desse processo está na fundação de vilas coloniais: havia uma evidente materialização auferida nesse intuito, escolhendo-se um determinado sítio para que pudesse abrigar a estrutura administrativa própria a uma vila, ou seja, um juiz, uma câmara e um pelourinho (sendo que a vila "(...) nem chega a Cidade, nem hé tão pequena, como Aldea") (BLUTEAU, 1728, p. 489). Mas havia uma série de estruturas políticas por trás dessa decisão, de claras intenções geopolíticas imateriais, que se sobrepunham ao espaço para que nele pudessem agir e se dar enquanto fenômeno, escolhendo-se determinado sítio de acordo com os planos intencionados pela metrópole e não de forma aleatória. Araújo contribui elementarmente para essa discussão, ao discutir a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade na capitania do Mato Grosso, em 1752, destacando que

(...) a instituição da vila não só instaurava a legitimidade do poder administrativo sobre o espaço como também regulava, em termos sociais, a própria vivência naquele espaço que, sem as respectivas autoridades, tendia para o caos. (ARAÚJO, 2012, p. 43)

Temos, nesse âmbito, uma evidente correlação entre aspectos materiais e imateriais no ato de fundação de uma vila colonial e é absolutamente relevante que consideremos o máximo possível dos aspectos do objeto para que se possa assimilá-lo e compreendê-lo em seu processo de totalização.

Estamos a tratar, especificamente, da Geografia Histórica. Porém, de que Geografia e de que História estamos a falar?

### ***Mas de que Geografia (e de que História) estamos tratando?***

Qualquer noção de Geografia se encaixa no método geográfico histórico? Ou teríamos que adequar também o nosso entendimento de Geografia para poder correlacioná-lo ao de História, formando, assim, uma Geografia Histórica coesa? Segundo a nossa visão, isso é imprescindível. Há uma pluralidade de entendimentos a respeito do que é a ciência geográfica e qual o seu objeto de estudo. Afunilar um pouco esse cabedal nos auxiliará, inclusive, na análise prática que virá nos próximos capítulos do trabalho e o mesmo será realizado com o nosso entendimento a respeito da ciência histórica.

Moraes define a Geografia Humana da seguinte maneira:

Parte-se do entendimento da Geografia Humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, que se manifesta na realidade com determinações específicas, atuando como um elemento particularizador dos fenômenos e situações, em si uma mediação na análise dos movimentos históricos. Sendo esse processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da *valorização do espaço*. (MORAES, 2000, p. 15)

Novamente, emerge a necessidade epistemológica do material para as inquirições geográficas, aqui conceituada enquanto um "corte ontológico do real"; estabelece-se, então, uma geografia atrelada ao real, ao *concreto*, apartada de uma geografia metafísica, lógico-formal e quantitativista que teve proeminência nos anos 1940. Para além disso, Moraes admite as existências de um espaço natural e de um espaço social nos quais o trabalho humano incidiria, ao longo do tempo, de maneira a *valorizá-los* e a prover uma *valorização desse espaço*<sup>4</sup> – um espaço geográfico de fato.

A partir disso, devemos enunciar que a Geografia tem por objeto de estudo principal o espaço. Entretanto, o espaço não deve ser visto apenas enquanto objeto da Geografia, mas também enquanto uma categoria, a sua constituinte, ou seja, a sua *prima materia*.<sup>5</sup> Seria o elemento nuclear da ciência geográfica, o seu início e também o seu fim. Em um movimento (quase) circular, os geógrafos estariam a todo momento buscando aquilo que os constitui epistemologicamente. E não é apenas o espaço que buscamos, mas, concomitantemente, as suas espacializações.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup>Assim como esclarecido por Costa (2015a, p. 15), há de se ter em mente as matrizes metodológicas materialistas histórico dialéticas presentes no trabalho de Moraes. O conceito de *trabalho* é essencial à tese marxista e o autor o reivindica para uma análise do espaço geográfico que revele, também, as contradições do sistema capitalista, enfatizando a *concretude* necessária ao espaço.

<sup>5</sup>King (1956, p. 370) realiza uma interessante pesquisa a respeito do conceito (e da doutrina) de *prima materia* tendo em vista os escritos de Aristóteles. A visão aristotélica sobre a formação dos objetos do mundo permite uma decomposição deles em reduções lógicas. Por exemplo, uma mesa pode ser logicamente decomposta em um elemento mais basilar, como a madeira. A madeira, por sua vez, também pode ser simplificada em um elemento mais nuclear. Isto, assim por diante, conformaria uma série matemática que tenderia ao infinito. Segundo Aristóteles, ao fim do infinito estariam duas últimas etapas de perscruta. Na penúltima estariam os quatro elementos que constituem toda matéria possível: fogo, ar, água e terra. Estes seriam uma ante-sala do elemento mais fundamental do mundo (ou do universo), a saber, a *prima materia*. Tal matéria seria a formadora elementar de tudo o que vemos e o que não vemos. Entretanto, King nos alerta para o fato de que alguns entendimentos, ao longo do tempo, deixaram a entrever que esta *prima materia* seria imaterial, quase de ordem espiritual, mas isso entra em desacordo com a teoria aristotélica que prima por uma visão material das coisas. Portanto, a *prima materia*, logicamente, deveria existir enquanto realidade concreta e não uma abstração lógico-matemática simplesmente, tendo uma existência identificável e comprovável.

<sup>6</sup>O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a

Temos, então, uma noção passivo/ativa de espaço, pois ele próprio promove uma ação que é o ato de espacializar. Nesse ensejo, devemos ter uma acepção do espaço que não o signifique enquanto palco e muito menos desprovido de vida e de ação. Vidal de Blache, em "Princípios da Geografia Humana", obra essa publicada postumamente em 1922 (FABRÍCIO; VITTE, 2015, p. 76), já demonstrava preocupação com a definição *passiva* de espaço, principalmente quando havia apropriação do espaço por estudiosos de outros campos do conhecimento:

"(...) à maioria dos historiadores e dos sociólogos a Geografia não interessa senão a título consultivo. Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como "o palco onde se desenrola a actividade do homem", sem reflectir que o mesmo palco tem vida. (LA BLACHE, 1954, p. 29)

Surge, então, uma compreensão de espaço que não o individualiza (ou o unitariza), mas que oferece contornos multidimensionais que possibilitam, por sua vez, variadas formas de se pensar o próprio espaço, atribuindo-lhe características *ativas* em suas relações com a humanidade. De acordo com tal linha de pensamento, evitamos incorrer em precipitações interpretativas sobre o espaço, possibilitando uma gama de existências espaciais mutuamente não-excludentes que o densificam, ao invés de o atomizar. Corrêa adere a esse entendimento, definindo o espaço enquanto multidimensional:

Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional. Aceitar esta multidimensionalidade é aceitar por práticas sociais distintas que (...) permitem construir diferentes conceitos de espaço. (CORRÊA, 2014, p. 44)

Temos, pois, uma multidimensionalidade que nos permite trabalhar de diversas maneiras com o espaço. Já o introduzimos como resultado do trabalho humano sobre a natureza e a sociedade (processo de *valorização*) e também como elemento-fundamental de nossa ciência, mas do que ele é constituído? Uma mera multiplicidade de espaços não nos basta para uma análise efetiva e substanciada por um método rigoroso. Quais seriam os componentes desse espaço, definitivamente, geográfico?

Santos elabora o que, para nós, é o entendimento dos mais frutíferos à ciência geográfica e que permite desdobramentos muito caros com fundamentos filosóficos apropriados:

---

espacialização é funcional e o espaço é estrutural. (...) O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. A espacialização não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço para se realizar." (SANTOS, 1997, p. 73-74).

Nossa proposta atual de definição da Geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Não se trata de sistemas de objetos, nem de sistemas de ações tomados separadamente. (...) O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2006, p. 39)

Há considerações fundamentais nesse pequeno trecho apresentado. A primeira delas é a de que o autor reconhece que essa definição era a atual, ou seja, divergia ou era de alguma maneira diferenciada de outras por ele também apresentadas no passado.<sup>7</sup> A segunda é a de que não podemos tomar por isolado o sistema de objetos do de ações e vice-versa. A união entre ambos é imprescindível a um esforço analítico *totalizante*. Essa totalidade não imbrica, porém, em uma completa harmonia entre os elementos formadores dela, admitindo-se possíveis contradições existentes entre as ações e os objetos.<sup>8</sup> As relações do progressivo desenvolvimento humano, por exemplo, entram em ampla contradição ao definirmos os parâmetros de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Nesse intuito, o autor não busca rejeitar as contradições presentes, visíveis e invisíveis no espaço, mas as incorpora à sua tese, admitindo a sua existência e, até mesmo, a sua necessidade para a suposição lógica e concreta do existir.

Em um trabalho anterior, *Metamorfoses do espaço habitado*, de 1988, Santos define o espaço da seguinte maneira:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1997, p. 71)

Nessa passagem, apresenta-se o espaço enquanto uma associação mútua entre objetos e relações, definição esta não muito diversa à referida anteriormente. Destaca-se o fato de que a atividade apresentada no espaço não é dada necessariamente entre objetos, mas a partir e em direção a eles. Retomaremos essa discussão em outro momento, mas é importante ressaltar o quão fundamentais são os objetos para a composição do espaço geográfico miltoniano.

---

<sup>7</sup>Steinberger (2006) esclarece que a definição de espaço enquanto "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações", por Milton Santos, foi apresentada inicialmente em 1994, em "O retorno do território", consolidada em 1996, em "A natureza do espaço" e revigorada em 2001, em "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI".

<sup>8</sup>Adorno (2011, p. 97) afirma que: "(...) o sentido da totalidade, por sua vez, é obtido a partir da relação viva entre as individualidades que se contrapõem umas em relação às outras, alongando-se, ultrapassando-se e retornando mutuamente entre si". Lefebvre (1983, p. 178), por sua vez, sustenta que: "'Contradição' não significa absurdo. (...) A relação entre dois termos contraditórios é descoberta como algo preciso: cada um é aquele que nega o outro; e isso faz parte dele mesmo. Essa é sua *ação*, sua *realidade concreta*."

Mais adiante, ainda no mesmo livro, sugere-se mais uma definição de espaço:

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço. (SANTOS, 1997, p. 77)

A concepção de fixos e fluxos é muito cara à Geografia, permanece até os dias de hoje enquanto importante definição do que é o espaço geográfico e do que ele é composto e a ela iremos retornar algumas vezes ao longo desta pesquisa. Apesar disso, Santos reconhece uma evolução de sua proposta de espaço geográfico, tendo origem na composta por fixos e fluxos, avançando para um espaço composto por uma relação entre configurações territoriais e relações sociais e culminando na apresentada inicialmente, a de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 2006, p. 38–39). Não há uma exclusão entre esses entendimentos e sim uma composição gradativamente mais robusta do que o autor entendia por espaço, sendo esse entendimento o por nós apropriado nesta discussão.

Por fim, devemos também ressaltar um elemento central ao espaço geográfico segundo a nossa proposta metodológica: a de um espaço que apresenta, concomitantemente, relações horizontais e verticais. Pensar o espaço enquanto um plano é desvinculá-lo de suas profundidades; pensar o espaço enquanto um contínuo é descartar as suas discontinuidades; pensar o espaço enquanto algo estático é desapropriá-lo de seu movimento; pensar o espaço enquanto algo harmonioso é apartá-lo de suas contradições. Nesse ensejo, deve-se pensar dialeticamente o espaço, com suas horizontalidades e verticalidades que tornam possíveis a sua profundidade, a sua discontinuidade, o seu movimento e as suas contradições em uma existência concreta – material e imaterial. Ao mesmo tempo, pensar o espaço é pensar o tempo e separá-los é encarar o problema posto da realidade de modo formal.

Outro uso das relações espaciais de horizontalidade e de verticalidade está na análise simultânea das diacronicidades e das sincronicidades do tempo-espaço. Silva (2012, p. 6) nos fornece uma visualização explicativa desse entendimento, representada na figura 1.

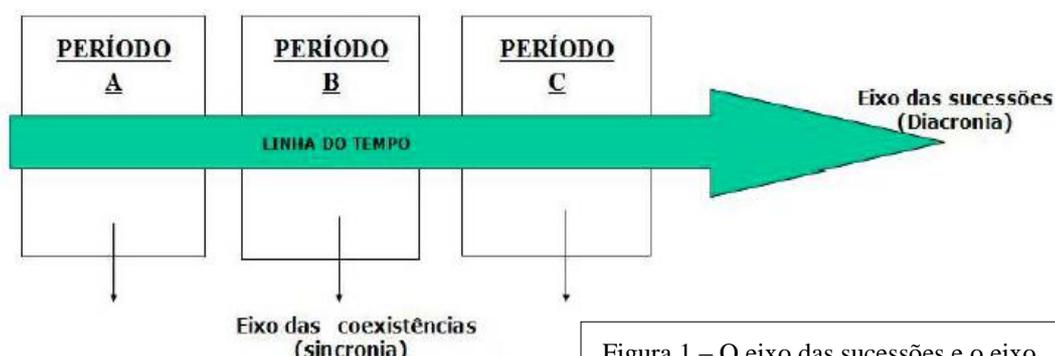


Figura 1 – O eixo das sucessões e o eixo das coexistências (SILVA, 2012, p. 6)

Há, na pesquisa geohistórica, dois eixos temporais: o eixo das sucessões e o eixo das coexistências. O eixo das sucessões (da diacronia, da horizontalidade), ao ser cruzado por eixos de coexistências (da sincronia, da verticalidade), promoveria diferentes periodizações, isto é, momentos particulares de ocorrência de diversos fenômenos, caracterizando singularidades temporais com efetivos rebatimentos espaciais. Segundo o autor, esse entendimento proporciona uma compreensão complexificada do tempo, destituindo-se dele uma linearidade (e uma cronologia) ao acrescentar elementos outros que façam essa conversão. Abreu (2014a, p. 50–51) identifica, por exemplo, que no estudo geográfico da memória das cidades, a Geografia pouco contribui para o resgate dessas memórias urbanas por preterir a análise sincrônica à diacrônica. Essa opção metodológica retira desses estudos urbanos uma análise ao longo do tempo e os situa apenas em recortes muito específicos do passado, fazendo-se uso da diacronia apenas na análise da mudança das formas morfológicas. Ou seja, o emprego analítico da diacronia se faz somente em atinência à *forma* das cidades, mas não ao seu *conteúdo*. Da mesma maneira, para esta pesquisa, será vital identificar não apenas as relações verticais da espacialização dos caminhos do ouro (materializada nos caminhos reais ou oficiais), mas também as suas relações horizontais (os caminhos do contrabando ou os descaminhos), no intuito de promover uma investigação que possa discutir essas complexas formações – e não apenas descrevê-las – no recorte têmporo-espacial a ser adotado.

Santos e Silveira (2011, p. 225) oferecem uma visão que não isola as categorias de espaço e de tempo, afirmando "que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações". Haesbaert, ademais, inclui nessa problemática ferramentas lógico-metodológicas nativas às ciências históricas e geográficas, isto é, a periodização e a regionalização, respectivamente (HAESBAERT, 2016, p. 7).<sup>9</sup> Para o autor, a delimitação concreta ou abstrata desse espaço-tempo estabelecida por tais ferramentas não diferem entre si, pois parte-se do pressuposto de que as categorias de espaço e de tempo são gêmeas. Portanto, a aproximação têmporo-espacial vem sendo fundamentada por autores que pensam epistemologicamente e ontologicamente a categoria espaço segundo o prisma da ciência geográfica e identificar os pontos de contato entre essas categorias é reconhecer a

---

<sup>9</sup>Apesar de serem nativas às suas respectivas ciências, o historiador também pode (e deve) regionalizar. Pierre Goubert (1968), por exemplo, realiza uma regionalização exaustiva da região de Beauvaisis, na França, a partir de técnicas e de métodos historiográficos. Pedro Vasconcelos (1999), por sua vez, realiza considerações teoricamente contundentes a respeito do ato de periodizar. Torna-se praticamente impossível regionalizar sem periodizar e o contrário.

complexidade e a totalidade do real, sem buscar distinções ou sobreposições metodológicas que afetem o trato com o *concreto* em sua *totalidade*.

A horizontalidade e a verticalidade apresentadas no espaço corroboram com essa visão, identificando as diversas ações que nele e a partir dele ocorrem. Nesse entendimento, não devemos nos bastar em uma análise espacial que reivindique uma espacialidade verticalizada, exomórfica e colonizadora. Pensar o espaço a partir de verticalidades é pensar o espaço a partir dos institutos, de macropolíticas de governo, de imposições legais e arbitrariedades sobrepostas ao ordenamento territorial. Isto é parte fundamental da constituição do espaço e está muito presente em discussões geohistóricas e historiográficas, mas há outras possibilidades de se compreender o espaço. Pensá-lo a partir dos sujeitos do dia a dia, nos interstícios da política, no cotidiano da vida é buscar assimilar o espaço em uma lógica horizontal. Essa segunda perspectiva não exclui a primeira, pois as verticalidades e as horizontalidades coexistem no espaço. O que não pode ser feito é uma sobreposição analítica de uma em detrimento de outra.

Straforini (2007, p. 29) reitera esta visão, aplicando-a ao movimento histórico econômico percebido no Brasil colônia. Segundo o autor, deve-se buscar um arranjo qualitativo e quantitativo da produção em ordem global (vertical) e em ordem local (horizontal) para se perceber a formação do território engendrada a partir dos descobertos auríferos do final do século XVI. Ou seja, não bastam os tratados de fronteira e as explicações econômicas voltadas para a exportação para que se possa compreender como se deu, de fato, o espaço geográfico colonial na virada dos seiscentos para os setecentos. Faz-se necessário, portanto, um entendimento plural dos processos espaciais históricos para que possa surgir um espaço dinâmico, apropriado à realidade vivida e percebida 300 anos atrás.

O mesmo atributo deve ser repassado ao entendimento do tempo e de outros processos muito caros à nossa metodologia, como a lógica de patrimonialização.<sup>10</sup> Devemos substanciar esses escopos de análise a partir de compreensões que sejam também filosoficamente horizontais, ou seja, ensejar uma Geografia Histórica desenvolvida igualmente por sujeitos menos visíveis, em lugares ofuscados pela história, com categorias de análise não-colonizadoras. Nosso projeto se alinha com essa proposta ao discutir a

---

<sup>10</sup>Costa (2016, p. 7) afirma que o patrimônio territorial: "(...) resgata, situa e ressignifica, espacialmente, o que resiste na América Latina: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela "face oculta" da modernidade." Esta compreensão está diretamente vinculada à necessidade de expormos as relações horizontais no espaço em detrimento de suas verticalidades, destacando a sua composição *total*.

importância que os caminhos e descaminhos de Goyaz tiveram, no século XVIII, para uma *articulação e uma formação do território* do Brasil colônia, segundo uma teoria brasileira do espaço geográfico.

Este trabalho certamente não é historiográfico e nem o pretende ser. Enquanto pesquisa geográfica, procuramos evidenciar os processos espaciais que tomaram forma (material e imaterial) em um dado período do passado, segundo preceitos teórico-metodológicos da ciência geográfica. Porém, não podemos nos abster de discutir o tempo enquanto categoria da História, isto é, a sua *prima materia*, em paralelo ao que o espaço representa para a Geografia. Novamente, aflora a compreensão do espaço e do tempo enquanto categorias gêmeas e que residem no âmago da Geografia Histórica.

Uma primeira inquirição a respeito da História pode questionar se a ela pertence uma necessária imaterialidade, como também a materialidade aparentemente se adequaria à Geografia. Marx e Engels (2007, p. 22) reivindicam uma essencial "base *terrestre*" à produção da história, criticando o fato disso não ter lugar na produção científica alemã<sup>11</sup> de seu tempo em oposição à produção científica inglesa e francesa. Essa "base *terrestre*" colocaria a História em adequação com a realidade vivida pelo povo alemão do século XVIII. Teorias gerais da História ou produções desatreladas do mundo material entrariam em contramão com o que por eles foi postulado. Buscaram, pois, destituir da História um caráter suprassensível, localizando-a no mundo de fato vivido.

Continuam os autores:

A produção real da vida aparece na origem da história, ao passo que aquilo que é propriamente histórico aparece como separado da vida comum, como extra e supraterrrestre. As relações entre os homens e a natureza são, por isso, excluídos da história, o que engendra a oposição entre a natureza e a história. Por conseguinte, essa concepção só pôde ver na história os grandes acontecimentos históricos e políticos, lutas religiosas e, sobretudo, teóricos, e teve particularmente de *compartilhar*, em cada época histórica, a *ilusão dessa época*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37–38)

Nesse ensejo, não existiriam propriamente "eventos históricos", pois a todo evento caberia a sua participação em uma conjuntura maior denominada história. Outrossim, não existiriam "eventos históricos" enquanto o que percebemos como evento histórico, ou seja,

---

<sup>11</sup>Deve-se ter em mente, aqui, que ambos os autores elaboram essa crítica com base no idealismo alemão pós-kantiano da virada do século XVIII para o XIX. Direccionam-a aos escritos de Hegel, de Feuerbach, entre outros, de acordo com uma percepção de que esses autores elaboravam modelos filosóficos em termos metafísicos, ou seja, desconectados com a *praxis*, com a realidade concreta. Contemporaneamente, porém, evidencia-se como o idealismo alemão permitiu, de dada maneira, a própria existência do materialismo histórico dialético marxiano e faz-se necessária uma visão contínua atinente às discontinuidades que existem entre as produções citadas, buscando-se uma aproximação da questão de maneira dialética e não-excludente. (MUSSE, 1994)

algo que se dissocia da "vida comum". Ao contrário, todo evento estaria posto enquanto evento histórico. Dessa forma, horizontaliza-se a História da mesma maneira que procuramos horizontalizar a Geografia, retirando-as de suas respectivas posições contemplativas e inserindo-as no tempo e no espaço que de fato *existem e existiram*.

Trazemos para o debate o historiador Fernand Braudel, expoente da segunda geração da chamada Escola dos Annales, que também considera o conceito de evento histórico enquanto uma pluralidade que não necessita pertencer a personagens específicos, mas a qualquer variedade de ato histórico:

O que primeiro percebe o historiador é, pois, a tropa de acontecimentos vencedores na rivalidade da vida; mas esses acontecimentos se tornam a colocar e se ordenam no marco de múltiplas possibilidades contraditórias, entre as que a vida tem realizado, finalmente, uma seleção: por uma possibilidade que se tem realizado dezenas, centenas e milhares delas, demasiado humildes ou demasiado secretas para se imporem de golpe à história, se esfumaram. Convém, não obstante, tratar de reintroduzi-las porque esses movimentos derrotados representam as forças múltiplas, materiais e imateriais, que em cada instante têm tomado os grandes impulsos de sua evolução, retrasado seu florescimento e posto às vezes um término prematuro à sua carreira. É indispensável conhecê-los.<sup>12</sup> (BRAUDEL, 1970, p. 49–50) (Tradução livre do autor)

Temos, acima, uma preocupação demonstrada pelo autor em reintroduzir, à História, os eventos que foram "derrotados" pelos de maior monta; de dar vida novamente aos que estavam esquecidos ou que foram rechaçados. Novamente, relembramos a atinência que esta postura tem para com a desenvolvida sobre o patrimônio-territorial (COSTA, 2017), isto é, um entendimento de patrimônio vinculado à herança da formação territorial de fato, a qual incorpora a história de resistência dos excluídos, dos marginalizados, dos afastados da história contada – da história "vencedora".<sup>13</sup>

Ribeiro apresenta o conceito de espaço definido na obra braudeliiana e como ele se aproxima dos conceitos *ativos* desenvolvidos em relação ao que entendemos por espaço na Geografia:

(...) o que emerge é uma acepção material do espaço e seu uso espectral pelas civilizações. Ele é apresentado como um produto, mas também como uma condição histórica, isto é, não se trata somente de um reflexo da sociedade, mas

---

<sup>12</sup>"Lo que primero percebe el historiador es, pues, la tropa de acontecimientos vencedores en la rivalidad de la vida; pero estos acontecimientos se vuelven a colocar y se ordenan en el marco de múltiples posibilidades contradictorias, entre las que la vida ha realizado finalmente una selección: por una posibilidad que se ha realizado decenas, centenas y millares de ellas, demasiado humildes o demasiado secretas para imponerse de golpe a la historia, se han esfumado. Conviene, no obstante, tratar de reintroducirlas, porque estos movimientos derrotados representan las fuerzas múltiples, materiales e inmateriales, que en cada instante han prenado los grandes impulsos de la evolución, retrasado su florecimiento y puesto a veces un término prematuro a su carrera. Es indispensable conocerlos."

<sup>13</sup>Segundo Costa (2017, p. 3): " Ao invés de estimular um imaginário acadêmico e coletivo que marginaliza ainda mais as periferias do continente, (...) os estudos do *patrimônio-territorial* devem enaltecer o que resiste – do ponto de vista cultural e popular – à degenerante colonialidade do poder."

de algo que a constitui enquanto tal (...) Em outras palavras, tanto a natureza quanto o espaço são vistos não como fenômenos isolados e passivos, mas sim como partes “ativas” no processo histórico. A complexificação da vida social moderna não ocorre de forma alheia à natureza e ao espaço (...) Daí o tratamento da Geografia como uma estrutura *densa, complexa e polimórfica*. (RIBEIRO, 2011, p. 62)

Nesse intento, reaparece a natureza sob a égide do tempo e do espaço, ou seja, ela se torna necessária para uma complexificação do passado. Uma reconstrução histórica apartada da natureza torna-se alheia ao atrito da realidade; suspensa em construções mentais, a História sem natureza passa a não representar, também, o elemento social do passado, também ligado intimamente com o natural. Em Braudel (2016, p. 673–682), reside na Geografia a complexificação dessa ordem necessária à História e é nesse sentido que se faz ainda mais produtiva a ligação entre ambos os saberes.

Apesar disso, temos acompanhado um crescente distanciamento entre a Geografia e a História, separação essa alertada por Gil (2014, p. 184-185-191) que identifica, nisso, uma subsequente falta de erudição toponímica à História e uma necessidade crescente de se incluir cada vez mais o espaço nas inquirições temporais. As ferramentas da Geografia e da cartografia se colocariam de maneira a "recuperar o terreno" na História, criando aproximações teórico-metodológicas e técnicas entre as disciplinas. Isto, a partir da visão de um historiador, é fundamental para concebermos com qual História devemos trabalhar em um aporte geohistórico, pois a introdução de técnicas cartográficas, por exemplo, não se faz útil em qualquer acepção historiográfica. Da mesma maneira, técnicas tradicionalmente pertencentes à História não se fazem úteis a qualquer entendimento de Geografia. Saber onde e como funciona essa amálgama é o que torna a Geografia Histórica um ponto único de inflexão e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de ampliar os domínios de ambos os campos de conhecimento, sobrepujando limites e dominando novos âmbitos.

### ***Os caminhos e as suas relações objetais***

Estudar os caminhos, em tempos de sua formação territorial, nos abre possibilidades de pensar os territórios coloniais brasileiros em conexão e não isoladamente. Apesar desta pesquisa se referir especificamente a um recorte espacial, os caminhos não nos possibilitam entendimentos estáticos. Dessa forma, reiteradamente citaremos localidades distantes a Goyaz – como as minas do Cuyabá e do Mato Grosso, por exemplo – mas que estavam em intensa comunicação de acordo com as possibilidades auferidas à época, constatando que a própria formação territorial goiana está atrelada à formação territorial de

outros territórios, em incessantes processos simultâneos de espacialização.<sup>14</sup> A isso nos debruçaremos para que possamos entrever, com mais cuidado, que não basta realizar levantamentos pontuais a respeito dos objetos para compreendê-los, mas que é necessário discernir os seus movimentos para então entender a sua natureza (isto é, não nos bastará realizar uma inquirição sincrônica dos objetos, tendo em vista o risco de destituí-los das suas relações diacrônicas que são, por sua vez, igualmente vitais à pesquisa geohistórica).

Embasaremos-nos em Moraes para distinguir o conceito de território do de formação territorial a seguir:

O território deve ser entendido então como uma materialidade e como uma representação e/ou como um projeto de ocupação prática de porções da superfície terrestre e de sua legitimação simbólica. (...) a formação territorial deve ser equacionada solidariamente como um processo político de afirmação de uma forma de domínio social (ou estatal) e de obtenção jurídica de sua legitimidade como identificação cultural (a nação). (MORAES, 2009, p. 29)

Temos o território como materialidade, enquanto que a formação territorial é a sua apropriação sob instâncias politicamente direcionadas, de acordo com um quadro afirmado sob tratativas jurídicas e culturais. Portanto, a formação territorial é imbuída em maior grau de intencionalidades verticalizantes, ou seja, que advêm de projetos alheios a esse território mas direcionadas a ele. Dessa forma, ao discutirmos a formação territorial de Goyaz, discutiremos em que grau esse território foi inserido em uma lógica colonizadora portuguesa segundo os desígnios da Coroa.

Nesse contexto de formação territorial, prossegue Moraes:

Sinteticamente, temos: o território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como as áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os encaves e regiões); e os fundos territoriais como reservas para a expansão futura da ação colonizadora. (MORAES, 2009, p. 65)

Temos, aqui, uma diferenciação entre território e território usado<sup>15</sup> que se faz muito cara à nossa pesquisa em caminhos. Havia uma série de caminhos designados pela Coroa,

---

<sup>14</sup>Bertran (2011, p. 303) explica a contribuição que Goyaz teve para o Mato Grosso, tanto em termos auríferos quanto no envio de tropas para a defesa da fronteira contra os espanhóis a oeste: "Por duas ou três vezes no decorrer do século XVIII, a capitania de Goiás teve que acorrer com tropas à fronteira de Mato Grosso, ameaçada de invasão pelos espanhóis. Em 1760, tão só de Santa Luzia, dez homens foram enviados para engrossar o rarefeito exército português da área. O contributo da capitania goiana para a manutenção da fronteira mato-grossense foi pesado. Entre 1758 e 1803, contribuía, por ordem real, com uma média de dez quilos de ouro, anualmente, para com o erário de Mato Grosso, soma que privava a administração goiana de uma série de realizações governamentais."

<sup>15</sup>Moraes se debruçará sobre essa matéria a partir de uma investigação a respeito do uso do conceito de território na obra de Milton Santos, identificando uma cada vez maior apropriação, por parte deste geógrafo, do conceito em sua teorização sobre o espaço. Se no início havia uma relação direta entre a conceituação de território e a sua designação atrelada aos limites políticos do Estado nacional (preferindo-se uma análise geográfica centrada no conceito de região) (MORAES, 2013, p. 16; 22), Milton Santos passará a dedicar ao território um "tratamento sistemático mais completo que em obras anteriores", diferenciando, inclusive,

as estradas reais, que direcionavam os fluxos de exportação das riquezas naturais extraídas, que, no caso de Goyaz, eram majoritariamente o ouro. Tais caminhos tinham localizações estrategicamente colocadas e eram acompanhados de outros objetos, como os registros, por exemplo. Os registros eram implementados com vistas a fiscalizar o transporte de ouro, pois à época a tributação que recaía sobre as extrações auríferas era o de recolhimento de um quinto da produção para a Coroa Portuguesa. Portanto, eram criados postos de fiscalização em pontos estratégicos ao longo das estradas reais que buscavam dirimir o transporte ilegal de ouro. Além desses caminhos, havia a sua antítese, os descaminhos, ou seja, caminhos de contrabando do ouro, passando por outras localidades que não as designadas oficialmente. Nos aprofundaremos nessa questão nos casos práticos de nossa análise, mas é fundamental compreendermos a clara diferença que existe entre o território e o território usado, pois se havia uma designação oficial de que certos caminhos deviam ser os únicos a serem percorridos, não podemos nos iludir de que este era o caso. Em realidade, havia uma pluralidade de trajetos que passavam por uma gama de localidades e buscaremos, neste trabalho, destacar alguns desses. Portanto, os caminhos reais representavam o território *imaginado e projetado* pela Coroa; os descaminhos do ouro representavam o território *usado*, paralelo ao território oficial, dialeticamente contrário aos caminhos reais. Ou seja, ao mesmo tempo em que a existência dos caminhos reais figurava uma intencionalidade colonial da Coroa, isto só ocorria em virtude da própria existência dos descaminhos que alimentavam a necessidade de se controlar e de se fiscalizar o transporte do ouro. Podemos destacar uma coexistência dialeticamente necessária entre os

---

território de configuração territorial, por exemplo. (MORAES, 2013, p. 92) A esta construção epistemológica agregar-se-á, ainda, o conceito de rede, estabelecendo-se as horizontalidades e as verticalidades do espaço de acordo com a incidência de vetores políticos no espaço (MORAES, 2013, p. 96). Por fim, haverá uma diferenciação entre território e o território usado proposta por Santos (MORAES, 2013, p. 105) e Moraes resgata esse debate para uma aplicação geográfico-histórica, exemplificando essa problemática com o "espaço efetivo da colonização lusitana na América do Sul". Nesse ensejo, o território representaria a "porção de espaço delimitada pela ação diplomática da metrópole" e o território usado se referiria aos "lugares efetivamente incorporados pelo movimento colonizador". Assim, o território seria "o conceito que responderia ao domínio geopolítico (mesmo que apenas formal) (...)" e "o território usado estaria referido ao habitat criado pelo colonizador, abrigando as instalações construídas pelo avanço da colonização nas novas terras" (MORAES, 2013, p. 123–124). Essa perspectiva se adequa diretamente à nossa pesquisa, já que a ocupação de Goyaz somente seria juridicamente reconhecida a partir do Tratado de Madri (1750). Antes desse marco, tais terras não poderiam, em tese, fazer parte da colônia brasileira, mas sim à espanhola e, em termos estritamente espaciais, somente se torna elucidativo o estudo dessa penetração territorial a partir da conceituação de território usado por Milton Santos, retrabalhada por Antônio Carlos Robert Moraes. Portanto, faremos, sempre que necessário, alusão a esse conceito eminentemente miltoniano, mas revisitado no âmbito da Geografia Histórica por Moraes, a exemplo do que também realizou Nogueira (2008, p. 10), aliando este conceito com os demais forjados por Moraes (como formação territorial e fundos territoriais), a despeito de um certo ecletismo teórico-metodológico adotado por Santos ao longo de sua vasta produção acadêmica.

caminhos reais e os descaminhos, conformando uma malha de transporte em torno de diversos objetos geográficos. Desse modo, para que possamos compreender a formação territorial na primeira metade dos setecentos, não poderemos nos ater apenas aos caminhos reais, mas também aos descaminhos, já que um não podia existir sem o outro.

Porém, se os descaminhos não estavam presentes nos planos reais de conquista e de colonização do território, eles não foram registrados na cartografia da época e aqui encontramos um entrave metodológico. Se tais descaminhos não aparecem na cartografia, como podemos acessá-los e reconstruí-los segundo as nossas possibilidades técnicas? Aqui entra o uso necessário de fontes primárias outras, como relatos de viagem, por exemplo. A partir da sua transcrição e da revitalização dos trajetos e das localidades percorridas, podemos reconstituir, por meio de técnicas em geoprocessamento, esses descaminhos que indicavam um uso muito diverso do território. É aqui que reside, metodologicamente, a importância de estudarmos os caminhos para além de suas feições oficiais presentes nos desígnios dos caminhos reais e na cartografia histórica, viabilizando uma reconstrução do território *usado*, referenciado na obra de Milton Santos, em suas mais variadas possibilidades e não apenas no instaurado pela Coroa.

Surge, novamente, a importância de pensarmos o espaço geográfico – enquanto produto e produtor da realidade da época – sob a ótica amalgamada das horizontalidades e das verticalidades, pois não se faz suficiente ponderar apenas o que foi verticalmente intencionado à colônia; devemos também nos ater às realidades horizontalmente vividas no passado para que possamos conceber como que de fato a vida se deu. Dessa maneira, o território, o território usado, os fundos territoriais e a própria formação territorial (conforme acima foi exposto) conformam um espaço geográfico como totalidade e, ainda mais, como totalidade *concreta*, isto é, conforme Santos (2006, p. 75), "a ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm." Dessa forma, ensinaremos, pois, nos situar a partir de estudos recentes que tratam, enfaticamente, sobre as estradas reais da colônia (STRAFORINI, 2007) e sobre os caminhos de Goyaz reproduzidos na cartografia histórica colonial (BARBO, 2015) para, então, somar a esses entendimentos uma discussão a respeito dos descaminhos de Goyaz, intencionando assimilar a produção do espaço setecentista a partir desse conjunto agrupado de objetos.

Andrade reforça a necessidade de estudarmos os caminhos coloniais para compreendermos a racionalidade por trás dos processos de colonização:

Também os caminhos terrestres, naquele tempo, mais susceptíveis às determinações da natureza, refletiam conhecimento e racionalidade no uso do espaço desbravado. A cartografia histórica demonstra que os caminhos terrestres, amplamente articulados às vias fluviais, tinham, nos seus percursos, o respeito à morfologia e articulavam áreas pontualmente ocupadas (pousos, engenhos, fazendas, sedes de freguesias, aldeias e vilas). (ANDRADE, 2013a, p. 43–44)

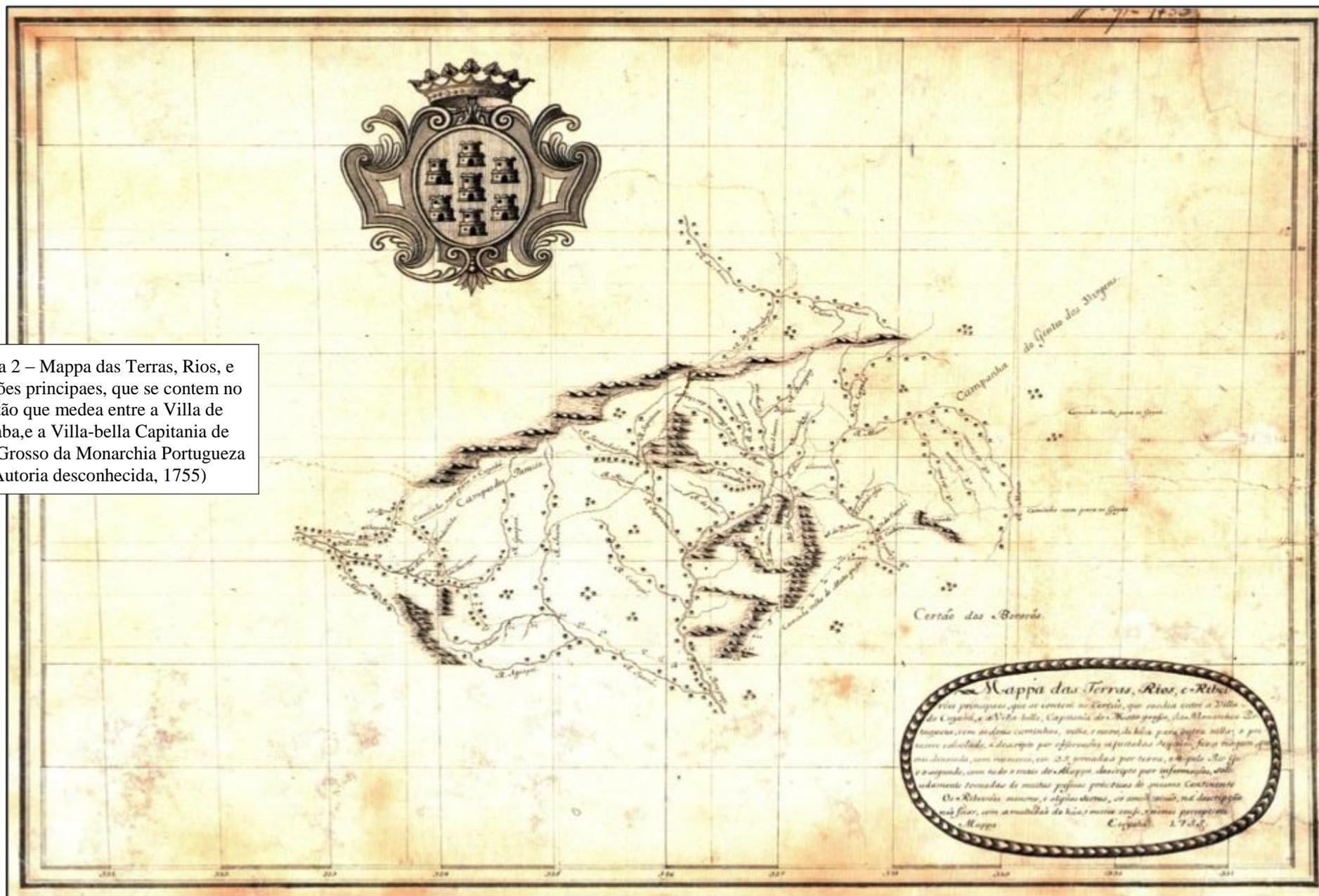
Essa articulação promovida pelos caminhos, identificável na cartografia histórica, é fundamentada a partir de uma percepção *ativa* dos caminhos, opondo-se a uma concepção *passiva* deles.<sup>16</sup> Ou seja, procura-se identificar a espacialização promovida pelos caminhos (incluindo-se aqui as estradas reais e os descaminhos) para além de compreendê-los apenas enquanto produto do espaço. Isso se torna essencial para enfocarmos os caminhos como objetos e, além do mais, como objetos geográficos. Assim, podemos entender os objetos geográficos enquanto todo e qualquer objeto (móvel e imóvel) que interesse à investigação geográfica, mas tidos não enquanto coleções e sim como sistemas (SANTOS, 2006, p. 46). É proveitável analisá-los sob esse entendimento sistemático, ou seja, de uma composição articulada e inclusa em uma totalidade e não dispostos aleatoriamente em uma coleção verificável.

A título de exemplo, apresentamos o caso dos caminhos da Capitania do Mato Grosso e a criação das suas vilas ao longo do século XVIII. Como elemento da cartografia histórica que nos apresenta os caminhos iniciais do Mato Grosso, destacamos o mapa do governador da Capitania do Mato Grosso D. Antônio Rolim de Moura, produzido a partir de sua viagem realizada em meados do século XVIII, da Vila de Santos à Vila de Cuyabá, que teve as medições cartográficas feitas pelo mesmo e que foi desdobrado em dois mapas: o primeiro que representa a viagem como um todo e o segundo que destaca os caminhos localizados apenas entre as Vilas da Capitania (ARAÚJO, 2015, p. 3–4). Reproduzimos o segundo, intitulado "Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba, e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza", de 1751 (figura 2), em seguida, o mesmo mapa ampliado (figura 3) e, por fim, a versão vetorizada (figura 4).

---

<sup>16</sup>Para mais informações sobre a *atividade* dos caminhos, ver Maluly (2016).

Figura 2 – Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba, e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza (Autoria desconhecida, 1755)



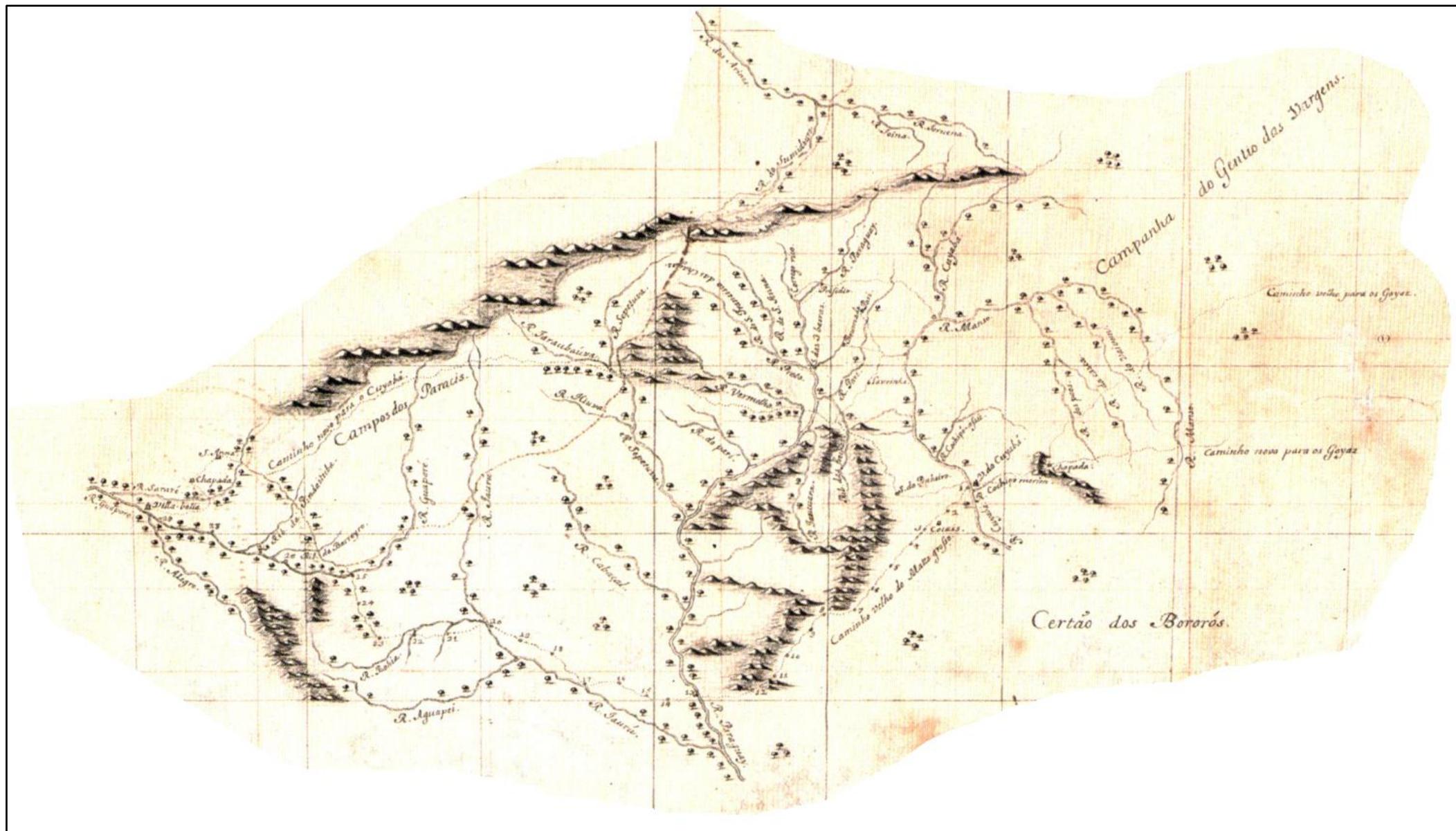


Figura 3 – Ampliação do Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba, e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza (Autoria desconhecida, 1755)



A vetorização apresentada nos permite transferir os dados presentes no mapa para o meio digital, auxiliando no manuseio deles e permitindo uma criação posterior de novas visualizações cartográficas a partir do cruzamento de informações. Também nos auxilia na própria leitura do mapa, a nível de transcrição, abrangendo o acesso do mesmo e facilitando a sua interpretação. Assim, temos de diferenciar os mapas das visualizações vetorizadas. Aqueles têm referências latitudinais e longitudinais, com o apoio de legenda e de escala; estas são apenas versões digitalizadas que nos permitem inserir e manipular as informações desejadas, sem a necessidade de georreferenciamento, por exemplo.

Além das informações hídricas presentes no mapa, há destaque para as duas primeiras vilas da Capitania do Mato Grosso – Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá (1722) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) – e os dois caminhos principais que as interligavam, a saber, o Caminho Velho do Mato-grosso e o Caminho Novo para o Cuyabá.<sup>17</sup> Também devemos nos ater ao fato de que o *mappa* (...) de 1755 é composto de maneira peculiar, pois ele não apresenta limites específicos, mas um grande "vazio" intencional em torno do pouco território percorrido, destacando os caminhos e o que havia entre eles.<sup>18</sup> São estes os verdadeiros componentes *ativos* e indutores do espaço produzido, ligados por uma rede estabelecida a partir das duas vilas em questão. Araújo identifica e detalha tal espacialização promovida a partir dos caminhos:

Mas o mais significativo destes mapas é a própria apresentação do espaço pelo caminho. O caminho constitui o território dominado, à volta do qual persistem as identificações do "sertão dos bororós" ou o "reino do gentio caypo". A descrição do caminho revela-o como meio de penetrar nesta área ainda não totalmente dominada, como conhecimento em si do percurso no espaço, mas também como meio de integração deste espaço à rede urbana, note-se, pois são as vilas os pontos de partida e chegada dos caminhos. Em termos gráficos, não se faz a linha externa do desenho do território, mas as suas linhas do meio, os seus eixos. (ARAÚJO, 2015, p. 3–4)

Se sobrepomos a versão vetorizada à realidade, identificamos alguma distorção principalmente na parte mais próxima a Vila Bela, mas, ainda assim, trata-se de um mapa extremamente apurado, principalmente por ter sido produzido em meados do século XVIII sem os recursos tecnológicos que temos hoje à disposição. Identificamos uma distorção de cerca de 100 quilômetros entre o que se representa por Vila Bela e onde ela se localizava pela

figura 5.

---

<sup>17</sup>Faz-se importante perceber que, à época, o Mato Grosso e o Cuyabá eram tidos como dois domínios distantes e diferentes entre si – na linguagem da época, seriam dois *países* diferentes. Holanda (2014, p. 148), ao tratar do comércio do Cuyabá, diferencia, por exemplo, o comércio para os dois locais e Nauk (2012, p. 94) explica que a própria Capitania do Mato Grosso, fundada em 1748, era dividida em apenas dois distritos: o do Cuyabá e o do Mato Grosso.

<sup>18</sup>Ver o tópico "Os "certões" e os "vazios".

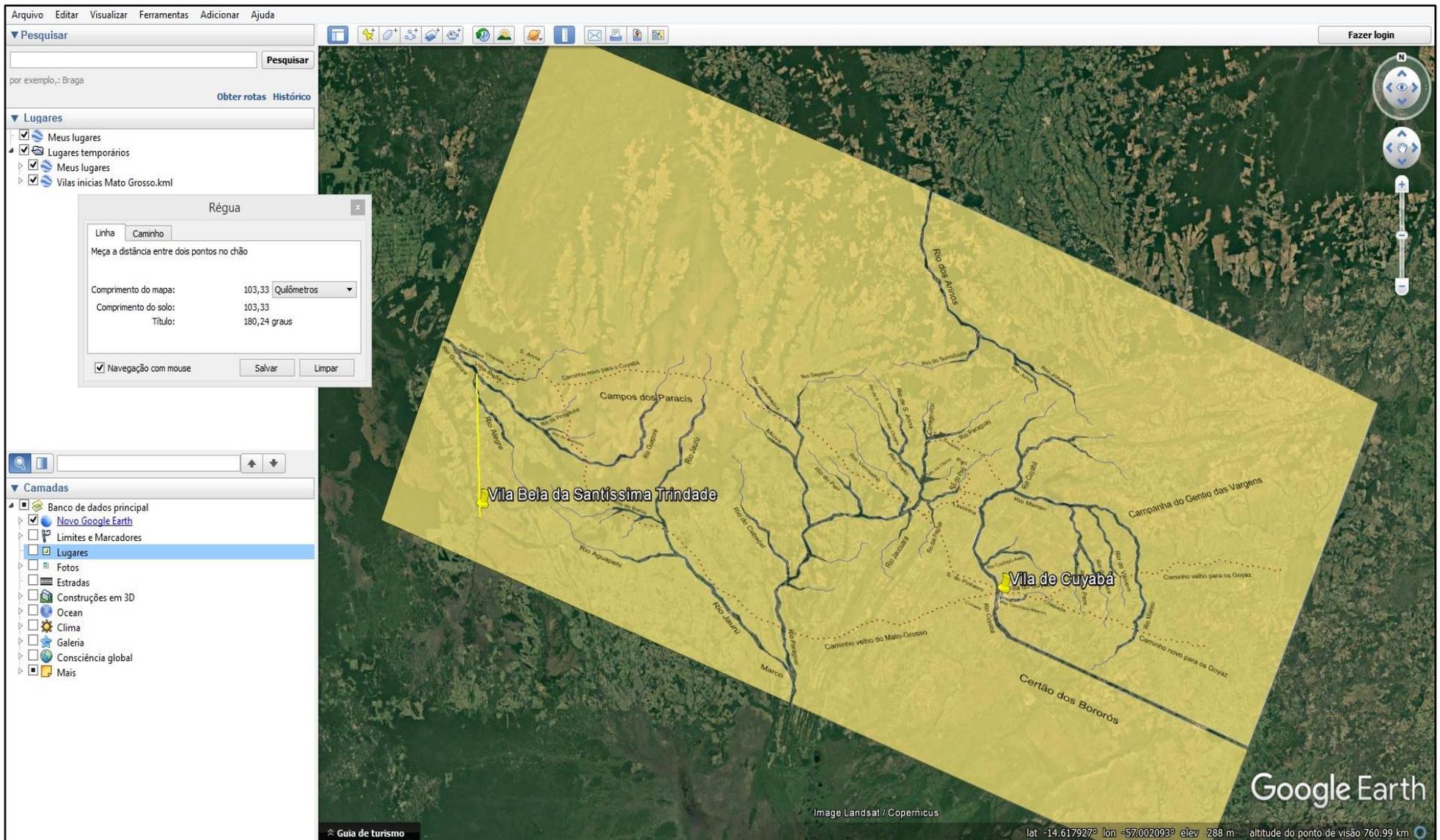
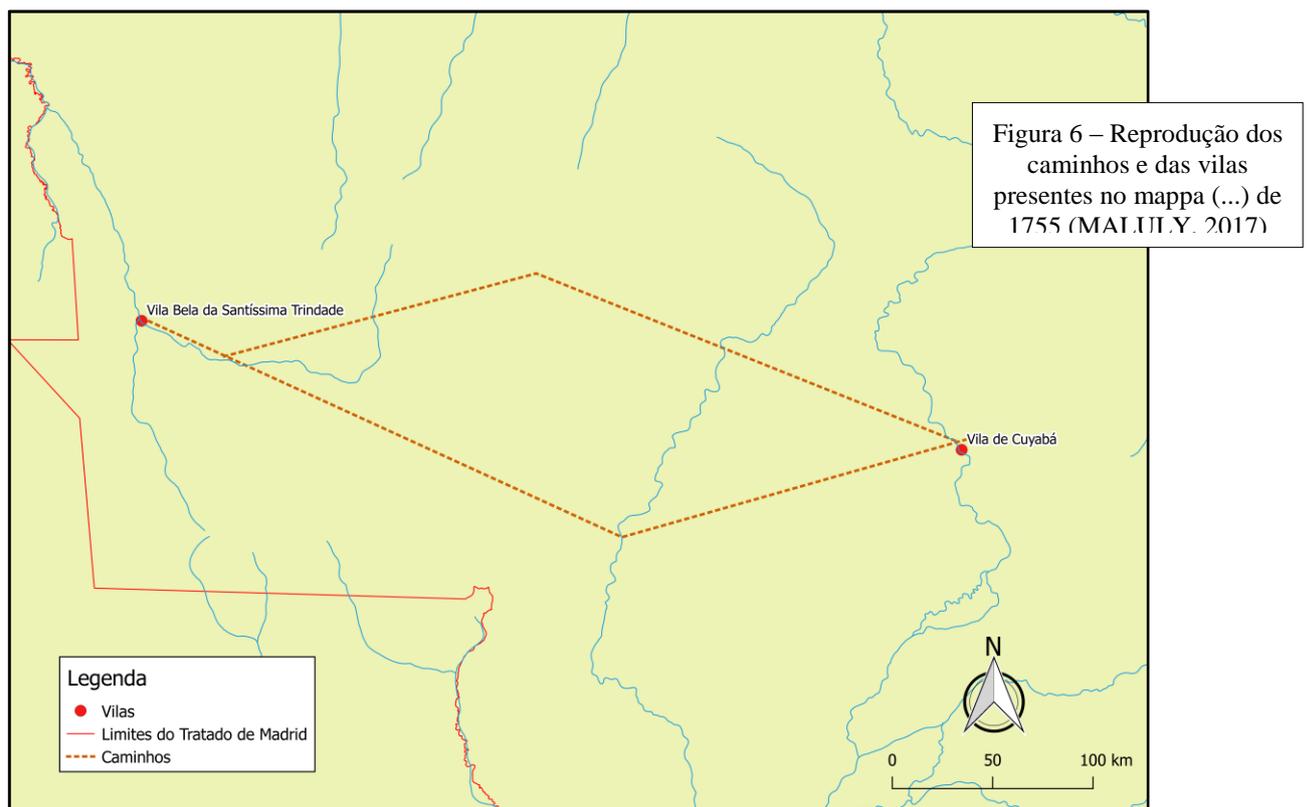


Figura 5 – Distorção apresentada no mappa (...) em contraste com as imagens de satélite do software Google Earth (MALULY, 2017)

A partir das informações coletadas com o trato digital do mapa de 1755, podemos reconstruir os dois caminhos entre as vilas e a localização delas no início e no fim dos trajetos. Por haver distorções cartográficas, torna-se impossível traçar os caminhos de acordo com a disposição deles no mapa e temos de adotar formas retilíneas para diminuir os erros de reprodução. Adotamos, pois, a técnica da interpolação, ou seja, a ligação média entre dois pontos que, por óbvio, não caracteriza o caminho que era percorrido, mas que também não difere substancialmente da média do percurso adotado.<sup>19</sup> Também devemos ter a consciência de que grande parte dos traços presentes no documento cartográfico não podiam representar a realidade em seus mínimos detalhes, já que havia limites para as possibilidades técnicas da época. Portanto, não podemos tratar o mapa enquanto uma realidade dada e inegável, sim enquanto representação e referência.

Reproduzimos os caminhos interpolados e as vilas georreferenciadas, informações estas coletadas do *mappa (...)* de 1755 na figura 6.



Os caminhos e as vilas apresentadas tiveram um forte valor geopolítico na ocupação das terras para além do Tratado de Tordesilhas (1494). O território aí

<sup>19</sup>Para mais informações a respeito do contraste entre a representação interpolada e a representação georreferenciada dos caminhos, ver: MALULY, V. (2016, p. 289–298)

localizado tinha uma acepção de fundo territorial, ou seja, "reserva para a expansão futura da ação colonizadora" (MORAES, 2009) que configurou, posteriormente, em um efetivo uso do território, incorporando-o ao território colonial português oficializado no Tratado de Madrid (1750) e no Tratado de Ildefonso (1777). Araújo (2015, p. 2) esclarece, nesse âmbito, que o Mato Grosso foi construído sob o conceito de *barreira* e Nauk (2012, p. 94) define a capitania enquanto *fronteira-mineira*. Ambas as autoras reforçam o peso que a colonização teve na penetração territorial efetivada no século XVIII nessas porções afastadas do território.

Porém, apresentamos o exemplo dos caminhos não para nos aprofundarmos nas questões da Capitania do Mato Grosso (que estão fora da alçada desta pesquisa), mas para identificarmos o caráter *ativo* que esses caminhos tiveram para a produção do espaço colonial do extremo oeste. Além das duas vilas já citadas (sendo que Vila Bela foi erigida para ser capital da Capitania do Mato Grosso, estrategicamente localizada em frente ao rio Guaporé, fronteira última ante as possessões espanholas), foram fundadas ainda a Vila Maria do Paraguai (1778), a Vila São Pedro del Rei (1781) e a Vila de Casal Vasco (1783) (CARBONESI, 2017), todas ligadas ao caminho velho. As reproduzimos na figura 7 e podemos ver, em comparação com a figura 6, o caráter crescente de povoamento que houve de acordo com os desígnios políticos em voga.

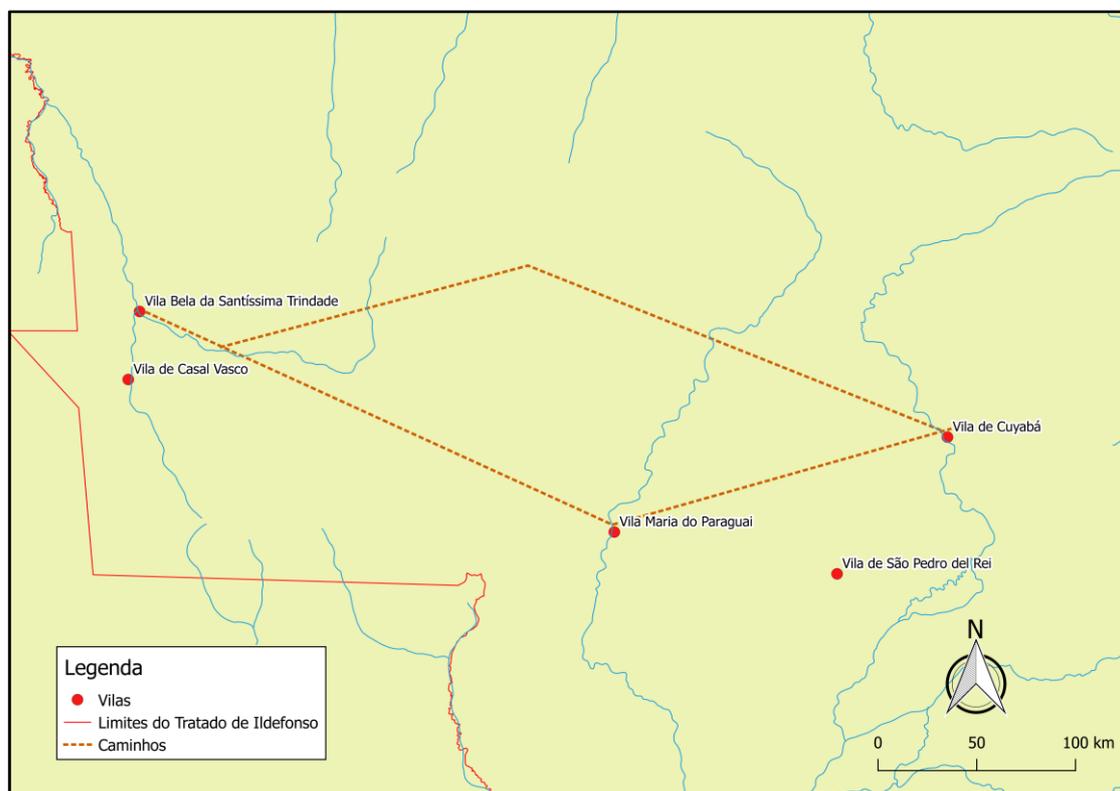


Figura 7 – Reprodução dos caminhos e das vilas fundadas até o final do século XVIII (MALULY, 2017)

A Vila Maria do Paraguai foi criada pelo governador D. Luís de Albuquerque no caminho entre a Vila de Cuyabá e a Vila Bela, "em local inquestionavelmente português" (ARAÚJO, 2012, p. 68). Ainda: "A criação da vila fez parte do projeto do Governador e Capitão Geral de ocupar pontos estratégicos para garantir para Portugal a navegação nos rios da fronteira com os territórios espanhóis, o rio Guaporé e o rio Paraguai (...)" (CARBONESI, 2017). A Vila de São Pedro del Rei também teve a função de assegurar posse dos rios Guaporé e Paraguai, mas entre as Vilas de Cuyabá e a Vila Maria do Paraguai. A Vila de Casal Vasco foi a última a ser fundada por Luís de Albuquerque e representava "o último baluarte de uma série que vinha construindo desde o início da sua administração, plantando povoações ao longo da fronteira" (ARAÚJO, 2012, p. 70–71).

Em outros mapas ao final do século XVIII e início do XIX, não há referência ao caminho novo para o Cuyabá, mas apenas ao caminho velho que interligava as vilas citadas. Especulamos que o trânsito do caminho novo era dado de maneira mais interna à capitania, enquanto que o caminho velho era o administrativamente designado, com a presença de outros elementos importantes, como registros e fazendas. Vemos isso no mapa *Carta geográfica da Capitania do Mato Grosso*<sup>20</sup>, datado de 1800, que tem identificado o caminho na figura 8 dentro do retângulo destacado. Após o exercício de vetorizar o mapa, podemos dar enfoque ao caminho discriminado, revelando a presença de uma descrição mais pormenorizada do próprio e, como foi dito, a inexistência do caminho novo para o Cuyabá (figura 9). Destacamos a presença de outros núcleos urbanos formados ao longo do caminho, como *Bom Jardim* e *Jacobina*, entre outros, além do *Registo Marais* e da *Fazenda de S. Magestade*, indicando um progressivo uso desse território de acordo com as intenções políticas reais da Coroa.

---

<sup>20</sup>Biblioteca Digital Mundial. Disponível em:<<https://www.wdl.org/pt/item/910/>> Acesso em: 07 de maio de 2017.



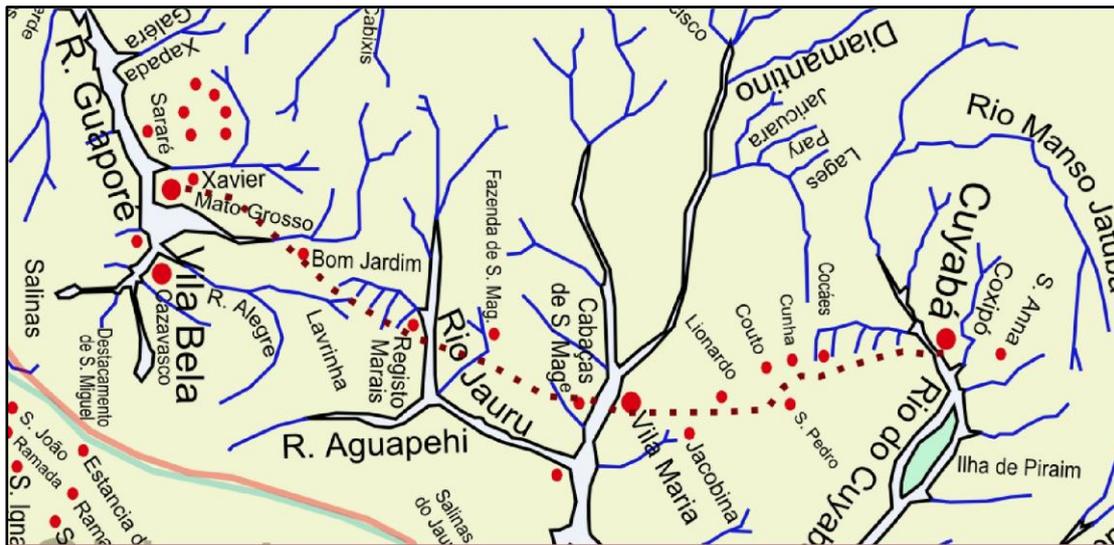


Figura 9 – Vetorização do caminho presente na Carta geográfica da Capitania do Mato Grosso (MALULY, 2017)

Temos, pois, a partir do caso exemplificativo dos caminhos do Mato Grosso, uma melhor percepção das relações formadas em torno dos objetos. A criação de vilas, registros, outros núcleos urbanos, além da delimitação fronteiriça propiciada pela ocupação humana desses distantes locais indicam que, se os objetos não de fato *agem*, eles certamente tecem relações com demais objetos – relações essas objetivas e sistêmicas. Também se destaca o entrecruzamento de escalas de atuação, pois, ao mesmo tempo em que haviam designações e planos políticos verticalizantes que buscaram consolidar o Mato Grosso como fronteira, também existia uma vivência horizontal do próprio território, tanto nas relações tecidas com o lado espanhol quanto ao longo dos caminhos e dos rios. Assim, no mapa são apresentados diversos objetos componentes do território reproduzido, inclusive com a presença de núcleos urbanos do lado espanhol, além do traçado das fronteiras que dividiam as posses portuguesas das espanholas.

Davidson (1970, p. 5–6)<sup>21</sup> destaca a complexa relação que havia nessa fronteira entre o que ele determina enquanto os quatro principais atores envolvidos nas disputas territoriais a oeste: os estados imperiais de Portugal e de Espanha, além dos seus respectivos agentes *freelancers*: os paulistas, mineradores e comerciantes do Mato Grosso e os jesuítas das missões de Moxos e de Chiquitos. Apesar das intenções políticas das Coroas, o autor destaca que os interesses particulares dos agentes

<sup>21</sup> Chegamos a essa relativamente desconhecida – mas importantíssima – tese por meio das indicações bibliográficas sobre o estudo da Capitania do Mato Grosso realizadas por Nauk (2012, p. 101).

*freelancers* influenciava em grande parte no que se conduzia nessas paragens, muitas vezes colidindo com os interesses reais ou organizando-se de alguma outra maneira em particular. Assim, Davidson se refere às relações tecidas entre os agentes de cada Coroa enquanto horizontalidades; as relações construídas a partir do desígnio de cada Império para com os seus subordinados teriam, por sua vez, acepções verticais (DAVIDSON, 1970, p. 5–6).

Portanto, podemos pensar o espaço colonial enquanto multidimensionado a depender dos agentes e dos interesses envolvidos, segundo uma disposição em termos horizontais e verticais que compõem esse espaço de uma determinada maneira. Também o território tem seu *uso* alternado de acordo com essa variação de agência e isso se evidencia nos diferentes materiais cartográficos apresentados. Dessa maneira, o território tem sua materialização e sua *formação* sob o planejamento da ação colonizadora, coexistindo com outras formas espontâneas de vida que se tornam cada vez mais híbridas ao longo da fronteira observada. Os caminhos reais representam essa introjeção espacial, identificando o trajeto a ser percorrido pelos diversos agentes da época e delineando a própria urbanização da capitania.

Esperamos ter elucidado algumas questões metodológicas apresentadas anteriormente com o exemplo destacado, demonstrando brevemente como que a análise histórico cartográfica e o uso de tecnologias em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) podem contribuir para estudos a respeito dos caminhos coloniais da mineração. Ainda temos muito a percorrer, mas pensamos que, até este ponto, o que podemos ter de mais valor é o de pensar os caminhos enquanto formadores *ativos* do território que se relacionam com os demais objetos e que estão inseridos em uma gama de interesses políticos e particulares específicos.

### ***Recortes do objeto***

Apesar de termos identificado, *a priori*, um recorte no tempo e no espaço em nossa pesquisa sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz entre 1725 e 1752, não podemos nos furtar de elaborar algumas considerações a esse respeito que auxiliem em uma melhor compreensão acerca de nossas decisões metodológicas, a começar pelo período escolhido.

Iniciamos o recorte da pesquisa em 1725, ano em que, aproximadamente, iniciaram-se as "descobertas" auríferas goianas. Enfatizamos que, segundo grande parte

da historiografia brasileira, as riquezas auríferas por estas paragens já eram de conhecimento da Coroa Portuguesa desde os séculos XVI e XVII, mas que, por motivos técnicos e políticos, não haviam sido efetivamente exploradas até o século XVIII.<sup>22</sup> Quintela demonstra que os principais estudiosos sobre Goyaz (como Paulo Bertran, Luís Palacín, Gilka Salles, Zoroastro Artiaga e Manuel Ferreira, por exemplo) atribuem à bandeira de Sebastião Marinho, datada de 1592, como a primeira a explorar efetivamente achados auríferos próximos aos domínios que, posteriormente, comporiam Goyaz (QUINTELA, 2004, p. 17–18). Gomes (1974, p. 67–68), por sua vez, considera que a bandeira de Sebastião Marinho foi insuficientemente documentada e completa: "É melhor que continue em aberto, nestas circunstâncias, até que surjam documentos plenamente convincentes, o problema da prioridade do descobrimento de Goiás". Assim, apesar de identificar uma série de bandeiras que percorreram o Planalto Central ao longo do século XVII, Gomes se alinha a Queiroz ao não atestar, de maneira inegável, uma *certidão de batismo*<sup>23</sup> a Goyaz.

Não nos interessa pontuar, com precisão, qual foi o início do *uso* do território (MORAES, 2009; SANTOS; SILVEIRA, 2011) goiano em nossa história colonial, mas cabe refletirmos sobre a forma como a qual essa pesquisa vem sendo realizada. A historiografia busca, incessantemente, as origens do povoamento de Goyaz segundo os documentos e as tradições dos bandeirantes. Talvez por uma escola paulista de história, esse tem sido o método adotado desde as grandes referências da historiografia goiana até os estudos mais recentes, mas há aí uma lacuna ontológica derivada de um desuso epistemológico. Está-se a considerar apenas um caminho até Goyaz traçado pelas bandeiras, ou seja, o que posteriormente foi concretizado por Bartolomeu Bueno da Silva, advindo de São Paulo, mas não haviam outras formas de se chegar a Goyaz?

Com apoio em Flores (2006, p. 45), afirma Furtado:

A descoberta do Tocantins e sua penetração se iniciaram em fins do século XVI e se intensificaram no seguinte, a partir da foz e da nascente. Os franceses, instalados no Maranhão, foram os primeiros a encontrar a foz junto ao Amazonas, onde, sob o comando de Charles Des Vaux, levantaram uma feitoria, e a batizaram o Tocantins, referência à tribo indígena das redondezas. Entre 1594 e 1615, realizaram várias expedições rio acima para sua exploração, fundando a vila de Cameté e atingindo, em 1613, a foz do Araguaia. (FURTADO, 2016, p. 369)

Por um outro caminho de penetração, rio Tocantins acima, podemos explorar uma pesquisa diversa a respeito da origem dos primeiros colonizadores de Goyaz,

---

<sup>22</sup>Já levantamos, em trabalho anterior, algumas considerações a esse respeito (MALULY, 2014, p. 29).

<sup>23</sup>Expressão apresentada no trabalho de Quintela (2004, p. 19–20).

desvencilhada da historiografia paulistana que dá enfoque majoritário às bandeiras que percorriam os caminhos a partir do rio Tietê. Também a contar do fim do século XVI, havia uma busca por minérios e outras riquezas naturais subindo-se o rio Tocantins que desemboca no que, posteriormente, conformará o arraial de Meia Ponte, núcleo populacional esse que, como veremos mais adiante, será central para o próprio povoamento goiano. Se nos ativermos também aos caminhos fluviais, poderemos ensejar uma historiografia goiana que trate de outros avanços de penetração territorial, identificando formas diversas de ocupação desse território originário. Furtado (2016, p. 36–370) também constata que grande parte das bandeiras paulistas do século XVII igualmente exploraram o rio Tocantins, perscrutando-o até a foz do rio Araguaia, espraiando a sua presença até partes mais setentrionais de Goyaz.

Ademais, há referência a outros caminhos povoadores, ainda no século XVI, provenientes da Bahia, conforme Palacín e Moraes:

É certo que, já no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições – “entradas”, “descidas”, “bandeiras” – percorreram parte do território do atual estado de Goiás, embora não se conservem notícias precisas. Essas expedições, organizadas principalmente na Bahia, centro então da colonização, eram ou de caráter oficial, destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, ou de empresas comerciais particulares, organizadas para a captura de índios. (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 7)

Dessa maneira, temos de colocar em relevância que a presença dos exploradores brancos pôde advir de outros rincões para além do caminho de São Paulo, mas surge aí outra dificuldade metodológica: a maior parte da produção historiográfica a respeito dessa época se refere às conquistas dos bandeirantes, enfatizando que a colonização portuguesa em terras goianas deles adveio. Nos dias de hoje, muito se retira da história dos indígenas, por exemplo, mas em Goyaz grande parte dessa história se perdeu com a colonização portuguesa. Teríamos, pois, de recorrer a autores do Pará e do Maranhão que estudam o povoamento do rio Tocantins e do rio Araguaia para, então, termos uma compreensão diversa sobre a origem das povoações goianas, mas esta discussão se localiza em um debate ainda maior a respeito da influência que a historiografia paulista exerce sobre as demais no Brasil. Porém, isto só ocorrerá se passarmos a elaborar uma crítica aos autores, às histórias e às geografias consagradas, não buscando reduzi-las, mas sim enriquecendo a própria narrativa a respeito de Goyaz, como intentamos brevemente neste trabalho. A historiografia paulista auxiliou enormemente no levantamento de informações a respeito da gênese goiana, mas muito se obscureceu

nesse processo, principalmente em referência aos povoadores que passavam pelo rio Tocantins e pelo sertão baiano.

Bertran faz considerações nesse sentido:

(...) tanto pelos sertões do Tocantins quanto pelos são-franciscanos, desenvolveram-se movimentos muito antigos de colonização pela pecuária, convergindo em largo abraço por sobre as chapadas do Planalto Central. Não fosse o relâmpago atordoante da mineração que, tanto em Goiás quanto em Minas, acelerou enormemente os processos econômicos e sociais, o gado teria primeiro chegado aqui (...) (BERTRAN, 2011, p. 137–138)

Apesar desses questionamentos, pontuamos o início de nossa pesquisa em 1725. Se temos uma convenção em determinar que o início das povoações goianas se deu no ano de 1726,<sup>24</sup> as fontes primárias ampliam isso. A consulta do Conselho Ultramarino<sup>25</sup> ao rei Dom João V, referente à petição dos "descobridores" de Goyaz Bartolomeu Bueno da Silva filho e João Leite da Silva Ortiz pelo direito à concessão da passagem dos rios que compunham o caminho entre São Paulo e Goyaz, enfatiza que "entrarão os suplicantes pelo sertão dentro em agosto de mil sete centos e vinte e dois, e se recolherão em novembro de mil setecentos e vinte e cinco trazendo a notícia de que tinham descoberto as novas Minas" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 6). Portanto, temos um documento datado de 1733 que faz referência a uma súplica dos referidos bandeirantes com relação ao poder de cobrar mercê, ou seja, cobrar tributo aos viajantes que percorressem o caminho até as Minas de Goyaz pelos rios por eles atravessados.<sup>26</sup> Também indica que regressaram a São Paulo os suplicantes no ano de 1725 dando conta da existência das riquezas auríferas.

Temos, então, que a partida dos descobridores em retorno às novas minas se deu em 1726, mas a própria existência de Goyaz, segundo a concepção da época, efetivou-se a partir de 1725 de acordo com a notícia do descobrimento dada por Bartolomeu Bueno da Silva e por João Leite da Silva Ortiz. Poderíamos atribuir o ano de 1722 para o início

---

<sup>24</sup>(BARBO, 2015, p. 6; BERTRAN, 2011, p. 165–166; PALACÍN; MORAES, 1994, p. 23)

<sup>25</sup>Sobre o Conselho Ultramarino: "Estabelecido em julho de 1642, o Conselho Ultramarino constituiu a solução institucional, adotada pela nova dinastia dos Bragança, com o propósito de enfrentar os desafios governativos dos territórios extra-europeus da monarquia portuguesa. (...) o Conselho acabou por garantir grande margem de intervenção na administração colonial até à sua extinção em 1833. (...) A centralidade adquirida por este tribunal régio estendeu-se naturalmente a muitas outras áreas, entre as quais se incluía a supervisão dos processos de concessão de terras na América e em certas partes de África. (...) Relativamente à América portuguesa, o Conselho Ultramarino desempenhou também, como tem sido sublinhado por alguns historiadores, um papel fundamental na gestação intelectual da unidade do território brasileiro, no início do século XVIII. (...) A erosão da autoridade do Conselho Ultramarino foi evidente a partir do reinado de D. João V. No entanto, os seus membros nunca deixaram de participar na política colonial da coroa, inclusivamente em matéria de ordenamento do território." *in*: **Conselho Ultramarino**, Da terra e do território no Império Português. Disponível em: <file://localhost/<https://edittip.net/%3Fs=conselho+ultramarino&submit=>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

<sup>26</sup>Não cabe aqui esmiuçar quais foram os rios e como se deu o dito caminho, pois iremos nos aprofundar nesse quesito no segundo capítulo deste trabalho ao tratar do caminho de São Paulo.

de nosso recorte temporal, ano no qual ambos partem com sua bandeira em direção ao sertão, mas ainda não havia uma clara percepção do que seria encontrado.<sup>27</sup> Apenas a partir de 1725 é que, efetivamente, se cria uma *ideia* de Goyaz que passará a ser recorrente no imaginário paulista animado pelas descobertas de ouro. Porém, tal princípio de periodização só se torna possível se adequarmos a nossa concepção de espaço a processos horizontais de espacialização, pois, em noções verticais, em 1726, foram erigidos os primeiros arraiais de Goyaz,<sup>28</sup> mas a própria *construção de época* do que era Goyaz foi sendo dada, paulatinamente, já a partir do ano de 1725.

Ao longo das décadas, foram sendo realizadas várias tentativas de se proibir a circulação aurífera que não ocorresse nas ditas estradas reais por meio de bandos, como a carta régia de 10 de janeiro de 1730 que determinava um caminho único para Goiás – via São Paulo (ALENCASTRE, 1979, p. 49); a violação de entrada em Goiás que não fosse dada pelos registros segundo ordem emitida em 25 de julho de 1732 (ALENCASTRE, 1979, p. 50); a proibição da navegação do Tocantins por alvará de 10 de outubro de 1733 (OLIVEIRA, 2009, p. 181); o bando de 6 de fevereiro de 1736 que proibia a entrada de qualquer pessoa em Goyaz que não apresentasse despacho ou licença do governador (ALENCASTRE, 1979, p. 51); a alteração do imposto real do quinto do ouro para a capitação em 1736 (BERTRAN, 1978, p. 31); entre outros. São tratativas essas de ordenar a circulação do território segundo os preceitos e os interesses da Coroa, mas contrastavam com o próprio *uso* do território e a maneira pela qual isto se dava. Visualizamos, pois, intromissões verticalizantes a horizontalidades vividas e o espaço goiano foi-se configurando no entremeio dessas diversas agências, aspirações e realidades, sob diversos espectros de atuação tanto do poder administrativo quanto do poder local. Straforini destaca o conflito de interesses que havia entre os agentes que se punham entre os desejos metropolitanos e os desejos particulares de extração das riquezas minerais:

---

<sup>27</sup> Segundo a historiografia clássica, Bartolomeu Bueno da Silva filho havia já percorrido os sertões goianos junto a seu pai, Bartolomeu Bueno da Silva, em bandeira realizada no ano de 1682 que atravessou o sul de Goiás e alcançou o rio Araguaia. Em expedição de 1722, Bartolomeu Bueno da Silva filho "encontrara ainda vestígios da passagem de seu pai, e que entre os índios goyá haviam vivas recordações do terrível **Anhanguera**. Eram já passados quarenta anos (...)" [Grifo do autor] (ALENCASTRE, 1979, p. 28; 40).

<sup>28</sup> Há contradições também nesse dado, havendo pistas de que alguns arraiais foram fundados antes de 1726. Nos aprofundaremos nesse debate no segundo capítulo, mas podemos destacar que Taunay nos dá indícios de que a fundação do arraial do Ferreiro é anterior a 1726: "A primeira parece ter indubitavelmente sido o arraial do Ferreiro fundado pelo próprio Anhanguera. (...) Afirma Cunha Matos que Ferreiro, datando de antes de 1726, deveu o nome a um artífice que ali trabalhava na época do descobrimento." (TAUNAY, 1950, p. 137)

Essas ações marcaram, sobremaneira, a configuração territorial que começara a se delinear no início da mineração: uma interiorização cuja característica principal era o conflito de interesses entre a Metrópole, que olhava para as minas com os olhos da Fazenda Real, e seu imposto – o Quinto Real – *versus* os interesses dos primeiros descobridores e mineradores que viam, nos fundos dos rios e riachos, ouro farto e fácil de explorar. Para ambos os lados, os caminhos de acesso tiveram significados diferentes. (STRAFORINI, 2007, p. 145)

A nossa periodização vai até o ano de 1752, ano esse que concentra uma série de acontecimentos significativos para a pesquisa e que sintetiza os esforços da Coroa Portuguesa em controlar os caminhos e os descaminhos do ouro. O primeiro evento a que nos referimos é o da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, já citada anteriormente. Localizada no eixo de circulação dos caminhos de Mato Grosso entre a capital e a antiga capital Vila de Cuyabá, essa vila teve seu surgimento pautado pelas intenções portuguesas de aprofundamento territorial até o rio Guaporé, concretizando a sua presença nesses domínios, o que seria reconhecido no Tratado de Madrid (1750) e reiterado no de Santo Ildefonso (1777). O seu estabelecimento provocou um deslocamento da administração mato-grossense para o oeste da capitania e, em termos espaciais, promoveu um concreto reconhecimento da povoação que ali se localizava para além dos limites do Tratado de Tordesilhas (1494), oficializando uma realidade há muito existente.<sup>29</sup>

Davidson explicita as funções fiscais, imperiais e burocráticas implementadas em Vila Bela:

Assim como em outros núcleos fronteiriços criados pelos portugueses em fins do século dezoito por objetivos imperiais, a planta de Vila Bela manifestava o desejo da metrópole em implantar ordem e autoridade reais no distante sertão e, nesse mérito, incorporava os princípios fundamentais que estruturavam o planejamento de esferas defensivas. As principais funções da vila eram burocráticas. Sede do capitão-geral desde 1752, Vila Bela foi o ponto de coordenação militar para a imensa fronteira do Mato Grosso. Era a morada do único ouvidor do Mato Grosso depois de 1760 e a única sede autorizada para as juntas de justiça que se encontravam desde o início dos anos 1770. O provedor do tesouro real também residia em Vila Bela e era para a capital que os colonos levavam o ouro para ser taxado e fundido." (DAVIDSON, 1970, p. 98–100) (Tradução livre do autor)<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup>Jucá Neto (2012, p. 65) reforçará a ideia de que, no estabelecimento da Nova Vila de Mazagão e de Vila Bela da Santíssima Trindade, houve um "investimento tecnológico, estabelecendo nas fronteiras do Brasil o poderio régio com a implantação de vilas e fortalezas por meio do Método Lusitânico de projetar traçados regulares."

<sup>30</sup>"As in other frontier towns created by the Portuguese in the latter eighteenth century for imperial purposes, the plan of Vila Bela manifested the metropolis' desire to implant order and royal authority in the distant wilderness, and in this respect embodied the fundamental principles which underlay the planning of the defense spheres. The principal functions of the town were bureaucratic. Seat of the captain-general from 1752, Vila Bela was the point of military coordination for the immense Mato Grosso frontier. It was the residence of the only crown magistrate (ouvidor) in Mato Grosso after 1760, and the only authorized seat for the boards of justice (juntas de justiça) that met from the early 1770s. The

Na figura 10, identificamos a ordem e a autoridade reais descritas por Davidson e que foram implementadas na planta inicial da nova capital da Capitania do Mato Grosso presentes na cartografia histórica — *Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade* (Autoria desconhecida, 1789)<sup>31</sup>.



Figura 10 – Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade (Autoria desconhecida. 1789)

No mesmo ano de 1752, a rota Mamoré–Guaporé–Madeira, que partia da nova capital Vila Bela e alcançava a Cidade de Belém do Grão Pará<sup>32</sup> em um arco integrador continental, foi legalizada pela Coroa Portuguesa, formando o primeiro caminho oficial que interligava os domínios "brasileiros" aos amazônicos (DAVIDSON, 1970, p. 64–65). Essa legalização se deu após o reiterado uso desse trajeto por agentes que

intendant (provedor) of the royal treasury also resided in Vila Bela, and it was to the capital that settlers brought gold to be taxed and smelted."

<sup>31</sup>Original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Ínsua, em Castendo – Portugal.

<sup>32</sup>Que, devemos lembrar, era a capital do Estado do Grão Pará, não compondo o Estado do Brasil até o ano de 1823.

buscavam o comércio com o Grão Pará, apesar da sua proibição anterior, desde 1743.<sup>33</sup> Temos um caso enfático de incorporação vertical de um território que vinha sendo percorrido enquanto descaminho, opondo-se às tentativas reais de impedimento dessa circulação. Reproduzimos, na figura 11. ilustrativamente a rota do Madeira, desde Vila Bela até a Cidade de Belém, que tem, aproximadamente, 3.000 quilômetros de extensão, a fim de uma melhor localização do fato.

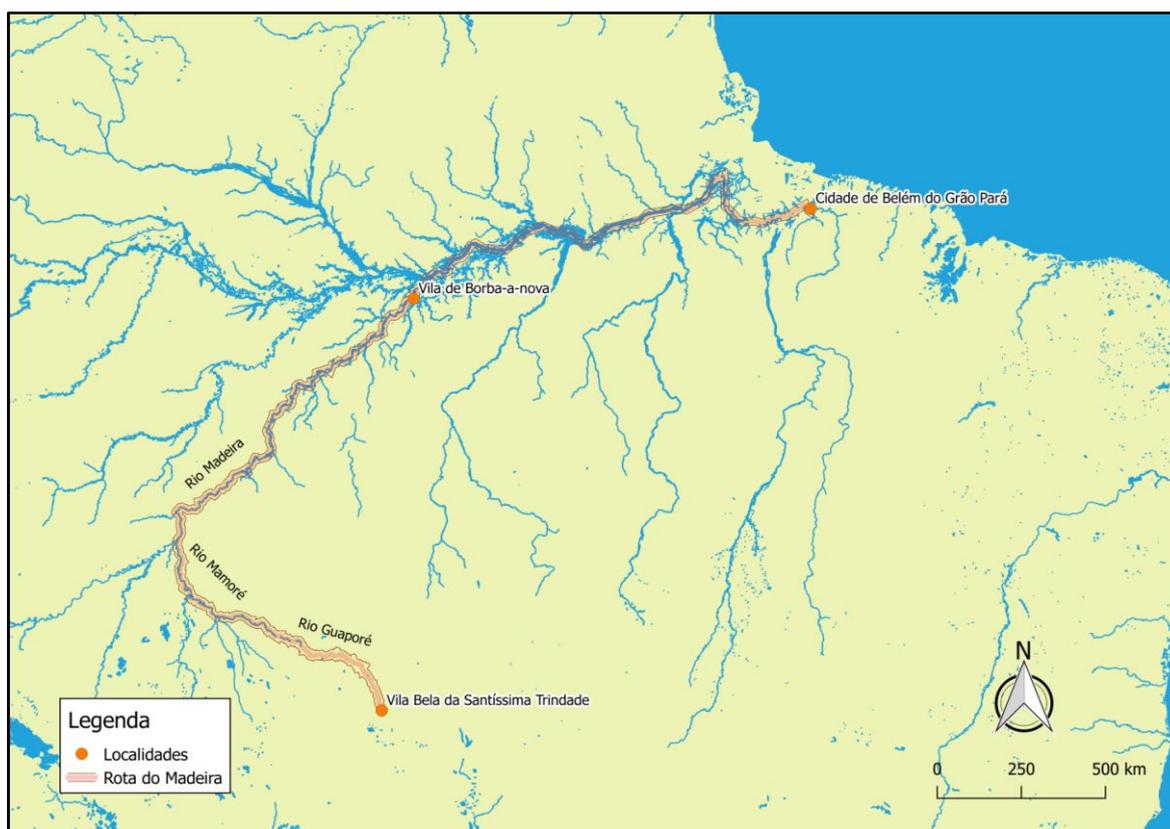


Figura 11 – Reprodução da rota do Madeira (MALULY, 2017)

Davidson (1970, p. 62–64) afirma que o principal motivo pela qual a legalização da rota do Madeira se deu foi a de consolidar a presença portuguesa em domínios fronteiriços de alta instabilidade, ou seja, por uma questão de segurança e de unidade do território. Passou-se a produzir um espaço que estava sob os interesses reais e que coordenava, também, interesses dos comerciantes que por esses caminhos e descaminhos transitavam. Araújo (2012, p. 54) também elucida a necessidade que havia em se controlar a rota do Madeira a partir da metade do século XVIII e a criação da Vila de Borba-a-nova, em 1756, coaduna-se com essa perspectiva, instalada estrategicamente

<sup>33</sup>Davidson (1970, p. 49–51) relata que a primeira missão a completar a viagem do rio Guaporé até a Cidade de Belém por meio da rota do Madeira foi a do português Manuel Félix de Lima e do bandeirante Francisco Leme do Prado em fevereiro de 1743, após quatro meses de árdua viagem.

no caminho fluvial. Holanda (2014, p. 29), por sua vez, destaca que o comércio do Rio Madeira "alcança extraordinária intensidade entre os anos de 1755 e 1787", ou seja, a partir da incorporação da rota aos planos reais e ao território do Estado do Brasil. Nogueira (2008, p. 125–126) reforça a conectividade que essa rota tinha para com a praça comercial do Cuiabá, sendo esta ligada aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia.

A instalação de fortalezas no extremo oeste da colônia representa bem o estabelecimento da administração portuguesa e a preocupação que havia com essa distante fronteira frente às posses espanholas. De acordo com os dados levantados pelo Projeto Fortalezas Multimídia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC<sup>34</sup>, foi realizada uma série histórica das fortalezas no Atlas Histórico da América Lusa (GIL; BARLETA, 2016, p. 27), reproduzida na figura 12.

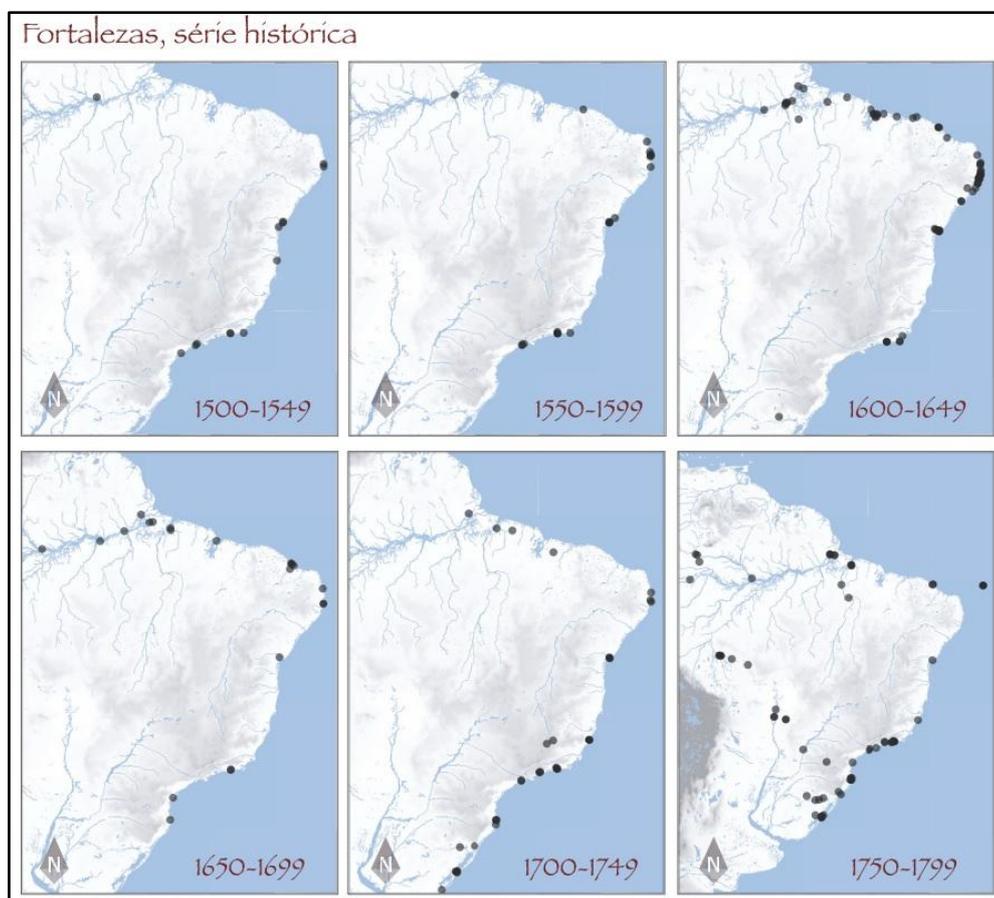


Figura 12 – Série histórica das fortalezas na América Lusa (GIL; BARLETA (Org.), 2016, p. 27)

Identifica-se que, apenas na segunda metade do século XVIII, houve uma intensificação do interesse português em defender as possessões do extremo oeste. Na

<sup>34</sup>Para mais informações, ver: <http://fortalezas.org/>

primeira metade do XVII, por exemplo, o interesse estava voltado para o Maranhão, que contava com uma presença francesa intensa, além de fortificações também numerosas no entorno de Belém e no deságue do Amazonas, de acordo com as guerras de conquista que lá vigoravam. Esses movimentos, logo, se tornam visíveis se colocados em série e é uma das ferramentas que o SIG nos proporciona, não sendo identificáveis se colocados estaticamente em apenas um mapa. Ramalho e Rendeiro Neto (2016, p. 170–171) elaboram a esse respeito ao indagar o uso dessas tecnologias informacionais aplicado às problemáticas históricas e sugerem que o mapa, assim como outras formas de representação de dados (como gráficos, redes e esquemas), não deve se apresentar apenas enquanto ilustração, mas sim como ferramenta analítica. Esse questionamento nos é caro por sugerir que determinados entendimentos e teses são mais passíveis de identificação se fizermos uso analítico das geotecnologias, o que não se faz possível quando acessamos os dados destarte. Torna-se necessário, pois, identificar quais dados se mostram úteis à pesquisa, ordená-los em bancos de dados com uma sistemática apropriada e aplicar as informações, cruzando-as com dados de outras fontes, promovendo, ao final, uma síntese que faça transparecer um produto do processo manuseado e composto em virtude do próprio método adotado. Afirmam Gil e Barleta (2015, p. 439): "Gráficos, mapas e esquemas devem ser usados estrategicamente pelo autor, em sintonia com o texto escrito, evidenciando regularidades, apresentando e fortalecendo o argumento, mostrando o que não poderia ser visto de outra forma." Ainda sobre a utilização dos mapas na representação do espaço, enuncia Fonseca: "Mais do que uma simples representação, o mapa é uma representação complexa. Ele pode ser lido, interpretado e estudado como linguagem. (...) O destaque de sua condição de representação colabora para mostrar que comunica algo, não é passivo." (FONSECA, 2004, p. 231–232)

Portanto, o ano de 1752 concentra dois acontecimentos singulares à pesquisa sobre caminhos e as suas espacializações, encerrando a nossa periodização: a fundação de uma vila com vistas à defesa do território no extremo oeste e a legalização de uma rota que, até esse momento, constava enquanto descaminho, sendo incorporada à lógica da Coroa Portuguesa de colonização. Ambos os momentos pontuam o produto de um contínuo *uso do território*, consolidando a *formação do território* da metade do século XVIII, sendo imediatamente interconectado com a Capitania de Goyaz que também tinha a sua consolidação formal à época (criada em 1748 e formalmente instalada em 1749). A partir desse momento, houve uma ruptura no modo português de pensar e de

organizar o território, admitindo não apenas o seu *uso* além do que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas, mas também pensando estrategicamente na manutenção e na colonização efetiva desses *fundos territoriais*.

Propomos, pois, uma visualização linear de alguns dos fatos até aqui destacados (figura 13), sintetizando didaticamente o recorte temporal adotado para a pesquisa.

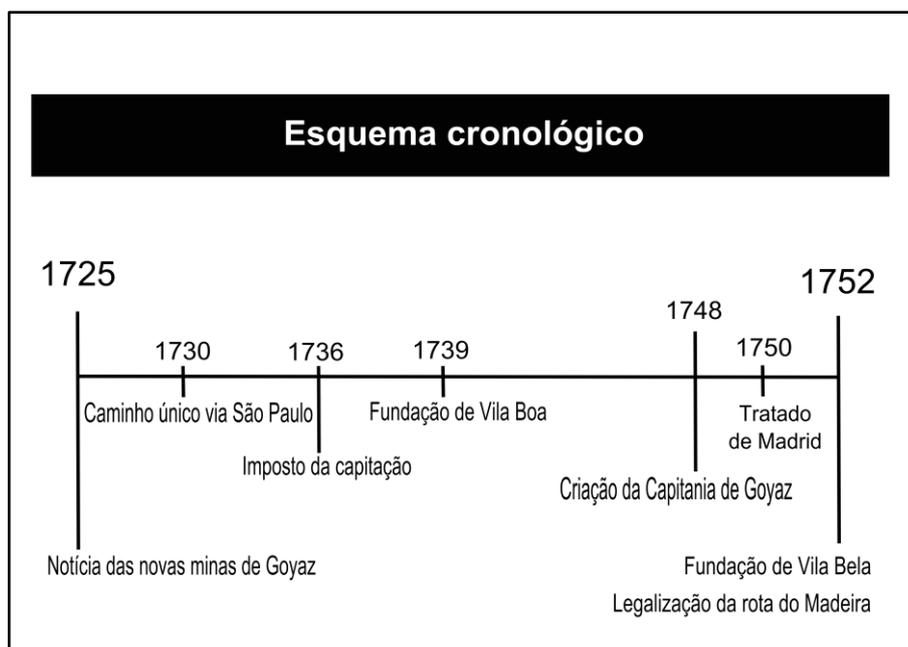


Figura 13 – Esquema cronológico da periodização adotada (MALULY, 2017)

Goyaz, como já apresentamos anteriormente, mantinha-se em frequente contato com as capitanias adjacentes e com a do Mato Grosso isto se dava intensamente, tanto em níveis comerciais quanto políticos. Se visamos discutir, a partir do próximo capítulo, os caminhos e os descaminhos dessas terras, devemos compreender o momento no qual eles surgiam, sendo esse o de intenso controle e fiscalização da Coroa com vistas a dirimir as taxas de contrabando e de evasão do ouro extraído. O ano de 1752 marca uma nova fase de apropriação de determinados descaminhos à política real, promovendo uma maior integração territorial tanto com o Estado do Grão-Pará quanto com o extremo oeste. A Capitania de Goyaz, como demonstraremos, estava em plena articulação dessa realidade, unindo caminhos e descaminhos que vinham desde as Capitania da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo até as Capitanias do Mato Grosso e a futura Capitania de São José do Rio Negro, além do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por esse motivo, conformamos o nosso período a partir do ano de 1725 – com a notícia do descobrimento das novas minas de Goyaz – até

o ano de 1752 – com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e com a legalização da rota do Madeira.

Esse recorte de apenas 27 anos compõe o que Vasconcelos define como um *período denso*. São períodos que

(...) embora possam ser de curta duração, eu proponho que sejam chamados de "períodos densos" porque representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana (ou a mais ampla) diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem. (VASCONCELOS, 1999, p. 191)

Temos essa feição em nosso recorte, pois paulatinamente foi-se estabelecendo uma realidade territorial colocada fora do controle da Coroa Portuguesa e que era conduzida pelas necessidades do comércio legal e ilegal da época. As espacializações provocadas horizontalmente passaram a integrar o itinerário verticalizante da Metrópole, conformando novas espacializações e formando um território muito característico que é o da primeira metade do século XVIII. Marca-se pontualmente esse processo com a legalização de um descaminho de proporções colossais, dando vez a uma nova feição do espaço geográfico.

Quanto ao recorte espacial, devemos também tomar determinadas precauções para não incorrer em simplificações ou em decisões arbitrárias que prejudiquem o desenvolvimento da pesquisa. Obviamente temos como núcleo de nossa atenção o que denominamos, idealmente, enquanto Goyaz, ou seja, as terras que envolviam os descobertos mineralógicos anunciados em 1725 localizados após o rio Grande. Porém, como já vem sido demonstrado, não podemos nos furtar de discutir também as localidades relacionadas com a espacialização provocada pelos caminhos e descaminhos goianos, articulando partes distantes do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dessa forma, podemos desenvolver alguma dificuldade em realizar um recorte espacial que identifique a circulação que nos propomos a pesquisar. A melhor opção que se apresenta para esse esforço é o de fazer uso das delimitações estabelecidas a partir da criação da Capitania de Goyaz em 1748. Apesar dos caminhos não se limitarem a esses domínios, eles o atravessavam de diversas maneiras e, com base em um entendimento *ativo* atribuído a esses objetos, são responsáveis, direta e indiretamente, pela própria formação territorial goiana. Como veremos, os caminhos e os descaminhos, os arraiais, a vila, os registros, as contagens e as casas de fundição, por exemplo, irão delinear as feições da espacialização de Goyaz, tanto em respeito ao seu território quanto aos processos sociais que ali se desenvolveram. Retiraremos dessa

seara o conteúdo de nossa proposta de pesquisa e, nesse sentido, os limites da Capitania refletem bem o uso inicial do território e o seu posterior contorno político-administrativo impellido pelas necessidades de se separar essa porção da colônia da Capitania de São Paulo.

Barbo (2015, p. 265) realiza um levantamento intensivo das fronteiras presentes na cartografia goiana a partir da segunda metade do século XVIII, demonstrando como os contornos variavam segundo a obra analisada e de acordo com as intenções de representação de cada cartógrafo. Reproduzimos os limites segundo a análise da autora na figura 14.



Figura 14 – Limites da Capitania de Goyaz apresentados pela cartografia histórica (BARBO, 2015, p. 265)

As variações cartográficas são evidentes e reproduzem a dificuldade que existia na delimitação do território de acordo com as limitações técnicas disponíveis. Também devemos incluir nesse bojo as questões políticas que se colocavam por detrás da produção dos mapas, como, por exemplo, a disputa a oeste com os limites do Mato Grosso que alterava de tempos em tempos de acordo com as proposições políticas vigentes (BARBO, 2015, p. 263). Apesar disso, cremos não ser relevante para esta pesquisa dar notoriedade absoluta para as formas, tanto da Capitania quanto dos caminhos, já que o que nos preocupa são os processos espaciais que as formaram e que

são delas decorrentes, ou seja, o conteúdo adjacente à própria forma. Dessa maneira, não incorremos em formulações teóricas e idealistas que não dizem respeito à espacialização promovida a partir dos caminhos goianos (objeto desta pesquisa), já que a própria noção de área e de limite era paulatinamente construída de acordo com as explorações auríferas e as designações reais e não de forma absoluta e anterior ao uso efetivo do território. Admitiremos, pois, os seguintes limites para a Capitania de Goyaz: ao **norte**, o encontro entre os rios Tocantins e Araguaia; ao **leste**, os chapadões com as Capitanias da Bahia e de Pernambuco; ao **sul**, a confluência entre os rios Grande e Paraná; ao **oeste**, os rios Paraná, Taquari e das Mortes.

O recorte definido se baseia no *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás* do engenheiro italiano Tosi Colombina, datado de 1751, que, segundo Vieira Jr., Schlee e Barbo, "a serviço do Conde dos Arcos,<sup>35</sup>(...) foi encarregado de levantar informações sobre a capitania e as registrar em um mapa" (VIEIRA JR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 5). Este mapa teria fundamento no *Mapa geral da Capitania de Goiás* produzido por Ângelo Cardoso, secretário do governo do Conde dos Arcos, ainda em 1750, que teria servido de consulta a Tosi Colombina (VIEIRA JR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 5) quando este passara por Goyaz. Temos, após ambas as produções cartográficas, uma série de mapas que aperfeiçoam os contornos da Capitania, resultando no *Mappa dos sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso e Pará* de autor desconhecido, produzido aproximadamente entre 1766 e 1775 (BARBO, 2015, p. 112–113).

Reproduzimos os limites da capitania que adotamos enquanto recorte espacial da pesquisa (figura 15), subsidiado pelo *Mappa dos sertões* (...) (figura 17), utilizando-nos dos limites que se consolidarão apenas em 1749, pois, apesar dessa cristalização tardia, eles refletiam uma realidade vivida desde as primeiras fundações de arraiais goianos. Desde os achados iniciais do Rio Vermelho até o Rio Tocantins, balizado pelo rio Araguaia a oeste e pelos chapadões ao leste, Goyaz configurou-se enquanto um território central na disposição do Brasil colônia.

---

<sup>35</sup>Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos) foi governador entre 1749 e 1755, sendo responsável pela instalação da Capitania de Goyaz no ano de 1749. Ver: "Sumário dos Senhores Gerais que têm governado esta Capitania" (BERTRAN, 1996, p. 83–84).



Figura 15 – Limites da Capitania de Goyaz (MALULY, 2017)

Estudar as articulações promovidas pelos seus caminhos é, pois, estudar a própria articulação colonial brasileira, ensejada por uma Metrópole ávida por extrair os recursos naturais encontrados. O século XVIII, último antes do período imperial do Brasil, consolida e substancia os esforços portugueses na América e Goyaz esteve localizado no centro desse projeto espacial.

## CAPÍTULO 2

---

*Os caminhos que tocavam a Vossa Magestade e não aos descobridores*<sup>36</sup>

### **O Caminho de São Paulo**

Neste capítulo trataremos dos caminhos do ouro que iam e passavam por Goyaz, ou seja, pelas terras que se conformarão enquanto capitania a partir de 1748. Não trataremos explicitamente dos caminhos do contrabando – os descaminhos –, mas apenas dos que estavam sob a jurisdição da Coroa Portuguesa. Esses se configuravam como "caminhos reais" e eram instalados de acordo com o projeto metropolitano de conquista, o que Moraes define como transformações *pelo alto* que se legitimavam no argumento da manutenção da *integridade territorial* (MORAES, 2000, p. 24). Os caminhos reais, pois, se instalavam no território segundo os preceitos políticos e econômicos portugueses e tinham a função de guiar e controlar a circulação interna da colônia, tanto de produtos quanto de pessoas, diferenciando-se diametralmente dos descaminhos que surgiam em paralelo aos caminhos reais, com a missão de buscar os entremeios do território que possibilitassem a evasão de ouro sem dar contas ao erário régio.<sup>37</sup> Seguimos a definição de Straforini (2007, p. 114) com referência aos caminhos reais do ouro: "Os Caminhos Reais do Ouro são (...) os Caminhos dos Reais Direitos, ou melhor, da Fazenda Real, ou ainda, os braços e as pernas do Erário Real que se instalavam no território."

O caminho mais simbólico nesse sentido é o de São Paulo. Tratado, ao longo do nosso recorte temporal, enquanto o *caminho oficial* até as minas de Goyaz (apesar da criação da Estrada do Cuyabá em 1736), ele representava "a conquista do bandeirante sobre as vicissitudes da natureza indomada" e foi utilizado substancialmente pela

---

<sup>36</sup>O título deste capítulo se inspira na "Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o requerimento dos descobridores das Minas de Goiás, capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva e capitão João Leite da Silva Ortiz, acerca das passagens dos rios que lhes foram concedidas.", documento este que consultamos e que contém a frase "(...) que estas passagens de Rios já descobertos **tocavam a Vossa Magestade e não aos descobridores**". (Grifo nosso)

<sup>37</sup>Na concepção de espaço que pretendemos dialogar, os caminhos reais se inserem numa ótica verticalizante do espaço, vista *pelo alto* (MORAES, 2000, p. 24), dados de acordo com um projeto metropolitano de conquista, enquanto que os descaminhos fazem referência às espacialidades horizontalizantes do cotidiano, muitas vezes estabelecidas de maneira a se desvencilhar das políticas e normas impostas à época.

historiografia brasileira para enaltecer essa figura.<sup>38</sup> As motivações desse *sujeito explorador* – como podemos chamar de forma abstrata e ideal qualquer agente colonial que explorasse o território por quaisquer finalidades – fazem com que se pense a formação territorial brasileira como mera consequência dessa ação. O território não é visto, pois, como motor para essas explorações e sim de forma passiva:

Ao conceber a conquista como um atributo do tipo social fundante da nacionalidade, tira-se a questão territorial do centro da argumentação que vai construir a historiografia nacional. E a história “brasileira” não vai ser contada numa ótica geopolítica, a ocupação territorial sendo tematizada fundamentalmente por motivações especificamente econômicas. (MORAES, 2000, p. 25–26)

O objetivo deste capítulo é o de demonstrar como que os interesses reais estavam por trás da definição de determinados caminhos enquanto oficiais, em contraponto a outros que podiam até ser mais óbvios economicamente e territorialmente (como o Caminho da Bahia, por exemplo), trazendo algumas elaborações críticas a respeito da forma como se deu a formação territorial de Goyaz a partir da sua circulação. Ainda que não esteja ao nosso alcance tratar de maneira aprofundada todos os caminhos instalados à época pela Coroa Portuguesa, investigar o caminho de São Paulo e os caminhos internos goianos é buscar assimilar a forma como se intencionava organizar esse território segundo a ótica lusitana, para depois oferecer comparativos com a disposição dos descaminhos ao final do trabalho.

O caminho de São Paulo – ou caminho do Anhanguera, ou caminho dos Goiazes, ou Caminho Velho (LEMKE, 2010, p. 291) – foi resultado direto da exploração do bandeirante Anhanguera II (tido como fundador de Goyaz) e foi largamente representado pela cartografia histórica que representasse essas porções do território. Reproduziremos, a seguir, o caminho de duas formas distintas, a fim de demonstrar como que as tecnologias em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) podem nos auxiliar nesse processo de reconstrução de objetos históricos, diferenciando-se esse processo de acordo com a técnica utilizada. Podemos realizar essa reconstrução pela

---

<sup>38</sup>Ao tratar da diferença entre a contribuição que os mamelucos [mestiços com ascendência indígena e branca] tiveram para a história brasileira e a dos bandeirantes, afirma Holanda: "É certo que nas épocas coloniais foram os mamalucos reputados constantemente como gente sem sombra de sujeição ou polícia, o que se verificou particularmente em São Paulo, terra em que os bastardos, como então se chamavam, compuseram, por largo tempo, o grosso das classes populares. A eles se atribuíam os mais treds crimes cometidos na capitania, sobretudo nas povoações de serra acima. (...) Mas essa raça soturna, ainda que sem muitas das virtudes heroicas dos grandes bandeirantes, continuou a prestar bons serviços, desbravando terra incultas, fundando capelas e povoados sertanejos e, sobretudo, dilatando no continente o mundo da língua portuguesa." (HOLANDA, 1995, p. 144–146). Nota-se a preponderância dada pelo autor aos bandeirantes em contraste com a "raça soturna" dos mamelucos, menos notáveis e honrosos segundo sua perspectiva.

interpolação linear produzida a partir de relatos de viagem que identifiquem os pontos de parada de um dado caminho ou pela sobreposição georreferenciada de uma obra cartográfica. O primeiro processo — de interpolação linear — consiste em unir pontos por retas medianas, ou seja, pelo que provavelmente poderia ter sido percorrido à época, sem se ater a disposições mais precisas do caminho. Já a segunda técnica — de sobreposição georreferenciada de cartografias — se resume em sobrepor algum mapa a coordenadas geográficas, identificando, dessa forma, o caminho desenhado pelo cartógrafo sobre uma certa materialidade do território. A partir da comparação entre ambos os processos, conseguiremos discutir também a ponderação que o pesquisador pode ter com relação à forma e ao conteúdo de um dado objeto.

### ***Reconstruindo o caminho de São Paulo***

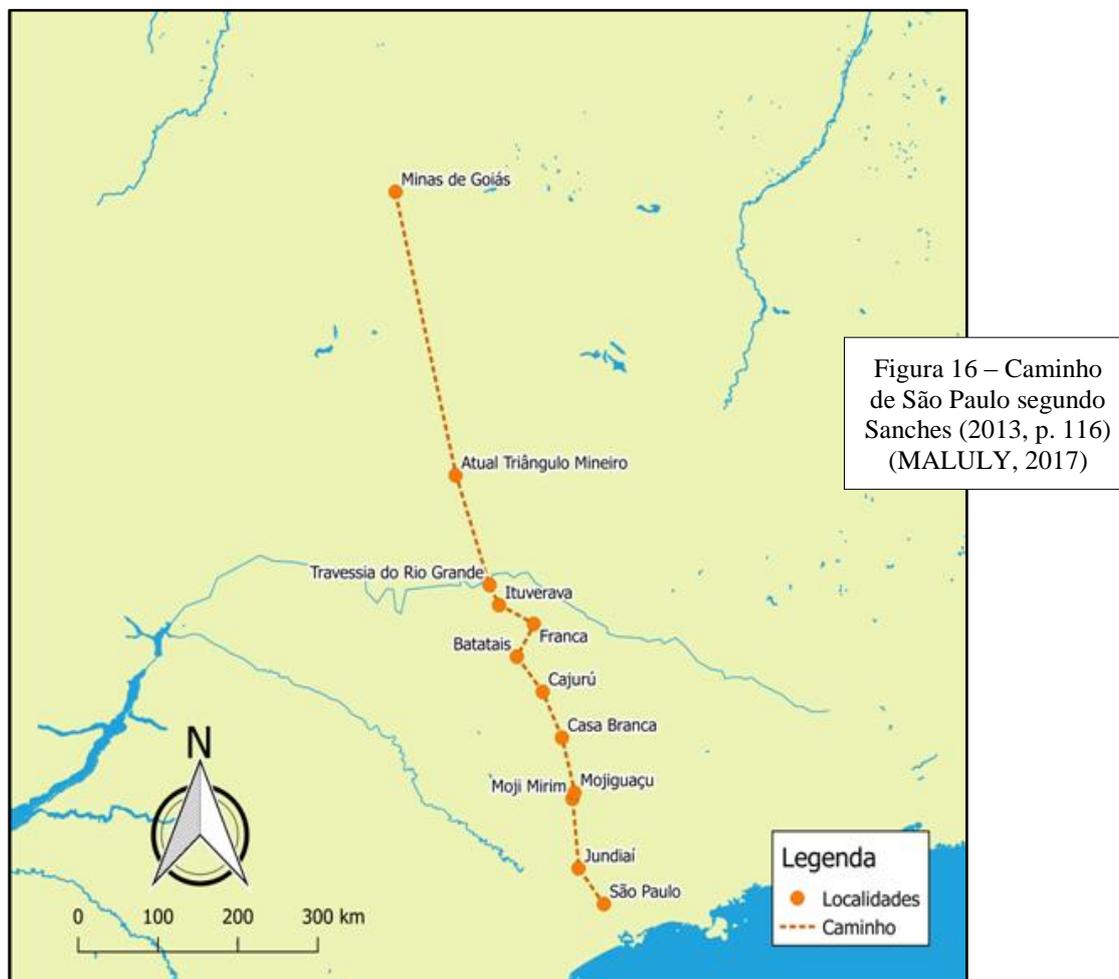
Seguindo o método da interpolação linear a partir de pontos descritos, necessitamos de uma descrição do caminho. Sanches, ao trabalhar especificamente com esse caminho e com a sua relevância para os circuitos mercantis do porto de Santos, define:

Saindo de São Paulo em direção norte, passando por Jundiaí, em seguida por Moji Mirim, Mojiguaçu e Casa Branca seguindo em direção noroeste atingindo os atuais municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava até o Rio Grande que era atravessado entre Igarapava e Miguelópolis nas zonas de leito mais raso, o Caminho passava pelo território do atual triângulo mineiro e aos poucos se tornava a principal via de acesso dos homens de São Paulo em busca de enriquecimento através da mineração nas Minas de Goiás até pouco depois de meados do século XVIII. (SANCHES, 2013, p. 116)

O autor faz uma descrição obviamente anacrônica do caminho, localizando-o em termos contemporâneos, ao citar, por exemplo, o triângulo mineiro. Para fins de aplicação do SIG, essa descrição nos possibilita a composição da figura 16.

Georreferenciados os pontos de parada descritos pelo autor, ligamo-los em retas que, apesar de não representarem o caminho fielmente, não divergem substancialmente do que era de fato percorrido. Em termos matemáticos, a interpolação é uma técnica disponível que permite uma visualização mediana do caminho, distorcendo-o, mas de acordo com os parâmetros disponíveis para nós. É claro que, quanto mais numerosa for a quantidade de pontos de parada, menor será a distorção apresentada. Com exemplo no mapa acima, muito provavelmente o trajeto percorrido entre o que hoje são Batatais e Franca teve uma representação mais verossímil que o trajeto entre o atual triângulo

mineiro e as minas de goiás, pois a aproximação das coordenadas entre os pontos permite menos divergências que pontos mais afastados entre si.<sup>39</sup>



Podemos comparar essa visualização com a obtida a partir de uma produção cartográfica. Utilizamos, como base, o *Mappa dos sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso e Pará*<sup>40</sup> (figura 17), de autor desconhecido, produzido entre 1766 e 1775 aproximadamente (BARBO, 2015, p. 112–113). Para aproveitarmos as informações apresentadas no mapa, podemos produzir uma versão vetorizada do mesmo. Refazemos, portanto, todo o mapa em vetores, quantificando os dados para manipulá-los em seguida, como uma técnica em papel de seda (figura 18).

<sup>39</sup>Pode-se, inclusive, questionar a evocação de uma maior quantidade de pontos descritos na composição do caminho em comparação com a falta de dados referentes às terras distantes da Cidade de São Paulo, descaracterizando as terras goianas de uma maior complexidade espacial. Reduzia-se a compreensão do que era Goyaz a meros dois pontos, mas veremos ao longo deste capítulo que o território goiano foi formado diante de um quadro muito mais intrincado de arraiais e de caminhos.

<sup>40</sup>Fundação Biblioteca Nacional, coleção Morgado de Mateus. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg)>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

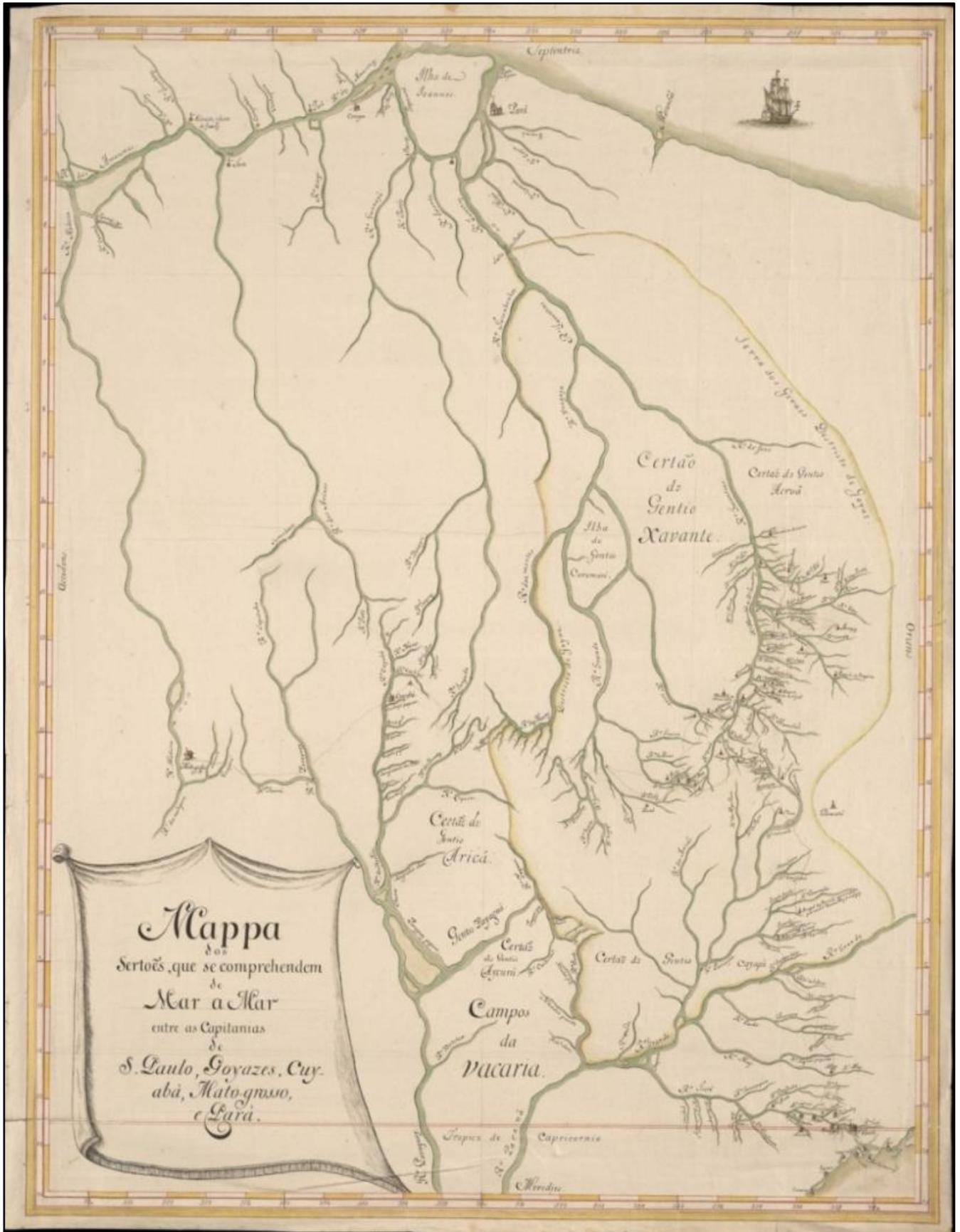


Figura 17 – Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar (...)  
 (Autoria desconhecida, Século XVIII)

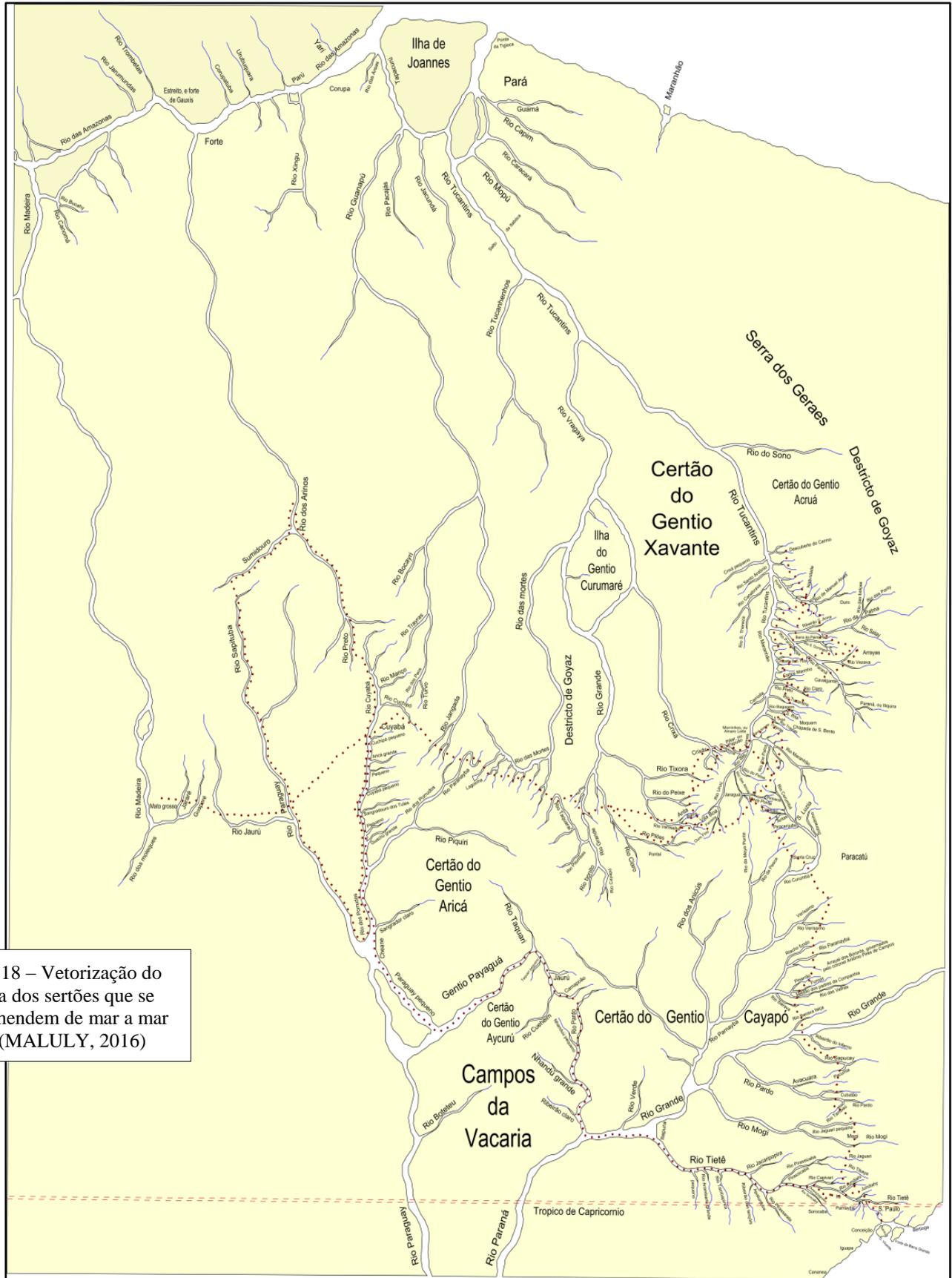


Figura 18 – Vetorização do Mappa dos sertões que se compreendem de mar a mar (...) (MALULY, 2016)

Para efeitos desta pesquisa, destacamos ligeiramente os caminhos apresentados no mapa, facilitando a visualização desses no conjunto cartográfico. A manipulação visual dos dados se apresenta como mais um recurso de grande utilidade para investigações, podendo ocultar algumas feições e ressaltar outras de acordo com o fim desejado.<sup>41</sup> Em seguida, conseguimos sobrepor o mapa vetorizado às coordenadas do território em um processo de georreferenciamento. Como toda cartografia apresenta distorções (dadas pelo observação do território e pelas formas técnicas de representação adotadas), essas não permitirão com que o mapa "encaixe" perfeitamente nas coordenadas, mas apenas a sua colocação aproximada. Destacamos, na vetorização georreferenciada, o caminho de São Paulo (figura 19).

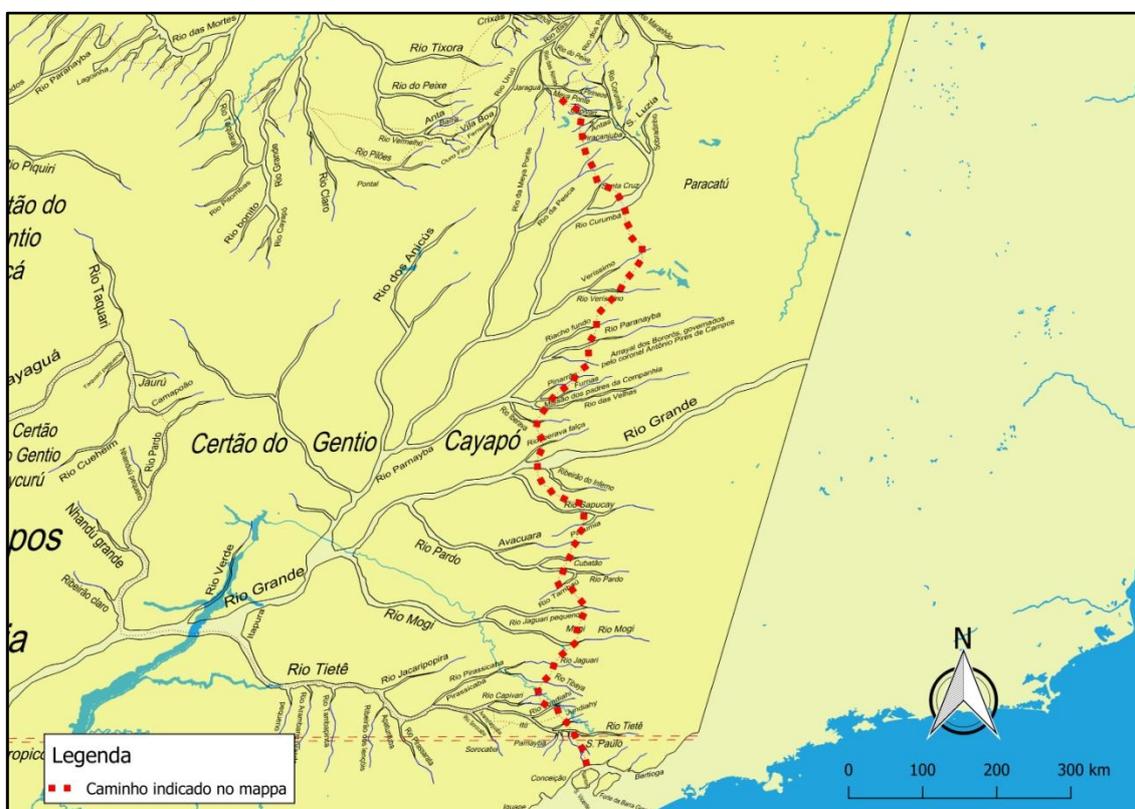


Figura 19 – Caminho de São Paulo indicado no Mappa dos sertões (...) (MAIULY. 2017)

Temos, agora, duas representações do mesmo caminho. A primeira matematicamente disposta e a segunda criativamente reproduzida (pois não podemos perder de vista o valor criativo das cartografias históricas). Com qual devemos nos

<sup>41</sup>Fazemos uso de uma noção científica que não se baseia em supostas neutralidades e isenções, mas que reconhece a carga de intencionalidades que suportam e formam a pesquisa acadêmica. Portanto, buscaremos evidenciar isso nas ferramentas que fazemos uso, indicando não apenas os métodos adotados mas o motivo por detrás da escolha desses.



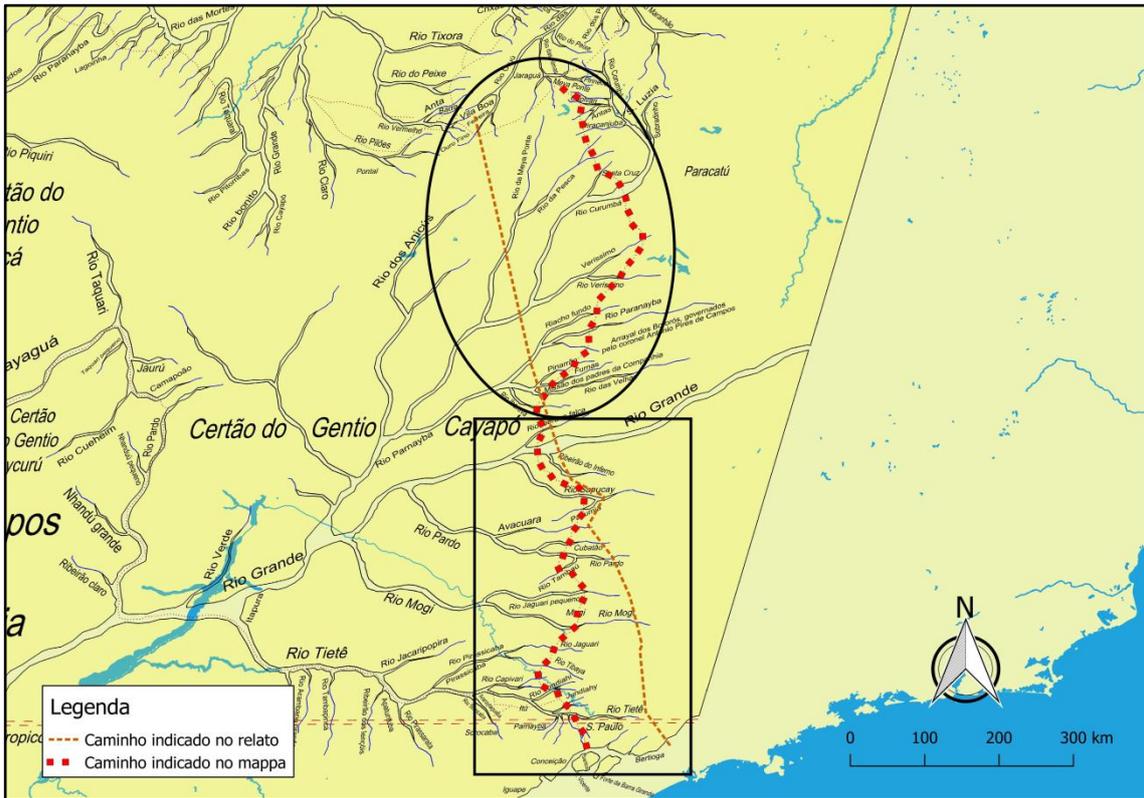


Figura 21 – Análise de distorção entre ambas as reproduções do caminho de São Paulo (MALULY, 2017)

A respeito das distorções identificadas em ambas as reproduções do caminho, podemos notar na figura 21 duas ordens distintas, destacadas pelos polígonos retangular e elíptico. Na área retangular, há menos distorções entre o caminho reproduzido linearmente (a partir da narrativa) e o cartográfico (georreferenciado a partir da cartografia histórica vetorizada). Já na elíptica as distorções são mais aparentes, afastando-se os caminhos. Isso ocorre por motivos técnicos atrelados às fontes das quais foram extraídas as informações, refletindo as possibilidades e também os limites do SIG. Se recorrermos à figura 16, notamos que a composição do caminho (a partir da narrativa) foi dada pontualmente e que a distância entre as localidades mencionadas é menor até atingir a "Travessia do Rio Grande". A partir daí, há apenas outros dois pontos: "Atual Triângulo Mineiro" e "Minas de Goiás". Se a técnica de interpolação linear utilizada se concentra na produção de retas a partir das distâncias médias identificadas entre pontos específicos, haverá logicamente mais distorções quanto mais distante estiverem os pontos entre si. Se na área retangular as localidades componentes do caminho estão mais próximas, a distorção mediana faz-se menor; na área elíptica, por sua vez, a reprodução se torna mais distante de um caminho provavelmente

percorrido à época de acordo com a menor proximidade de pontos. Ao compararmos com a versão georreferenciada, essas retas medianas e as suas diferenças de acordo com a disposição dos pontos se mostra mais evidente. Obviamente não estamos querendo atribuir à produção cartográfica uma realidade em si, mas não podemos negar que há certa fidelidade a partir do momento em que se georreferencia o caminho desta produção com uma maior quantidade de informações. Ao cruzarmos ambas as reproduções dos caminhos, podemos identificar esses choques de aplicação técnica, notando que, se na narrativa de viagem forem identificados poucos pontos ou pontos muito distantes entre si, pode-se esperar uma maior distorção com relação a alguma outra fonte que tenha uma maior quantidade de dados a serem georreferenciados.

Para os fins que buscamos atingir com esta pesquisa, escolheremos com mais frequência, para representação de caminhos, a visualização linear e não a transposta diretamente da cartografia. Isto se dá por não desejarmos obter as feições mais minuciosas do trajeto percorrido, mas sim a sua disposição mediana que nos basta para refletir a respeito da formação territorial brasileira empreendida a partir dos caminhos e dos descaminhos. Há autores que fazem uso da forma apresentada pela cartografia histórica da maneira mais fiel, reconstruindo os traços do cartógrafo. Apesar de reconhecermos a validade que há nessa abordagem, preferimos não dar sumário destaque à forma do objeto, já que o que desejamos revelar é o *movimento* que há entre forma e conteúdo, destacado por Lefebvre como o movimento "que fosse nada mais que o conteúdo tomado em seu movimento e em sua vida, mas refletido, "informado", tornado claro e consciente" (1983, p. 171). Também devemos nos atinar para o fato de que o traço do cartógrafo está sujeito a interpretações e a valores artísticos. Não desejamos importar aqui uma noção de fidelidade integral à cartografia histórica, mas utilizá-la enquanto referência, interpretação e representação do território e do espaço (o primeiro como materialidade e o segundo enquanto processo) em uma dada época. Ainda assim, de acordo com cada estudo de caso, poderemos recorrer às formas cartográficas caso se apresentem nelas informações preciosas à investigação. Por exemplo, para o caso do próprio caminho de São Paulo, faremos uso da forma cartográfica por encontrar nela pistas da espacialização auferida à época.

Temos, portanto, a representação do caminho. Isso nos basta para explicá-lo? Ou colocá-lo em coordenadas ainda é insuficiente para questionarmos as suas dinâmicas? Sendo estabelecido por parâmetros técnicos e metodológicos claros, podemos agora

discutir o que mais revolvía em torno do objeto destacado e não apenas os seus fatores localizacionais.

### *A cobrança dos tributos*

O caminho de São Paulo tinha uma alta relevância fiscal para a Coroa e isso é demonstrado pelos documentos da época que se referiam ao intenso trânsito de produtos que havia e à fiscalização desses fluxos. Após o "descobrimento" das minas de Goyaz, anunciado em 1725 por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera II) e João Leite da Silva Ortiz, houve uma intensa aglomeração de pessoas de toda sorte que buscavam as novas riquezas encontradas. Esse acúmulo atingiria demograficamente até mesmo as terras de Portugal, onde já estava em vigor uma limitação de emigração em direção ao Brasil em virtude da descoberta das Minas Gerais, datada de março de 1720 (BOXER, 1962, p. 49). Taunay relata que, em 1727, o *rush* goiano já ameaçava a região de Itú, nas proximidades da Cidade de São Paulo, por efeito do êxodo que ocorria e que, em 1729, a

Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a 26 de julho, representou a D. João V contando-lhe que a sua cidade estava inundada por verdadeira multidão de forasteiros que pretendiam passar às novas minas encontrando-se ela em condições de não poder acudir aos que à sua caridade recorriam, visto como o seu hospital e a sua igreja se achavam arruinados. (TAUNAY, 1950, p. 97–98)

Segundo Bertran (2011, p. 165–166), no ano de 1726, o Anhanguera II já preparara uma segunda bandeira em direção a Goyaz, fixando as lavras de uma série de arraiais<sup>42</sup> e, após ela, uma sucessão de outras bandeiras fundadoras se seguiram, todas consolidando o trajeto via São Paulo. Teixeira Neto enfatiza que a Cidade de São Paulo representava, nessa época, uma cabeça-de-ponte entre a Capitania de São Vicente e o sertão habitado por índios a serem escravizados para, então, servirem de mão de obra para a lavoura e os engenhos de cana (TEIXEIRA NETO, 2000, p. 54).

O caminho, porém, não tinha um trânsito irrestrito e, já em 1721, foram prometidas as mercês para cobrança das passagens dos rios que dependessem de canoa a quem viesse a descobrir as novas minas de Goyaz. Ou seja, o direito à cobrança de tributos aos que transitassem pelos rios de maior porte pertenceria a quem primeiro realizasse o feito do achado, mas, em 1733, essa questão ainda estava pendente, como

---

<sup>42</sup>Adentraremos o assunto da fundação dos arraiais no seguinte tópico deste capítulo, mas o autor constata que já estavam fixadas as lavras dos arraiais de Sant'Anna (futura Vila Boa), Ouro Fino, Ferreiro, Anta e Santa Rita, todos da bacia do rio Vermelho.

podemos ver na "Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento dos descobridores das Minas de Goiás, capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva e capitão João Leite da Silva Ortiz, acerca das passagens dos rios que lhes foram concedidas", datada de 24 de setembro de 1733 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 6). Diz o documento que

(...) animados os suplicantes com este favor e honra que de Vossa Magestade receberão e repetirão os mesmo descobrimentos, sahindo de são paulo em setembro de mil sete centos e vinte e seis como constava da justificação de que offeressão, levando consigo maes de mil pessoas, cavallos e armas e tinha concorrido muito mayor numero de gente em o anno de mil setecentos e vinte e nove e ja se remeterão pellos suplicantes setemil setecentas e oitenta e duas oitavas de ouro que se fundirão na Casa da moeda de Sao Paulo

Confirma o documento que, em 1726, já estavam de retorno a Goyaz os bandeirantes Anhanguera II e João Leite com um corpo de mais de mil pessoas, cavalos e armas, aumentando-se essa quantidade em 1729, mesmo ano em que houve uma reclamação por parte da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em virtude do estado em que se encontravam as suas igreja e hospitais por conta da alta demanda que se instalava, como demonstramos. Em seguida, relata-se que 7.782 oitavas de ouro foram remetidos para fundição na Casa da Moeda de São Paulo, processo esse que se manterá até o ano de 1752 em que é fundada a primeira Casa de Fundição de Goyaz em Vila Boa (e em 1754 é fundada a segunda casa no arraial de São Félix) (LEMES, 2012, p. 117–118). Isto é, até o fim de nosso recorte – o ano de 1752 – todo o ouro encontrado nas minas de Goyaz era remetido para a Casa de Fundição de São Paulo, o que demandava um trânsito intenso pelo caminho de São Paulo. Como vimos no capítulo anterior, em 10 de janeiro de 1730 era expedida uma carta régia determinando que o caminho de São Paulo fosse o único de acesso às minas de Goyaz (ALENCASTRE, 1979, p. 49) e o trânsito do ouro estava diretamente vinculado a isso, pois concentrava-se o transporte dele em uma única rota e, por consequência, controlava-se com maior facilidade a sua tributação para a Metrópole.

A respeito do direito de cobrança dos rios navegáveis por canoa, continua a consulta do Conselho Ultramarino:

(...) nestes termos tinham os suplicantes satisfeito a dilligencia a que se offeressero, tendo gasto nella quaze todo a sua fazenda com grande perda de negros seos só com o intento de fazerem heste tão rellevante serviço a Vossa Magestade de quem esperão a merce das passagens do Rios prometida e que estas erão dos Rios Iguarati, Rio dos Pasmados, Rio Pardo, Rio Atibaya, Rio Guacurumbá, Rio das Velhas, Rio Meyra Ponte, Rio Grande, Rio Mogi, Rio Sapucahy e Rio Parnahiba (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 6)

Se cruzarmos as informações obtidas a partir da vetorização do *mappa dos sertões* (...) com o destaque ao caminho nele identificado e localizarmos a partir da própria cartografia os rios mencionados no documento acima, poderemos confeccionar mais pontos de referência ao próprio caminho, pois este tinha sua rota estabelecida também pelos pontos de passagem referidos. Dessa maneira, podemos compreender outras formas de espacialização do caminho que se percorria, pois se a cartografia demonstra as rotas de maneira linear, elas não se davam dessa forma, já que o próprio ato de percorrê-las dependia de variáveis outras, como condições climáticas, presença de indígenas, demandas econômicas e políticas, liberação dos caminhos pela Metrópole, etc. Assim, os rios que demandassem o uso de canoa eram pontos de referência até se alcançar as prometidas minas de Goyaz e, se nessa parte do documento não há referência explícita a isso, com as técnicas em SIG podemos visualizar que, ao cruzar informações, as mercês solicitadas pelos bandeirantes constituíam o próprio caminho de São Paulo. Dos onze rios solicitados, foram encontrados nove no *mappa*, destacados na figura 22.

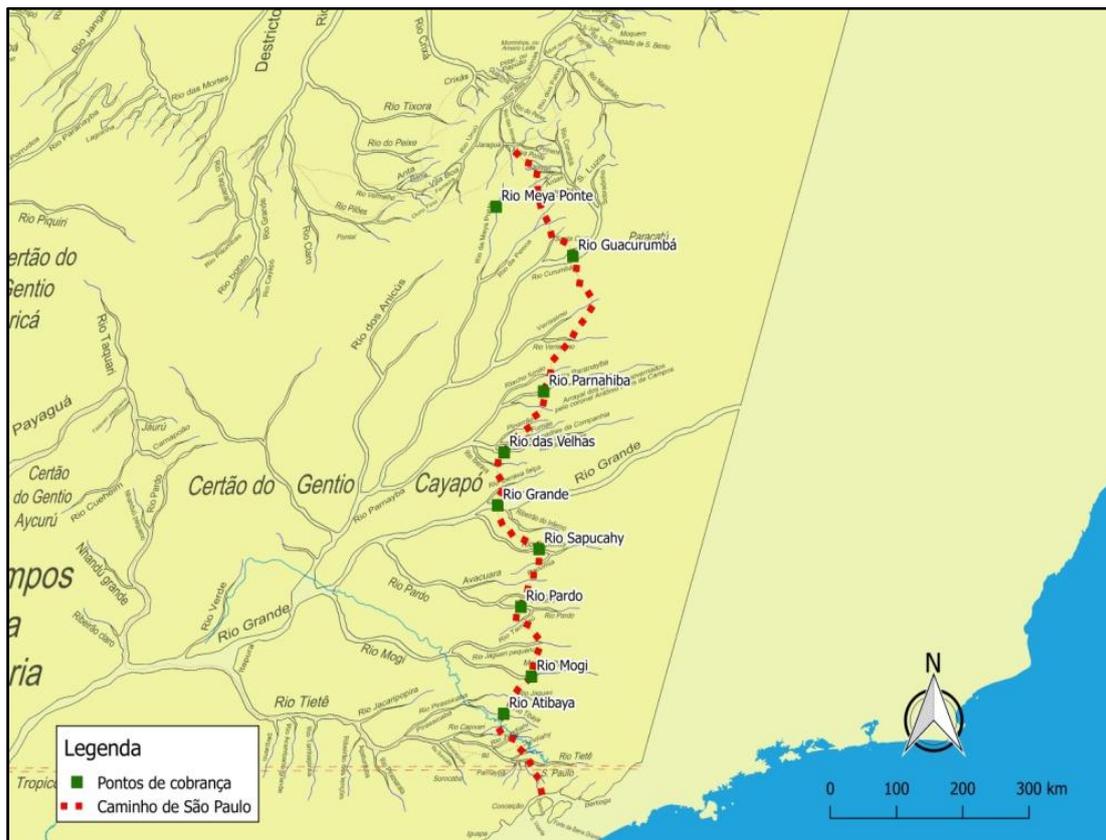


Figura 22 – Localização dos rios demandados pelos bandeirantes ao longo do caminho de São Paulo (MALULY, 2017)

Não foram encontrados os rios Iguarati e dos Pasmados, mas supõe-se que eles também se localizavam no trecho destacado. Também devemos ressaltar que foi pedido mercê do rio Meia Ponte que está deslocado do eixo destacado no mapa, mas há de se lembrar que não havia um caminho único a percorrer, o que também demonstrava ser um problema para o controle fiscal da Coroa. Ademais, adiciona-se o fato de que o arraial de Meia Ponte representava uma centralidade para os caminhos da época, em contraposição às designações reais de se elevar a vila o arraial de Sant'Anna. Ainda retornaremos esse assunto referente ao arraial de Meia Ponte, mas o *mappa* demonstra o caminho até alcançar Vila Boa de Goyaz (tornada vila em 1739), sendo que o caminho certamente também se bifurcava até Meia Ponte, o que é indicado pelo pedido dos bandeirantes em referência ao rio Meia Ponte.

Tendo os pontos georreferenciados com auxílio da versão vetorizada do *mappa*, podemos retirar a camada da cartografia histórica, restando o fundo em coordenadas latitudinais e longitudinais (figura 23). Adicionando feições hídricas detalhadas, temos uma visualização mais pormenorizada dos pontos de passagem reivindicados no documento que consultamos, mas devemos nos lembrar que há uma certa distorção das informações apresentadas de acordo com a distorção natural da produção cartográfica.

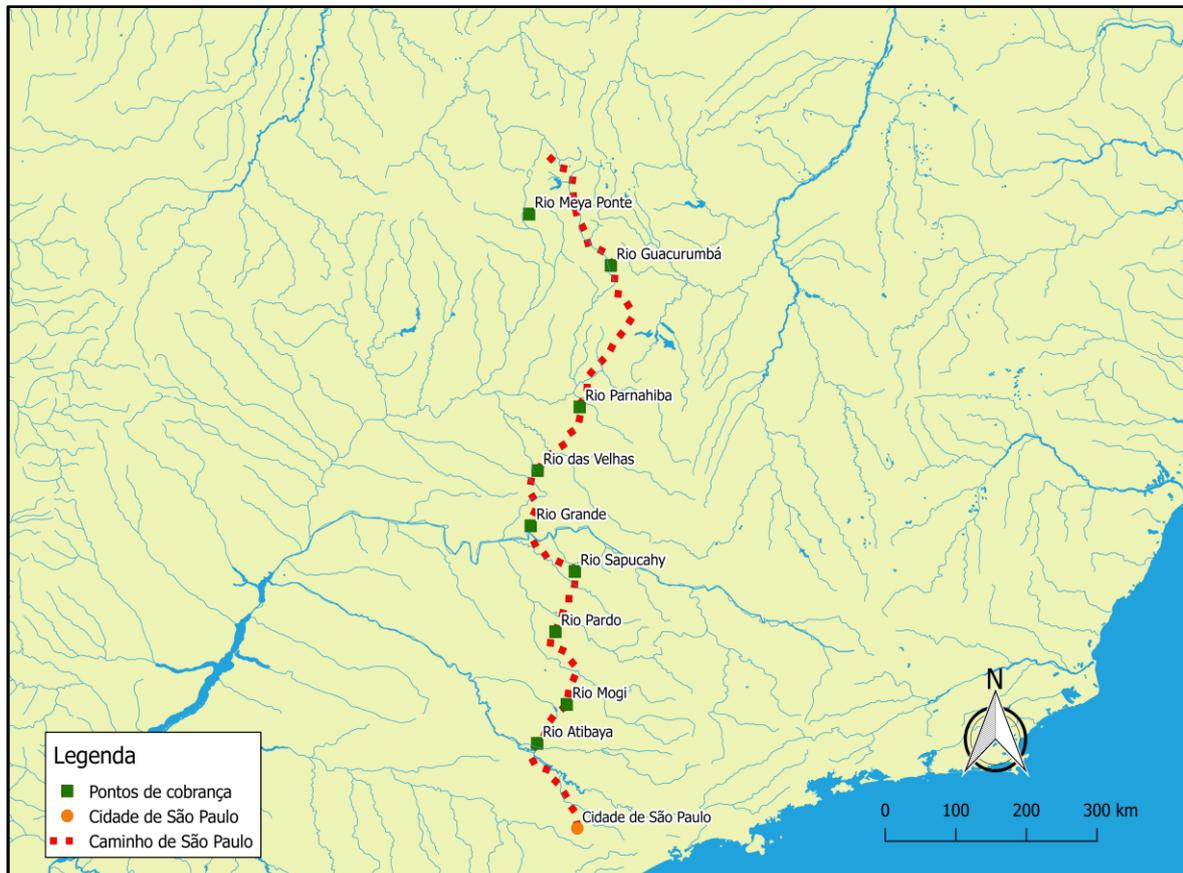


Figura 23 – Localização dos rios demandados pelos bandeirantes ao longo do caminho de São Paulo, com detalhes hídricos (MALULY, 2017)

Nos conta Taunay que Sebastião Fernandes, provedor efetivo dos quintos (tributação real que incidia sobre o ouro extraído) e da Casa de Fundação de São Paulo, nomeou Bartolomeu Bueno da Silva como "Superintendente das Novas Minas de Guyazes" e João Leite da Silva Ortiz como "Guarda-mor das mesmas minas" em 1728 (TAUNAY, 1950, p. 103–104). Segundo Vidal (2009, p. 254), a função do superintendente das minas era a de controlar a distribuição das terras auríferas e complementa Boaventura (2007, p. 66) afirmando que voltara o Anhanguera II para Goyaz enquanto superintendente para "manter a ordem e o arcabouço tributário dos recém-descobertos veios auríferos". Ainda, adiciona Bertran (2011, p. 167), poucos brasileiros natos obtiveram tal autoridade. Porém, nunca lhes foi concedida a mercê das passagens dos ditos rios. O governador e capitão-general da Capitania de São Paulo Caldeira Pimentel, em 1729, suspendeu a cobrança das passagens dos rios e arrematou os direitos, segundo carta régia de 27 de maio de 1730, aprovando a arrematação, durante um triênio, por 844\$000 réis, de cinco passagens de rios: Atibaia, Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí (TAUNAY, 1950, p. 129). Apenas o rio Jaguari não estava no pedido original dos bandeirantes, apresentado e georreferenciado por nós. Ivo nos explica o motivo pelo qual se firmavam contratos referentes às entradas dos caminhos e das passagens dos rios, como o caso de arrematação que indicamos:

Os contratos das entradas dos caminhos e das passagens dos rios nos sertões, assim como os demais contratos dos monopólios régios, eram realizados no Conselho Ultramarino com os representantes dos contratadores em Lisboa. Os contratadores que arrematavam os contratos das entradas dos caminhos e das passagens dos rios nos sertões subarrendavam a outros administradores locais determinadas áreas fiscais que compunham os contratos firmados por eles. Este mecanismo facilitava a arrecadação tributária pois distribuía a administração dos mecanismos de controle fiscal representado pelos registros. (IVO, 2012, p. 19)

Buscava-se uma descentralização do poder régio, pois o aparato administrativo e burocrático necessário para a organização das novas minas ainda estava por ser instalado e a arrematação das passagens, além da atribuição da superintendência das minas para o Anhanguera II, estavam em acordo com essa política. Por uma sequência de contratos e de concessões, desconcentrava-se parcialmente o poder sobre o território, de acordo com as necessidades reais de exploração, mas paulatinamente ia-se retomando esse poder, como, por exemplo, com o afastamento de Bartolomeu Bueno de seu cargo em 1734 (BERTRAN, 1996, p. 48–49), quase dez anos após ser nomeado superintendente, por concentrar "um poder quase discricionário sobre o conjunto da região" (VIDAL, 2009, p. 248). Logo, não era de interesse da Coroa perder o controle

sobre o território a ser conquistado e explorado, o que vemos na não concessão dos rios aos descobridores, apesar disso ser estabelecido ainda em 1721, segundo a consulta ao Conselho Ultramarino. Arrematava-se por um prazo curto a exploração das áreas designadas, mas a Metrópole jamais perderia de vista o território que estava se formando no sertão da ainda Capitania de São Paulo. Ao contrário, o seu poder apenas se incrementava.

Se temos uma primeira referência ao caminho de São Paulo de acordo com a passagem dos rios pelos quais o trajeto terrestre tinha de passar, também há informações a respeito do seu registro de cobrança e de tributação na "Carta do vigário de Goiás, [arraial de Sant'Anna], Pedro Ferreira Brandão, ao desembargador Belchior do Rego de Andrade, sobre o estado das Minas de Goiás e a necessidade de medidas contundentes para se evitar os descaminhos dos quintos" de 5 de maio de 1732 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4).

### *Espacializando a carta do vigário*

Na referida carta, como demonstra o próprio título do documento, há uma preocupação central em se evitar os descaminhos do ouro. Ora, se o anúncio do ouro já fora feito em 1725 e a sua exploração se iniciara por volta de 1726, em pouco mais de 6 anos o vigário demonstrara preocupação com o destino que o ouro retirado estava tendo.<sup>43 44</sup> Aliás, referente ao papel primário que a Igreja tinha para o período colonial de nossa história, diz Andrade:

A Igreja é um dos principais agentes de produção do espaço urbano-regional no período colonial. No Recôncavo Baiano, ela assumiu variados papéis fundamentais à instalação e dinâmica da rede urbana, tais como: ação concreta de produção e organização do espaço urbano; ocupação e divisão administrativa do território; associação com a Coroa na regulação do uso do espaço e controle social; estabelecimento de centralidades e consequente atração de fluxos regulares (missas e circulação de religiosos) e eventuais (procissões e festas). (ANDRADE, 2013a, p. 172)

---

<sup>43</sup>Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, datado de 1728, define-se a *Vigairaria* como "Benefício, ou Igreja, que tem cura d'almas, & todo o lugar, que fica sojeito a ella." Já *Vigairo* é definido enquanto "Cura d'almas" ou "O que faz as vezes, & funções do Prelado na sua ausencia" (BLUTEAU, 1728, p. 485). Repara-se que, apesar de ter uma designação específica ao ato da cura d'almas, o vigário tinha uma importância regional de cunho administrativo, já que, no referido documento, lida-se com questões diretamente vinculadas ao erário régio e à fiscalização do ouro. Portanto, não podemos fazer uso de uma visão secular ao tratar da Igreja e do seu papel no século XVIII.

<sup>44</sup>Bertran (2011, p. 167), ao tratar da carta régia de 1732 que dá conta da exploração das minas de Meyra Ponte, também afirma que nesse ano também havia preocupações com o declínio das extrações auríferas, o que se adéqua às demandas do vigário do arraial de Sant'Anna.

Analisando o documento do vigário do arraial de Sant'Anna, Pedro Ferreira Brandão, notaremos que em Goyaz a Igreja também teve funções específicas em relação à produção e à organização do espaço urbano, associada à Coroa e aos interesses metropolitanos de conquista.

O primeiro ponto de preocupação definido pelo vigário está na preponderância que a exploração do quinto do ouro tinha para a Coroa:

Nestas Minas não ha couza alguma, de que se possa utilizar a Coroa, e Real Fazenda, mais que pelos seus quintos, e contractos na forma que se pratica nas Minas Geraes; porem algumas couzas ha que necessitão de Remedio prompto para evitar os descaminhos. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4)

Demonstra-se, destarte, que, a exemplo das Minas Geraes, os quintos e os contratos deles decorrentes eram a forma preferível para a exploração das novas minas de Goyaz, já que, além deles, "não ha couza alguma, de que se possa utilizar a Coroa" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4). Isso nos remete ao comentário de Bertran (2011, p. 186–187) ao comparar a legalização das mineiras com as goianas, onde naquelas "a legalização das posses parece ter sido em bem maior volume do que em Goiás, e os mineiros, desde cedo, habituaram-se aos cuidados cartoriais com a propriedade fundiária. Em Goiás deu-se o inverso. (...) não admira tão pouco empenho dos goianos perdidos em amplas distâncias em legalizarem suas fazendas."

Prossegue o vigário:

O Governador de S. Paulo, que em toda a materia procede mais com odio contra as pessoas que entrão a estas Minas, do que com zelo do Real serviço poz o Registo do Contracto das Entradas no Rio de Mogi, que fica quatro dias de jornada da Cidade de S. Paulo que recebe este povo em prejuizo muito consideravel, pois as entradas não se devem senão das couzas que entrão nestas Minas; e sendo o caminho de sessenta e setenta dias o que de ordinario succede, he que depois dos miseraveis viandantes terem registado e pagão as entradas em Mogi perdem muitas cargas no discurso do Caminho por razão das aguas e rios caudalozos, que atravessão, e gastão outras por lhe serem necessarias para o seu sustento, e de todas pagão os direitos sem entrarem nestas Minas (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4)

Há, pois, referência à instalação, por parte do Governador da Capitania de São Paulo Caldeira Pimentel<sup>45</sup>, do registro de Mogi, que realizaria a tributação necessária aos viajantes que quisessem adentrar as minas de Goyaz pelo caminho de São Paulo. Indica o vigário que, por motivos localizacionais e estratégicos, o registro havia sido mal instalado, já que ele estava a apenas quatro dias de jornada da Cidade de São Paulo. Logo, os exploradores seriam taxados no início da sua viagem e, ao longo do restante do caminho, de sessenta a setenta dias de viagem, perderiam ainda mais as suas cargas,

---

<sup>45</sup> O mesmo que realizou a arrematação da passagem dos rios demandados pelos bandeirantes "descobridores" de Goyaz. Também governou a Capitania de Goyaz do dia 2 de abril de 1729 até o 19 de agosto de 1732, sucedendo-o o Senhor Conde de Sarzedas (BERTRAN, 1996, p. 83).

gastando-as no próprio percurso, alcançando as terras goianas desprovidos de seus pertences e em estado de miséria. Destaca-se, ainda, a dificuldade da travessia dos rios por serem estes caudalosos.

Salles demonstra as lógicas fiscais que existiam nesse contexto:

Alegava a grande distância do rio Jaguary<sup>46</sup> a Goiás, o que ocasionava a morte do gado que pagava direito de Entradas antes de chegar às minas, causando prejuízos aos condutores. (...) era mister atender à solicitação por ser medida justa para os negociantes que voltassem de Goiás a São Paulo, conduzindo ouro com as respectivas guias. Como a viagem era longa, desfalcavam-se do ouro transportado para as despesas do caminho. Ao chegarem ao Registro, a soma de ouro era menor do que acusava o documento a ser apresentado. Tal situação dava margem ao confisco dos bens dos negociantes a pretexto de descaminho, gerando justas revoltas. (SALLES, 1992, p. 104)

A questão da distância que havia entre Goyaz e São Paulo aparece, desta vez não só se tornando um obstáculo para o percurso de ida até as minas, como também no seu regresso. O gado pelo qual se pagava tributo para passar pelo registro morria ainda no longo caminho antes de seu destino e o ouro registrado na ida não era o mesmo da volta, de acordo com as despesas do próprio viajante em sua empreitada. Assim, entendia-se no registro que havia ocorrido um descaminho daquelas posses que deviam ser tributadas pela Coroa, imputando-se penalidades severas e indevidas ao forasteiro.

Continua o vigário demonstrando a ineficiência que o registro de Mogi tinha para o controle fiscal do ouro, indicando várias formas de descaminho aurífero:

Nesta materia fallo com a Razão, e experiencia. Com a experiencia, porque de facto me consta que algumas pessoas ja traspasarão ouro por alto em prejuizo da Real fazenda; e com a Razão, porque está claro, que sendo a jornada destas Minas para povoado de sessenta, e settenta dias, por toda esta distancia ha muitos meyo de se divertir o ouro, ou para as Minas Geraes, ou para os sertoes da Bahia e Pernambuco, sendo que o que se divertio ja foi pelo mesmo Rio de Mogi, passando pelas cabeceiras delle fora da passagem geral onde está o Registo por ser o Rio pequeno e no certão delle não ha risco de gentio, porque todas aquellas distancias se achão povoadas. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4)

Indica Pedro Brandão que o desvio do ouro se dava de diversas formas, tanto antes do referido registro quanto depois dele. Nas terras goianas, o ouro era descaminhado para as Minas Geraes e para os sertões da Bahia e de Pernambuco. Ainda em São Paulo, alenta o vigário, burlava-se o fisco pelas cabeceiras do próprio rio Mogi onde se localizava o registro implementado pelo Governador Caldeira Pimentel, já que o rio era de fácil transposição e não havia risco de ataques indígenas, pois, ao redor da Cidade de São Paulo, em função dos caminhos e do comércio implementado, havia

---

<sup>46</sup>Há referência ao registro do rio Jaguary que é o mesmo registro de Mogi referido nos documentos por nós manuseados. O dito rio localiza-se nas proximidades de Mogi.

muito povoamento. Temos, pois, uma série de indicações de como se dava a lógica do descaminho em torno do caminho de São Paulo, tanto nos sertões da colônia quanto nas proximidades do litoral, e nota-se a relevância que tinha o grau de dificuldade na travessia dos rios para as análises dos setecentos, além da primeira aparição do risco do gentio. A espacialização horizontal, configurada nos diversos fluxos que existiam, não se delimitava pelos fixos implementados pela Coroa, havendo uma distorção do espaço imaginado pela Metrópole com o espaço vivido no cotidiano relatado pelo vigário. Atentava-se ele, pois, para uma necessária adequação das implementações verticalizantes da fiscalização do ouro aos fluxos existentes em Goyaz e nas capitânicas adjacentes, retirando-se o registro do rio Mogi e realocando-o para o rio Corumbá<sup>47</sup>:

Estes inconvenientes se podem obviar com muita facilidade pondo-se o Registo do Ouro no Rio de Acurumbá pois este alem de ser mais caudalozo, que o de Mogi, não he facil antes de muito difficultozo de se lhe fazer passagem pelas cabeceiras, pelo grande risco que se acha em encontrar com o gentio. Alem de que este rio fica em distancia destas Minas quatorze dias de jornada e antes delle pasiado não se podem hir buscar as Minas Geraes nem os certoens da Bahia e Pernambuco e nesta forma ficarão os quintos de Sua Magestade tão seguros como se estivessem debaixo de huma chave. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4)

No trecho anterior, podemos perceber a sugestão do vigário em se deslocar o registro de Mogi até o rio Corumbá, muito mais próximo a Goyaz. Se o primeiro rio distava das minas goianas em sessenta a setenta dias, essa nova localização estaria a apenas quatorze dias. Portanto, não haveria o problema de os viajantes serem taxados logo no início do caminho apenas para gastarem o restante de suas cargas no percurso. Também, inibia-se o descaminho nesse novo local, pois a travessia pelas cabeceiras do rio Corumbá, por ser este mais caudaloso que o Mogi, era muito mais dificultosa. Outrossim, se os sertões nas proximidades de Mogi eram povoados, não havendo a presença de gentio que pudesse ameaçar os desviadores de ouro, em Corumbá o caso era diferente. Instalada a fiscalização muito mais no interior da colônia, as chances de os contrabandistas serem assaltados por indígenas era consideravelmente maior, fornecendo ainda mais obstáculos para essas atividades. Assim, os quintos do ouro recolhidos para a Coroa estariam "tão seguros como se estivessem debaixo de huma chave".

---

<sup>47</sup>O vigário se refere ao rio Corumbá enquanto "acurumbá". Já no documento analisado anteriormente, o requerimento dos "descobridores" das minas de Goyaz, a escrita varia para "guacurumbá". Devemos enfatizar que todos dizem respeito ao mesmo rio Corumbá, mas é essencial que guardemos as variações de escrita até mesmo para conservar determinada fidelidade da fonte primária.

Há várias referências espaciais nesse documento e de interesse eminentemente geoestratégico à ação da Metrópole no controle do que era extraído nas novas minas goianas. O fato de um vigário ter proposto tais alterações de registro, com argumentos territoriais, demonstrando as implicações práticas que o descaminho tinha para o prejuízo do Erário Real ao longo do caminho de São Paulo, ilustra bem a atividade que a Igreja tinha na organização do território colonial. A sua importância institucional estava muito além de questões espirituais, atrelada a demandas de mote real que tinham rebatimentos diretos na formação territorial de Goyaz.

Outro tema recorrente nos pleitos de Pedro Brandão é o das distâncias e de suas implicações nas viagens realizadas. Lemes discorre a respeito das relações que as distâncias tinham para com os desejos de Lisboa e dos aventureiros que adentravam o território em busca, primária, do ouro:

Se considerarmos a tecnologia da época, o grau de dificuldade na transposição das rotas oceânicas e dos caminhos terrestres ou fluviais pode ser traduzido através de outra unidade de medida: o tempo. (...) A conjugação entre longos percursos e a instabilidade climática ditava o compasso da mobilidade dos homens. (...) Entretanto, tendo como pano de fundo a procura inexorável do ouro, as dificuldades não intimidavam a Coroa, nem detinham o espírito aventureiro dos homens que adentravam o sertão. Ao contrário, o desejo de vencer as barreiras ampliadas pelas distâncias estimulava as iniciativas e os projetos contemplados por Lisboa (LEMES, 2012, p. 114–116).

O autor destaca a relevância que o fator tempo tinha para o sobrepujamento dos obstáculos territoriais em tempos coloniais. Para uma pesquisa em Geografia Histórica, é fundamental atentar-se para estas questões, pois só poderemos ter uma noção do que se passava em Goyaz, no século XVIII, se também nos ativermos às lógicas temporais e territoriais que formavam, em conjunto, o espaço. Dessa forma, o questionamento a respeito da instalação do registro a sessenta ou quatorze dias de viagem das minas goianas simboliza bem essa matéria, já que as implicações aos viajantes eram severas a depender dessa diferença.

Salles pontua as alterações promovidas pelo Governador de São Paulo Conde de Sarzedas, que sucedeu o Governador Caldeira Pimentel no ano de 1732, tanto na proibição dos descaminhos quanto na definição do caminho de São Paulo enquanto caminho único<sup>48</sup> até as minas goianas e no pedido de alteração da localização do registro de Mogi para o rio Corumbá em 1734:

De outubro de 1732 a 1734, o Capitão General de São Paulo Conde de Sarzedas expediu um Bando, um Alvará em forma de Lei, e um Regulamento

---

<sup>48</sup>Lembrando que a definição do caminho de São Paulo enquanto via única a Goyaz já havia sido definido por Carta Régia de 1730 (SALLES, 1992, p. 102).

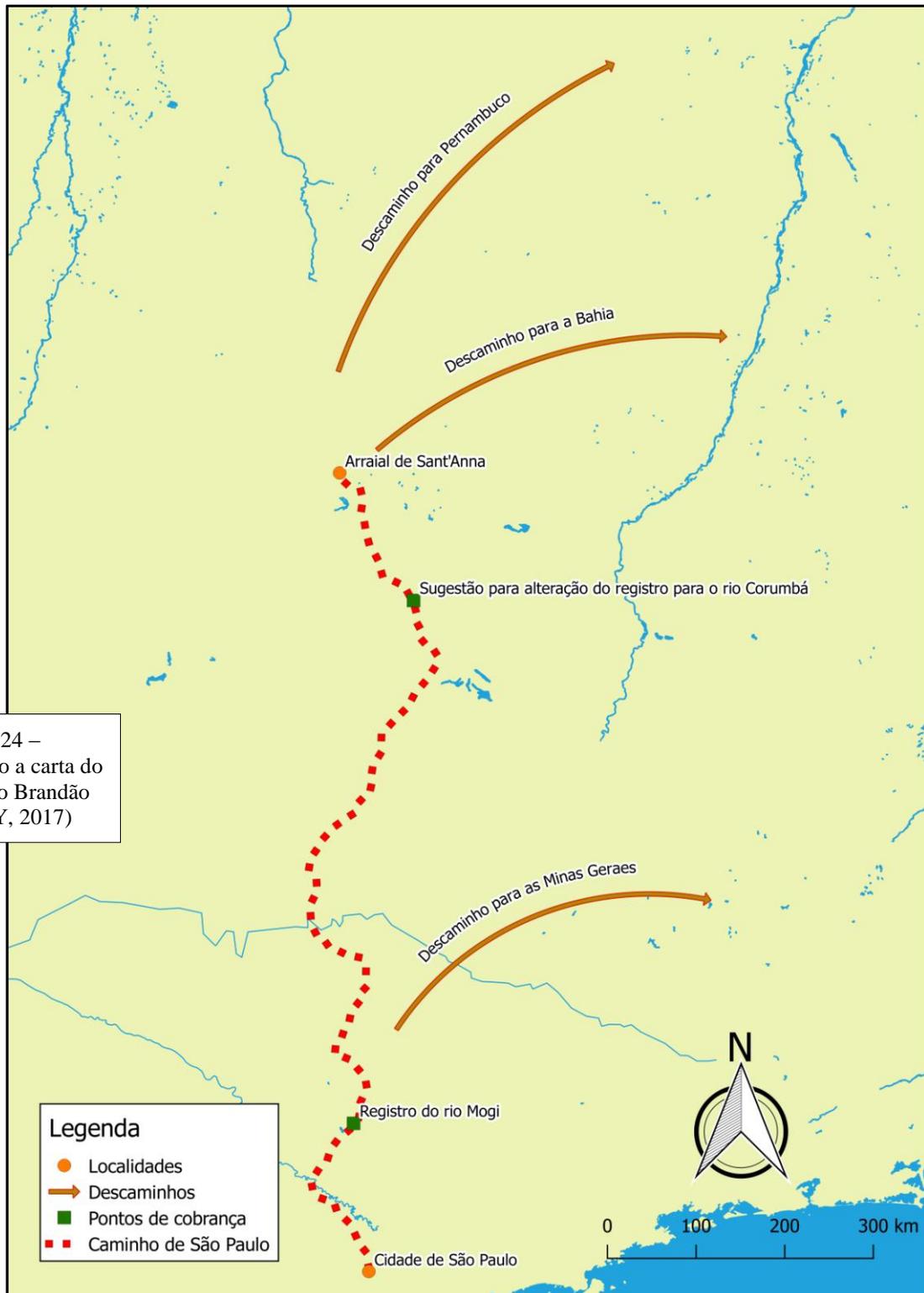
para a casa de Registro do Caminho dos Guayazes, na barreira do Jaguary Grande. Para Cuiabá foi enviado outro Bando, "proibindo-se picadas para as Minas dos Guaiazes". Toda via de acesso deveria ter como ponto de intersecção o Registro de Jaquary. O bando de 1732 restringia o caminho aos guayazes pela Vila de Jundiahy, Mogy do Campo e daí às Minas (...) em 15 de março de 1734, escreveu a Sua Majestade expondo o parecer de Gregório Dias da Silva, novo Superintendente das Minas de Meia Ponte, a respeito da mudança do registro das entradas para as margens do rio Corumbá em Goiás. (...) Sua Majestade não atendeu ao pedido. Era importante que o controle do comércio para as minas ficasse próximo da sede da Capitania Paulista. Só mais tarde parte das reivindicações foi considerada com o arrendamento do contrato das Entradas para as Minas (SALLES, 1992, p. 102–104).

Demonstra a autora que, apesar da obrigatoriedade de passagem pelo registro de Mogi (Jaguari), não era lógico a quem percorresse os caminhos que tal registro fosse tão distante das minas. O mesmo se aplicava para os mineradores do Cuyabá, no Mato Grosso. Esses não podiam, em um primeiro momento, fazer caminho até Goyaz e deviam se direcionar até São Paulo para, então, percorrer o caminho único de São Paulo. Não obstante, a Coroa manteve a localização do registro até segunda ordem para manter a fiscalização do ouro em proximidade da administração real e da própria Casa de Fundição que lá se localizava.

Ao final do documento por nós analisado, o vigário Pedro Brandão dá contas ao desembargador Belchior do Rego de Andrade sobre o estado das minas goianas no ano de 1732:

Achão-se hoje estas Minas habitadas por espaço de settenta leguas e em toda esta distancia com jornaes de Meya oitava e dahi para cima: em algumas partes tem ja mostrado grandezas porem ha poucos que se animem a perder alguns jornaes por fazer outras experiencias de outros mais importantes; mas o tempo, e a Senhora S. Anna a quem tomei por padroeira desta Conquista, as hirá descobrindo (...) (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4).

Se atribuirmos um cálculo aproximado de 5.5 quilômetros para cada légua mencionada, segundo as contas do vigário, as minas já estavam sendo exploradas em uma área de 385 quilômetros. Claro que esse cálculo torna-se dificultoso no sentido de que o relato não precisa se tal quilometragem se refere à largura aproximada das terras exploradas ou à área total, mas, em qualquer dos casos, já podemos nos bastar com o fato de que a exploração aurífera, de 1726 a 1732, tinha tomado grandes portes, formando paulatinamente um território que ainda estava por ser incorporado plenamente aos domínios portugueses, posto que, à época, ainda vigorava o Tratado de Tordesilhas que definia enquanto espanholas estas terras das quais o vigário trata. O próprio excerto acima destacado cita que algumas "grandezas" já vinham se mostrando, mas que havia ainda a falta de pessoas dispostas a realizar outras explorações.



No esforço de sintetizarmos as dificuldades levantadas pelo vigário do arraial de Sant'Anna, podemos produzir uma visualização cartográfica que demonstre, ilustrativamente, as suas demandas, tanto de alteração do registro quanto dos descaminhos que ocorriam na direção das capitâneas adjacentes às minas de Goyaz, tendo por base o caminho de São Paulo traçado a partir do *Mappa de todos os sertões* (...) (figura 24).

## Mapeando os arraiais

Na medida em que as atividades mineratórias foram incrementando a partir de 1725, arraiais foram sendo criados de acordo com a disposição dos recursos auríferos no território. Fonseca (2011, p. 64) demonstra que o termo arraial, antes da consolidação de seu uso em referência aos núcleos mineradores, indicava os pousos e as roças criados pelos bandeirantes ao longo das suas trilhas, possibilitando a sua sobrevivência nas empreitadas conduzidas. Se buscarmos a definição de arraial no *Vocabulario Portuguez & Latino*, veremos que significava, no século XVIII, na Europa, "o alojamento de hum Exercito na campanha." (BLUTEAU, 1728, p. 544). Com apoio em Saint-Hilaire, Fonseca (2011, p. 64–65) também destaca que arraial poderia aludir tanto a acampamentos precários quanto a núcleos mineradores já consolidados. Ou seja, ao longo das explorações pelo território das zonas mineradoras (de Minas Geraes a Mato Grosso) foi sendo transformado o uso da palavra arraial, estabelecendo-se uma correlação direta com os núcleos de povoamento que surgiam. Nesse mérito, reafirma Fernanda Moraes (2007, p. 63–64) que o termo arraial "sofreu alterações à luz das especificidades do processo de povoamento das Minas".

A níveis organizacionais, Vidal esclarece que os arraiais não detinham autonomia jurídica ou administrativa e que se distanciavam de simples acampamentos. Respalhando-se em Aroldo de Azevedo, indica que podem ser comparados aos *pueblos* da América Espanhola, surgindo enquanto formas instáveis mas abundantes de povoamento, largamente apoiados pelas Coroas no intento de povoar o território (VIDAL, 2009, p. 249–250). Em caráter de urbanização, trataremos dos arraiais enquanto as formas mais básicas e "espontâneas" de Goyaz. Esse caráter atribui a essas formas um caráter horizontalizante no espaço, já que os arraiais surgiam de acordo com as descobertas mineralógicas dispostas no terreno. Assim, não se podia pré-conceber o surgimento dessas localidades de acordo com um projeto metropolitano de conquista, por exemplo, mas isso não retira deles uma relevância dentro do panorama geopolítico português.<sup>49</sup> Em uma concepção *totalizante* de espaço, não podemos separar enfaticamente as implicações horizontais das verticais, mas compreendê-las de acordo com as variáveis geohistóricas. Nesse sentido, devemos nos atentar ao fato de que, no espaço, "As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo

---

<sup>49</sup>O mesmo entendimento pode ser aplicado, em certa medida, à disposição dos caminhos coloniais da mineração (MALULY, 2017a, p. 177–178).

se dá com as instituições e infra-estruturas." (SANTOS, 2006, p. 80–82). O espaço e as suas espacializações, portanto, surgem a partir da combinação dessas feições e mapear os arraiais surge enquanto uma necessidade se quisermos compreender o processo de formação territorial de Goyaz.

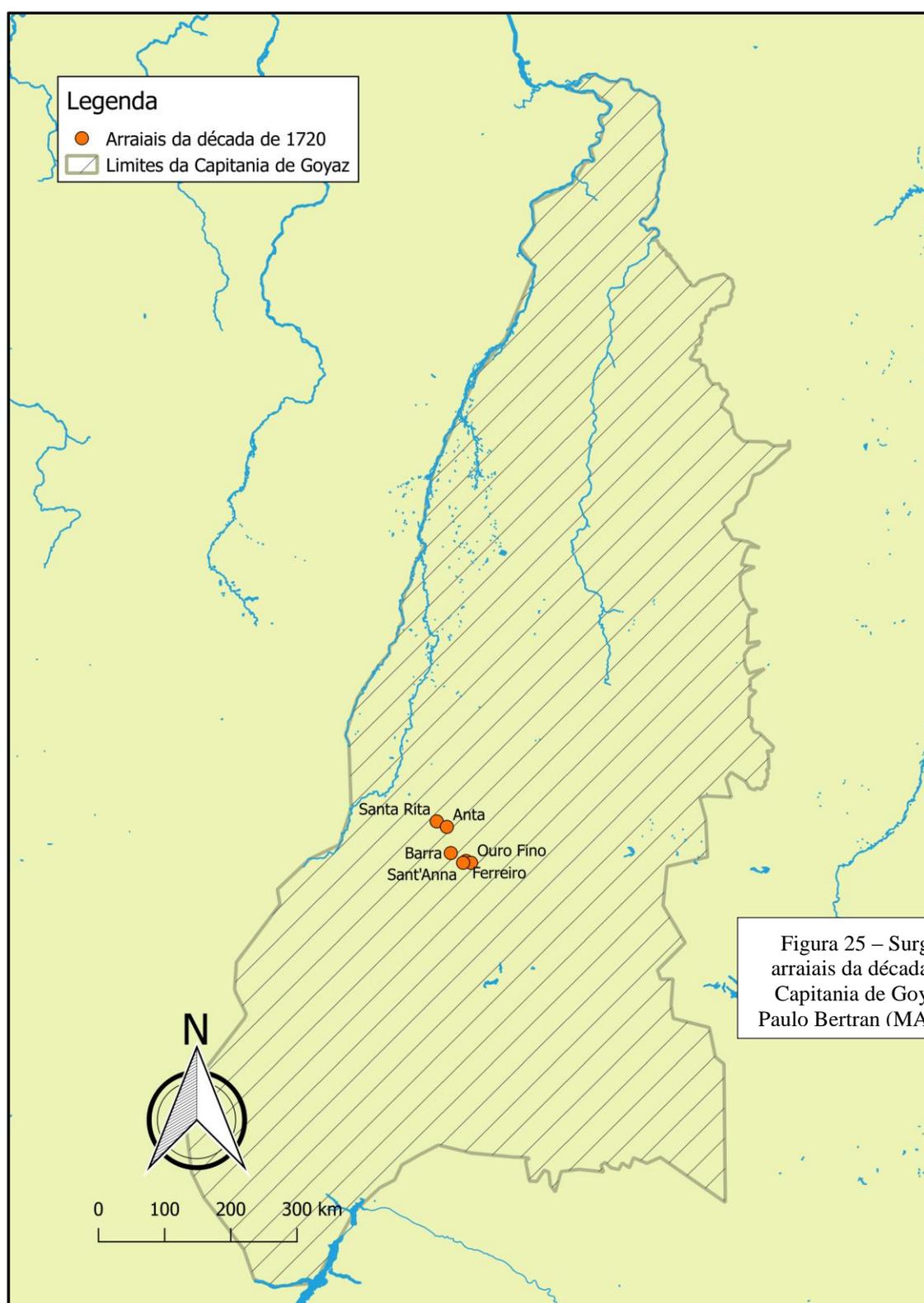
Ao tratarmos dos caminhos e dos descaminhos goianos, devemos buscar compreender o *movimento* de surgimento dos arraiais, pois os caminhos e os descaminhos estavam intrinsecamente a eles ligados. Outrossim, em uma perspectiva dialética de formação territorial, os caminhos e os arraiais surgiam reciprocamente. Ora, um determinado caminho fazia surgir, ao longo dele, uma série de localidades e o inverso também ocorria, como veremos ao longo deste capítulo.

Para o mapeamento dos arraiais, buscamos em autores de referência sobre a história goiana esses dados, mas logo percebemos que havia uma distinção entre eles. Há bastante debate, por exemplo, a respeito das datas de fundação dos núcleos mineradores, variando intensamente segundo as fontes históricas acessadas por cada pesquisador. Para minimizar os pormenores dessa questão que não interessam diretamente a esta pesquisa, classificamos tais datas fundadoras dos arraiais por décadas, sempre seguindo o recorte temporal do trabalho (definido e esclarecido no capítulo anterior). Portanto, destacaremos os arraiais que surgiram nas décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, entre os anos de 1725 e 1752. Com essa visualização, poderemos ter uma noção abrangente do povoamento de Goyaz, além das características de cada década, sem se prender a minúcias e sem extrapolar os limites da pesquisa.

Recorremos, para construir o banco de dados dos arraiais, aos seguintes autores: Paulo Bertran, Luís Palacin, Deusa Boaventura e Lenora Barbo. Desta maneira, fazemos referência tanto a autores clássicos da historiografia que influenciaram (e continuam a influenciar) estudos históricos sobre Goyaz, assim como teses recentes (a primeira de 2007 e a segunda de 2015) que tomam por base esses autores, mas também contribuem enfaticamente ao debate com novas informações. Porém, ao cruzarmos os dados oferecidos por cada obra (e que estão disponibilizados integralmente nos anexos deste trabalho), notamos, ainda, que os autores incorrem em algumas imprecisões temporais a respeito do surgimento dos povoamentos. Para minimizar tais dúvidas, consultamos a *Notícia Geral da Capitania de Goiás* de 1783, transcrita e organizada por Paulo Bertran, publicada em 1996, que apresenta diversas fontes históricas que discorrem sobre a capitania. Em tais fontes encontramos dados que nos auxiliaram na composição dos mapas e indicaremos, pontualmente, onde a *Notícia Geral* (...) esclareceu a questão

do surgimento dos arraiais goianos. Produziremos, para cada autor, mapas demonstrando o *movimento* de povoamento da capitania e, ao final, um mapa-síntese, cruzando as informações bibliográficas apresentadas com a *Notícia Geral* (...) e definindo, para este trabalho, datas consistentes de fundação dos arraiais.

### *Os arraiais segundo Paulo Bertran*



Iniciamos os nossos mapeamentos com as obras de Paulo Bertran — *Formação Econômica de Goiás* (1978) e *História da Terra e do Homem no Planalto Central* (1994) —, posto que o autor certamente é unanimidade entre estudos sobre a história goiana e estrutura, também, esta pesquisa. Ambos os livros indicados se destacam pela quantidade de informações a respeito de Goyaz e trouxeram informações suficientes para a construção de um banco de dados que levou às figuras 25 e 27.<sup>50</sup>

Para a construção dos mapas, inserimos na cartografia os limites da Capitania de Goyaz que serão definidos apenas a partir de 1748 com a criação da capitania (ver o tópico "Recortes do objeto" do primeiro capítulo). Isso põe limites obviamente anacrônicos quando tratamos das décadas de 1720, 1730 e quase toda a década de 1740, posto que nessas décadas não existiam formalmente tais limites, mas nos pareceu necessário destacá-los para que se facilitasse a visualização da capitania como um todo. A intenção deste trabalho é a de discutir e problematizar o povoamento de Goyaz e não seria produtivo definir os limites da capitania apenas quando em referência aos arraiais da última década de nosso recorte temporal. Portanto, reproduziremos seguidamente toda a capitania com os seus limites para que se possa ter uma noção espacial na escala adequada segundo a discussão dada.

Também nos pareceu vantajoso, neste tópico, não inserir os caminhos que levavam até esses arraiais, dado que conduziremos a discussão a respeito da relação entre os caminhos e os arraiais no prosseguir deste trabalho. Mas, para esse efeito, apresentamos no capítulo primeiramente o caminho de São Paulo até Goyaz para, posteriormente, debater os arraiais, já que estes surgem a partir da ida dos bandeirantes via São Paulo. Porém, não podemos pensar que em Goyaz havia um "grande vazio" antes da chegada dos colonizadores. Ao contrário, essas terras eram intensamente povoadas por grupos nativos que foram sendo dizimados segundo as necessidades paulistas e portuguesas.<sup>51</sup> Fonseca (2011, p. 51–52) esclarece que essa noção de "vazio" possibilitou com que os colonizadores buscassem adentrar e povoar o território ainda desconhecido, sendo este um imenso "sertão", considerado como "um dado preexistente à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização".

A partir da figura 25 podemos observar que, na primeira década de colonização, surgem os arraiais do rio Vermelho (afluente do rio Araguaia) — Sant'Anna, Ferreiro,

---

<sup>50</sup>Sobre o banco de dados com as informações referentes ao surgimento dos arraiais, ver tabelas em anexo a este trabalho.

<sup>51</sup>Veremos, com mais detalhe, a presença indígena em Goyaz a partir do relato de José da Costa Diogo (1734-1735), no último capítulo deste trabalho.

Ouro Fino, Barra, Anta e Santa Rita. Concentrados, irão estabelecer a primeira feição urbanizadora de Goyaz, localizada ao longo das explorações auríferas desse rio e de seus contribuintes. Salles (1992, p. 83) detalha esta primeira fase da exploração aurífera em uma ilustração que foi por nós vetorizada para fins de melhor leitura das informações apresentadas (figura 26).

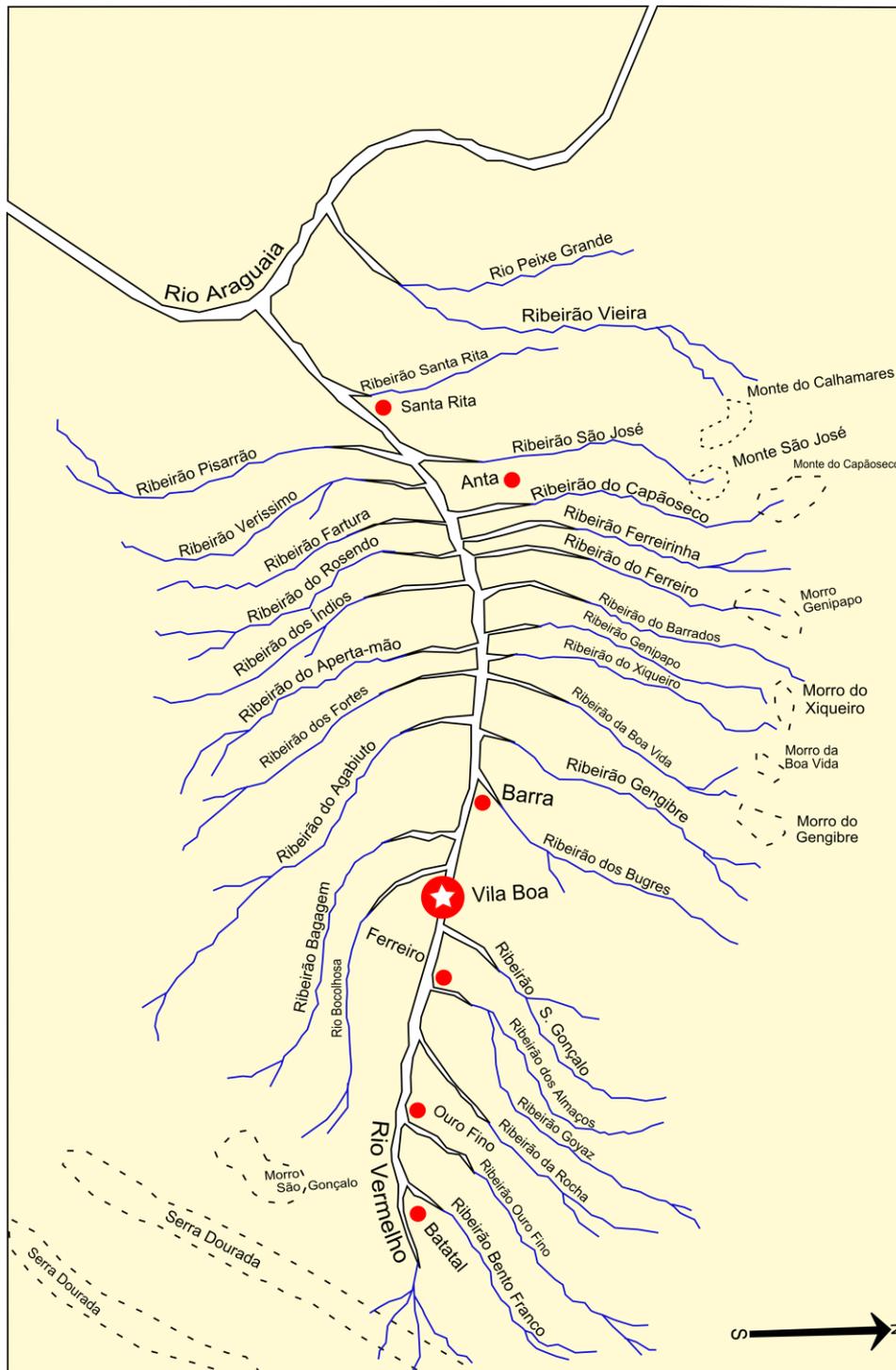


Figura 26 – Arraiais do Rio Vermelho segundo ilustração de Salles (1992, p. 83)

Indica a autora os mesmos arraiais que o por nós obtido a partir da leitura das obras de Paulo Bertran (sendo que o arraial de Sant'Anna dará lugar a Vila Boa como veremos), com exceção do arraial de Batatal. Este aparece escassamente na historiografia goiana e é um ponto sugestivo de discussão. Boaventura, por exemplo, irá fazer menção à localidade apenas ao citar a *Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás* datado de 1783, de José Ribeiro da Fonseca, descrevendo o trajeto tomado pelos bandeirantes que fundaram as primeiras aglomerações ao longo do Rio Vermelho quando eles "percorrendo rio acima chegaram às proximidades do Arraial do Ferreira, prosseguindo até Ouro Fino e Batatal, continuando posteriormente até alcançar o Ribeirão dos Bugres, *fundando o segundo Arraial a que chamam Barra*" (BOAVENTURA, 2007, p. 125). Encontramos nota ao Batatal na *Notícia Geral (...)* na descrição a respeito também das primeiras explorações pelo Rio Vermelho:

Logo examinaram o Rio no lugar em que se fez a ponte da Lapa e deram por bem empregados os trabalhos passados com as mostras de ouro que viram e sucessivamente foram descobrindo pelo Rio acima, sendo a maior grandeza pelas terras que medeiam entre o Arraial do Ferreiro e o do Ouro Fino, onde chamam o Batatal, em que se fizeram quatro e cinco oitavas de ouro de jornal por dia cada pessoa. O Capitão-mor descobridor passou a examinar o Rio até a paragem em que nele perde o nome o dos Bugres e ali se estabeleceu, fundando o segundo arraial a que chamam da Barra. (BERTRAN, 1996, p. 48-49)

Nota-se a semelhança entre a relação utilizada por Boaventura e a transcrição da *Notícia Geral (...)* realizada por Bertran. O mesmo ocorre quando lemos o volume IX da *História Geral das Bandeiras Paulistas* de Taunay, quando há referência ao relato de Silva e Souza, datado de 1812:

Entrando em exames descobriu muito ouro no lugar da Ponte do Meio chamada do Felix, e consta que entre outras só em uma bateada de terra extraiu meia libra, e que ainda encontrou maior grandeza no lugar do Batatal, entre Ouro Fino e Ferreiro onde sem custo fazia cada trabalhador o jornal de quatro a cinco oitavas por dia (TAUNAY, 1950, p. 92-93)

Põe-se em relevância que foram extraídas quatro a cinco oitavas por dia no lugar do Batatal assim como foi feito na *Notícia Geral (...)*, não havendo apenas menção à fundação posterior do arraial da Barra como nos dois primeiros autores relacionados. Notamos, também, que não há explícita denominação de Batatal enquanto arraial, podendo ser que lá não havia se concentrado uma aglomeração por tempo suficiente para tanto. Assim, podemos supor que houve, de fato, uma localidade chamada Batatal nas proximidades de Ouro Fino e Ferreiro, mas encontramos dificuldades em atribuir a ela um estatuto de arraial.

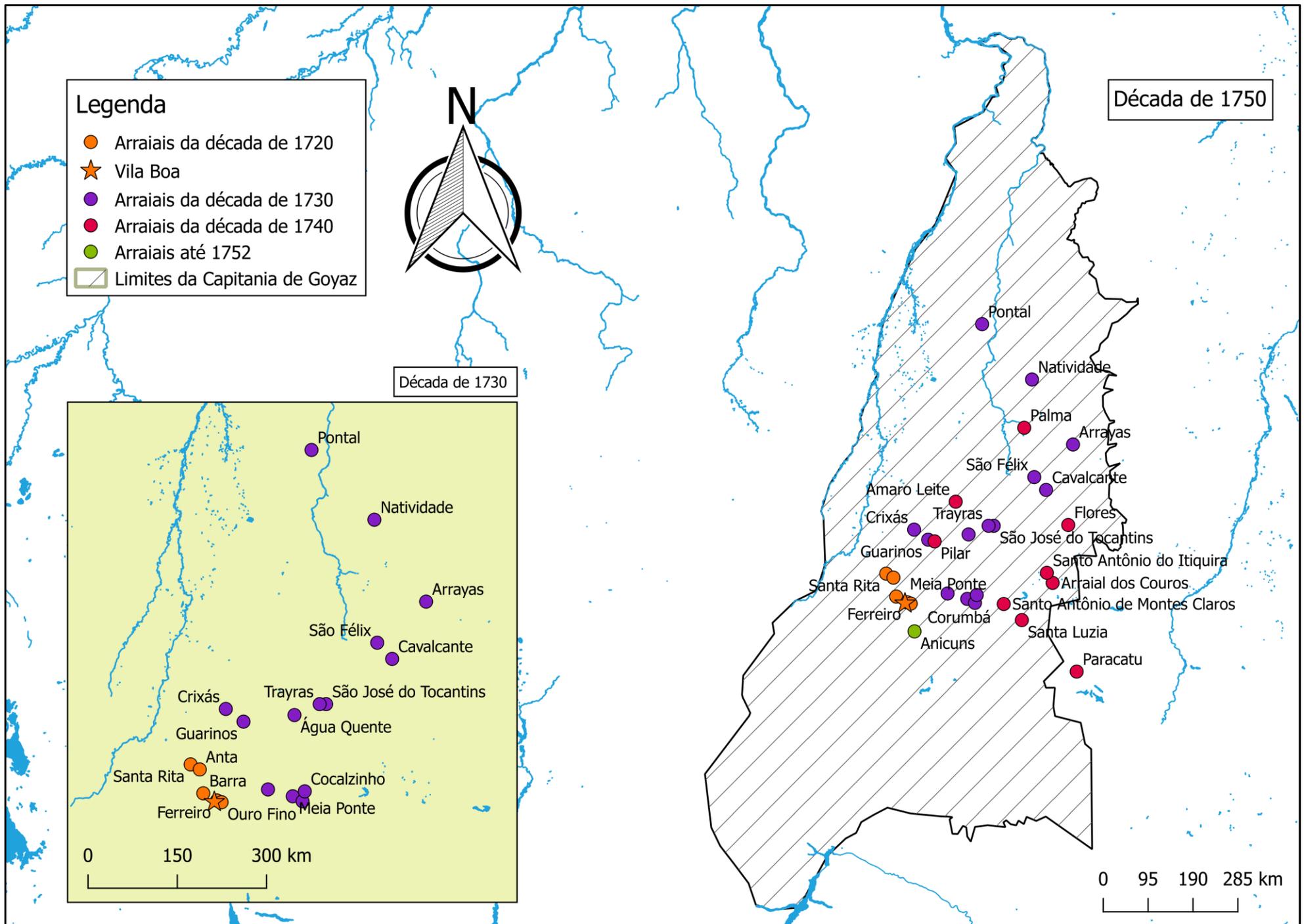


Figura 27 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, na Capitania de Goyaz, segundo Paulo Bertran (1978: 2006) (MALULY, 2017)

Podemos perceber, a partir da figura 27, que ao longo das décadas foi crescente a ocupação das terras goianas, alcançando o norte da capitania com o arraial de Pontal e o leste com o Arraial dos Couros. Como perceberemos, ao discutir os caminhos e os descaminhos que por aí passavam, a parte oriental de Goyaz esteve em constante contato com as Capitânicas da Bahia e de Pernambuco, apesar de ser esse trajeto proibido segundo o estabelecimento do caminho único de São Paulo a partir de 1730. Também há, em Bertran, um claro destaque para o arraial de Paracatu que pertencia à administração de Minas Geraes, o que para nós parece extremamente vantajoso à pesquisa sobre a formação territorial de Goyaz, já que se estabelecia um frequente contato com essas partes por meio de outro caminho não-oficial, a "Picada de Goyaz". Da mesma maneira, os contatos com o Estado do Grão-Pará e Maranhão por meio do rio Tocantins eram frequentes e a Estrada que levava até Cuyabá, criada em 1736, (BOAVENTURA, 2007, p. 81) conectava a capitania com o oeste da colônia. Nota-se, assim, que o surgimento e a "constelação de arraiais", cunhada por Fonseca (2011, p. 557), de fato ocupou a *hinterlândia* colonial, atraindo e concentrando a presença colonizatória portuguesa para muito além do Tratado de Tordesilhas (1494).

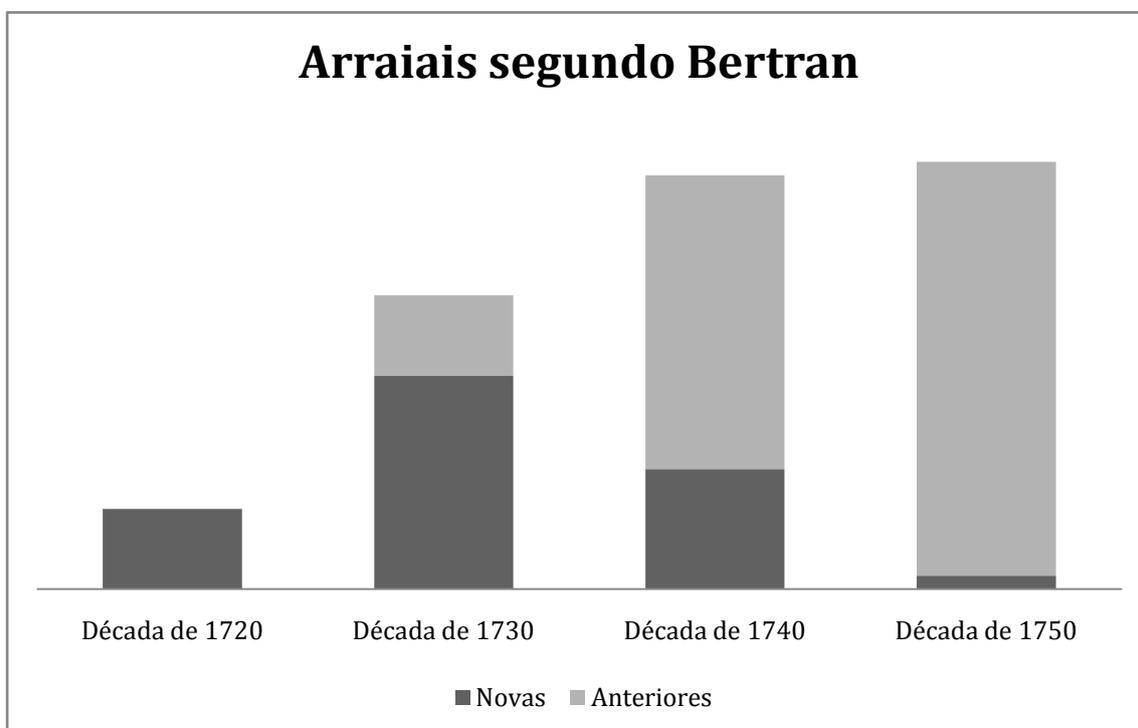


Figura 28 – Gráfico dos arraiais segundo Bertran (MALULY, 2017)

É nítido o incremento de fundação de arraiais a partir da década de 1730. Se haviam apenas 6 arraiais nos anos 1720, esse número aumentará para 16 na seguinte, 22 nos anos 1740 e, até 1752, teremos apenas o surgimento de mais 1 arraial (o de Anicuns<sup>52</sup>). Há, pois, um crescente número de estabelecimentos, mas uma redução de fundações quando realizada a comparação década a década. Assim, os anos 1730 são os mais prolíficos na ocupação do território surgindo, principalmente, uma série de arraiais ao longo do rio Tocantins e na sua bacia hidrográfica. Também vai surgir o arraial de Meia Ponte e outros em sua proximidade, representando um importante entroncamento de caminhos naquela parte da capitania (que veremos, com mais cuidado, na figura 48). Na década de 1740, constituem-se os arraiais mais ao limite leste da capitania, mas também surgem povoados ainda nas proximidades do rio Tocantins e do rio Araguaia, como os arraiais de Amaro Leite, Pilar e Palma. Bertran (1978, p. 24) identifica, pois, duas fases principais na formação territorial goiana a partir das extrações auríferas: "o espaço mineratório em Goiás definira-se aproximadamente entre 1726 e 1741, quinze anos portanto, obedecendo a dois ciclos principais: o de nomadismo (...) e o de fixação dos arraiais, pouco mais tardio." A figura 27 destaca isso, pois, até o final dos anos 1730, surgirá uma espinha dorsal no povoamento de Goyaz, complementando-se a partir de 1740 com outras fundações. Se no início das explorações havia um sentido errático,<sup>53</sup> isso não excluirá a possibilidade de fixação desses arraiais, permanecendo e transformando-se, efetivamente, até os dias atuais.

Também devemos nos atentar a um aspecto apresentado pela cartografia que pode ser ilusório: a permanência desses arraiais ao longo de todo o tempo de extração. Em realidade, esses núcleos de povoamento eram, em boa dose, intermitentes, a depender da disponibilidade dos recursos naturais passíveis de extração. Ainda trataremos aprofundadamente do roteiro de viagem de José da Costa Diogo, mas é importante ressaltar que o viajante, ao passar nas proximidades do arraial de Corumbá, indica que esse, no ano de 1734, não estava povoado (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8). Porém, sabemos que o arraial de Corumbá voltou a ser povoado em algum momento do século XVIII (provavelmente em decorrência da centralidade de Meia Ponte) e permanece até os dias de hoje.

---

<sup>52</sup>Que, inclusive, tem seu surgimento datado, segundo Boaventura (2007, p. 128) e Barbo (2015, p. 299), apenas em 1809.

<sup>53</sup>Destaca Fonseca (2011, p. 161–162) que, apesar da mobilidade aguda dos paulistas, não se deve questionar a franca capacidade deles em se estabelecer de forma fixa (ao menos até a incorporação daquelas localidades aos planos da Metrópole).

Os arraiais segundo Palacín et al

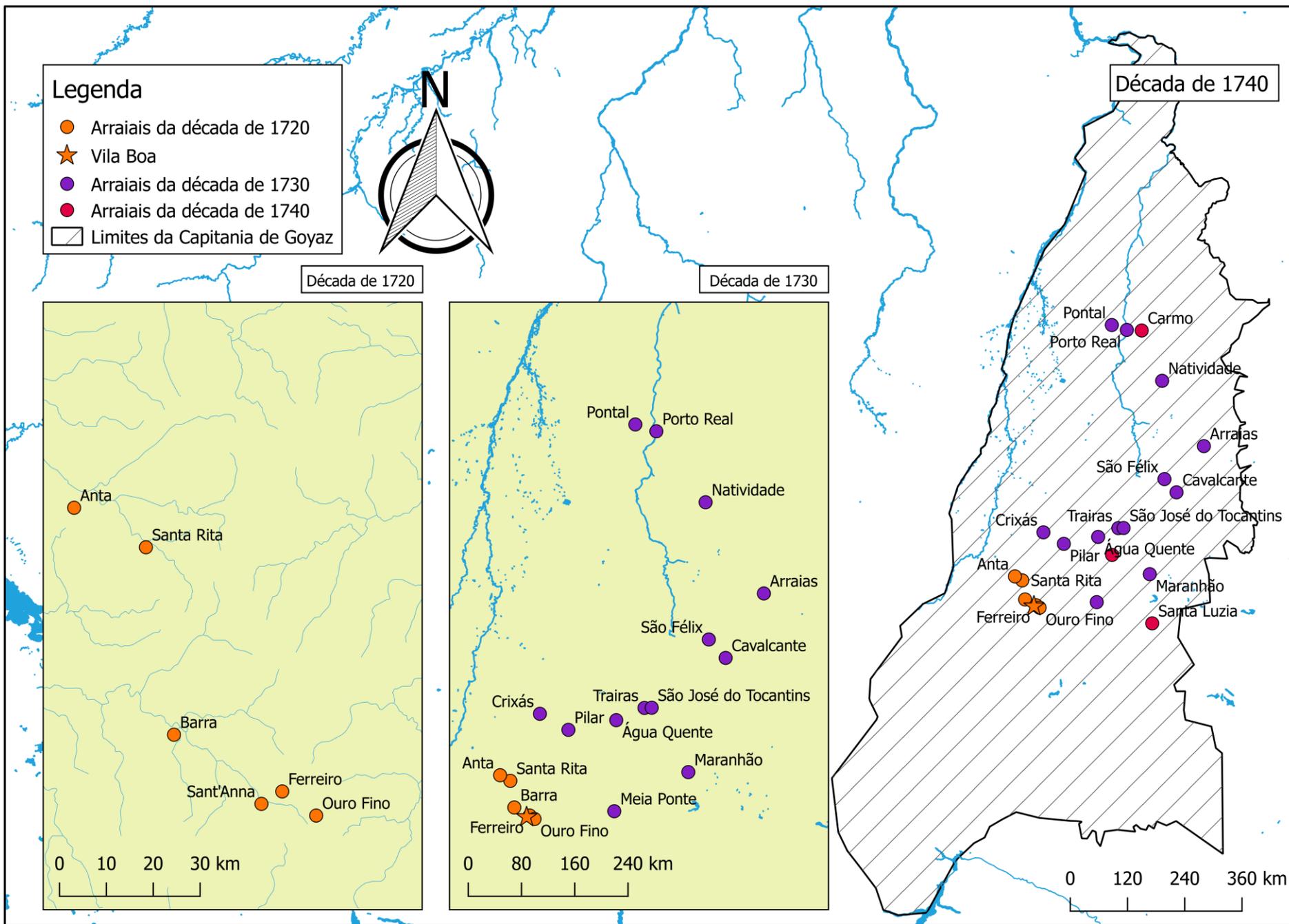


Figura 29 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730 e 1740, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín et al (1995) (MALULY, 2017)

A seguir, utilizamos as obras de Luís Palacín na mesma condição que as de Paulo Bertran, sendo ambos autores de ampla referência nos estudos sobre Goyaz. Fizemos a leitura das obras *História de Goiás* (6a edição, 1994), escrito por Luís Palacín e Maria Augusta Moraes, e *História de Goiás em documentos: I, colônia* (1995), escrito por Luís Palacín, Ledonias Garcia e Janaína Amado. Para a confecção da figura 29, fizemos uso da obra datada de 1995 e, destarte, pode-se observar a diminuição na indicação de arraiais fundados na época colonial. Também não há indício de qualquer arraial fundado até 1752, restringindo a análise até o final dos anos 1740. Porém, o *movimento* de ocupação segue o mesmo sentido, sendo que há os arraiais iniciais, um incremento significativo na década de 1730 e uma complementaridade a partir de 1740. Também são citados alguns diversos aos de Bertran, havendo, por exemplo, presença dos arraiais do Carmo, Porto Real e Maranhão.

Apesar da diferenciação clara entre os autores, o interessante de se ater aos estudos de Palacín é a concepção diversificada que esse autor e a autora Maria Augusta de Moraes apresentam com relação a possíveis zoneamentos da capitania na obra datada de 1994 (6a edição):

Três zonas povoaram-se, assim, durante o século XVIII, com uma relativa densidade. A primeira zona situava-se no centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) – principal centro de comunicações –, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos. Uma segunda zona estava situada na “região do Tocantins”, no alto Tocantins ou Maranhão (...). Esta zona, de limitada extensão, era a mais densa em povoações: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc. E, por fim, o verdadeiro norte da capitania abrangia uma extensa zona, entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia. Nesta região, em sua maior parte áspera e árida, encontravam-se algumas povoações dispersas: Arraiais, S. Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional), que era o arraial mais setentrional. (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 12–13)

Cartografamos essa proposta de zoneamento na figura 30 e, a nível dos arraiais, notamos a adição dos arraiais de Santa Cruz e de Muquém. A nível quantitativo total há uma expressa diminuição das localidades, mas nota-se que esse não é o objetivo dos autores, já que utilizam-se do emprego da expressão "etc" ao tratar dos arraiais da região do Tocantins. O que preocupa os autores é compreender a distribuição do povoamento e o modo como ele se deu, sem estratificar temporalmente os arraiais, definindo três zonas diferentes, sendo a primeira mais ligada ao caminho de São Paulo, a segunda às atividades extrativistas do rio Tocantins e a última em conexão com os chapadões que faziam limite com a Capitania da Bahia.

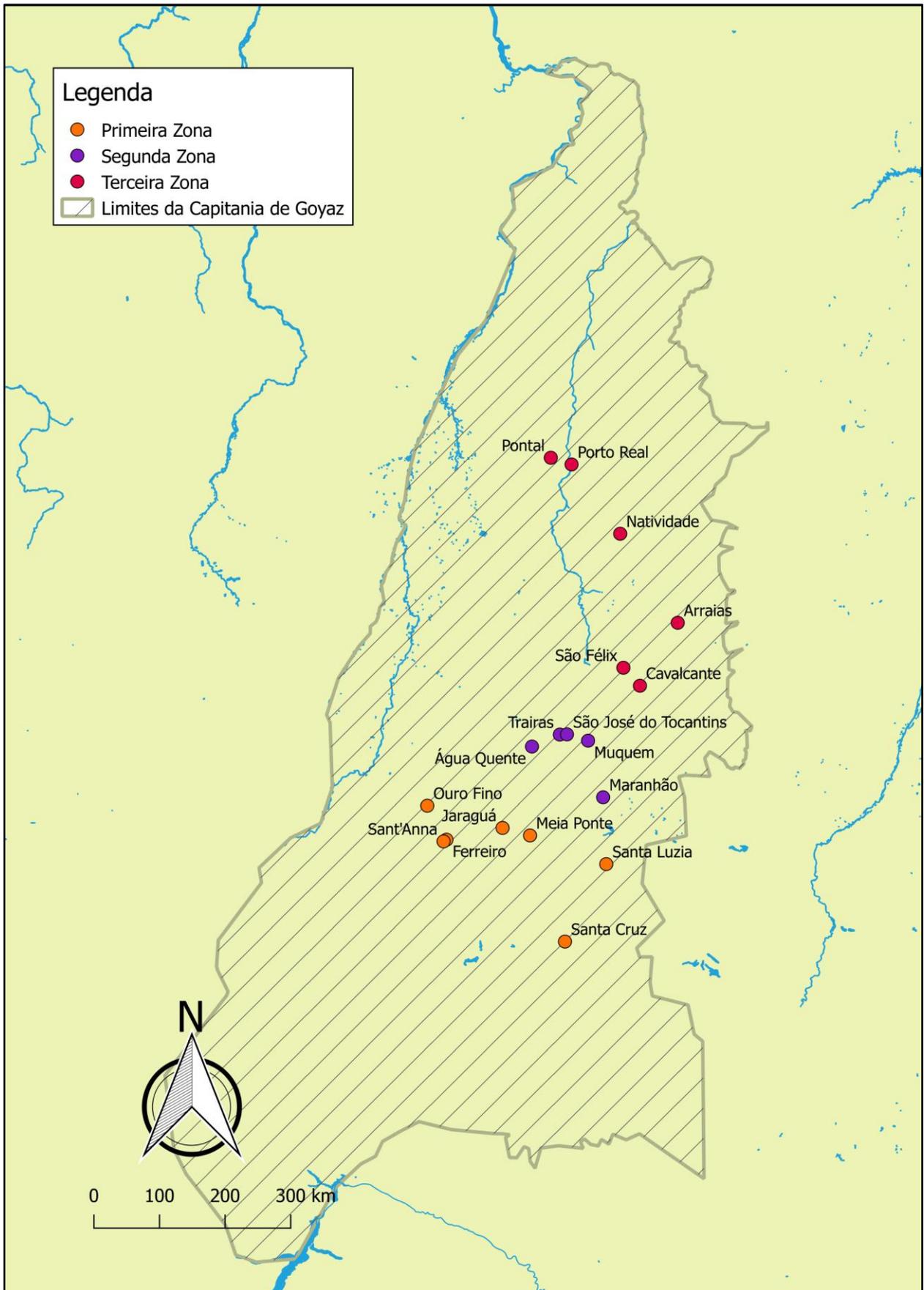


Figura 30 – Zoneamento dos arraiais, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín e Maria Augusta Moraes (1994) (MALULY, 2017)

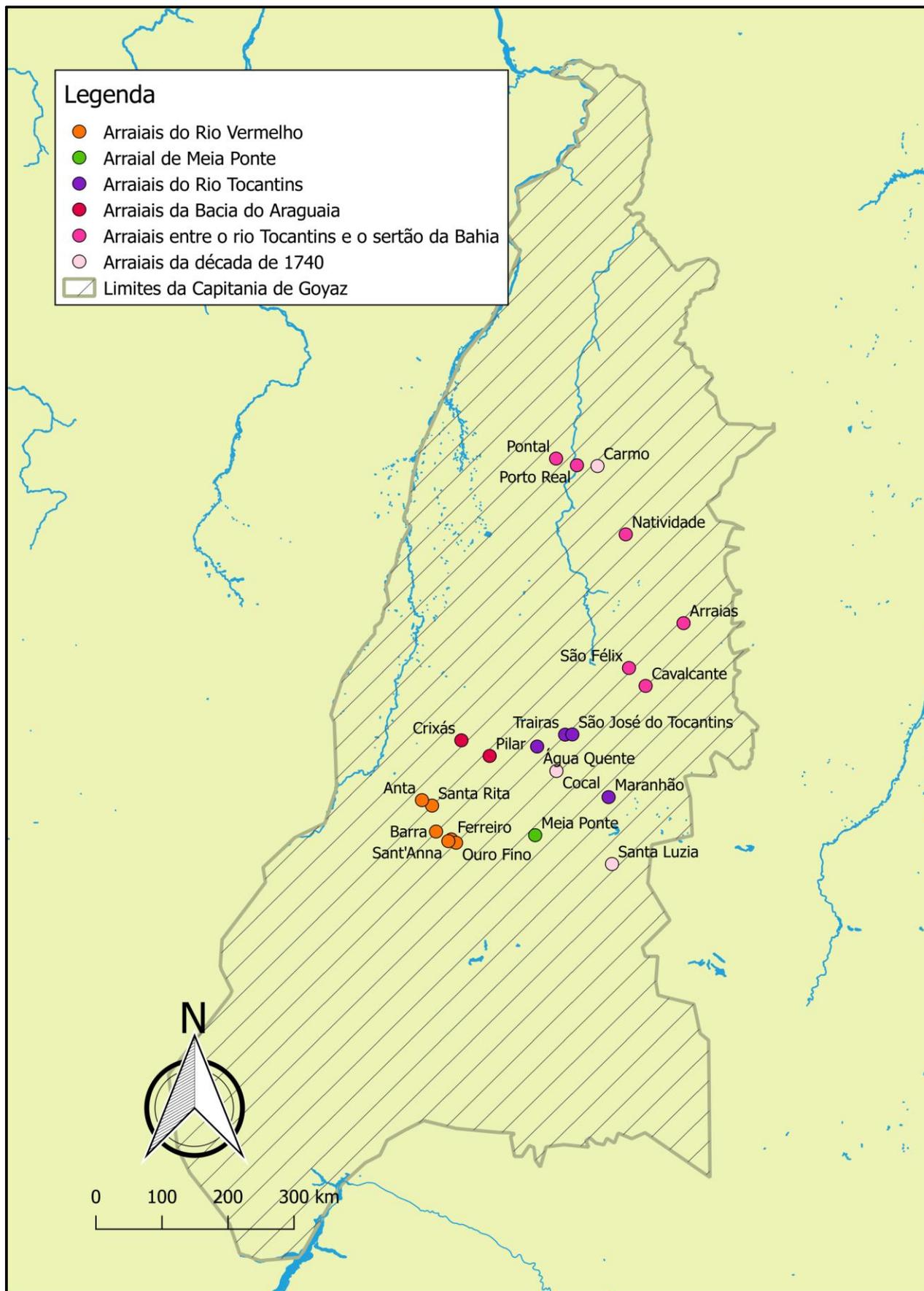


Figura 31 – Zoneamento dos arraiais pela distribuição hidrográfica, na Capitania de Goyaz, segundo Luís Palacín, Ledonias Garcia e Janaína Amado (1995) (MALULY, 2017)

Assim, a proposta de dividir os arraiais goianos em três zonas (figura 30) apresenta claras relações com os caminhos e os descaminhos da capitania. A primeira, então, vinculada ao caminho de São Paulo, constituída pelos primeiros núcleos povoadores de Goyaz. A segunda zona, por sua vez, atrelada ao rio Tocantins e ao rio Maranhão, contribuinte daquele, que compõe, a partir do relato de José da Costa Diogo (abordado no último capítulo), um descaminho até o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A terceira zona, também localizada no curso do Tocantins, tem ligações diretas com a Capitania da Bahia e os descaminhos, nessa parte, como veremos, serão dados em sua maior intensidade.

Já a figura 31 apresenta uma proposta diversa, dada não estritamente a partir de uma proposta de zoneamento como a referente à figura 30, mas vinculada à descrição que os autores fazem do advento cronológico dos arraiais, a partir da conexão entre esses surgimentos e os seus condicionantes territoriais. Isto é, destacam-se os povoamentos do rio Vermelho que se distinguirão dos da Bacia do Araguaia, dos do rio Tocantins e dos localizados entre esse rio e o sertão da Bahia. Há, ainda, o arraial de Meia Ponte, que é singularizado por sua posição favorável com relação ao entroncamento dos caminhos da capitania, e os da década de 1740 que surgem em momento posterior (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 38–39). Assim, surgem duas propostas intrigantes e distintas de zoneamento.

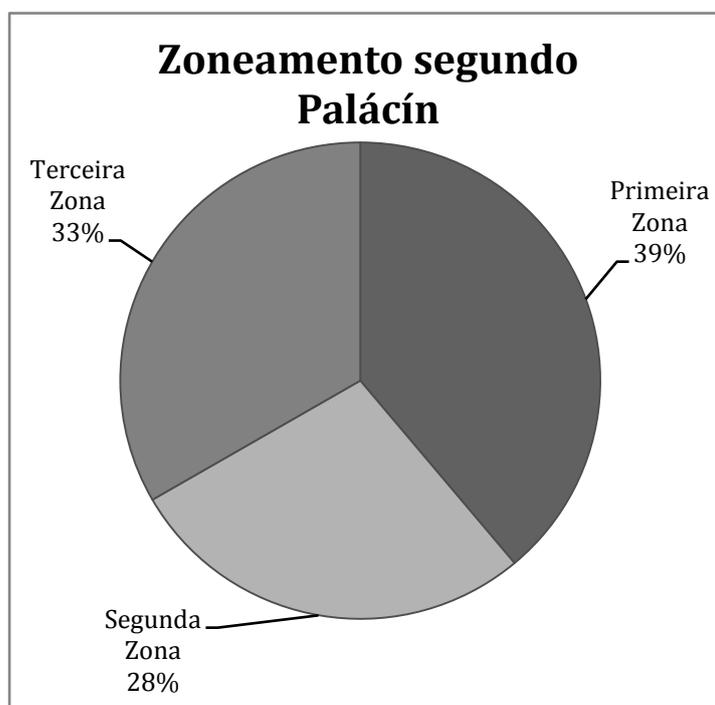
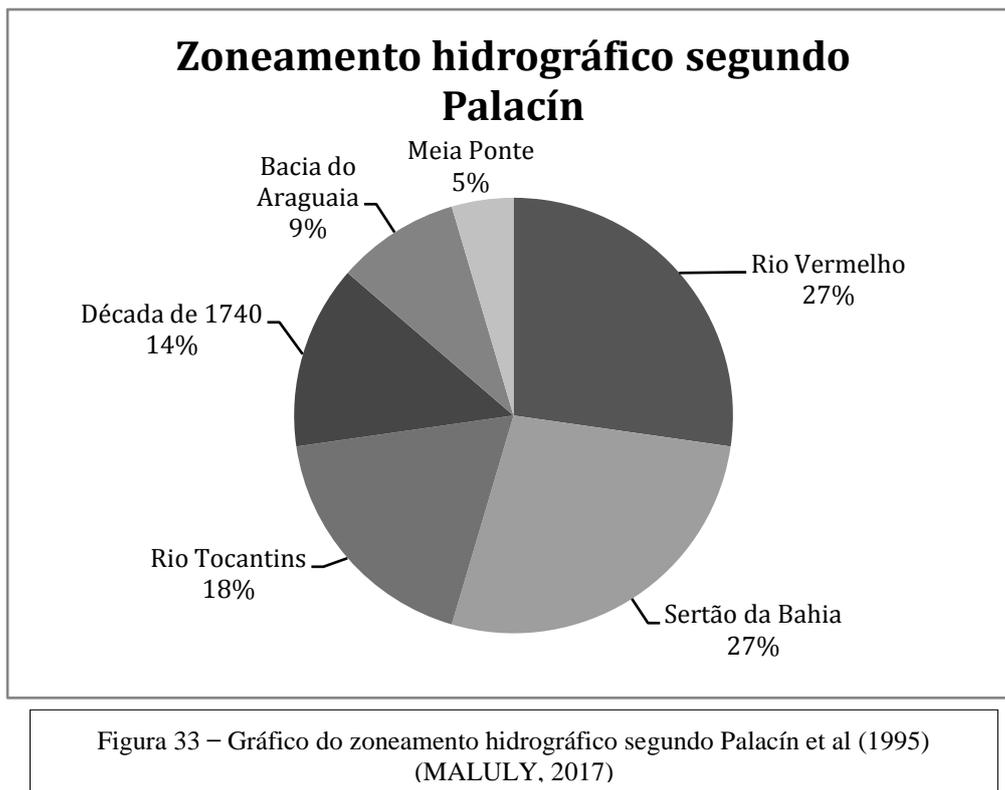


Figura 32 – Gráfico do zoneamento dos arraiais segundo Palacín e Moraes (1994) (MALULY, 2017)



Pela figura 32 podemos observar que a primeira proposta de zoneamento, mais vinculada à circulação aurífera da capitania, é mais equitativa entre os arraiais. Já a figura 33 demonstra uma maior atomização da classificação, atrelando-se a segunda proposta à disponibilidade territorial dos recursos. Ambas apresentam diferentes perspectivas da divisão dos núcleos de povoamento goianos e, segundo a perspectiva de Palacín et al (1994; 1995), os arraiais do rio Vermelho possuem um peso considerável para ambas as classificações. A partir das análises quantificadas (também com base nas teses de Boaventura e Barbo), vemos que esses arraiais são inferiores em número aos do rio Tocantins, por exemplo, ou aos próximos aos sertões da Bahia. e terão uma menor relevância para a circulação de produtos e para a produção aurífera, como o arraial de Meia Ponte ou os arraiais do norte. Ainda assim, os primeiros arraiais de Goyaz são postos em nítida relevância nas análises aqui demonstradas, o que pode ser fruto de uma obsessão (ou vício) pelas origens — ou obsessão embriogênica, como coloca Bloch (2002, p. 57) — que atribuiria a esses povoados um *status* de fundação ou de inauguração do momento goiano do ouro. Isso fica evidente, por exemplo, na exaltação do arraial de Sant'Anna (futura Vila Boa e Cidade de Goiás) enquanto capital da

capitania, província e estado de Goyaz durante 200 anos (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 11–13).

O debate historiográfico que revolve em torno do arraial de Sant'Anna ser ou não ser o primeiro arraial fundado pelo bandeirante Anhanguera II também se insere nessa ótica, onde se busca uma atribuição verticalizante a um "evento histórico" que atrelaria a esse arraial uma importância ímpar na história goiana. Ao descrever a fundação dos arraiais, Palacín (1994, p. 27) destaca o ato "solene" de Bueno na fundação de Sant'Anna enquanto o primeiro arraial de Goyaz; Palacín e Moraes (1994, p. 11–13) indicam, também, que os demais povoamentos do rio Vermelho vão surgir no entorno do arraial de Sant'Anna. Bertran (2011, p. 128–130), por sua vez, aponta que uma roça originária da futura Cidade de Goiás teria sido montada ainda pelo Anhanguera-Pai em 1682 e que, em 1726, "planta Anhanguera os alicerces de Goiás Velho" (BERTRAN, 2011, p. 165–166), legitimando a consagração desse arraial a partir da atuação da linhagem dos bandeirantes. Tal tradição permanece até os dias de hoje, indicando Costa (2013b, p. 41) que o marco inicial da capitania "é o ano de 1726, quando Bartolomeu Bueno da Silva e seus companheiros fundaram o arraial de Santana, futura Vila Boa e Cidade de Goiás". Continua o autor afirmando a centralidade desse arraial, posto que "em torno do pioneiro arraial de Santana, surgiram, também em 1726, os arraiais de Ferreiro, Barra, Anta, Ouro Fino e Santa Rita." (COSTA, 2013b, p. 42).

Alencastre (1979, p. 40), por sua vez, vai expor o debate que há nesse mérito, ao lembrar que "diz a tradição que encontrará [Anhanguera II] ainda vestígios da passagem de seu pai, e que entre os índios goyá<sup>54</sup> haviam vivas recordações do terrível **Anhanguera**", mas que a primeira paragem da bandeira de 1726 poderia ter sido o sítio do Ferreiro ou da Barra. Silva (2002, p. 123), similarmente, evidencia a discussão, resgatando a informação oficial do Ouvidor Geral da Comarca, Joaquim Manoel de Campos, de 3 de junho de 1783, ao Governador Luiz da Cunha Menezes, que afirma "como sendo a primeira povoação na Capela da Barra". Já Cunha Matos (1979, p. 31) afirma que o arraial do Ferreiro "é a mais antiga povoação da província, fundada antes de 1726 (...)".

Nas fontes históricas também há imprecisão a esse respeito. Na Consulta do "Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o estado em que se acham os descobertos das Minas de Goiás e apontando os meios para se conservar o

---

<sup>54</sup>Outro debate historiográfico está na presença ou não dos índios goyá nas terras que serão definidas enquanto Goyaz, melhor disposto em Mattos (1980, p. 196–201).

estabelecimento daquelas Minas", datado de 25 de janeiro de 1736, Lisboa (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 23), é afirmado "que naquelle Arrayal, por ser a primeyra povoação daquellas Minas, das mais permanentes, parecia a elle superintendente que Vossa Magestade mandasse crear villa". Já o "Ofício do secretário do governo de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a descoberta das minas de Goiás; sua povoação; o caráter dos primeiros mineiros e profissionais liberais; os governos civil e eclesiástico e os problemas nela existentes", datado de 15 de abril de 1755, Vila Boa (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740), não atribui *status* fundador ao arraial de Sant'Anna e é incerto nesse mérito, ao demonstrar que, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva e a sua expedição "chegarão a fazer assento de povoação no lugar desta Vila, foy pelos annos de 28 para 29, e no decurso dos annos que se seguirão, se foy entendendo o descobrimento da Comarca; e formando-se arrayaes, onde achavão Minas com conveniência". Ou seja, ainda se tardariam alguns anos até povoar de forma mais permanente o que se tornaria, em 1739, Vila Boa. Por fim, para não nos alongarmos demasiadamente nessa controvérsia, na *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, datada de 1783, a descrição do arraial do Ferreiro diz: "É muito pequeno e despovoado, com Capela de São João Bautista, filial da Vila. Foi a primeira povoação desta Capitania (...)" (BERTRAN, 1996, p. 79), entrando em sintonia com as hipóteses levantadas por Alencastre e Cunha Matos.

Não é objetivo deste trabalho elaborar uma arqueologia dos arraiais goianos, em busca de uma origem edificadora de qualquer que seja dos povoamentos identificados, seja Sant'anna, Meia Ponte, Ferreiro ou Barra. Porém, à luz da discussão que trouxemos no primeiro capítulo, há de se colocar em relevância o discurso oficial reproduzido segundo a historiografia tradicional para buscarmos compreender um contexto setecentista formador de tais ideias. Para introduzirmos a questão dos caminhos de Meia Ponte e a discussão gerada até 1739 sobre qual arraial deveria ser tornado vila à época, devemos ter em mente a verticalização dos fatos gerada a partir do momento em que se consagra o arraial de Sant'anna enquanto produto de uma linhagem de "grandes homens" — os bandeirantes Anhanguera e Anhanguera II — para justificar a sua elevação a vila enquanto Vila Boa. Se buscarmos as relações horizontais e verticais que coabitavam e compunham o espaço das minas dos Goyazes no século XVIII, deveremos atribuir compreensões materiais aos processos por nós identificados ao longo do trabalho em consonância com as intenções políticas que os subsidiavam. Isto é, quais

motivos poderiam residir por trás da escolha do arraial de Sant'Anna em sediar a Câmara de Goyaz, posto que Meia Ponte seria a localidade preferível nesse mérito? E em que peso a historiografia tradicional não reproduziu um discurso oficial da época que justificasse essa atitude, antes de tudo, política? Mas ainda retornaremos ao tema da elevação de Sant'Anna a vila em tópico futuro (ver "O caso de Vila Boa e Meia Ponte").

Por fim, a compreensão auferida por Palacín et al (1995) (exposta nas figuras 31 e 33) não deve ser identificada enquanto uma proposta de regionalização de fato, segundo nosso entendimento. Se definirmos região como uma "unidade de atividade, de povoamento homogêneo, de cultura (...)" ou "um complexo de forças de ação" (GEORGE, 1986, p. 106–108), abarcando, assim, "noções de relação, contradição e processo" (BREITBACH, 1986, p. 112), as propostas de zoneamento não se encaixariam, pois não surgiria uma característica própria a cada zona definida. Apesar de percebermos uma afiliação com a circulação territorial na primeira proposta (figuras 30 e 32), isso não está claro no texto. Na segunda proposta (figuras 31 e 33), há apenas uma correlação com bacias hidrográficas e outros parâmetros naturais, mas não há indicação da diferenciação notória que certos arraiais teriam em relação a outros a fim de justificar essa separação. Os arraiais do rio Tocantins, por exemplo, teriam características urbanas diversas (enquanto grupo) aos do da Bacia do Araguaia? Dessa forma, não se expressa, nitidamente, uma característica unívoca de cada zona que a possibilite ser considerada região, já que, se delimitamos algo no espaço, o fazemos em detrimento de outro. Assim, se encerramos limites (mesmo que porosos) a uma região, isso se dá na oposição de uma outra região, definindo-se uma a partir de outra e não separadamente. Essa sustentação dialética não se mostra presente nas propostas por nós cartografadas, o que não retira delas importância no ato de pensar a distribuição dos arraiais de Goyaz. A separação por zonas, inclusive, torna-se interessante a partir do momento em que não se necessita reivindicar qualquer espécie de homogeneização ou fator propulsor que una os arraiais ali inseridos. Mostra-se mais como uma divisão discricionária que contempla os objetivos do autor ao descrever e refletir sobre a Capitania de Goyaz.

Tendo passado pelas reflexões presentes nos estudos clássicos sobre a história goiana, podemos apresentar os dados obtidos a partir de teses de doutoramento recentes que dão perspectivas diferentes em alguns sentidos. Os arraiais identificados por Boaventura (2007), dispostos nas figuras 34 e 35, identificam isso.

*Os arraiais segundo Boaventura*

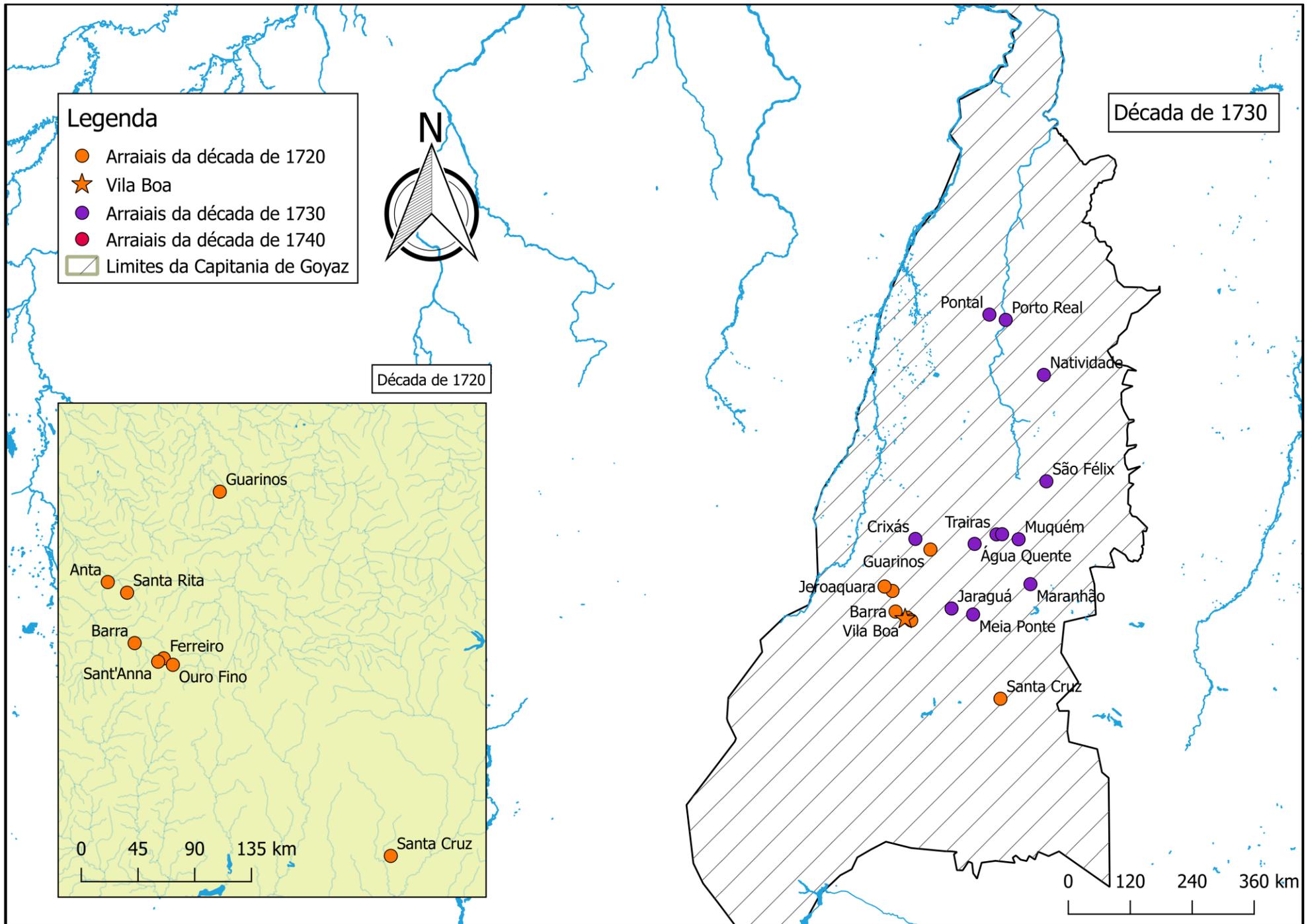


Figura 34 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720 e 1730, na Capitania de Goyaz, segundo Boaventura (2007) (MALULY, 2017)

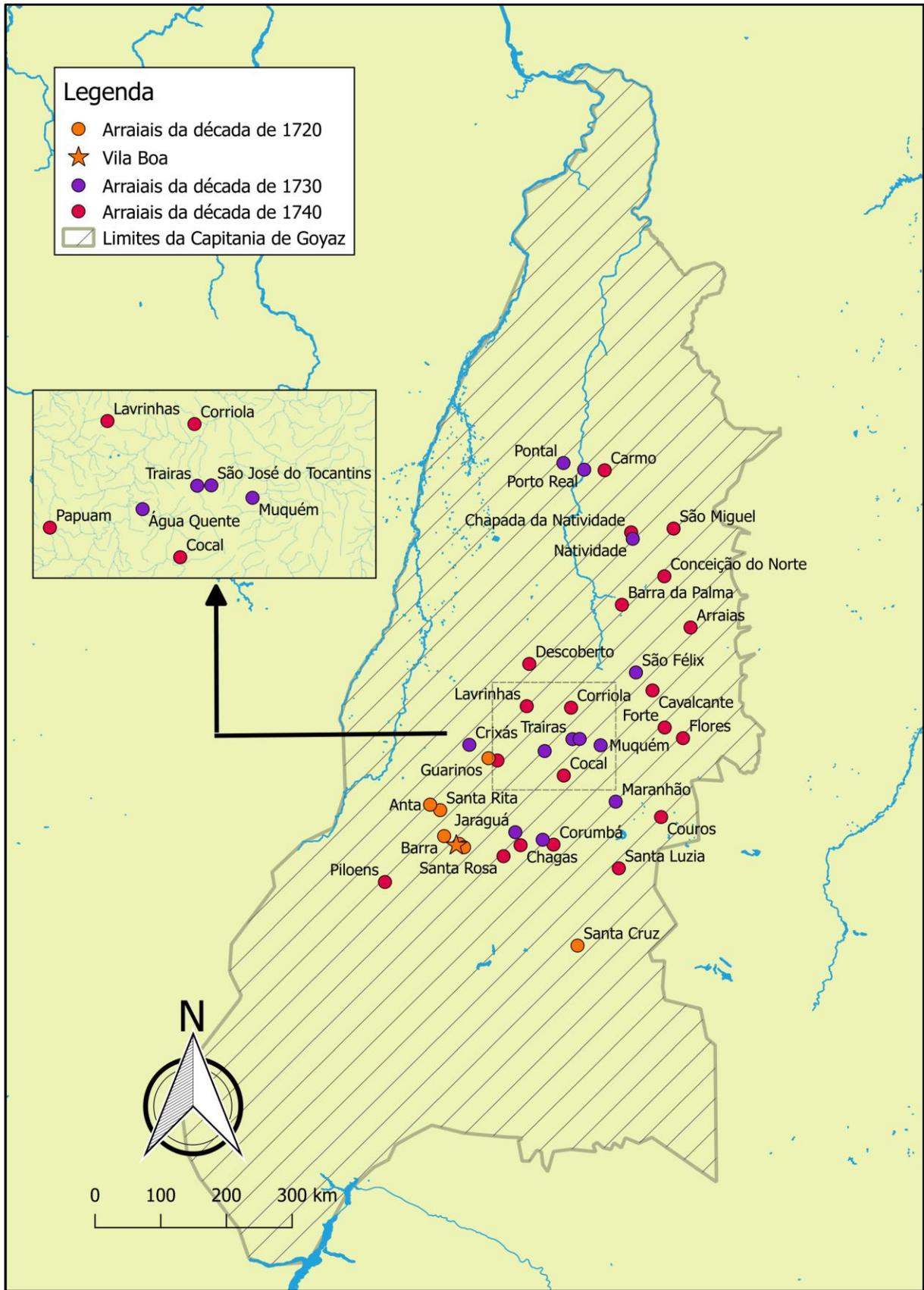


Figura 35 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730 e 1740, na Capitania de Goyaz, segundo Boaventura (2007) (MALULY, 2017)

Há, destarte, um considerável aumento de arraiais identificados pela autora em comparação com Bertran e Palacín. O primeiro autor identifica 30 arraiais enquanto que Boaventura destaca 40, ou seja, um incremento de 33,3% (ver figura 36). Além desse aspecto quantitativo total, há uma diferenciação na estratificação por décadas. Em acréscimo aos seis arraiais fundados no rio Vermelho, adiciona-se o de Guarinos e o de Santa Cruz. O primeiro arraial é identificado pela autora por ter sido fundado em 1729 e, no entendimento de Bertran, o teria sido apenas na década de 1730. Pela proximidade entre as hipóteses, atribuiremos como data fundadora ao arraial de Guarinos (em nosso mapa-síntese) a década de 1730, mas pode haver alguma variabilidade nesse sentido. O interessante é notar que na *Notícia Geral* (...), ao se tratar de Guarinos (ou Gorinos), diz-se que "é Arraial pequeno, com Capela filial de Pilar, e a diminuição das suas Lavras o tem quase despovoado." (BERTRAN, 1996, p. 74–77). Estava, pois, em vistas de desaparecer no ano de 1783 em decorrência da fraca disponibilidade de recursos naquela localidade. Já Santa Cruz tem sua data fundadora amplamente discutida na historiografia, mas confirma-se o fato de que tal arraial surge a partir das necessidades do caminho de São Paulo (BOAVENTURA, 2007, p. 210), formando-se ao longo do "caminho único" até Goyaz. Se Boaventura atribui o seu surgimento ao ano de 1729, a *Notícia Geral* (...) apresenta duas datas de fundação<sup>55</sup>: a primeira no ano de 1731, por Manoel Dias (o Bixira), e a segunda em 1733, também pelo mesmo.

Também se destaca um surgimento avultado de núcleos povoando o centro-norte da capitania, desde o arraial de Meia Ponte até os de Pontal e Porto Real, mas o elemento mais diferenciador é a quantidade de estabelecimentos atribuídos à década de 1740. Notamos um claro contraste com os autores anteriores, principalmente se compararmos com Palacín et al (1995), que indicam apenas 3 arraiais dessa época, em contraste com os 19 apontados por Boaventura (2007). A partir da figura 36 podemos notar a grande relevância que os da década de 1740 têm para Boaventura, tomando um peso considerável nas suas análises e contrastando notoriamente com as de Palacín et al. Já a década de 1730 tem uma relevância equiparável com a de 1720 para Palacín, equilibrando-se as porcentagens relativas ao surgimento dos arraiais, mas despontam ligeiramente nas suas considerações os de 1730.

---

<sup>55</sup>Em dois documentos anexados a essa notícia, sendo o primeiro: "descrição geográfica do território do arraial e freguesia da anta em 1783" e o segundo "notícias do julgado de santa cruz no ano de 1783" (BERTRAN, 1996, p. 142; 199).

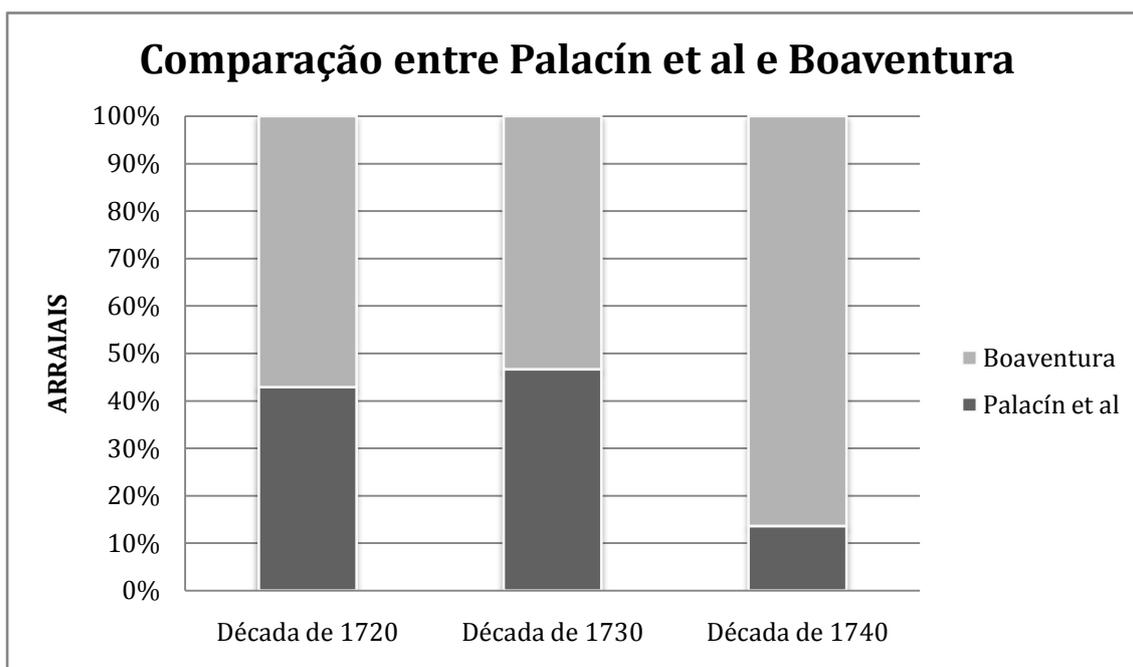


Figura 36 – Gráfico de comparação entre Palacín et al (1995) e Boaventura (2007)  
(MALULY, 2017)

Ainda sobre o incremento de núcleos a partir de 1740 nos estudos de Boaventura (2007), preenchem-se certas partes do mapa que, com base nos autores anteriores, não estavam povoadas pela presença colonizatória portuguesa e paulista. Destacamos na figura 35, por exemplo, os arraiais de Lavrinhas, Corriola, Papuam (ou Pilar) e Cocal que envolvem arraiais da década de 1730, sugerindo uma continuação das extrações auríferas daquelas partes, expandindo-se os surgimentos de acordo com as lavras descobertas ao longo dos rios. Na *Notícia Geral (...)*, ao tratarem do arraial de Pilar (Papuam em sua fundação), indicam que:

Dista de Gorinos 3 léguas. Foi descoberto por João de Godoy Pinto da Silveira no ano de 1741, indo este procurando uns pretos seus que lhe tinham fugido do Arraial de Crixás e achando-os naquele corgo os prendeu, e lhe manifestaram o ouro que dali tinham tirado, e o guardavam em canudo de taquara. (BERTRAN, 1996, p. 74–77)

É interessante notar que o seu surgimento está, pois, ligado ao arraial de Crixás, localizado ao lado de Guarinos na figura 35, a partir da perseguição de escravos que haviam fugido e que acabam por realizar descobertos auríferos, culminando na instalação do arraial.

Antes de elaborarmos o mapa-síntese do surgimento de arraiais, passaremos às análises provindas dos dados oferecidos por Barbo (2015).

# Os arraiais segundo Barbo

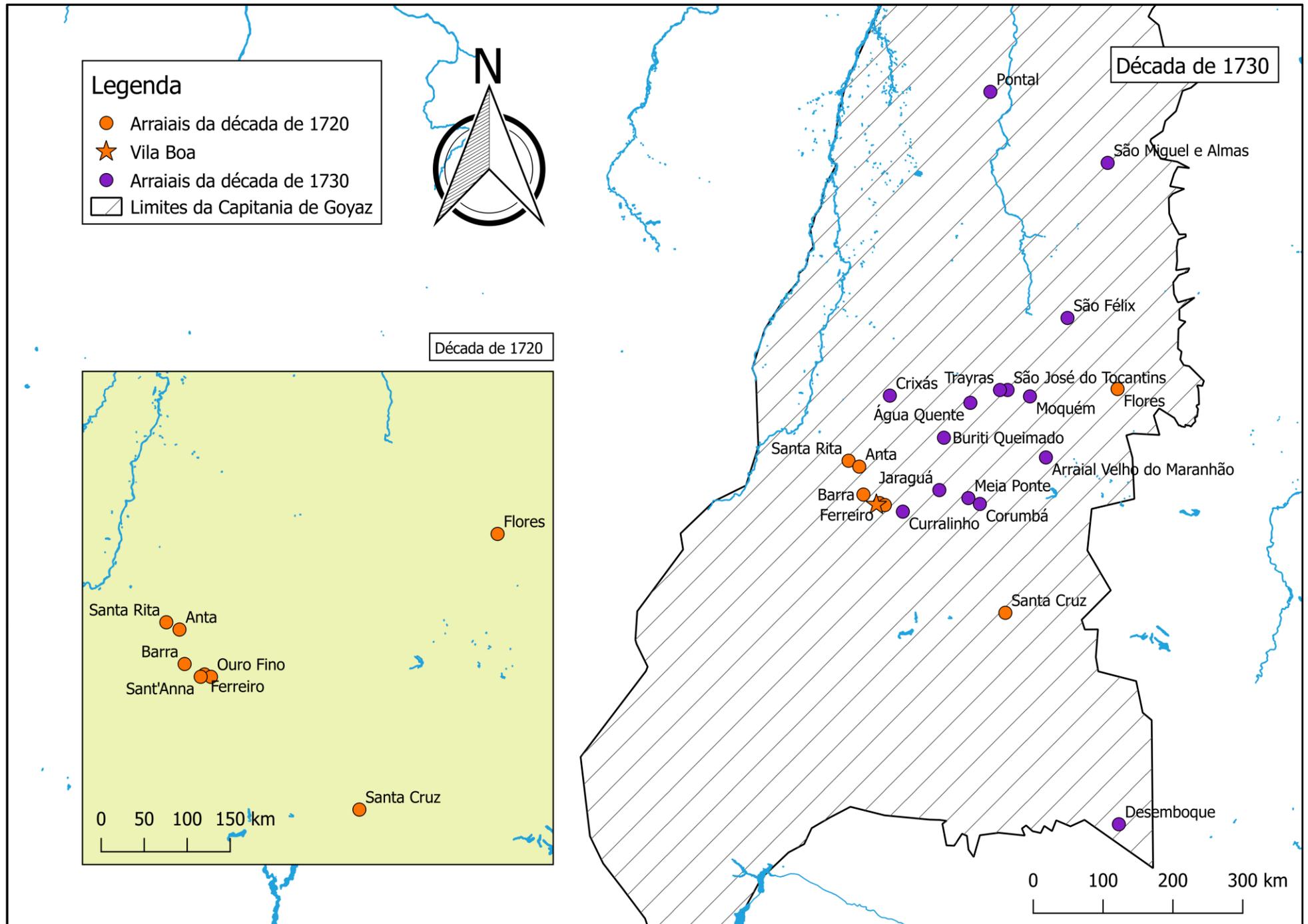


Figura 37 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720 e 1730, na Capitania de Goyaz, segundo Barbo (2015) (MALULY, 2017)

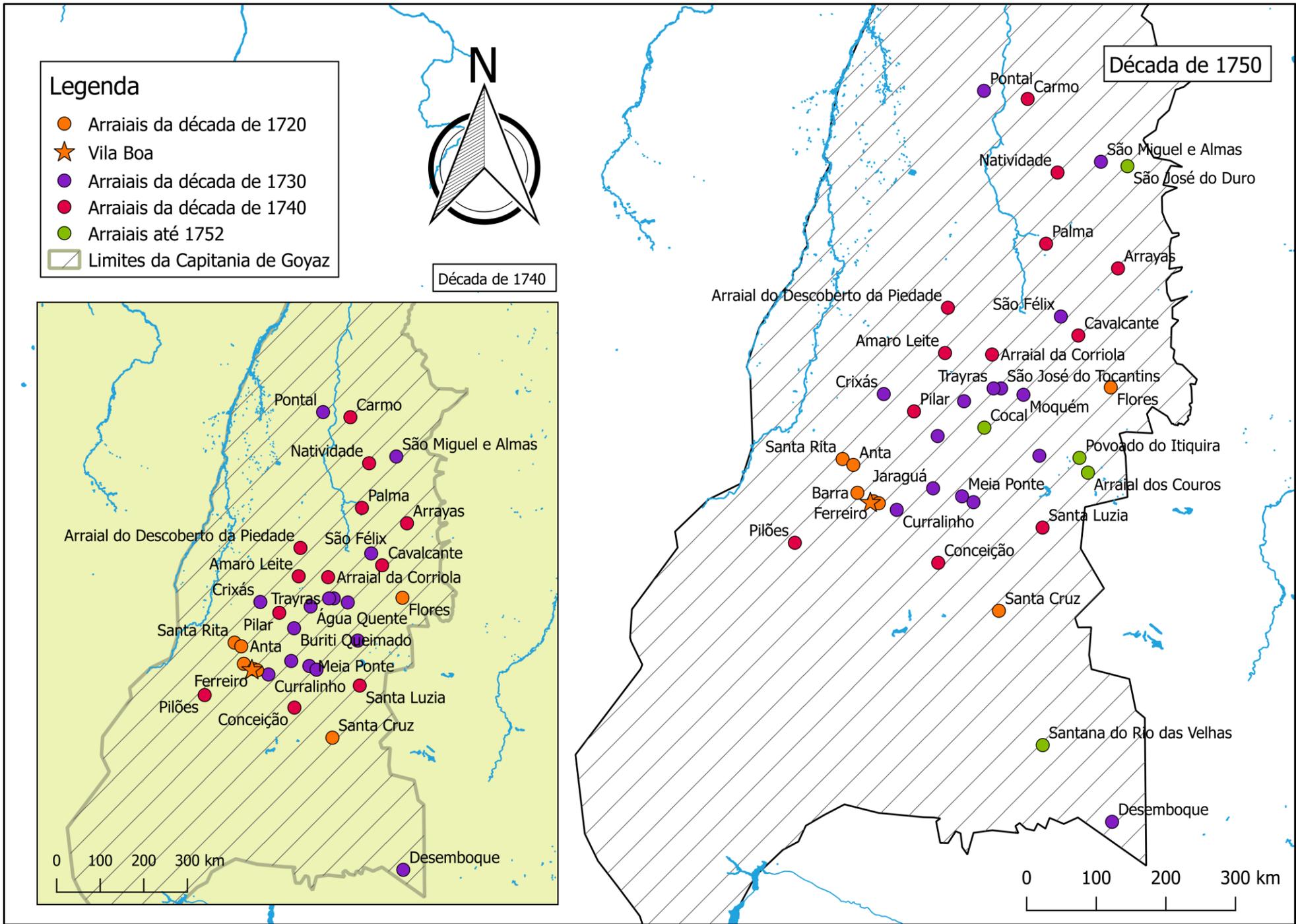


Figura 38 – Surgimento dos arraiais das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750, na Capitania de Goyaz, segundo Barbo (2015) (MALULY, 2017)

Ao mapear os arraiais apresentados por Barbo (2015), notamos tendências também diversas aos demonstrados anteriormente, confirmando o fato de que o caráter espontâneo dos arraiais, na dependência dos recursos naturais auferidos do território, dificulta um apontamento extremamente apurado a respeito das datas de fundação. Já estamos tratando com estratos temporais década a década e ainda assim temos alguma dificuldade em precisar determinados surgimentos, mesmo com o apoio de outros autores, o que seria inúmeras vezes maior se estivéssemos trabalhando de ano a ano.

Barbo também atribui a fundação de Santa Cruz à década de 1720 e coloca, nesse rol, o arraial de Flores. Já Bertran (figura 27) e Boaventura (figura 35) classificam este na década de 1740. Por sua localização extremamente afastada tanto do rio Vermelho quanto do caminho de São Paulo, mostra-se mais provável que o seu surgimento tenha se dado em décadas posteriores à de 1720. De maneira semelhante, devemos lembrar que, a partir dos autores analisados, há uma tendência ao povoamento da parte oriental da capitania apenas a partir de 1730 e 1740, em contato com os descaminhos até a Bahia. Outro arraial que está despontando nesse mapa (quando o comparamos com os anteriores) é o do Desemboque. Primeiramente, nota-se a distância extrema com relação aos demais povoamentos que estão localizados, na sua maioria, na parte central de Goyaz. Em uma distância tão díspar, podemos apenas imaginar que o seu surgimento, se dado na década de 1730 como indica a autora, teria alguma ligação com os caminhos que conectavam essas terras a Minas e a São Paulo. Porém, a *Notícia Geral* (...) destacará que o arraial do Rio das Velhas (ou Desemboque) terá seu surgimento consolidado apenas no ano de 1766, sendo já povoado há 5 anos, mais ou menos.<sup>56 57</sup> Também há destaque para a quantidade de arraiais fundados na década de 1750 (até o ano de 1752), diferenciando-se dos autores anteriores, com o total de 5 arraiais apontados. A quantidade total de povoamentos, somando-se todas as décadas, supera os apresentados por Bertran e Palacín, assim como o fez Boaventura, sugerindo uma expansão dos dados apresentados pelos estudos mais tradicionais com o aporte das teses de doutoramento recentemente defendidas.

---

<sup>56</sup>Segundo a "Cópia das informações deste julgado das cabeceiras do rio das velhas, e de tudo o que se pode alcançar dos antigos moradores deste arraial, por ordem ilmo. e exmo. snr. Luís da Cunha Menezes, Governador e Capitão-General desta Capitania de Goiás" anexada à *Notícia Geral* (...) (BERTRAN, 1996, p. 210).

<sup>57</sup>Boaventura (2007, p. 152) afirma que "a paróquia do Desemboque já contava com padres nomeados para o exercício de suas atividades de 1768", o que se alinha com a nossa perspectiva de fundação do arraial. Nogueira (2008, p. 188), por sua vez, indica que a região do Desemboque e Araxá será povoada "a partir do final do século XVIII" em virtude das notícias da existência de fontes naturais de água salitrada.

### Comparando os autores

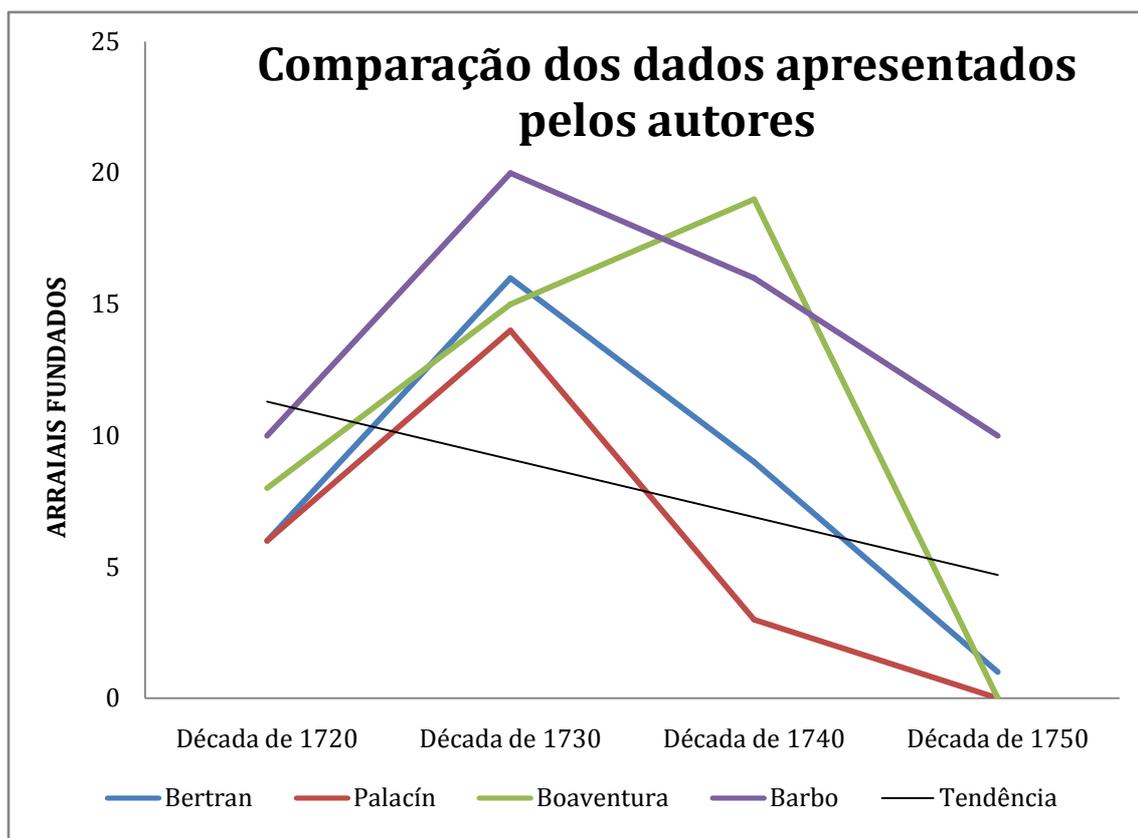


Figura 39 – Gráfico de comparação dos dados apresentados pelos autores (MALULY, 2017)

Além dos aspectos materiais que concernem a formação territorial goiana a partir do estudo da espacialização provocada pela instalação dos arraiais ao longo das décadas analisadas, procuramos estabelecer uma discussão com um veio bibliográfico que dialogasse entre autores da tida historiografia tradicional com novas produções acadêmicas que não rejeitam as clássicas, mas promovem novos debates e colocam em evidência informações inéditas no debate. Assim, podemos identificar tendências diversas em cada um dos autores, procurando semelhanças e contrastes, entendimentos mais plurais, mais singulares e até mesmo propostas alternativas de compreensão do espaço minerador goiano.

Com isso, produzimos um gráfico de comparação dos dados presentes no nosso banco de dados (figura 39), que revela novas informações a esse respeito. Confirma-se que as novas produções acadêmicas (Boaventura e Barbo) apresentam mais informações no tocante aos arraiais de Goyaz que os trabalhos clássicos (Bertran e Palacín). Isso está explícito nas décadas de 1730 e 1750 com Barbo e na década de 1740 com Boaventura. Nesse viés, se acompanharmos as retas que dizem respeito às produções de Bertran e

Palacín, notaremos que ambas se assemelham, mantendo um ritmo de crescimento e de diminuição similar. Ainda assim, as retas dos quatro trabalhos analisados iniciam e terminam de maneira similar, diferenciando-se mais nas décadas intermediárias.

Numa análise conjuntural, buscamos mais uma ferramenta de análise estatística: a reta de tendência linear. Essa reta, que perpassa as demais, se constitui de uma outra forma de interpolação linear (semelhante ao uso da interpolação que fizemos na reconstrução dos caminhos, conforme demonstramos no item "Reconstruindo o caminho de São Paulo"). Ou seja, é uma reta que identifica a tendência dos dados apresentados, estabelecendo, a partir das médias obtidas, uma nova reta que transmita, da melhor maneira, o sentido geral daquele comportamento matemático. No caso da figura 39, aplicamos essa reta de tendência aos dados apresentados por Bertran, pois estes são os mais medianos dentre todos os apresentados. O autor parte de um número mediano de arraiais, não desponta na série da década de 1730, tem uma redução esperada de dados na de 1740 e finaliza a de 1750 de maneira a similar a quase todos os demais. Portanto, ao atribuímos a reta de tendência a esse autor, identificaremos o comportamento mediano do surgimento dos arraiais em Goyaz, contrastando com os outros dados que despontam cada um à sua maneira. Assim, se observarmos detidamente essa reta, notaremos que a tendência geral do quadro (e, portanto, do próprio *movimento* de fundação desses núcleos urbanos espontâneos) é a de uma queda que tenda a zero. Portanto, o *boom* de surgimentos iniciais não se mantém ao longo das décadas (dentro do recorte temporal), diminuindo progressivamente no passar dos anos. Isso fica claro no nosso trabalho, mesmo que tenhamos lidado com dados diversos, indicando que, paulatinamente, foi-se *usando* o território (MORAES, 2009; SANTOS; SILVEIRA, 2011) cumulativamente, mas numa tendência de crescimento cada vez menor, estando em conformidade, também, com os demais autores analisados.

Deve-se ressaltar que isso não quer dizer que houve uma diminuição no *uso* desse território, mas uma diminuição no crescimento desse *uso*. Ou seja, acumulou-se a presença em pontos já descobertos, adicionando-se cada vez menos pontos novos a esse quadro (o que podemos observar com as sequências temporais que montamos para cada autor). Cresceu-se menos, mas estamos longe de cair numa falácia decadentista<sup>58</sup> de que houve uma diminuição desse *uso*. Ao contrário, apenas foram sendo alterados os *usos* de acordo com as possibilidades geohistóricas. O mesmo entendimento foi atribuído na figura 28,

---

<sup>58</sup>Convém recorrer a Chaul (1997) enquanto exemplo de referência no tocante à "decadência goiana".

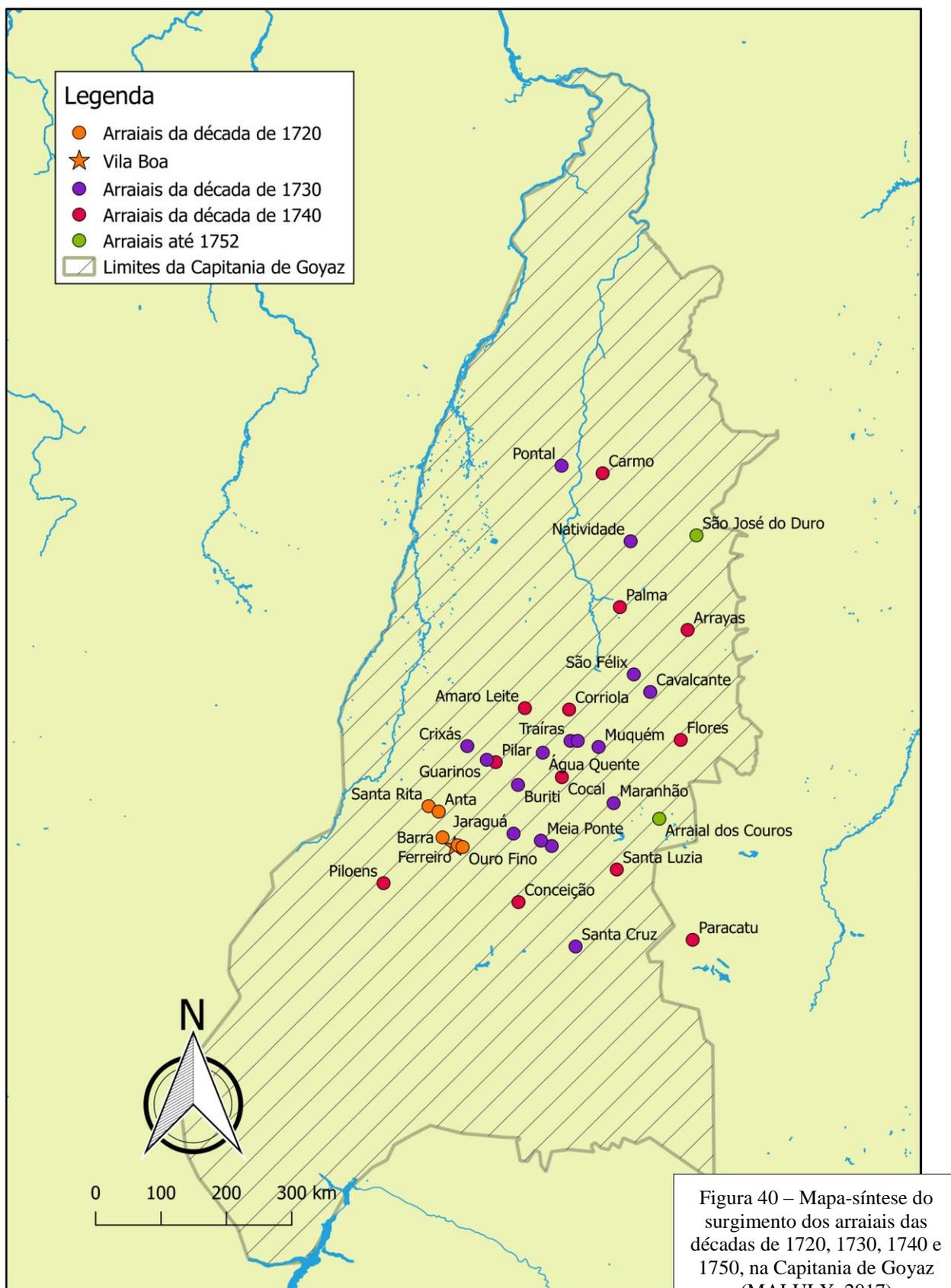
onde estão expressos o crescimento absoluto dos descobertos auríferos e a diminuição relativa quando comparado década a década.

Também é de se destacar a equiparação entre o uso da reta de tendência linear com o uso da interpolação linear que evidenciamos na figura 16, ao reconstruirmos o caminho de São Paulo a partir dos pontos identificados em relato de viagem. Em verdade, ambas as técnicas são as de uso da técnica estatística de interpolação linear. Ou seja, recorrem às médias entre os pontos para figurar um comportamento geral. Um disposto no espaço, outro no tempo.

Por fim, antes de reproduzirmos o mapa-síntese do surgimento dos arraiais, devemos realizar uma crítica necessária à fonte que recorreremos diversas vezes, isto é, a *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, datada de 1783. Trata-se praticamente de um relatório exigido por Provisão Régia do Conselho Ultramarino, de 20 de julho de 1782, que mandava "escrever cronologicamente os *atos e casos mais notáveis* da história da colonização portuguesa" (BERTRAN, 1996, p. 27). Foi transcrito e organizado por Paulo Bertran, tendo ele compilado vários documentos que estavam soltos em arquivos distintos. É composto por uma fonte central (a própria *Notícia geral*) e documentos em anexo que são resultado de relações escritas por julgados e freguesias em separado, a fim de compor essa obra maior. São 12 documentos anexados ao corpo principal, referindo-se a diferentes localidades dentro da capitania. Assim, atribuímos a essa fonte um certo peso factual não apenas por ter sido escrita ainda no século XVIII, mas por conter documentos diversos, ou seja, escritos a várias mãos, o que dá, inclusive, o direito do contraditório em diversas matérias (como a imprecisão com relação à data de fundação de Santa Cruz, que discutimos anteriormente, presente ao longo da própria *Notícia Geral*). Portanto, trata-se de uma fonte bastante interessante por conter informações variadas a respeito da capitania e que possui, ao final, descrições pormenorizadas de algumas localidades, aprofundando o detalhe da narrativa.

Passamos, pois, ao mapa-síntese do surgimento dos arraiais ao longo das décadas de 1720, 1730, 1740 e 1750 (até o ano de 1752), aglomerando (e selecionando) os dados apresentados pelos autores aos quais recorreremos. Cruzamos algumas informações entre a bibliografia escolhida, contrastamos outras com a *Notícia Geral* (...) e elaboramos o que nos parece um interessante indicativo do *movimento de uso* do território de Goyaz no passar das décadas, sempre em uma tentativa de assimilar a sua própria *formação territorial* (MORAES, 2009, p. 29).

## Sintetizando o surgimento dos arraiais



O mapa-síntese (figura 40) destaca a formação dos arraiais de Goyaz ao longo do nosso recorte, tendo em mente o levantamento que realizamos e cruzando as informações contraditórias ou imprecisas com fontes históricas ou bibliográficas especializadas. Portanto, trazemos uma proposta de datação desses núcleos de povoamento, mas que ainda está, obviamente, aberta a uma investigação mais aprofundada que vise realizar uma verdadeira arqueologia (e, de fato, uma genealogia) dos arraiais.<sup>59</sup>

A partir da elaboração cartográfica, podemos notar que apenas os núcleos da década de 1720 estão concentrados, sendo que os demais estão intercalados ao longo do território. Abordaremos o entroncamento dos arraiais a partir do estudo dos caminhos, mas nota-se, de antemão, que tanto os da década de 1730 quanto os de 1740 vão surgindo de acordo com o ritmo das explorações realizadas, sendo que os de 1730 tendem a uma maior aglomeração no alto Tocantins, na parte central da capitania. Ainda, destaca-se a contiguidade de muitos arraiais, havendo uma maior ocorrência de "intervalos" entre os núcleos em direção ao norte da capitania. Isto diverge, significativamente, das teses outrora popularizadas de que a região mineradora de Goyaz, apesar de estimular um deslocamento demográfico intenso, "nem por isso (...), visualizada no seu conjunto, é ocupada. Os núcleos de povoamento, representados pelos arraiais constituir-se-ão em concentrações isoladas, cercadas por imensos desertos humanos." (DOLES, 1973, p. 29). Podemos notar, claramente, que os extremos setentrionais e meridionais da capitania não são, de fato, ocupados até meados do XVIII, mas isso irá se alterar com o passar dos anos (como destacamos, surgirá nos anos 1760 o arraial do Desemboque no extremo sul, por exemplo). Há, pois, uma evidente conexão entre os povoamentos, alguns aglomerando-se, possibilitando uma percepção de adjacência dessas localidades, havendo relações muito próximas na criação de um arraial a partir dos contíguos. Porém, a posição dos arraiais no centro da capitania, como se identifica na figura 40, certamente irá estimular a posterior divisão da Província de Goyaz em norte (a "Comarca de S. João das Duas Barras") e sul (a

---

<sup>59</sup> Algumas documentações que consultamos fazem referência a um arraial dos Remédios, localizado em proximidade aos arraiais do norte de Goyaz. É o caso, por exemplo, da "Carta do ouvidor de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V] sobre o estado civil e eclesiástico das povoações do norte das Minas de Goiás." (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 223) que, ao comparar esse arraial com o de Natividade, afirma: "Esta permanência não tem os Remedios, porque alem das poucas agoas, se compoem de presente de diminutas faisqueiras; o que faz retroceder os mineiros, e povo para Carlos Marinho, que segundo as suas formações aventão todos serem de ouro permanente, e se farão huas populozas minas". Há, pois, a descrição migratória do dito arraial e, diante do quadro insuficiente de extração aurífera, haveria uma consequente migração dos mineradores para o de Carlos Marinho, também não identificado pela bibliografia analisada nesta pesquisa. Seriam esses arraiais, aparentemente, mais fugazes que os demais, não se estabelecendo suficientemente em comparação aos outros que foram destacados na figura 40.

"Comarca de Goiás") (MATOS, 1979, p. 25), além de ter ligações íntimas com o futuro desmembramento do território no extremo sul goiano, localizado entre os rios Parnaíba e Grande — o Sertão da Farinha Podre —, passando a formar a Capitania de Minas Geraes (NOGUEIRA, 2008, p. 187–188), a partir de aviso datado de 4 de abril de 1816 (ALENCASTRE, 1979, p. 342).

O próprio *uso* diverso do território nas regiões mineradoras, em contraste com a menor atividade aurífera localizada ao norte, pode indicar (de forma tênue, necessitando de pesquisas muito próprias nesse sentido) uma consolidação de outras formas de povoamento, mais ligadas à criação bovina, que, por sua vez, podem trazer entendimento férteis à separação do estado do Tocantins nos anos 1980, havendo movimentos emancipacionistas que datam ainda do século XIX.

Quanto à relação entre o norte e o sul de Goyaz, em 1739, há uma carta do então governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 66) que exprime as dificuldades impostas aos arraiais do norte em virtude da imensa distância que os separavam de Vila Boa (elevada a vila naquele mesmo ano) e, portanto, de toda a região aurífera. Indica o governador que, em sua análise sobre as novas minas de São Luis [as minas de Natividade] e o rio Manuel Alvarez, pôde constatar a atração de uma grande quantidade de pessoas advindas dos povos vizinhos, com a presença de "perto de seis mil escravos", que já pediam a criação de uma intendência<sup>60</sup> própria. Demonstra, porém, certa preocupação com a longevidade daquele descoberto, já que "tem acontecido muytas vezes terem descobrimentos bom principio, e faltar logo ficando em poucos dias a terra dezerta" e, assim, "não tenho innovado couza algúa para o que concorrem as boas informações do Juiz ordinario de S. Felix que está servindo de Intendente no descoberto com hum escrivão e hum tezeureiro nomeados por elle". Dessa forma, o intendente de São Félix (que se encontrava a uma notável distância de Natividade (203 km aproximadamente segundo o que podemos perceber na figura 40) estaria também a serviço desses novos descobertos enquanto não se comprovasse a durabilidade dos achados. Continua o governador a argumentar que, "no cazo que as ditas minas permanençaõ, posto que distão desta Villa duzentos e settenta legoas", haveria então a

---

<sup>60</sup> O intendente, segundo Costa (2013a, p. 111; 113), seria responsável por uma série de atribuições vinculadas, principalmente, ao sistema de cobrança dos quintos do ouro, instituindo também formas de se controlar e administrar a circulação de produtos e de pessoas nas capitanias do ouro. Seria o responsável por fiscalizar e quantificar as operações fiscais, estabelecendo um eixo de conexão entre o Governador e os demais funcionários da administração real. Deve-se lembrar que a Bartolomeu Bueno da Silva foi outorgado o cargo de superintendente geral das minas ainda em 1726 (BOAVENTURA, 2007, p. 66).

necessidade de se criar uma intendência própria para Natividade. Conclui afirmando que "não tenho passado patente nem provisão a pessoa algúa, e os vou tendo em suspensão athe a minha chegada com a qual melhor averiguarei o bem que cada hum tem achado", apesar dos frequentes pedidos de postos de governança que vinha recebendo dos interessados daqueles descobertos. Portanto, a questão das distâncias, que tinha um enorme peso para o prosseguimento do projeto de colonização que se implantava a partir dos achados do ouro naquele "dilatado sertão" era refletida na organização fiscal interna à capitania e explicitava, da mesma forma, o desequilíbrio de gestão que surgia a partir do momento em que se dava maior atenção às minas em proximidade a Vila Boa. Fragilizavam-se as relações de autoridade nas localidades mais afastadas do centro administrativo de Goyaz, repartindo-se as intendências de acordo com a longevidade dos achados auríferos.

A imponente das distâncias, alertada pelas pessoas que estavam no arraial de Natividade em 1739, auxilia na compreensão de uma série de fenômenos muito próprios a Goyaz. Um exemplo disso está nos festejos tradicionais até hoje presentes no estado – as cavalhadas. De origem medieval, elas rememoram a perseguição inquisitorial aos mouros na afamada *reconquista* e simbolizam uma cristalização de tradições europeias e uma transposição dessa cultura ao Brasil colônia que, aparentemente, não se explica facilmente.<sup>61</sup> Ora, Goiás não apresenta indícios estritamente medievais e nem os apresentou na sua formação territorial e histórica. Qual o motivo pelo qual tais tradições se mantiveram nos redutos do sertão colonial? Nesses tempos, as distâncias tinham proporções muito maiores ao que compreendemos atualmente e as condições técnicas de viagem influenciavam diretamente na percepção desse espaço de dimensões colossais.

Vidal de La Blache destaca a importância de se estudar as relações entre o meio físico e as formas empreendidas de locomoção ao se pesquisar os caminhos rudimentares. Segundo o autor, "a natureza do relevo decide os modos de transporte: animais de carga ou carretagem. O carro não tem emprego nas regiões acidentadas; é sobretudo a dorso de muares que são feitos os transportes" (LA BLACHE, 1954, p. 309–312). Holanda também dá relevância ao estudo dos tipos de locomoção utilizados na interiorização territorial provocada a partir das bandeiras paulistas, enfatizando que, em termos gerais, tanto no passado colonial brasileiro quanto na América do Norte, os caminhos e as técnicas

---

<sup>61</sup>Para mais informações a respeito dos fenômenos de transposição cultural e jurídica ao Brasil colônia, ver: COELHO, S. M., **A Transposição do Direito Medieval Português no Direito Colonial Brasileiro**: uma visão acerca das rupturas e continuidades da história jurídica medieval portuguesa de longa duração aplicada ao contexto do Brasil Colonial. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

indígenas de viagem e de localização só seriam superados "com a introdução de uma grande escala dos animais de transporte. Em São Paulo, particularmente, com as primeiras tropas de muares." Continua ele: "Novo progresso surgiria mais tarde com a introdução dos veículos de roda para jornadas mais extensas" (HOLANDA, 1957, p. 24). Vemos, aqui, grande semelhança com o postulado por La Blache, indicando a presença intensa de muares e de animais de carga em tempos iniciais de povoação, para depois haver uma progressão em termos de veículos e carretagem. É necessário, pois, esmiuçar-se a forma como eram percorridos os caminhos para que se possa, então, compreender a projeção que se tinha do espaço a partir dos condicionantes auferidos pelo território.

Com isso em mente, o acesso às terras de Goyaz era de imensa dificuldade para o sujeito explorador e esse fato relativizava a fluidez das informações, dos costumes e da cultura. Até mesmo as relações do controle do ouro, como indicado pela responsabilização do intendente de S. Félix pelas novas minas de Natividade, estavam sob o regime de dificuldades do território. Havia, então, um conseqüente isolamento dessas partes da colônia e o efeito da cristalização de culturas era muito mais intenso, permanecendo aí por uma duração maior de tempo que em outros locais. O contato com o mundo externo, por meio do comércio e pelo tráfico, por exemplo, se dava de forma mais seguida no litoral, em regiões portuárias, ocorrendo maior intercâmbio. No dilatado sertão, o tempo era nitidamente mais "lento" (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 25), ditado por fatores outros mais íntimos à natureza.

Também é de se ressaltar o caráter distinto que cada localidade tinha para com as demais, sendo que não podemos entendê-las apenas como produto de um simples "caráter urbano". Andrade (2013a, p. 66–67) enfatiza a "armadilha" da anacronia que está por trás do estudo sobre a história do urbano, principalmente em referência aos estudos coloniais, já que devemos nos atentar às hierarquias urbanas que existiam entre os arraiais, as vilas e as cidades. Há de se colocar em relevância, também, o entendimento que se veicula, corriqueiramente, de que os núcleos de povoamento da mineração eram completamente mobilizados às atividades extrativistas, promovendo um abastecimento a partir das zonas agrícolas (normalmente canavieiras) que, por sua vez, não detinham uma especialização econômica como as mineiras (FROTA NETO, 1978, p. 22). Isso incorre em uma — também anacrônica — separação do urbano e do rural, explicitada por Moraes (2007, p. 58–59), sendo que "o sentido da urbanização, portanto, está associado à transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano, o que implica a idéia de concentração de muitas

peças em um espaço restrito, a cidade, cujo percentual de aumento populacional seria superior em relação à população rural." Recomenda a autora que façamos uma "recontextualização ao mundo colonial, sob a pena de cairmos em crasso anacronismo". Fonseca (2011, p. 69–70) ressalta igualmente que não se deve esquecer que "muitos povoados tiveram uma origem mista", afirmando que, "nos primeiros anos do século XVIII, existiam já fazendas nas proximidades das explorações mineiras".

No caso de Goyaz, também devemos fazer esse exercício de recontextualização e identificação das diversas origens dos arraiais para fugirmos à noção simplificadora de que a "constelação de arraiais" (FONSECA, 2011, p. 557), identificada na figura 40, surgiu apenas de um "caráter urbano" e integralmente vinculado à mineração. Dois dos arraiais localizados mais ao norte da capitania são ilustrativos a esse respeito: o arraial de Pontal, tido como "o último povoamento não-indígena" do norte de Goyaz, e o arraial de Porto Real, criado apenas em 1791, na outra margem do rio Tocantins (GIRALDIN, 2002, p. 1-2-6)<sup>62</sup>. Segundo Giralдин (2002, p. 6–8), a tradição oral em Porto Nacional (como se chama Porto Real nos dias de hoje) afirma que o surgimento desse arraial se deu a partir de um ataque do povo Xerente a Pontal e que os sobreviventes teriam atravessado o rio, concentrando-se na margem oposta. Já a hipótese do autor revolve em torno do fato de que esse relato teria incentivado a animosidade com os povos indígenas que povoavam o extremo norte de Goyaz, tendo surgido Porto Real a partir da instalação de um destacamento militar que viabilizasse não apenas a guerra aos autóctones, mas também estimulasse o comércio com Belém do Pará, a partir da liberação do caminho do Tocantins dada apenas em 1782 (DOLES, 1973, p. 30), atraindo paulatinamente os habitantes de Pontal até o seu completo esvaziamento.

São José do Duro também é exemplo de um núcleo de povoamento formado em paralelo às atividades mineratórias setecentistas. Bertran (1978, p. 25) informa que essa localidade se tratava de uma redução indígena, ou seja, instalada para abrigar o gentio que fosse mais combativo às invasões colonizatórias dos bandeirantes, sendo essa específica para receber o gentio Akroá (erguida em 1751) (BOAVENTURA, 2007, p. 182). Ou seja, sob os intentos verticalizantes da política real em integrar aquele território ao seu projeto de conquista, a Coroa Portuguesa criará formas de lidar com o gentio, no contexto das reformas pombalinas de meados do século, criando aldeamentos específicos para isso.

---

<sup>62</sup>Há alguma imprecisão a respeito da data de fundação de Porto Real, sendo atribuída por Palacín, Garcia e Amado (1995, p. 38) e por Boaventura (2007, p. 126) à década de 1730. Ver figuras 29 e 34.

Seriam estes derivados do projeto jesuítico que visava aculturar e evangelizar os nativos, permitindo à Coroa o "acesso a terras e mão de obra indígena" (DERNTL, 2014). São José do Duro também se transformará em registro fiscal, de acordo com a sua localização extremamente favorável em proximidade aos sertões da Bahia e de Pernambuco, por onde havia uma imensa proliferação de descaminhos vinculados ao contrabando de ouro e de produtos em geral (LEMKE, 2010, p. 294).

Já demonstramos que o arraial de Santa Cruz surgiu em relação ao caminho único de São Paulo e o Arraial dos Couros também teve origem vinculada aos caminhos, em virtude à intensa comercialização de couro que por lá se proliferou e enquanto "pouso de tropa" (BERTRAN, 2011, p. 242), desvinculando-se da ideia de que todo arraial goiano despontou apenas após o surto minerador. Inclusive, as localidades ligadas aos caminhos (e aos descaminhos) também tiveram um comportamento diferenciado no contexto de "decadência", que se diz instaurar a partir da década de 1750, aproximadamente, já que esses arraiais continuaram a se apropriar dos pouso de viajantes e de tropeiros para alimentar o seu comércio.

Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos a "Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa de Goiás ao rei D. João V, datada de 1739 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 91), em que há uma reclamação muito expressiva no tocante ao caráter mineiro das povoações que surgiam. Discorre-se sobre o esvaziamento do arraial do Ferreiro em decorrência de um edital, implementado pelo então ouvidor Agostinho Pacheco Telles, "prohibindo houvesse nelle todo o genero de vendas nem pessoa, a qual sem exercicio de minerar, e procedendo a devaça condemnou a muitos". Portanto, houve uma tentativa de se instaurar um regime de exploração totalmente voltado à mineração, sem a possibilidade de trânsito e comercialização de outros produtos. Afirma a carta que recorreram, então, os atingidos por tal edital à Câmara de Vila Boa, erigida a vila naquele mesmo ano de 1739, demonstrando que tinham licença para realizar o seu comércio "(de frente de huá Igreja que ja de antes tinham) em pouco menos distancia de 30 braças, ficando por esta forma longe de lavras".

Destacando o não incômodo que gerariam ao "bom regimen publico", tal reclamação não foi suficiente, já que "intimidou o ditto Menistro a todos em hum despacho em que mostrava que na correição havia proceder contra os transgressores de seu Edital". Confronta-o a Câmara, escrevendo-lhe "para que o derogasse", mas isso não foi suficiente, respondendo o dito ouvidor "que não só o não faria; mas ordinaria na primeira correição se

abstivesse de dar de foro terras mineraes que são dadas pella Guarda Moria". Aqui, nos deparamos com um claro conflito de função, já que o ouvidor ameaça não distribuir as terras minerais, pela situação descrita, o que provoca uma resposta da Câmara, afirmando ser apenas esta administradora "das terras de lavoura, e culturas, e que pello seu projecto [do ouvidor] se tirava não só arrenda do patrimonio desta Camera, mas a da Fazenda Real". Costa (2013a, p. 74) destaca os "conflitos sistemáticos" entre as diversas instâncias de distribuição e controle das minas "(escrivães das câmaras, vereadores, ouvidores e provedores dos quintos)", resultando em frequentes protestos e queixas nas câmaras por partes dos moradores dos arraiais.

Encontramos precisamente essa situação no documento apresentado<sup>63</sup>, decidindo a Câmara de Vila Boa pela "universal comodidade dos mineyros que costumão proverem-se de todo o necessario naquelle Arrayal". Nessa passagem nos deparamos com uma informação extremamente valiosa para a nossa investigação a respeito do caráter de surgimento dos arraiais goianos, já que é destacado que, naquele arraial do Ferreiro, encontram os mineiros tudo o que necessitam, reforçando a tese de Fonseca (2011) a respeito da "origem mista" de muitos dos povoados. Não podemos crer, pois, que os arraiais eram formados e viviam apenas em prol da atividade mineratória, apesar desta ser, de fato, um dos grandes propulsores da penetração territorial efetivada no século XVIII (junto à busca pela mão de obra indígena nos "sertões").

Dessa maneira, buscamos destacar apenas alguns exemplos que tornam dificultoso (e anacrônico) separar o caráter urbano do rural, sendo ambos intrinsecamente relacionados, diante do quadro de dificuldades que era imposto, cotidianamente, pela imponência das distâncias. A própria Câmara de Vila Boa, ao favorecer as petições dos mineiros, destaca que estes não devem experimentar o "discomodo de mandarem os seus escravos a esta Villa em distancia de huá légoa, perdendo o trabalho de meyo dia para qualquer menisterio de que careção; ficando desta sorte uzurpada a Camera de suas rendas, e jurisdição".

---

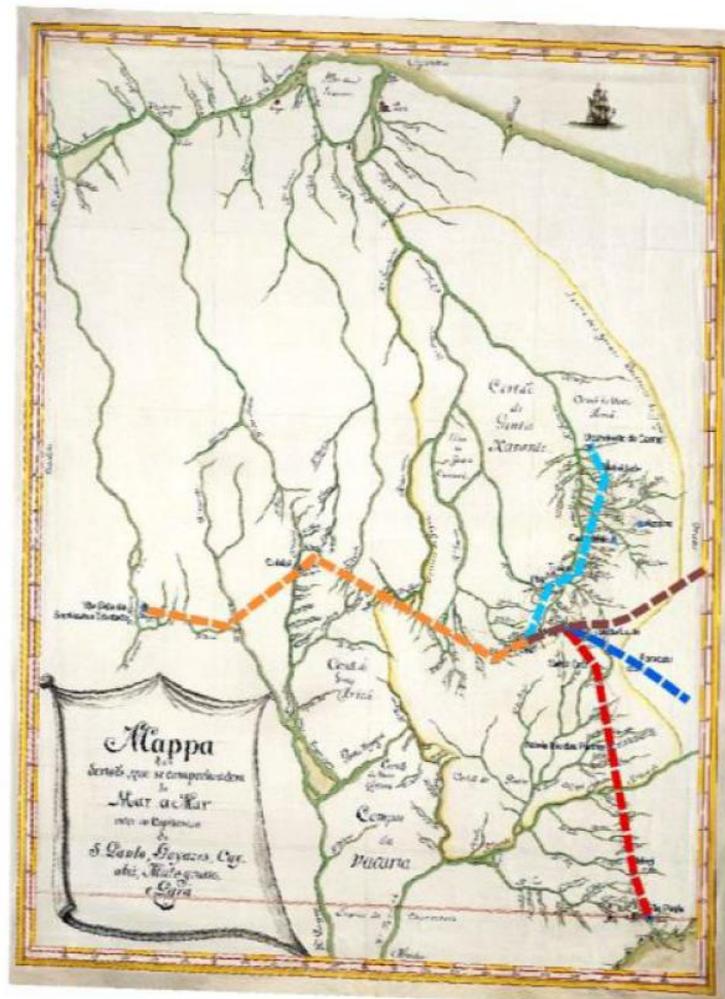
<sup>63</sup>AHU,\_ACL\_CU\_Cx. 1, D. 91

## Os caminhos internos de Goyaz

Neste tópico trataremos especificamente dos caminhos que eram produzidos e produtores do espaço goiano nos setecentos. Segundo uma lógica de definição do espaço geográfico enquanto um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação" (SANTOS, 2006, p. 39), pensar os caminhos é pensar os arraiais e a sua distribuição no território. Alguns surgiam, inclusive, sob as demandas criadas a partir dos próprios caminhos (como Santa Cruz e o Arraial dos Couros, como citamos) e outros irão gerar novas realidades a esses percursos (como é o caso de Meia Ponte e Vila Boa). Portanto, visamos articular essa proposta de espaço geográfico com a tratativa da formação territorial (MORAES, 2009, p. 29), tendo por consideração os aspectos materiais horizontalizantes (do território usado) e os aspectos políticos verticalizantes (do território projetado) dessa época específica de nosso passado colonial.

Barbo (2015, p. 284) apresentará a conectividade que os caminhos de Goyaz tinham com o restante da colônia e, também, a sua distribuição interna a partir do *Mappa dos sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso e Pará* (figuras 17 e 41).

Figura 41 – Destaque dos caminhos da Capitania de Goyaz a partir do *Mappa dos Sertões (...)* (BARBO, 2015, p. 285)



A autora ressalta as cinco principais rotas que, supostamente, partiriam de Vila Boa: o *Caminho de Goyazes* (em vermelho), a *Picada de Goiás* (em azul escuro), a *Estrada do Cuyabá* (em laranja) e a *Estrada do Norte* (em azul claro). Com esse destaque, podemos identificar o alcance continental que as rotas tinham com relação ao restante da colônia, indo desde São Paulo até o rio Tocantins; do sertão da Bahia até o Mato Grosso. Essa conectividade coloca Goyaz no centro da distribuição de produtos e pessoas na colônia, tanto em termos de extração do ouro quanto em tráfico de escravos, além da circulação de mantimentos e de outras produções (como a comercialização do couro, por exemplo).

Teixeira Neto (2000, p. 54) dará ênfase aos caminhos de Goyaz para a formação territorial da capitania em praticamente todas as suas instâncias, alegando que, "(...) como se fossem fios de uma grande rede, os caminhos, e toda a vida de relações que eles engendram, sustentaram e alimentaram o grande corpo, que é o território (...)". Dessa maneira, a partir da visão do autor, esses caminhos teriam uma *atividade* frente ao estabelecimento de uma série de **objetos geográficos** (como estamos definindo genericamente, com apoio em Santos (2006, p. 46), às fazendas de gado, aos registros, presídios e fortificações, pousos, entre outros elementos destacados por Teixeira Neto), compreendendo os processos de espacialização como componentes de um espaço em totalidade. Os caminhos, portanto, não apresentam apenas um caráter singular de trajetórias percorridas em determinados momentos sob demandas estritas, mas verdadeiras conexões estruturais no e do território.

Em Goyaz, temos uma predominância das rotas terrestres às fluviais, se colocarmos em enfoque os seus caminhos internos, como nos assinala a figura 41. Também quanto ao acesso à capitania havia, em termos hídricos, apenas as rotas dos rios Tocantins e Araguaia enquanto caminhos de maior porte que atravessassem os domínios goianos, mesmo que correndo no sentido do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesse mérito, Doles (1973, p. 19; 21-22) afirma que o Tocantins é considerado rio de dificultosa navegabilidade (de acordo, também, com as suas diferenças fluviométricas agudas a depender da estação de chuva ou de seca) e, no entanto, mais profundo que o Araguaia, sendo este, por sua vez, de navegabilidade baixa, já que possibilita apenas o acesso a embarcações menores por ter o leito mais raso.

Os demais rios em proximidade às terras goianas ou escoavam em paralelo aos limites da capitania, como o rio São Francisco e o rio Xingu, ou se afastavam delas em seu sentido contrário, como o rio Paraná, que era alimentado pelos rios Grande e Tietê, ao sul

de Goyaz. Assim, proliferaram-se mais os caminhos terrestres, tornando-se uma opção mais viável que o uso dos rios e demais corpos d'água nesse aspecto. Esse fenômeno, que contrasta fortemente com a Capitania do Mato Grosso, tendo esta uma conectividade maior de forma interna e externa pelas rotas hídricas (ELLIS, 1958, p. 434; NOGUEIRA, 2008, p. 90–91), tem, pois, uma íntima relação com a disposição hidrográfica brasileira. Porém, essas considerações dizem respeito às maiores vias hídricas, pois havia uma proliferação de uma série de corpos d'água por toda a capitania, condição necessária, inclusive, para as práticas da mineração comuns à época (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 19–20; SAINT-HILAIRE, 1975, p. 82).<sup>64</sup>

Para a definição dos caminhos na exploração do território até então desconhecido para os bandeirantes, fez-se uso do conhecimento territorial dominado pelos povos indígenas que populavam o que era visto, a partir da presença colonizatória portuguesa, enquanto um vasto "sertão". Vai dizer Holanda (1957, p. 15–16) que o "incipiente sistema de viação" encontrado pelo sertanista branco servirá de apoio para as suas explorações iniciais, acrescentando eles nada de considerável nessas rotas "durante os primeiros tempos". Os caminhos poderiam ser indicados por sequências de galhos ou a golpes de machado em troncos robustos, a depender do terreno, e utilizavam-se os autóctones do sol enquanto guia e das estrelas e constelações durante a noite. Continua o autor indicando a "extraordinária habilidade cartográfica de que frequentemente são dotados", representando a localização dos saltos e das cachoeiras, a extensão e as dimensões dos rios de forma proporcional entre si e as formas das montanhas (HOLANDA, 1957, p. 20–23). Por fim, indicará Holanda (1957, p. 33–34) que os trajetos utilizados pelos nativos eram instáveis e mutáveis de acordo com a periodicidade do seu uso, sendo que "o valor dos rios estava, aparentemente, menos em servirem de vias de comunicação do que de meios de orientação". Dessa forma, os indígenas e, posteriormente, os bandeirantes irão formar as trilhas terrestres tendo como referência rios como o Tietê, por exemplo.

---

<sup>64</sup>Bertran (2011, p. 227–233) exemplifica a vitalidade do uso da água para a mineração com o rego d'água Saia Velha. Criado entre abril de 1768 e setembro de 1770, essa obra (conduzida pelo coronel João Pereira Guimarães e o engenheiro mestre de campo Manoel de Bastos Nerva) captava água nas cabeceiras do ribeirão Saia Velha e a conduzia ao longo de 7 léguas (de 38 a 42 km, aproximadamente) até o arraial de Santa Luzia. Completa o autor afirmando que, segundo Gelmires Reis, esse rego estaria em atividade até o ano de 1800.

## Os "certões" e os "vazios"

Com base no *Mappa dos Sertões* (...) (figuras 17 e 18) podemos identificar como que os caminhos, a partir do momento em que eles foram incorporados ao projeto de colonização português, serviam de referência à criação concomitante de territórios explorados e "vazios".

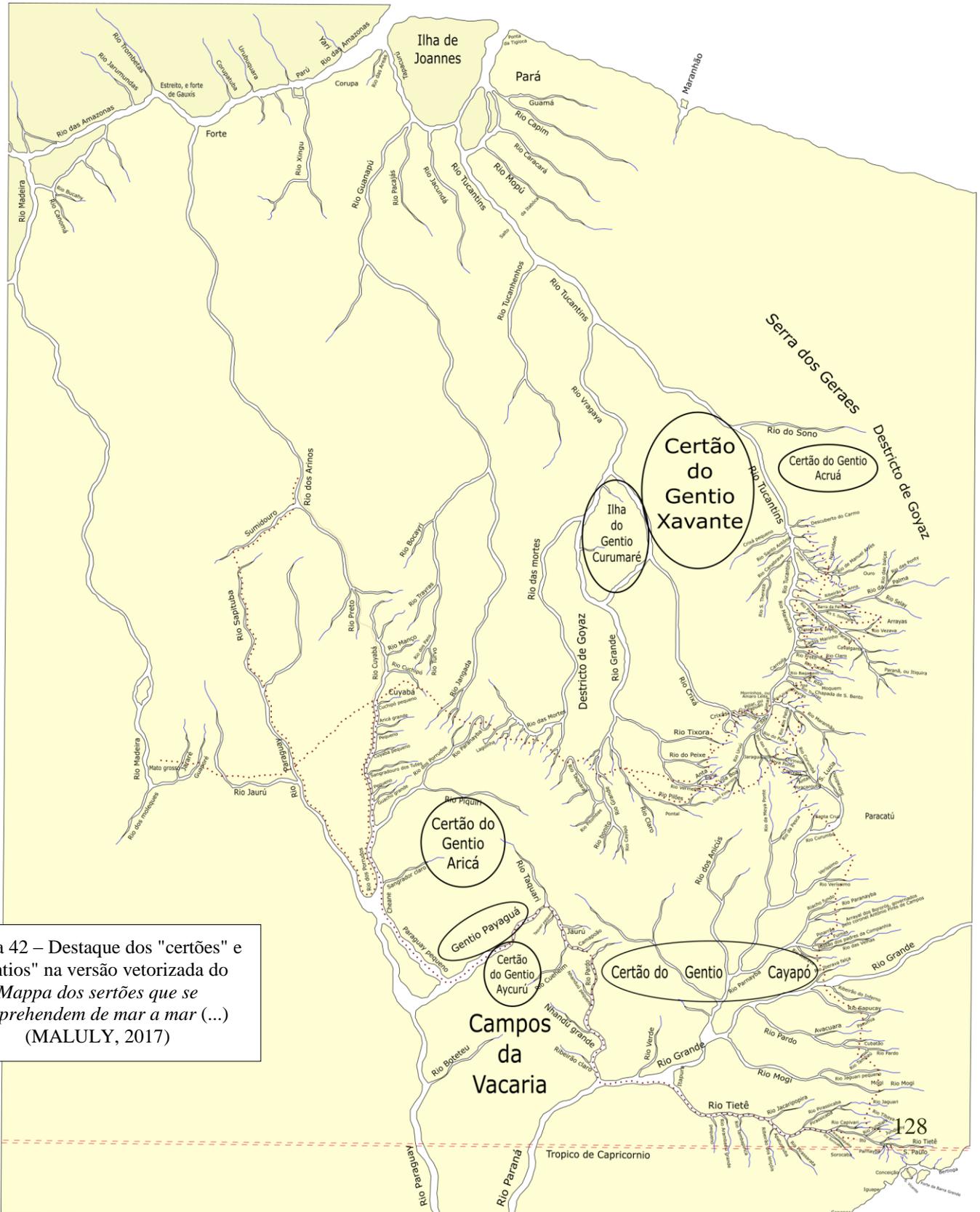


Figura 42 – Destaque dos "certões" e "gentios" na versão vetorializada do *Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar* (...) (MALULY, 2017)

Se notarmos o traçado dos caminhos ao longo do mapa, identificaremos que, entre os caminhos que de fato já eram de conhecimento (e controle) relativo dos portugueses, há "vazios". Esses "vazios" não representavam apenas o desconhecimento do território refletido na obra cartográfica, mas provavelmente um proposital despovoamento dessas localidades em prol do projeto metropolitano de conquista. Como afirma Arraes (2017, p. 24), "o "vazio" apagou relações do índio com o espaço". Nesse ínterim, Harley (2001, p. 151) nos atenta para o fato de que não devemos pressupor as produções cartográficas enquanto obras "científicas" ou "objetivas" não-passíveis de desconstrução. Ao contrário, é necessária uma virada epistemológica para colocar em questão "a ligação assumida entre a realidade e a representação que tem dominado o pensamento cartográfico", destacando não apenas as virtudes técnicas da cartografia, mas o poder que está por trás da detenção do conhecimento (HARLEY, 2001, p. 152). Dessa maneira, não devemos nos bastar com a informação disposta a nós, produzida ainda no século XVIII, mas debatê-la no contexto em que foi gerada.

Mostra-se, também, inoperante pensar que os bandeirantes, ao percorrerem o território, se deparavam apenas com "a selva inóspita" e que, pois, "o horizonte dos exploradores não era mais que o vazio", sendo que surgiam "os núcleos urbanos como ilhas de acolhimento, marcas de uma civilização incipiente", como quis Mattos (1980, p. 125–126). Essa forma de encarar o passado colonial nos priva de buscar compreender a dinâmica que de fato havia para além dos desejos portugueses de colonização, desterritorializando a realidade indígena e a atividade dos habitantes destas terras que precederam os portugueses. Andrade, ao refletir sobre a história da cartografia, afirma:

Cartografar significar conhecer e, normalmente, ter a possibilidade de povoar. Nesse sentido, os mapas produzidos, salvo exceções, eram encomendados ou autorizados pela Coroa e acompanhavam relatos e textos descritivos que iluminavam os aspectos principais que foram causa da sua construção. Essa intencionalidade, todavia, mais do que um obstáculo à análise, significa um entendimento da atividade social sobre o espaço e o próprio conhecer da base territorial que determinava a ação do agente colonizador (...) (ANDRADE, 2013a, p. 46–47)

Portanto, as intencionalidades também devem ser buscadas na análise cartográfica, pois refletem mais do que a mera localização dos objetos geográficos distribuídos no território, mas os processos de imaginação e de projeção política do espaço colonial. Assim, coloca Queiroz (2014, p. 162) que, se buscarmos compreender os mapas como um "resultante de relações de força" em contato direto com o território, identificaremos que há uma relação de "exterioridade e autoridade" que se espacializa pelo poder cartografado.

Neste caso, devemos buscar correlacionar a relação íntima que existe entre "as infraestruturas materiais e as superestruturas mentais", a partir do postulado por Thomaz (1994, p. 38–41), que nos instigam a pensar o espaço de formas relativas, presentes de forma visível e invisível na cartografia histórica.

Os caminhos, na figura 42, indicam o território conhecido e controlado pela Coroa Portuguesa, muito provavelmente no fim dos anos 1700. Já entre os caminhos há certos "vazios" e alguns deles têm indicações a respeito dos povos indígenas que os habitavam. Não há, primeiramente, qualquer intenção no mapa em delimitar essas áreas. Ao contrário, elas se perdem na infinitude do território desconhecido. Temos, porém, a indicação de alguns povos: cayapó, aycurú, payaguá, aricá, curumaré, xavante e acruá. Praticamente todos estão indicados como presentes em um "certão" e isso nos possibilita visualizar mais uma perspectiva ao conceito de sertão.

Moraes (2009, p. 89) demonstra que a adjetivação de sertão, atribuída geralmente – mas não necessariamente – de forma negativa a lugares, não pressupõe uma materialidade terrestre, mas sim uma realidade simbólica. Assim, a atribuição de uma localidade enquanto "sertão" a coloca sob o jugo de uma ideologia geográfica que visa, acima de tudo, a ocupação ou reocupação daqueles lugares. A mesma leitura realiza Amado (1995, p. 148), identificando o uso de "sertão" ou "certão" na atribuição negativa realizada pelos colonizadores portugueses a "espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados", sempre visando a "conquista e consolidação da colônia brasileira". Dessa maneira, encontramos este conceito em frequentes fontes primárias às quais recorreremos, tanto cartográficas quanto textuais, indicando localidades desconhecidas, desertas ou habitadas por gentio feroz, e que estavam passivas de serem incorporadas, cedo ou tarde, ao projeto metropolitano de conquista.

Identificamos esse uso negativo de sertão no ofício de Ângelo dos Santos Cardoso ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, de 1755, ao qual já fizemos referência anteriormente, relatando que:

(...) na assistencia do novo Governo do Senhor Conde de São Miguel que se espera e me considere munido de experiencias, e observações feitas por mim no decurso de seis annos, que rezido no remotissimo coração destes certões | cuja mayor furtuna que tenho alcançado, sem o merecer a Deus, hé ter me conservado a vida | as quais contava pôr pessoalmente na notícia dessa Corte (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740)

Destaca, pois, esse funcionário real que, vivendo há seis anos nesse "certões", o melhor que pôde fazer foi sobreviver, descrevendo as condições nas quais ele se

encontrava, realizando, constantemente, ao longo de seu ofício, comparações com o que havia vivido em Portugal. Outro exemplo de uso negativo atribuído aos "sertões" está mais adiante no mesmo documento, no momento em que Ângelo Cardoso realiza uma denúncia "a certa casta de gentes que inunda como praga estes sertões, que são huns aventureiros, que se destacão lá do Reino, (...)". Ou seja, há uma associação negativa entre "a certa casta de gentes" com os "sertões" nos quais inundam como praga, de acordo com as possibilidades auferidas pela vastidão desses. O mesmo autor irá denunciar a frequente migração de pessoas que, segundo a sua perspectiva, não estariam à altura dos projetos do Reino, reafirmando a qualidade social indesejada delas segundo os seus juízos de valor. Ainda sobre a distinção das pessoas que passassem a habitar os "sertões", afirma Cardoso:

(...) estes paizes tem a especialíssima qualidade, de fazer verdadeiro os metamorphosis, que fabulou a antiguidade; converte estes pícaros, sem que faltam o uso das suas picardias, em senhores de grande consideração; e alguns nobres que por acazo cá vem reduzidos a pícaros, sem lembrança alguma do que forão;

Amado afirma (1995, p. 148), ainda, que a cunhagem de sertão é realizada a partir do litoral, tornando-se ambos os entendimentos, ao mesmo tempo, opostos e complementares. Straforini (2007, p. 69–73) também traz essa tônica dual ao uso de sertão, mas identifica uma alteração contínua nessa dualidade. Se a princípio da colonização o comparativo por excelência do sertão era o litoral, esse quadro irá se alterar para uma comparação entre o "vazio" e os núcleos urbanos, sujeitos estes às práticas colonizadoras portuguesas, já que, progressivamente, alguns locais no litoral também passarão a ser vistos enquanto sertões.

Para nós, para além do caráter negativo e de vastidão que se atribuía usualmente aos sertões, o que se destaca nesse aspecto é a vinculação que há dos sertões com a ideologia espacial que os funda, como demonstrado por Moraes (2009, p. 89). Continua o autor:

Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem os interesses de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paisagens. (MORAES, 2009, p. 90)

Os sertões – indicados no plural para representar a heterogeneidade cultural da qual são constituídos (ARRAES, 2017, p. 470–471) – estarão, pois, colocados enquanto instância de apropriação espacial a partir do momento em que se mostram interessantes aos olhos do colonizador. Dessa maneira, podemos relacionar essa acepção às considerações teórico-metodológicas que trouxemos no primeiro capítulo, indicando que estabelecer uma localidade enquanto sertão é colocá-la sob a ótica dos "fundos territoriais" de Moraes (2009, p. 65), ao denotar uma paulatina inserção desses territórios aos desejos políticos

verticalizantes da Coroa Portuguesa, retirando-os do controle, historicamente consolidado, dos povos indígenas e atribuindo a eles um *valor* específico.<sup>65</sup> Ou, como coloca Straforini (2007, p. 79–80), "todo o juízo imaginário dado ao sertão já demonstra uma certa indução quanto ao uso futuro do espaço absorvido, mobilizando uma valoração que traz, em si, uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação".

Essa relação de valoração futura é visível na figura 42, se nos atentarmos ao fato de que os "certões", atribuídos imediatamente a determinados grupos indígenas, estão todos localizados entre os caminhos desenhados. Os "certões" dos Aricá, Payaguá, Aycurú e Cayapó estão rodeados (e pressionados) pela rota das monções e pelo caminho único de São Paulo. Já a ilha dos Curumaré e os "certões" dos Xavante e Acruá, apesar de estarem próximos a um norte igualmente "esvaziado" no mapa, também se encontram pressionados entre os caminhos internos da capitania e a Estrada para o Cuyabá. Portanto, podemos imaginar, especificamente a partir da leitura da figura 42, que estariam contados os dias de tais "certões", segundo a perspectiva adotada não apenas na produção cartográfica como nas fontes documentais escritas. Apesar do constante medo do qual os portugueses e os bandeirantes eram acometidos quando na presença dos indígenas (o qual ficará mais visível no próximo capítulo), a estrutura espacial *imaginada* já figurava na abundante descrição dos núcleos presentes ao longo dos caminhos, trazendo uma poluição de informações nesses trajetos que nos estimula a pensar o impacto visual que isso trazia aos olhos metropolitanos setecentistas. Não bastava desenhar os caminhos, mas teria de haver uma vasta descrição das localidades neles presentes. Outrossim, os caminhos estavam sempre em interconexão. Por exemplo, apesar da rota das monções ser inconstante e, até um certo ponto, imprecisa, ela está presente na figura 42 e é articulada à Vila de Cuyabá, indicando um espriamento da presença portuguesa e bandeirante por toda a *hinterlândia* colonial.

Portanto, apresenta-se aqui a transformação a que Straforini (2007, p. 103–104) se referiu na alteração do sertão como fundo territorial, denotado em uma "geografia fantástica" da época, para um território *usado* e *disputado*, incorporando uma "geografia realística". No primeiro momento, atribuem-se realidades horizontalizantes ao espaço que se condicionam a partir da vivência material e social, para depois inseri-lo a uma estrutura projetada e intencionada, onde a fantasia do ouro, dos achados minerais, das riquezas da *hinterlândia* vão dar lugar, paulatinamente, à realidade combativa da atividade aurífera.

---

<sup>65</sup>Moraes, em *Território na Geografia de Milton Santos* (2013, p. 124–125), tornará explícita a relação estabelecida entre o conceito de "fundos territoriais" – herdado da "explicação da expansão do território russo" em Lenin (1976) – e o de "sertão", sendo este atrelado ao "imaginário territorial brasileiro".

## ***Reconstruindo os caminhos de Goyaz***

Embora possamos tecer elaborações sintéticas a respeito não apenas do que está descrito na fonte cartográfica, mas do que ela representou à época, o *Mappa dos Sertões* (...) não nos basta para compreendermos os caminhos internos de Goyaz. Enquanto elemento de análise da capitania com o restante da colônia, como exposto na figura 41, há considerações de visível relevância, mas em termos de detalhe, teremos de recorrer a uma outra fonte cartográfica.

Fonte mais apropriada para identificar e reconstruir os caminhos internos da capitania é o *Mappa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins*<sup>66</sup> (figura 43), datado por volta de 1766 a 1775, segundo Barbo (2015, p. 115), também de autoria desconhecida. Essa fonte cartográfica traz muito mais detalhamento às rotas internas da capitania, ressaltando apenas parte do caminho de São Paulo como conexão até o restante da colônia e uma indicação escrita de onde partiria o caminho de Cuyabá a oeste. Também realizamos a vetorização do mapa (figura 44), assim como fizemos com o *Mappa dos Sertões* (...), tanto para facilitar a leitura do documento quanto para viabilizar o tratamento da fonte a nível digital.

O recorte de análise do mapa é de extremo interesse para a pesquisa por não representar nada além do que se considerava, a partir da metade do século XVIII, de fato, a Capitania de Goyaz. O caminho que segue até São Paulo, por exemplo, é indicado um pouco antes do cruzamento do rio Corumbá, o que constitui um dos últimos pontos de cobrança demandados pelos bandeirantes "descobridores", como podemos identificar nas figuras 22 e 23. Sobre o caminho de Cuyabá, há apenas indicação escrita dele, sendo que o arraial de Pillões é o último núcleo urbano goiano a oeste. No sentido contrário, não há delimitação do caminho que seguia até a Capitania de Minas Geraes, a *Picada de Goyaz*, por representar esse um descaminho à época. Inclusive, denota-se a presença do arraial de Santa Luzia, mas também não se identifica o acesso que se tinha a esse arraial, deslocado que estava do caminho de São Paulo. Porém, podemos imaginar, a partir da cartografia histórica, que na altura de Antas, provavelmente, haveria um desvio até Santa Luzia e que esse, por sua vez, seguiria até Paracatú (ver figura 65). Aliás, já notamos a importância que se atribui a essa última localidade quando se pensava em Goyaz, destacando-a no mapa-

---

<sup>66</sup>Fundação Biblioteca Nacional, coleção Morgado de Mateus. Disponível em: <<http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm>>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.





Ângelo Cardoso, em seu ofício de 1755 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740), destaca que, quando esteve nas minas de Paracatu em 1749, junto ao governador Gomes Freire, "havia quatro annos que tinhão sido descubertas, e forão as mais abundantíssimas, e florentes, que jamais se virão na America". Continua ele afirmando que "quando se metião as bateas, dizião vinha mais ouro do que terra, tiravão-se incomprehensivel numero de arrobas dele, aqueles que lá concorrerão; admiramo-nos da grandeza do Arrayal, que excedia a melhor Vila que há em Minas".

Portanto, é notório papel que o arraial de Paracatu tinha para com as minas de Goyaz, localizando-se nos limites da fonte cartográfica. Apesar de não pertencer à capitania goiana, representou-se esse núcleo enquanto único elemento "estranho" ao restante da composição. Também ao extremo leste está indicado o Itiquira, assim como apontaram Bertran (figura 27) e Barbo (figura 38), sem haver nota ao Arraial dos Couros. Talvez este último não tenha sido destacado na fonte em virtude da sua ligação íntima com os descaminhos que levavam até o rio São Francisco, na Capitania da Bahia, comercializando-se, principalmente, os couros no Paranã (VIEIRA JÚNIOR, 2015, p. 136). Sobre esse comércio, Hameister (2002, p. 72–73) destaca que o couro, durante o século XVIII, figurava como "um dos principais produtos de exportação, junto com o açúcar e o tabaco". A importância desse produto era tamanha que, apenas no sul da colônia, implementou-se o "quinto dos couros" que impactava, também, nos demais subprodutos de extração (sebos e línguas), tornando-se mínimo o aproveitamento da carne (HAMEISTER, 2002, p. 115–116).

Ao extremo norte está o arraial do Carmo, enquanto limite do que se tinha populado até aquele momento. Porém, e é importante que se destaque, a Capitania de Goyaz continuava até o encontro do rio Tocantins com o Araguaia, numa extensão de aproximadamente 600 km. Novamente surge o descompasso que havia entre o território sob o domínio da Coroa Portuguesa, composto pelos recursos mineratórios, e o restante do território não integrado sob essa perspectiva extrativista (e que, além do mais, era constantemente povoado por povos indígenas diversos). Também é visível a ocupação territorial do lado direito do rio Tocantins, não havendo nenhuma correspondência do outro lado da margem.

Com as alternativas da cartografia digital, temos a possibilidade de isolar os elementos que interessam à nossa pesquisa — os caminhos. Com isso, podemos cruzar os dados obtidos com os arraiais que destacamos no *mapa-síntese* (figura 40), ensejando uma

sobreposição de investigações, resultando em uma nova perspectiva de se visualizar a formação territorial goiana. Destacamos, porém, que são apresentados, neste momento, os caminhos internos *oficiais* de Goyaz. Ou seja, há uma profusão de outros caminhos que não são visíveis na cartografia histórica, segundo as intenções colonizadoras da Coroa Portuguesa. Vemos um recorte do espaço setecentista, mas há diversas outras camadas a serem aprofundadas, tanto nesta pesquisa quanto em outras futuras.

A figura 45 representa a sobreposição de dois tópicos específicos de nossa pesquisa: o surgimento dos arraiais e a reconstrução dos caminhos internos. O primeiro, como demonstramos, fortemente ancorado em pesquisas bibliográficas, com certo aporte documental. Já o segundo transposto a partir das informações disponibilizadas diretamente pela fonte. O cruzamento de ambos os dados é possível por duas razões: o recorte temporal rigoroso ao qual nos submetemos (contornando, ao máximo, os riscos do anacronismo dos quais tratamos também no primeiro capítulo) e as possibilidades técnicas do georreferenciamento. Como já afirmamos anteriormente, é possível usufruir de diferentes possibilidades dispostas pelos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) em razão da sua atrelação às coordenadas geográficas. Assim, podemos reconstruir os caminhos georreferenciados de um mapa de dada época, cruzá-los com informações que recolhemos de outras fontes, mas que também estavam inseridas no sistema latitudinal e longitudinal, formando novas possibilidades auferidas no e sobre o espaço. Dessa maneira, podemos recorrer a novas Geografias Digitais para sustentar (e possibilitar) questões próprias da Geografia Histórica.

Identificamos algumas conectividades muito próprias a determinados arraiais, detectando uma disposição particular à capitania. O interessante, nesse aspecto, é pensar a relação dialética que há entre o surgimento de arraiais e o estabelecimento de caminhos, sendo esses, novamente, oficiais diante da política real portuguesa. Ainda serão tratados os descaminhos do ouro.

A primeira característica que nos salta aos olhos é a (quase) quadrangulação entre Vila Boa, Meia Ponte, Traíras e Crixás (figura 46). A disposição do caminho entre esses arraiais provoca uma atração de arraiais vizinhos, como Corumbá e Jaraguá, por exemplo. Apesar de não estarem exatamente na rota, vão se beneficiar dela e do trânsito de produtos. Também é notável como que estão dispostos, de um lado, os arraiais da década de 1720 e, do outro, os de 1730, estando localizados os de 1740 de maneira mais dispersa. Deve-se notar que essa área quadrangular é nevrálgica para com o restante da capitania.

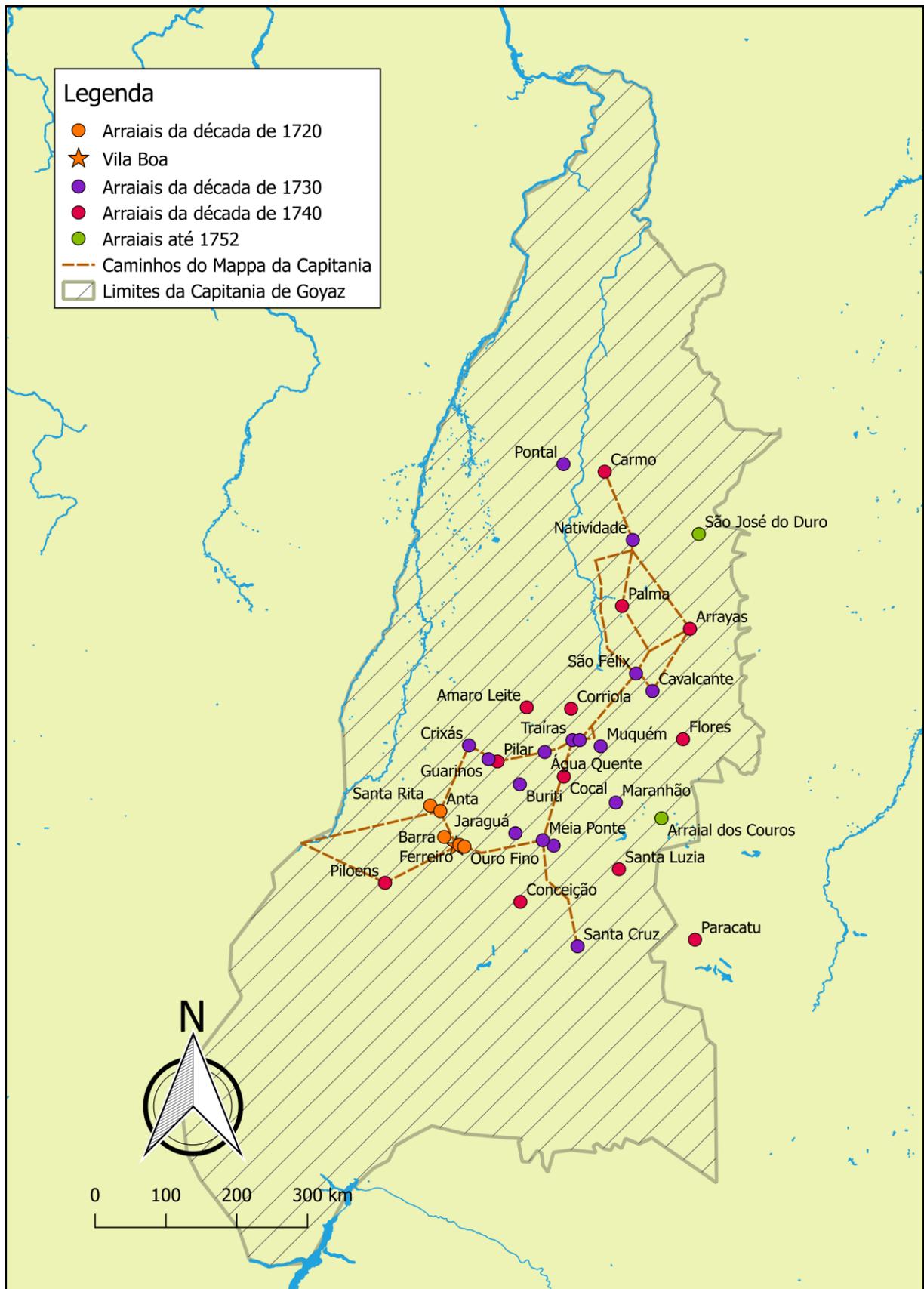


Figura 45 – Caminhos do *Mappa da Capitania de Goyaz* (...) sobrepostos aos arraiais (MALULY, 2017)

Como exemplo da movimentação frequente que havia nesses caminhos, Saint-Hilare, ao realizar viagem na Província de Goiás em 1819 (obviamente fora de nosso recorte), destaca que, saindo do arraial de Jaraguá, em sentido a Vila Boa, passou a perceber que se encontrava nas proximidades da capital por ser ali menos deserto, encontrando muitas pessoas no caminho (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 45). É notável esse comentário do viajante francês, tratando-se de um relato escrito quase 60 anos depois do fim de nosso recorte, tendo proliferadas várias formas de compercui para além da mineração, isolada economicamente pela historiografia tradicional (apesar de já termos discutido a formação mista dos arraiais, não dependentes apenas do ouro extraído), mantendo uma frequente movimentação de pessoas no entorno da capital goiana.

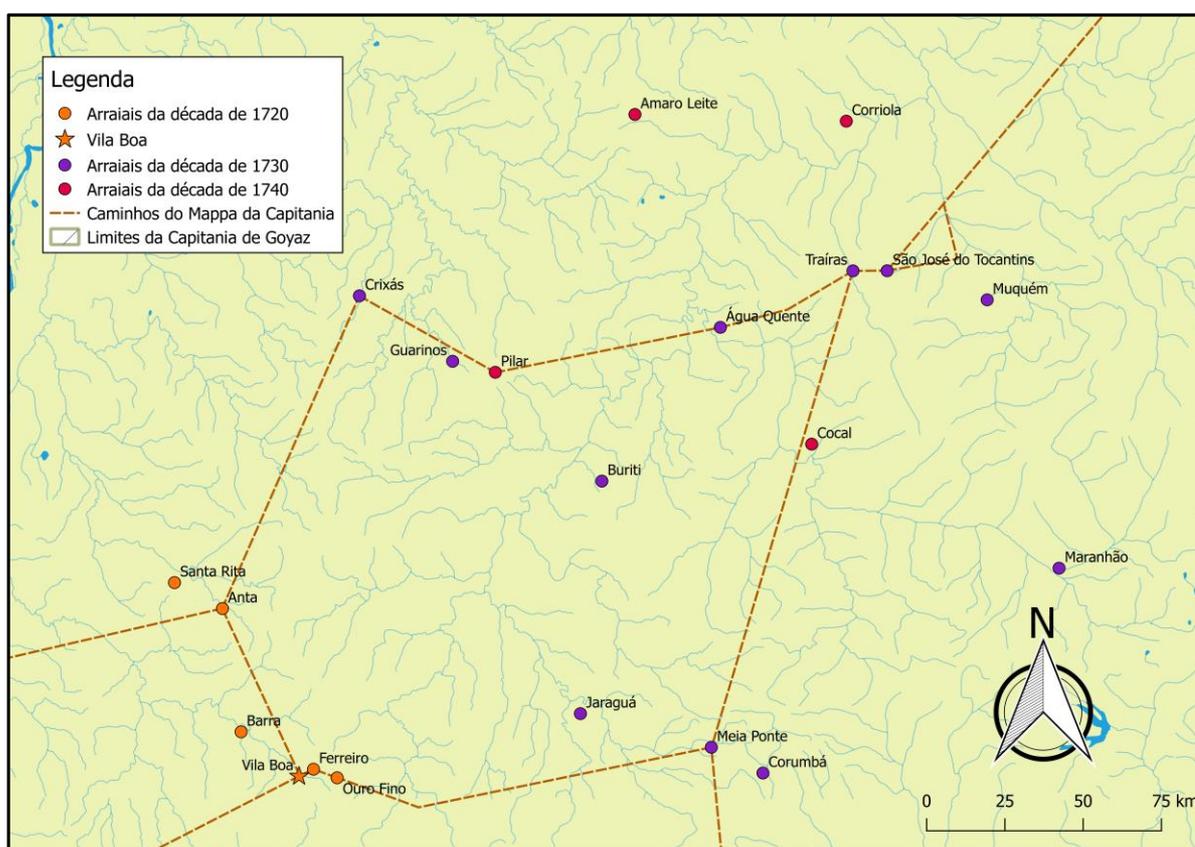
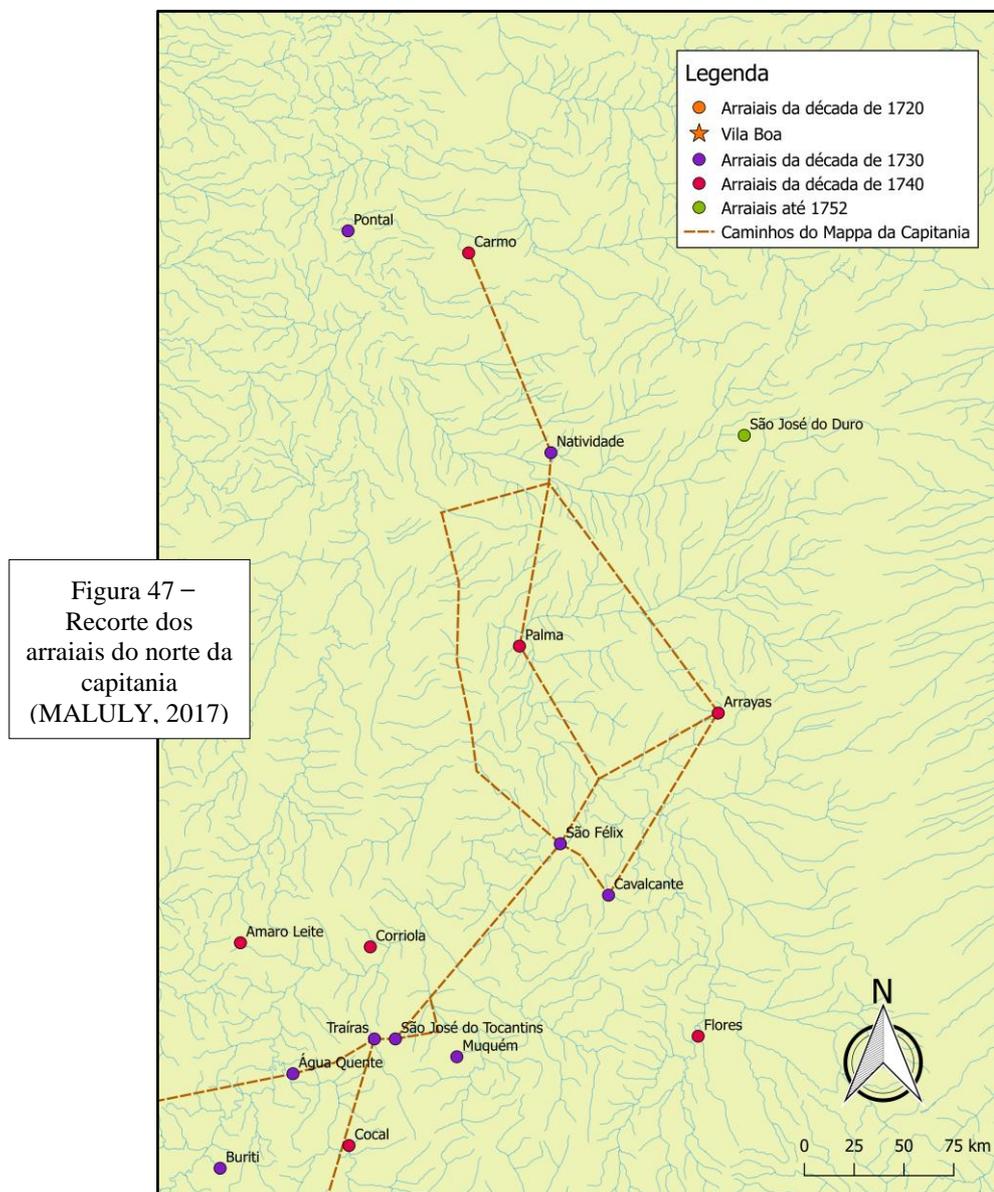


Figura 46 – Recorte da "quadrangulação" dos arraiais e caminhos (MALULY, 2017)

Os arraiais localizados no norte da "quadrangulação" (figura 46) são referidos, na *Notícia Geral (...)* de 1783, enquanto abundantes em ouro. Sobre Crixás é dito que "no lugar deste Arraial se tirou muito ouro e ainda hoje tem as melhores Lavras"; Guarinos, por sua vez, seria "Arraial pequeno", estando praticamente despovoado na década de 1780 de acordo com a diminuição das suas extrações; Pilar, como já observamos, teria surgido a

partir da fuga de escravos de Crixás, encontrando ouro naquela localidade; Água Quente, segundo a *Notícia Geral* (...), seria o local onde se havia encontrado "aquela decantada folheta que pesou quarenta e três libras de ouro e sem se dividir foi a Portugal". Para este último arraial teriam ido os sobreviventes de uma grande epidemia que havia se alastrado pelo arraial do Maranhão (localizado em algum lugar nas cabeceiras do rio Maranhão), havendo tanto ouro neste último "que a ambição dele fez conduzir ali doze mil pessoas e a putrefação do Rio causou tanta doença, que houve dias de 50 mortes e foi a razão por que tão depressa se despovoou" (BERTRAN, 1996, p. 74–77). Bertran (1978, p. 25) classifica essa zona entre Crixás e Flores enquanto um núcleo específico de arraiais do ouro, oblíquo aos vales do rio Maranhão, e que se relaciona à primeira proposta de zoneamento de Palacín e Moraes (1994) apresentado anteriormente (figura 30).



Outro ponto de bastante relevância para a pesquisa, interessando realizar um recorte (figura 47), é o que autores e as fontes nomeiam de "estrada do norte". Seria formada, aproximadamente, entre o arraial de São José do Tocantins e o arraial de São Félix, conectando uma série de arraiais todos pertencentes às décadas de 1730 em diante.

O caminho em destaque interligava os arraiais de São Félix, Cavalcante, Arrayas, Palma, Natividade e Carmo. Como já identificamos, essa produção cartográfica deriva da cartografia histórica por nós digitalizada, estabelecendo apenas os caminhos *oficiais*. Não podemos pressupor que os arraiais de Flores, São José do Duro e Pontal não eram afetados pela disposição viária identificada na figura 47. Ao contrário, grande parte dos surgimentos desses núcleos estava ligado diretamente a essa distribuição de caminhos. Porém, não era de interesse da Coroa Portuguesa destacar o caminho que levava até São José do Duro, por exemplo, porque se tratava de um descaminho que se conectava com o oeste baiano. Como também já pontuamos, esses arraiais estavam em conexão cotidiana com os comerciantes de gado provenientes da Bahia e de Pernambuco, fluindo por esses rincões, também, o ouro contrabandeado. Entraremos nesse mérito no terceiro e último capítulo, dedicado a uma exposição de algumas possibilidades de descaminho e às reações da Coroa a essas atividades. Segundo Boaventura (2007, p. 82), o então governador D. Luís de Mascarenhas, em expedição ao norte de Goyaz, "regularizou os últimos "*achados auríferos*", fundando os arraiais de Natividade, Conceição, Cavalcante e Arraias.

Devemos nos recordar do fato de que, no ano de 1754, foi construída a segunda Casa de Fundação da Capitania de Goyaz em São Félix. Elegeu-se esse arraial de acordo com a sua conectividade com os demais locais ao norte, integrando essas partes ao projeto colonial português. Observando a disposição dos caminhos apresentados na figura 47, poderemos compreender as motivações geoestratégicas para a instalação dessa estrutura fiscal, pois, apesar de estar ligada aos demais núcleos setentrionais, São Félix ainda estava em proximidade com os arraiais mais meridionais. Intensificava-se o controle régio sobre o ouro quintado, em uma porção do território que exigia maior proximidade com os projetos portugueses – caso desejassem, de fato, manter posse sobre a Capitania de Goyaz em toda a sua extensão –, mas ainda a uma determinada distância dos descaminhos da Bahia, não oferecendo demasiadas margens ao descaminho da riqueza aurífera. Segundo a Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 7, D. 529), haveria a necessidade de se criar uma segunda Casa de Fundação em virtude da

(...) grande extensão daquella [Casa de Fundação de Vila Boa, instalada em 1752] necessitava ao menos de mais outra, atendendo, que os Arrayaes, que

estavão ao Norte daquela Villa, ficavão distantes della cento e sincoenta, e cento e outenta legoas, e terão aquelles moradores hum grande incomodo, sendo obrigados para fundirem, e quintarem o ouro, que tiverem extrahido dos seus serviços fazerem huas tão largas viagens, expostos aos perigos de caminho em que ordinariamente anda sempre grande quantidade de gentio brabo, além dos ryos caudalozos, que há naquella campanha que no inverno embarcavão muitos dos viandantes.

Assim, na Consulta do Conselho Ultramarino se propõe a instalação da dita casa ou no Arraial de São Félix ou no de Traíras "para que os moradores das povoações do Norte não tenham tanto incomodo, como o que lhe há de resultar destas largas viagens, e tambem para que o comercio, que fazem para a Cidade da Bahia, e Pernambuco, não venha a experimentar decadencia".

Ainda retornaremos ao tema da tributação real sobre o ouro extraído dentro do nosso recorte temporal, já que esse aspecto tem conexões íntimas com o tema dos descaminhos que trataremos no último capítulo, mas é de se observar a preferência dada tanto por Traíras quanto por São Félix na fundação de uma segunda Casa de Fundição goiana. Podemos perceber, nas figuras 46 e 47, que ambos os núcleos estão localizadas em importantes entroncamentos de caminhos, conectando as duas partes da capitania, e colocando-se em relevância o comércio que tinham com a Bahia e Pernambuco. Segundo Salles (1992, p. 144), o quinto do ouro seria, então, cobrado nessa segunda Casa de Fundição, sendo posteriormente transferida a dita casa para o arraial próximo de Cavalcante em 1797. Conclui afirmando: "Todo produto era remetido à corte e a última remessa dessa área ocorreu em 1799, pois a arrecadação mal cobria as despesas da própria Casa de Fundição" (SALLES, 1992, p. 144). Em termos de disputas territoriais, a consolidação dessa porção específica da colônia teve de ser resolvida a partir de Carta Régia datada de 31 de março de 1736, segundo Boaventura (2007, p. 126), pois havia reivindicação da Capitania do Maranhão sobre essas posses. Apesar de tal matéria ter sido resolvida em favor goiano, muitos aventureiros maranhenses se faziam presentes nessa região.

Por fim, produzimos a figura 48 que sintetiza os esforços envidados tanto na composição dos mapas sobre os arraiais como em relação aos caminhos internos, promovendo uma leitura diferenciada do espaço colonial goiano da primeira metade do século XVIII. Foi utilizada a técnica de cálculo de densidade kernel que indica um cômputo de aglomeração a partir de pontos (VILLA, 2016, p. 250–251), mostrando tendências de comportamento desses elementos estatísticos. Assim, se já destacamos quais eram os arraiais, em que período aproximado eles surgiram e a dispersão deles no

território, dando forma à capitania, o cálculo de aglomeração encontra outros condicionantes desse *movimento*.

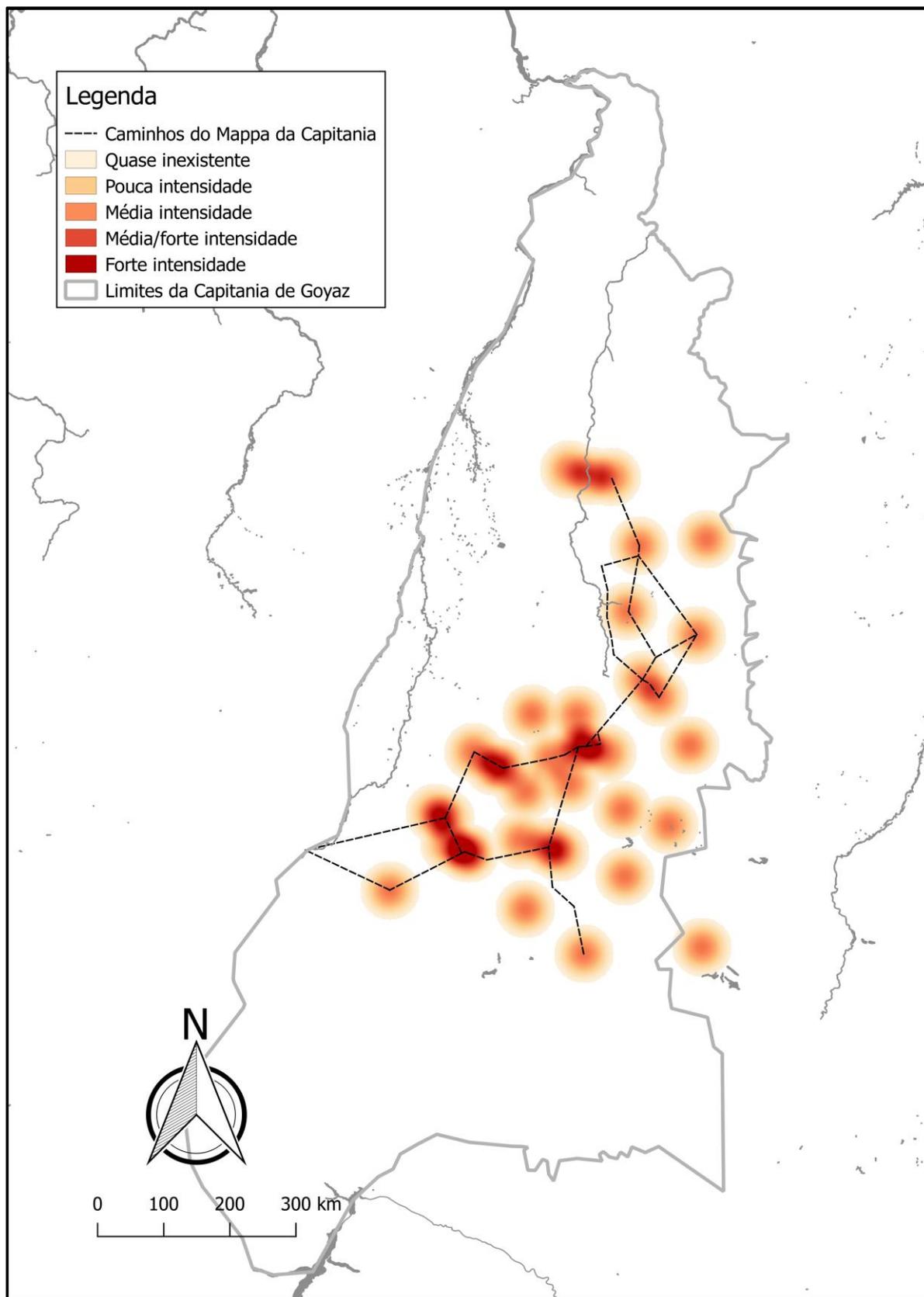


Figura 48 – Mapa de calor dos arraiais com os caminhos internos (MALULY, 2017)

É notório, a partir da figura 48, a relação direta que há entre o entroncamento dos caminhos e a concentração de arraiais. Em praticamente toda a capitania, a convergência de caminhos resulta (e é resultada) em uma convergência de arraiais. Já selecionamos alguns exemplos de arraiais que surgem em função dos caminhos, mas a tendência à aglomeração também pode indicar o contrário. Exemplo claro disso são os arraiais da década de 1720, os primeiros achados de Goyaz. Eles formam, nitidamente, uma das mais densas aglomerações da figura 48 e também estabelecem um encontro de caminhos, tanto vindos de Meia Ponte quanto do norte da capitania, e seguem em direção à Capitania do Mato Grosso. Já a distribuição central dos caminhos é projetada a partir do arraial de Meia Ponte, ponto que será abordado com maior profundidade no próximo tópico.

Como coloca Nogueira (2008, p. 90),

Dado que os caminhos entre um e outro arraial se estruturavam, formando uma rede articulada entre esses e as localidades especializadas na produção de víveres para o abastecimento dos colonos, é imprescindível fazer o comentário, nesse momento, que uma das condições absolutamente necessárias para a continuidade das prospecções minerais era a abertura de caminhos que viabilizassem uma integração e facilitassem o trânsito entre as diversas lavras minerais que se iam descobrindo

Portanto, devemos não apenas considerar a produção de caminhos em sentido unicamente atrelado à exportação aurífera, pois a formação desses arraiais era mista, havendo a presença de um abastecimento interno entre os próprios núcleos essencial à consolidação dessa região. Assim, é de se destacar uma *rede incipiente de caminhos* (MALULY, 2017a) que irá, paulatinamente, se integrar ao restante da colônia, seja por meios oficiais ou não-oficiais, estabelecendo Goyaz como um centro articulador, tanto em termos de escoamento dos achados para exportação quanto em uma concepção de abastecimento interno aos arraiais.

Necessitamos reter, também, que, a partir desta exposição, a maior concentração de arraiais e de caminhos está na parte central da capitania, ajudando-nos a visualizar a distribuição urbanizadora goiana setecentista. Os arraiais do norte, além de estarem em uma distância maior do centro polarizador, se concentravam em menor grau, havendo ali uma menos numerosa quantidade de achados auríferos. Ainda buscaremos compreender detidamente como que se dava o ato do descaminho nessa região específica de Goyaz, mas, em referência aos caminhos internos, o norte da capitania era marcada por uma menor concentração geográfica (e, até certo ponto, demográfica). A (quase) "quadrangulação" que há no centro de Goyaz destaca, por sua vez, a acumulação de arraiais em suas pontas, onde ocorre o entroncamento dos caminhos. Esses pontos são centrais a um estudo de formação

territorial da capitania, pois indicam não apenas a permanência intensa de pessoas, mas o trânsito delas também. O mapa de calor, logo, evidencia esse argumento, em contraposição com demais localidades observadas. Por isso é compreensível que foi sugerido, em 1752, a construção da segunda Casa de Fundição no arraial de Traíras, localizado no ângulo direito-superior desse polígono, ou no arraial de São Félix, defronte a este.

As disposições geográficas tinham, nitidamente, uma importância crucial nas designações da Coroa Portuguesa, estando os caminhos nos interstícios vividos dessa flagrante espacialidade. Passaremos, neste momento, ao terceiro e último capítulo, referente aos descaminhos do ouro — discussão esta envolta em uma gama de questões de natureza territorial, as quais desdobraremos com o aproveitamento das tecnologias geográficas de informação.

## CAPÍTULO 3

---

*Pelos descaminhos de uma geografia impossível do ouro*<sup>67</sup>

### **O caso de Vila Boa e Meia Ponte**

Iniciamos este capítulo com um caso exemplificativo de grande parte do que trouxemos até agora, tanto em termos geográficos quanto históricos, fazendo um ponto de contato entre a discussão a respeito dos caminhos formalizados e os descaminhos que surgiam a partir da necessidade cotidiana. Esse é o caso de elevação a vila ao arraial de Sant'anna em 1739.

O fato de um arraial ser elevado a vila trazia determinados preceitos jurídico-administrativos que eram fundamentais para o estabelecimento político da Coroa Portuguesa no território. Se os arraiais, como demonstramos no início do capítulo 2, eram formados a partir de um caráter espontâneo de ocupação com base na disponibilidade dos recursos naturais, balizados pelos corpos d'água nas cercanias (tanto para a sobrevivência da população local quanto para as atividades auríferas (GEIGER, 1963, p. 74)), as vilas tinham um caráter diferenciado. Araújo (2012, p. 44) mostra que os arraiais já haviam alargado, de certa maneira, "o âmbito da ocupação física da região", ao fazer referência à Capitania do Mato Grosso. O mesmo podemos identificar na Capitania de Goyaz, a partir dos mapas elaborados no capítulo 2 (figuras 40, 45 e 48), onde a mineração teve um papel central na distribuição dos aglomerados, principalmente na zona central da capitania. Porém, a "vila significava, acima de tudo, a ocupação política do território que, neste caso, se revestia de prioridade sobre a física" (ARAÚJO, 2012, p. 44).

Inúmeros são os casos em que é perceptível a conjunção de fatores físicos com os políticos no ato de instalação de uma vila colonial. Andrade (2013a, p. 42), inclusive, reitera as possibilidades comunicativas que uma vila teria de ter para com outras instâncias próximas de poder: "As vilas, fundadas pelos donatários ou pela Coroa, tinham sempre o papel estratégico de controle sobre um território e, nesse sentido, possuíam o seu sítio estabelecido também segundo as possibilidades de alcance ao termo e/ou conexão com

---

<sup>67</sup>O título deste capítulo se inspira em um trecho da introdução escrita por Paulo Bertran da **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**, organizada pelo mesmo, que diz: "Nesses tempos de lavras declinantes e escravaria pouca, o exercício do sonho aurífero fazia parte das necessidades sociais. Martírios, Fundão, Correntes, Rio Claro, Rio Rico, Machadinho, território Javaés, eram os pontos de uma geografia impossível do ouro (...)" (BERTRAN, 1996, p. 22)

outras unidades do poder colonizador." Assim, o estabelecimento de uma vila seria dada a partir das possibilidades auferidas nas suas proximidades, estabelecendo-se, ainda que de forma incipiente, noções de redes articuladas no território colonial. Jucá Neto, por exemplo, ao elaborar sobre as vilas criadas no Ceará, demonstra que o estabelecimento delas se deu com base nos pontos estratégicos dispostos ao longo dos caminhos das boiadas. Ou seja, foi a atividade pecuária que estabeleceu originariamente conexões territoriais e a localização das vilas fundadas "atesta a estratégia de interligação do território, onde tanto estiveram presentes a visão portuguesa do conjunto da massa territorial brasileira como a sua intenção de ampliar os domínios territoriais pela continuidade espacial da conquista." (JUCÁ NETO, 2012, p. 41).

Também devemos nos cuidar de uma noção evolucionista e/ou desenvolvimentista atribuída às formas urbanas. Nem todo arraial poderia/deveria tornar-se vila, assim como nem toda vila se tornaria cidade.<sup>68</sup> Tais processos formais urbanos não tinham uma aceção de mérito. É o que ressalta Moraes (2007, p. 61) ao afirmar que o título de cidade ou de vila "nem sempre correspondeu ao reconhecimento da existência de determinado grau de desenvolvimento, seja em termos econômicos, seja em termos demográficos". Assim, não podemos nos basear em preceitos "ótimos" de que todo núcleo urbano teria seu início marcado por uma gênese de "aglomeração", onde seria conduzida uma forma cooperativa de vida, para então haver uma administração do excedente de produção ao ponto onde tal excedente daria a possibilidade da instauração de uma hierarquia política desse núcleo aos demais, formando-se, paulatinamente, redes urbanas por todo o espaço, como o quis Serra (1987). Apesar desse modelo de desenvolvimento poder ser atribuído a alguns casos de urbanização, destacamos que no período colonial brasileiro houve maiores atributos políticos e estratégicos na criação das cidades e das vilas.<sup>69</sup> Fonseca (2011, p. 335), nesses termos, estabelece também que a atribuição do status de vila ou de cidade a uma determinada localidade seria, de forma mais adequada, uma "ilustração" ou "enobrecimento" daquela população ou um reconhecimento dessa característica, elevando

---

<sup>68</sup>Podemos buscar, no Atlas Digital da América Lusa, a relação das vilas e das cidades criadas no período colonial de nossa história. No século XVI tivemos, concomitantemente, a criação de vilas (como a de São Vicente em 1531) e cidades (como a Cidade da Bahia em 1549). Para mais informações, ver: [http://lhs.unb.br/atlas/Guia\\_de\\_Vilas\\_e\\_Cidades\\_Coloniais](http://lhs.unb.br/atlas/Guia_de_Vilas_e_Cidades_Coloniais).

<sup>69</sup>Sobre a crítica a ser realizada às leituras que foram feitas sobre um suposto "antiurbanismo colonial" e seus desdobramentos no estudo histórico da urbanização brasileira, ver Geiger (1963, p. 64–65) e Borsoi (2008, p. 1–3).

aquele lugar a uma posição de prestígio na hierarquização portuguesa a partir dessas taxinomias urbanas.

O caso da criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, como destacamos no primeiro capítulo, é ilustrativo nesse quesito, pois tal fundação foi dada com ênfase na ocupação territorial do extremo oeste da colônia, surgindo ela já enquanto capital da Capitania do Mato Grosso. Moraes (2007, p. 61) reitera, pois, que é a "percepção de que, em determinados momentos, o Estado deveria estar mais presente — estrategicamente presente! — e assumir sua responsabilidade administrativa, judiciária, militar e fiscal" que dá o andamento dessas fundações. A fundação de Vila de Borba-a-nova, em 1756, também tem suas relações com instâncias geoestratégicas de ocupação territorial, como demonstramos na figura 11, atrelada ao comércio do Rio Madeira. Esse foi o caso da vila de Goyaz em 1739.

### ***"Para a boa administração da justiça..."***

Recorremos à Consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1736, "sobre o estado em que se acham os descobertos das Minas de Goiás e apontando os meios para se conservar o estabelecimento daquelas Minas" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 23), para buscar os motivos iniciais à elevação do arraial de Sant'anna a vila. Diz a consulta que, segundo o então "Superintendente das Minas dos Goyazes, Gregorio Dias da Sylva", em carta de 1735, "para a boa administração da justiça dos mesmos descubertos era conveniente que Vossa Magestade criasse em todos hum juiz á elleição do povo". Além dessa solicitação em se ter um juiz em cada novo arraial atrelado à superintendência das minas, solicitava também "que naquelle Arrayal, por ser a primeyra povoação daquellas Minas, das mais permanentes, parecia a elle superintendente que Vossa Magestade mandasse crear villa". Surge aqui o requerimento de se estabelecer vila em Goyaz e, especificamente, no arraial de Sant'anna, segundo um argumento originário de que esse seria o primeiro arraial daquelas novas terras. Demonstramos anteriormente (ver tópico "Os arraiais segundo Palacín et al") como, em alguns momentos, se dá esse postulado de gênese atribuído a Sant'anna de acordo com a sua utilidade política e histórica. Veremos, daqui em diante, como que tal argumentação tem distorções quando colocada em face às materialidades de localização em Meia Ponte.

Continua o Superintendente das minas dos Goyazes em sua arguição: "porque ainda que a pequena povoação não permitisse, poderia ser que a sua criação a fizesse muy populloza e permanentes os moradores que aly se acham". Nesta passagem podemos identificar a sobreposição da instância política (verticalizadora) que a criação da vila teria às possibilidades materiais (horizontalizantes), já que se buscava concentrar uma maior população a esse arraial, tornando-o mais "permanente". Devemos nos recordar da aguda mobilidade que havia nas minas de ouro, já que variava-se a mobilidade populacional e os incrementos demográficos, em grande parte, de acordo com as disposições auríferas encontradas no território e/ou com a presença (ou não) de povos indígenas.

Em resposta a essa carta, afirma o Procurador da Fazenda que não devesse o superintendente "permitir que o Mineyros fação os seus labores tão separados huns de outros, sem domicillio nem habitação certa como que senão poderão regular, nem viver civilmente". Transmite-se a preocupação na disposição das moradias daqueles que se encontravam naquele arraial para a atividade da mineração, sugerindo uma maior concentração e permanência desses moradores. Portanto, encontramos traços de inquietações no próprio ordenar daquele arraial, em virtude da maior permanência dos mineradores naquelas terras. Ainda, diz o dito Procurador que "se devia recomendar fizesse elleger citios convenientes em que estes mineyros assentem domicillio e fação roças em forma que nellas se produzão frutos e creações para o sustento", confirmando o fato de que não se podia buscar, nos arraiais do ouro, uma completa vinculação daqueles habitantes à produção aurífera. Ao contrário, a instância do ordenamento e da própria disposição dos domicílios e das roças para cultivo se faz essencial na conservação da presença portuguesa naqueles "sertões", compondo-se os arraiais de maneira "mista" (FONSECA, 2011, p. 69).

Ao final da consulta, alinha-se o Conselho Ultramarino com o pedido do superintendente, em observação ao rei D. João V, "porque só pello meyo do estabelecimento destas villas, e do governo dellas se podem reger os homens que andão vagando por estes descobrimentos, não sendo conveniente deixallos andar sem subordinação, pellas dezordens que podem cometter". Portanto, como indicamos anteriormente, buscava-se uma espécie de ordem social a partir da fundação das vilas, com claras instâncias de subordinação e, até certo ponto, de punição aos que não se ativessem aos interesses reais. Procurava-se conformar e projetar o espaço colonial com a sobreposição do poder régio, direcionado ao planejamento e ao ordenamento urbanos que não fossem dependentes à "espontaneidade" dos arraiais.

Continuamos a leitura da documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino e encontramos a "Provisão do rei D. João V ao governador e capitão-general de São Paulo, conde de Sarzedas, [D. Antônio Luis de Távora], ordenando-lhe que passe às Minas de Goiás e nelas determine o lugar mais adequado para a criação de uma vila" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 26). Essa provisão dá alguns detalhes sobre as condições nas quais se deveria encontrar o local a ser elevado a vila, tendo esse "boa agoa" e estando "perto de algum arrayal que se acha ja estabelecido para que os moradores delle possam com mais commodidade mudar a sua habitação para a Villa". Notamos, mais uma vez, a preocupação em se ter dispostos recursos hídricos nas proximidades da futura vila e que o local a ser eleito para essa instalação deveria ser em algum arraial já existente. Ou seja, não havia a intenção de se construir ao rez do chão uma nova centralidade, mas sim fazer uso das prerrogativas jurídicas e políticas de vila em alguma localidade apropriada já existente.

Além disso, escreve o rei D. João V que logo se identifique "o lugar da praça no meyo e a qual se levante pelourinho", além de implementar a Igreja em local

(...) capaz de receber competente numero de freguezes ainda que a povoação se aumente, e que façás delinear por linhas retas a área para as cazas com seus quintaes, e se dezigne o lugar para se edificarem a Caza da Camara, e das audienciais, e cadea, e mais officinas publicas que todas devem ficar na area determinada para as Cazas dos Moradores, quaes pello exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda que no interior as faça cada hum dos moradores á sua feição (...) (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 26)

A partir do extrato acima, identificamos os três principais elementos na criação de uma vila<sup>70</sup>: a Casa da Câmara, o Pelourinho<sup>71</sup> e a Cadeia.<sup>72</sup> Ainda, há uma clara preocupação em se ter delimitações retilíneas a partir da praça central, perfilando-se as casas de maneira similar em suas fachadas.

Temos, então, os requerimentos espaciais do Rei a respeito da fundação da nova vila de Goyaz, constatando o veio político-estratégico que havia nessa criação. Instaurava-se uma nova localidade, centralizadora em termos de hierarquização urbana, alterando, enfaticamente, a organização territorial da capitania. Porém, na provisão real, não encontramos nenhuma referência explícita ao arraial de Sant'anna enquanto sede desse

---

<sup>70</sup>Segundo o *Vocabulário Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau (1728, p. 489), define-se vila como: "povoação aberta, ou cercada, que nem chega a Cidade, nem he tão pequena, como Aldea. Tem Juiz & Senado da Camara, & seu pelourinho. Nisto se differença de Julgado, que o não tem."

<sup>71</sup>Pelourinho, por sua vez, também a partir do *Vocabulário Portuguez & Latino*, "He uma especie de columna, em algú lugar publico da Cidade, ou Villa, em sinal de jurisdicção, que tem de exercitar justiça com pena de morte." (BLUTEAU, 1728, p. 383)

<sup>72</sup>Jucá Neto (2012, p. 53–54) identifica que o texto da Carta Régia de Vila Boa de Goyaz é idêntico aos da Vila de Icó (1735), da Vila da Capitania de São José do Rio Negro (provavelmente em referência à Vila de Barcelos, erigida em 1758 para ser sede da dita capitania), da Vila de São João da Parnaíba (1765), entre outros, assumindo um possível texto-base comum a toda o ordenamento régio dessa época.

novo governo. Aliás, no próprio título do documento, observamos que se intencionava atribuir tal decisão ao Governador e Capitão-Geral de São Paulo, passando este às minas de Goyaz para poder observar e escolher a melhor localidade para abrigar esse projeto. Portanto, tal questão ainda não estava sedimentada no entender oficial português, pelo que é possível de ser subtraído dessa documentação.

Quanto à escolha do melhor sítio para o estabelecimento da vila, encontramos na "Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, [Agostinho Pacheco Teles], acerca da criação dos cargos de juízes e demais ofícios e o estabelecimento da vila que se tem mandado erigir" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 60), datada de 1739, novas informações que nos auxiliam a pensar materialmente o espaço colonial goiano. Se no documento de n.º. 23 do Arquivo Histórico Ultramarino temos o parecer do Superintendente das Minas dos Goyazes, Gregorio Dias da Sylva, neste documento n.º. 60 é apresentada a opinião do seu sucessor, Agostinho Pacheco Telles, que diverge substancialmente daquele.<sup>73</sup> Enquanto que o primeiro via em Sant'anna a escolha natural para a criação da vila, Agostinho Pacheco Telles, "a respeito do estabelecimento da Villa que V. Magestade manda crear (...) lhe pareceo sempre melhor o lugar de Meya Ponte".

Ainda sobre a necessidade de implantação da vila para se atender "a necessidade que padescião os povos daquelas minas de administração de justiça pella distancia em que ficão humas povoações das outras", mandou que em cada arraial houvesse ao menos um juiz ordinário, um tabelião do público judicial e um meirinho "para servirem com os ditos juizes". Portanto, de acordo com o argumento da larga distância que separava os arraiais, tanto entre si quanto da Cidade de São Paulo, surgia a necessidade de uma presença administrativa real para o controle daqueles povos.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup>Segundo a *Notícia Geral da Capitania de Goyaz* (1783), transcrita e organizada por Paulo Bertran, temos um catálogo dos ouvidores de Goyaz. Consta neste que o primeiro ouvidor, Gregorio Dias da Silva, empossado em 1735, seria substituído por Agostinho Pacheco Telles em 1737. Somam-se a eles mais oito ouvidores, totalizando dez até a escrita da dita Notícia, sendo o último Joaquim Manoel de Campos, investido em 1779. (BERTRAN, 1996, p. 84) Se os superintendentes pertencessem a um espectro econômico da administração portuguesa, os ouvidores estariam no âmbito judicial, mas Costa (2013a, p. 99) demonstra como havia uma série de disputas entre essas funções quanto ao recolhimento e à tributação do quinto do ouro, havendo, inclusive, a possibilidade de um ouvidor também ser nomeado superintendente-geral, o que figura para nós no caso de Goyaz.

<sup>74</sup>Anastasia (2005, p. 23) conceituará as localidades que se encontravam menos politicamente institucionalizadas e, assim, mais suscetíveis à arbitrariedade de determinados agentes como "zonas de *non-droit*". Tais zonas disseminavam, aos olhos da Coroa, a violência e a desordem, fugindo às diretrizes colonizatórias desejadas.

*"Quazi na parte mais remotta dos descobertos das minas..."*

Sobre a elevação de Meia Ponte a vila, é fornecido um argumento elementarmente territorial, pois nesse arraial "he maes conveniente que aly junte todo o ouro dos reaes quintos e dos defuntoz e auzentes para melhor commodidade e menor dezpesa", ao contrário daquele "arrayal de Santa Anna onde se acha por ficar em hum lado do continente maes distante das outraz povoações e seis dias maes longe dos caminhoz de povoado que meya ponte". Neste ponto, recorreremos às figuras 40 e 46 para confirmar a tese de Pacheco Telles, pois, de fato, o arraial de Sant'anna se localizava deslocado das demais povoações. Já Meia Ponte se posicionava em um eixo muito mais central no panorama geral do surgimento dos arraiais goianos. Isto também é perceptível na figura 46, onde, de acordo com a perspectiva em aproximação, é visível a aglomeração dos arraiais do rio Vermelho em contraste com os demais povoamentos, menos concentrados e mais distribuídos ao longo dos caminhos. Dessa maneira, se fizermos um esforço em pensar de forma contextualizada à época, a distribuição das datas minerais, ocorrida a partir da notícia dos achados auríferos (ANASTASIA, 2005, p. 33), já havia sido efetivada para os primeiros arraiais de Goyaz. A exploração aurífera se encaminhava, portanto, para outros lados, como os que se encontravam à beira do rio Maranhão e na bacia do Tocantins (ver figura 30), conduzindo os caminhos da mesma maneira. Se surgiam outros descobrimentos, Meia Ponte representava um melhor conector entre o caminho oficial de São Paulo e os novos arraiais do norte da capitania, situando-se Sant'anna, novamente, "maes distante das outraz povoações e seis dias maes longe dos caminhoz de povoado que meya ponte" Bertran (1978, p. 25) adiciona a estes condicionantes a falta de aproveitamento fluvial do rio Araguaia, principalmente quando comparado ao Tocantins, tendo maiores conexões fluviais o arraial de Meia Ponte, localizado nas proximidades das cabeceiras deste rio, que o de Sant'anna, fundado no rio Vermelho, contribuinte do Araguaia. Fica evidente a importância que os caminhos tinham para a espacialização de Goyaz, sendo eles centrais na argumentação de Pacheco Telles.

A figura 49 constata as relações de interconexão que eram estabelecidas em Goyaz a partir dos dois arraiais em discussão: Sant'anna e Meia Ponte. Aquele seria, pois, mais atrelado às relações comerciais estabelecidas com a Vila de Cuyabá, enquanto que este teria mais conexões com Minas Geraes, Bahia e Piauí. Ainda trataremos destas últimas conexões no decorrer do capítulo, mas é de se relevar a importância que os caminhos tinham para as discussões administrativas coloniais. Implementar a vila em um ou em

outro arraial indicava uma série de transformações espaciais que deviam ser cuidadosamente analisadas, tanto em benefício da população local quanto para as políticas de estratégia da Coroa Portuguesa.

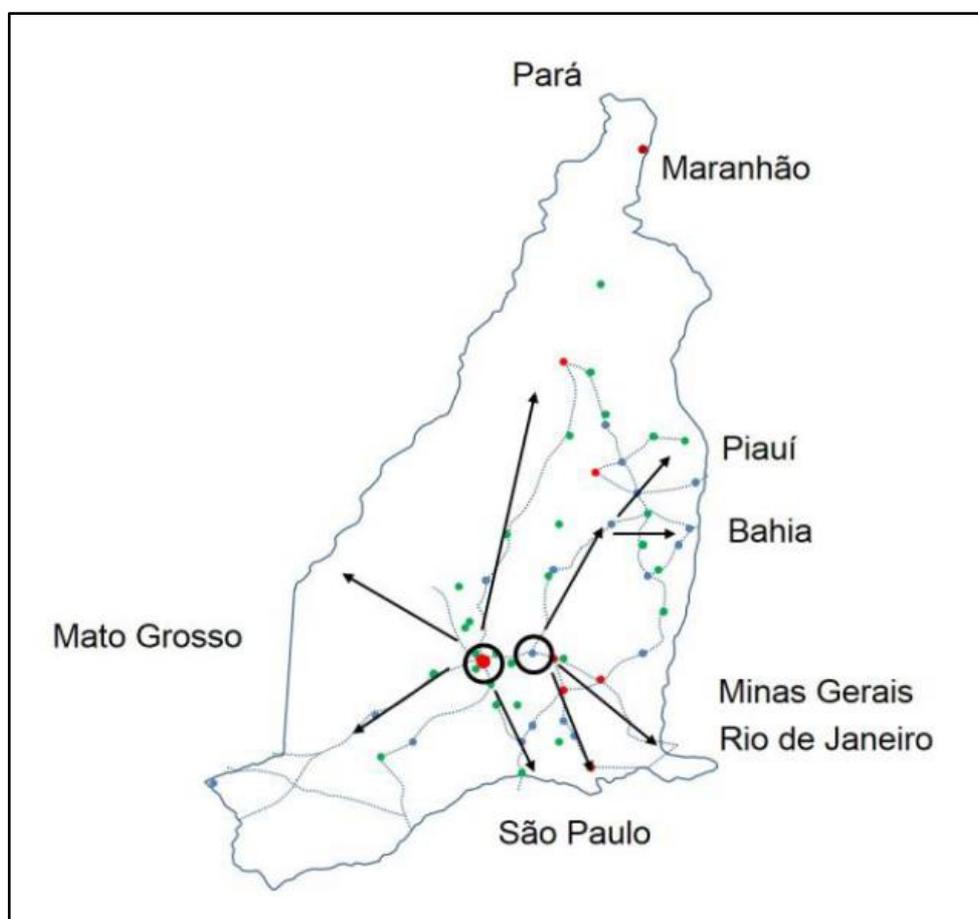


Figura 49 – "Rede de percursos da Província de Goiás" (BARBO, p. 283, 2017)

Sabemos que foi atribuída ao Governador e Capitão-Geral de São Paulo a responsabilidade de ir pessoalmente às minas de Goyaz para eleger o melhor local para abrigar a nova estrutura administrativa implementada verticalmente a partir do estabelecimento da vila. Na época em que foi expedida essa provisão (11 de fevereiro de 1736), o Governador era o Senhor Conde de Sarzedas, mas faleceu este em 09 de agosto de 1737, quando estava no arraial de Traíras (VIDAL, 2009, p. 254). Sucedeu-o o Senhor Dom Luis de Mascarenhas, tomando posse antes de 1739, ano de criação da vila (BERTRAN, 1996, p. 83–84). Este governador relata, em 2 de outubro de 1739 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 75), que esteve 15 dias em Meia Ponte e depois passou ao

arraial de Sant'anna, resolvendo estabelecer neste a vila por estar "bem estabelecido" e "ser populoso", além de ter " muitas lenhas e boas agoas". Também menciona que há "senão de grandezas de ouro no tempo presente, ao menos de permanentes faisqueiras", tendo por vizinho "hum descobrimento de grandes (...) chamado dos Araes e dos Rios Claro e Pillões<sup>75</sup>, e ser também por onde se tem aberto e creyo se hide frequentado o caminho do Cuyabá". Nota-se que, para sustentar sua argumentação, há a descrição de uma série de riquezas naturais presentes não apenas no arraial de Santa'anna, mas também nos seus arredores, indicando novos descobrimentos auríferos e, por último, a conexão estabelecida com a Vila de Cuyabá pelo seu caminho.

Lemes (2013, p. 189) indica que as possibilidades de estabelecimento de uma vila em Goyaz e a separação daquelas terras para criar uma capitania própria já haviam sido ventiladas pelo Governador Conde de Sarzedas em 1735, em uma junta extraordinária que se deu na Cidade de São Paulo, "preocupado com a situação de conflito permanente que caracterizava a região e consciente da necessidade de apresentar uma alternativa à debilidade da presença dos poderes reguladores da Coroa". Optou-se pela instalação da vila, postergando-se a criação da capitania, a partir da "chegada do Comissário Real, Martinho de Mendonça ao Brasil, enviado pelo rei de Portugal".

Boaventura (2007, p. 81) pontua que o caminho terrestre que ligava a Vila de Cuyabá à futura Vila Boa foi aberto em 1736. Taunay (1950, p. 174–176) reforça a necessidade que existia à época de se construir o dito caminho terrestre também em virtude da introdução de certos tipos de animais que passaria a ser possível, sobretudo de bois e de cavalos. Ressalta o autor, ainda, que evitaria-se a travessia do pantanal e do território dominado pelos "cavaleiros da tribo poderosa e belicosa dos Goyaverás".<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup>A nota do governador a esses arraiais nos interessa na perspectiva de que, por exemplo, o descoberto do Rio Claro era vinculado à extração diamantífera, enquanto o que de Pilões era aurífero. Os dois tipos de arraiais estão inseridos em lógicas diversas de ocupação e organização do território, pois, segundo Costa (2015b, p. 85), pode-se diferenciar as zonas do ouro das zonas do diamante, tendo este último francas diferenciações, tanto em termos simbólicos quanto de mercado, em comparação àquele. Neste trabalho, para fins de sustentação da argumentação até aqui conduzida, não procuramos contribuir com os aspectos pertencentes aos achados diamantíferos de Goyaz, posto que detinham estas especificidades territoriais que merecem uma abordagem própria.

<sup>76</sup>Capistrano de Abreu, por sua vez, ressalta que eram frequentes os ataques dos paiaguás, guaicurús, caiapós e porrudos (ABREU, 1899, p. 188).

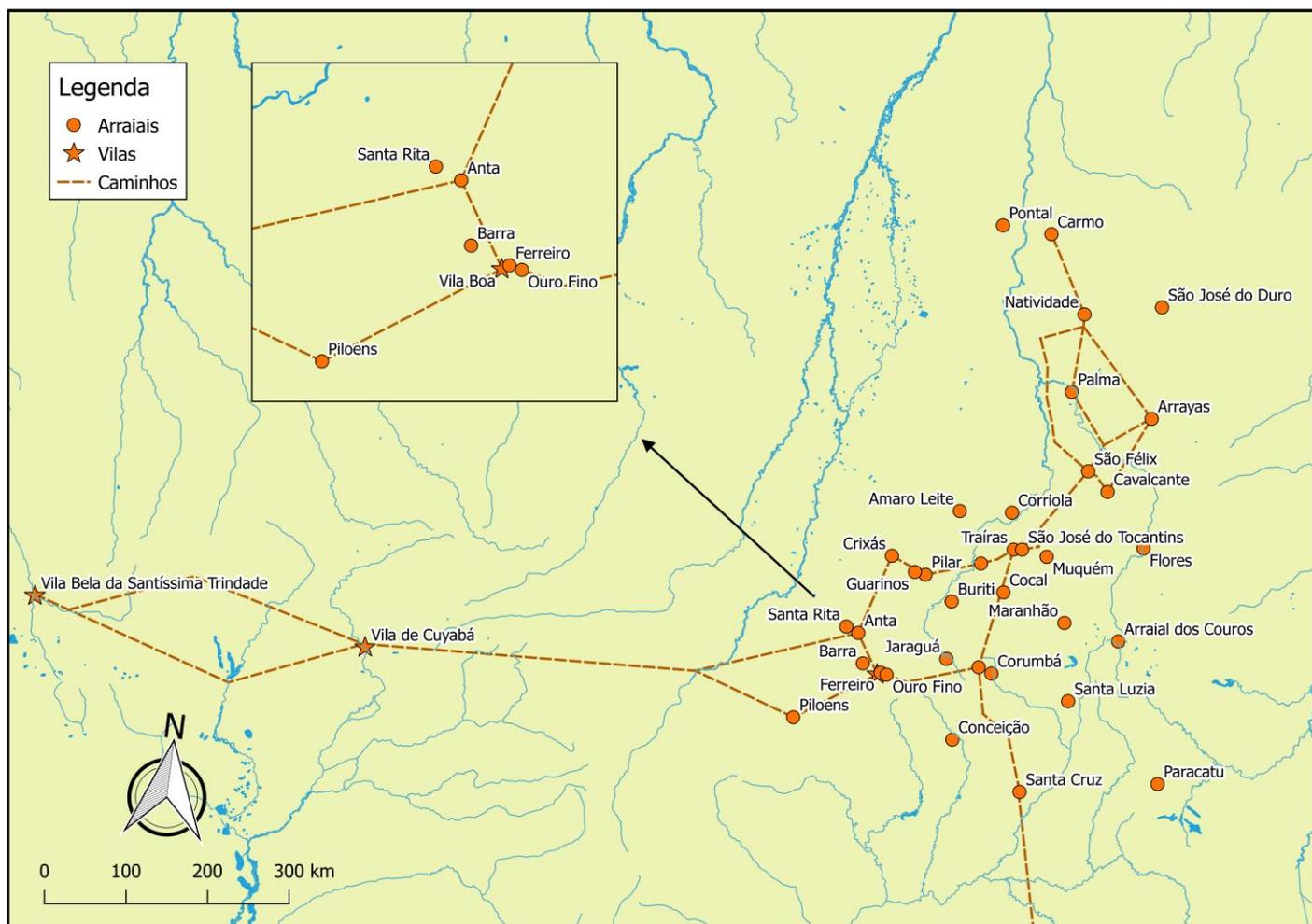


Figura 50 – Conexão dos caminhos de Goyaz com Cuyabá e São Paulo (MALULY, 2017)

Lemes (2013, p. 195–196), ademais, lista uma série de motivos outros que levaram ao estabelecimento dessa estrada: a produção crescente de ouro, a pressão migratória e os interesses comerciais compartilhados entre as duas localidades. Porém, para o autor, é ainda mais relevante o aspecto geopolítico intrínseco à movimentação do ouro nessas regiões, tanto pela proximidade com os espanhóis quanto pelas fragilidades do sistema fluvial até então impetrado. Assim, ter apenas a rota das monções enquanto ligação até a Cidade de São Paulo não bastava para a manutenção efetiva daqueles *fundos territoriais* (MORAES, 2009, p. 65). A conexão estabelecida por meio terrestre com Goyaz "denunciava os limites do caminho fluvial" e fornecia renovadas alternativas de integração e manutenção desse território para além do Tratado de Tordesilhas, conformando-se como "uma via de contato eficaz em caso de necessidade de abastecimento, fuga ou apoio militar

(...)" (LEMES, 2013, p. 195–196). Explicitamos essas conexões na figura 50, identificando não apenas o caminho entre Vila Bela, Cuyabá e Vila Boa, mas também a conectividade estabelecida pelo caminho único de São Paulo que passava pelo arraial de Santa Cruz e que se redistribuía no arraial de Meia Ponte (localizado ao lado do arraial de Corumbá, identificado mais claramente na figura 50).

Ainda segundo a "Carta do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] sobre a sua visita aos arraiais das Minas de Goiás"<sup>77</sup>, erigiu-se em Sant'anna a futura Vila Boa, de acordo com as "circunstancias todas attendíveis e que excede á que concorrião em qualquer doz outros Arrayaes destas Minas", "levantando pellourinho no meyo do citio determinado para a Praça". Neste ponto se faz importante ressaltar a tese desta pesquisa: as reciprocidades espaciais existentes entre os caminhos. Segundo uma ótica horizontalizante, em observância à localização dos arraiais e das suas conexões estabelecidas a partir dos caminhos, Meia Ponte seria o melhor local para receber a nova administração. O arraial de Sant'anna levava desvantagens nesse sentido, como poderemos perceber a seguir no "Requerimento do ouvidor-geral de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V] solicitando ajuda de custo para a sua viagem até Vila Boa de Goiás" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 116).

A partir deste último documento, de 02 de dezembro de 1740, podemos perceber a necessidade que havia, um ano após a elevação a vila do arraial de Sant'anna, de uma assistência fiscal advinda da Coroa para se empreender a longa viagem até a nova Vila Boa de Goyaz. O ouvidor-geral Manuel Antunes da Fonseca pleiteava, então, uma "ajuda de custo aos ministros que se transportão aos lugares da America conforme as distancias, e outras circunstancias a este efeito conducentes". Novamente surge o argumento das dilatadas distâncias, o qual se fazia recorrente na documentação da época, trazendo-nos pistas de como se lidava com o deslocamento até esses territórios tão afastados das vilas e cidades litorâneas da colônia. Em Goyaz, a percepção do espaço vinha, notoriamente, carregada dessa alusão às longas jornadas que se faziam necessárias para se percorrer de um arraial a outro dentro da própria capitania. Por isso, o ouvidor-geral pontua que

(...) o dito lugar de Vila Boa doz Goyázes hé quazi na parte mais remotta dos descobertos das minas, no que só lhe sucede o do Cuyabá, para cujo transporte não só tem o suplicante a dilatada viagem de dous mezes de más, tempo ordinario que em muitas monções se excede, mas também a de fazer jornadas por terra, quaze pello mesmo tempo, ou mais, sendo estas não só de excessivo trabalho, pellos (...) e menos seguidos caminhos, como de grandes perigos de vida pellos numerosos salteadores, e negros fugidos de que os caminhos estão

---

<sup>77</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 75.

infestados, o que faz mais difícil o transporte de sua pessoa, e creados. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 116)

Fica evidente o deslocamento de Vila Boa em relação aos demais arraiais de Goyaz, havendo após ela apenas a Vila de Cuyabá. Também é patente a duração da jornada, tanto por terra quanto por água, durando até quatro meses, enfretando diversos perigos ao longo dos "menos seguidos caminhos".<sup>78</sup>

Se o arraial de Meia Ponte apresentava as melhores condições para receber a condição de vila, segundo Pacheco Telles, isto não se confirmou no ano de 1739. Foi eleito o arraial de Sant'anna nessa ocasião por parte do Governador e Capitão-Geral de São Paulo D. Luís de Mascarenhas. Mas por qual motivo? É aparente na documentação a dificuldade que havia no transporte até Sant'anna. Alegavam-se reiteradamente os perigos dos caminhos, além da longa duração de viagem, incrementando ainda mais as despesas dos que para lá tinham de se deslocar. Ainda assim, Vila Boa foi criada em Sant'anna. Este arraial tinha como característica fundante ser o primeiro arraial das Minas de Goyaz, o que gera debates historiográficos profundos, como já expomos. Haveria, porém, outra motivação por trás desta escolha?

### *Sobre a única vila de Goyaz*

Vidal (2009, p. 254–256) expõe que, se a Coroa Portuguesa desejava atribuir uma centralidade a essa nova vila, o arraial de Meia Ponte encarnava as melhores vantagens geográficas para isso. Se foi atribuído a Bartolomeu Bueno da Silva "um poder quase discricionário" no início dos descobrimentos auríferos, ensejado a partir da notícia das minas em 1725, passando pelo direito à cobrança nas passagens dos rios no Caminho de São Paulo, e assumindo o título de superintendente das novas minas dos Goyazes, elevar Meia Ponte à condição de vila seria manter esse estatuto único que não apenas o Anhanguera II detinha, mas também a sua família (VIDAL, 2009, p. 248; 254-256). Dessa forma, como expomos no capítulo 1 desta pesquisa, para efetuarmos uma efetiva reconstrução geohistórica, não se deve levar em conta apenas os aspectos materiais da

---

<sup>78</sup>Em análise às Minas Geraes setecentistas, Anastasia (2005, p. 36–37) identificará os banimentos que se deram em 1766, a partir de Carta Régia, no sentido de proibir sítios volantes, ranchos sem estabelecimento permanente e qualquer outra forma de trânsito de indivíduos caracterizados como salteadores dos caminhos. Eram poupados os roceiros e rancheiros já instalados nas estradas públicas, além das tropas e bandeiras que percorriam o território, classificando todos os demais sujeitos como possíveis "facinorosos". O mesmo podemos recolher da documentação analisada, argumentando o dito ouvidor-geral que existiriam "numerosos salteadores" e uma "infestação" de "negros fugidos" nos caminhos (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 116).

problemática em questão (ver o tópico "Instantes disparatados em uma flecha do tempo"). As imaterialidades também são fundamentais em uma inquirição espaço-temporal.

Portanto, analisando as espacialidades do estabelecimento de Vila Boa no lugar do arraial de Sant'anna, notamos distorções entre os aportes horizontais e verticais. Se Meia Ponte conferia os melhores atributos para receber a nova centralidade em questão, principalmente em referência à sua localização no encontro dos principais caminhos da época, elevar o arraial de Sant'anna a vila tinha um vínculo muito mais estreito com questões políticas da época, impostas *a partir de cima*, alimentadas pelos desejos metropolitanos portugueses direcionados a essa porção distante e (praticamente) fronteira de seu território. Claro que a documentação que consultamos não foi explícita nesse aspecto, porém a tese levantada por Laurent Vidal é de suma importância para pensarmos a composição sociopolítica de Goyaz no final da segunda década de presença portuguesa nesses sertões. Se a fundação de Vila Boa significava dirimir os poderes conferidos ao Anhanguera, percebemos que foi bem sucedida a medida, já que falece Bartolomeu Bueno da Silva não em Vila Boa, mas no arraial de Barra, a 19 de setembro de 1740, em estado de miséria, sem ter usufruído do direito a mercê nas passagens dos rios no Caminho de São Paulo, segundo o que nos informa a historiografia goiana clássica (ALENCASTRE, 1979, p. 80; SILVA, 2002, p. 169; TAUNAY, 1950, p. 215).

Quanto ao caso de Vila Boa e Meia Ponte, nos sobra uma última discussão ainda aberta: o motivo pelo qual foi fundada, em Goyaz, apenas uma vila em todo o período colonial.

Como estabelecemos anteriormente, o ato de se erigir vilas trazia aportes políticos e estratégicos muito evidentes para a Coroa. Isso toma ainda maiores proporções se observarmos esse fenômeno sob a ótica dos caminhos da época do ouro, como é o caso das vilas do Mato Grosso e de Vila Boa (como discutido ao longo dos três capítulos desta pesquisa). No século XVIII, particularmente, houve um incremento substancial da quantidade de vilas criadas, como podemos observar na figura 51.

É notória a quantidade de vilas fundadas principalmente nas décadas de 1750 e 1760, com base nos preceitos instaurados pelo Marquês de Pombal no Diretório dos Índios de 1755. Além da proibição de qualquer tipo de cativo explícito dos indígenas, buscava-se dirimir a divisão de poder que havia entre a Coroa e as Missões Jesuíticas, materialmente substanciada nos aldeamentos. Para isso, estabeleceu-se um esforço de se colonizar a Amazônia, tendo a "urbanidade como elemento civilizacional". Nessa perspectiva, fez-se

uso da fundação das vilas para, de alguma forma, conquistar esse território (tanto dos próprios indígenas quanto dos jesuítas) e inseri-lo num contexto imperialista português (ARAÚJO, 2012, p. 52–53), reforçando e legitimando o projeto colonial tanto em termos militares, quanto econômicos e têmico-administrativos (RAMALHO; RENDEIRO NETO, 2016, p. 176). Porém, em Goyaz, isto não se deu da mesma forma.

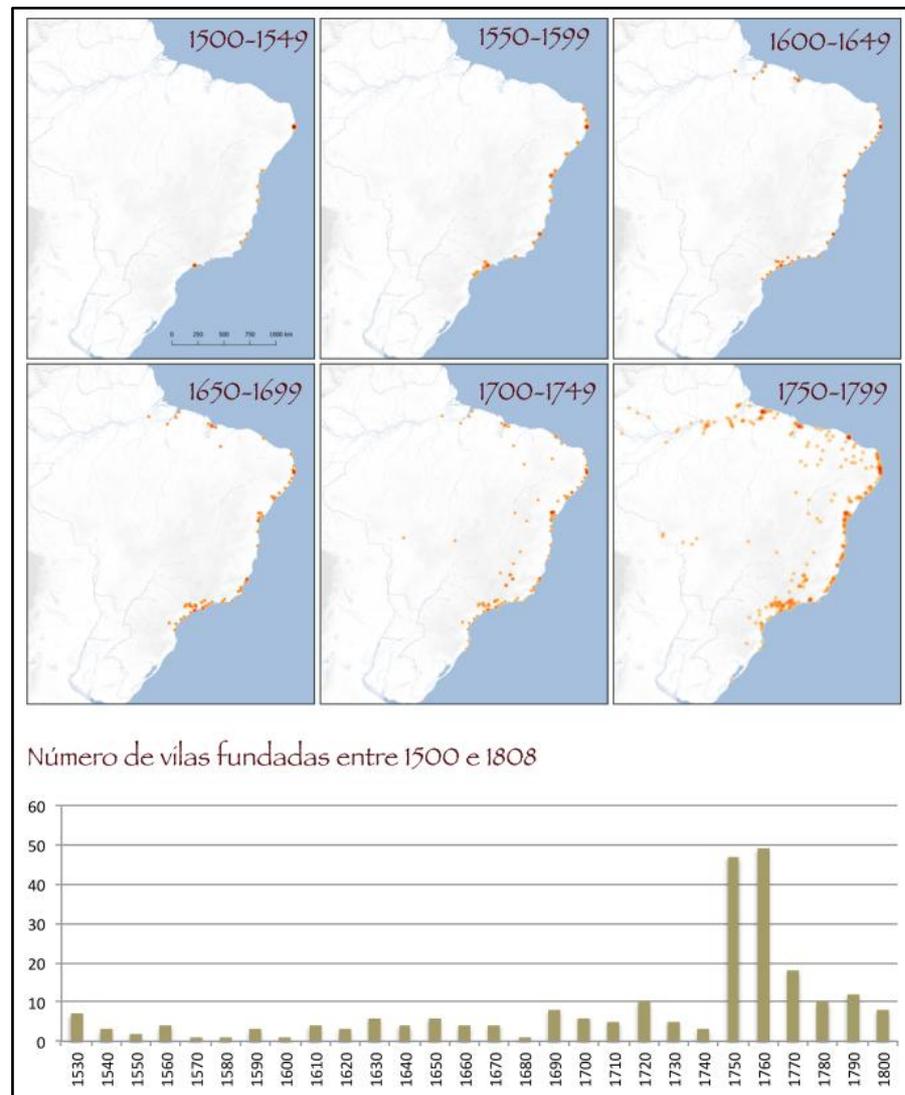


Figura 51 – Número e distribuição de vilas fundadas entre 1500 e 1808 (GIL; BARLETA (Org.), 2016, p. 7)

Em primeiro lugar, não havia a presença abundante de jesuítas nas terras goianas. Segundamente, a política goiana de aldeamentos foi utilizada largamente na tentativa da Coroa em se colonizar os povos indígenas, como vimos anteriormente. A criação de Vila Boa foi mais atrelada à necessidade de se implantar uma centralidade administrativa portuguesa em um território de grande interesse geográfico e econômico para a Coroa,

desconstruindo uma primazia familiar fundamentada nos poderes do Anhanguera, segundo a tese de Vidal à qual recorreremos, e, portanto, reorganizando territorialmente a elite goiana, "enobrecendo" a população local. Também percebemos uma divergência com relação às vilas fundadas na Capitania do Mato Grosso, criadas no intuito claro de se potencializar a presença colonizatória defronte às possessões espanholas. Isto é perceptível também na figura 51, principalmente no mapa de calor, onde podemos identificar a criação de vilas, no último quartel dos setecentos, no extremo oeste da colônia. Por conseguinte, Goyaz não representava um *fundo territorial* no mesmo grau que Mato Grosso,<sup>79</sup> mesmo que constituísse, em larga escala, uma possibilidade de conexão nodal entre diversas capitanias. Dessa maneira, muito provavelmente não havia a necessidade de se fundar mais de uma vila em Goyaz, ao contrário do que vimos para o Estado do Grão-Pará, por exemplo. A despeito dos arraiais do norte constituírem uma realidade muito diversa à da parte mais central da capitania (como veremos no próximo tópico), parte das solicitações dos mineiros desses arraiais foram atendidas com a fundação da Casa de Fundição de São Félix, em 1754, resolvendo em parte algumas dificuldades existentes no deslocamento até Vila Boa. O mesmo não pode ser dito no aspecto das vilas, pois, até onde pudemos perceber nas fontes, esta não era uma reivindicação recorrente dos moradores e nem dos oficiais da Coroa. Igualmente, aos olhos metropolitanos portugueses, implementar uma segunda centralidade em Goyaz poderia, até certo ponto, tornar mais frágil a constituição inteiriça da futura capitania, já que, com apoio documental e bibliográfico, percebem-se enfaticamente as diferenças materiais de existência entre os arraiais do norte de Goyaz e os do centro-sul. Com vistas a um domínio territorial dessa franja anterior aos limites com os espanhóis, manter uma centralidade única nos parece uma medida institucional de latente aporte estratégico.

Destacamos que estas últimas considerações, apesar de sintetizarem uma grande parte das inquirições distribuídas ao longo dos três capítulos desta pesquisa, têm um apoio historiográfico a ser expandido. Produto de nossos questionamentos, estão postas mais em sentido de problematização das diversas formas espaciais do Brasil colônia (englobando o surgimento de arraiais, a fundação de vilas, a distribuição de caminhos e as políticas concernentes a tudo isso) do que em qualquer valor afirmativo.

---

<sup>79</sup>Apesar da tese diversa de Marcondes (2011, p. 80–82), imprimindo a Goyaz uma política de defesa do território conectada a aspirações políticas e diplomáticas portuguesas, assim como o fez Boaventura (2007, p. 66) ao justificar a escolha do arraial de Sant'anna para se tornar vila pela sua suposta localização geográfica para além do Tratado de Tordesilhas, ao contrário do arraial de Meia Ponte. Pensamos que essas perspectivas acabam por maximizar relações políticas e institucionais que de fato existiam, mas sem tamanhas proporções.

## **Mais caminhos houvera e descaminhos haveria!**

Este tópico se refere aos descaminhos do ouro que se dirigiam de forma paralela aos caminhos oficiais de Goyaz, principalmente em sentido das capitanias da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e do Maranhão. Em termos de uma análise patrimonial aliada ao método geohistórico que estamos implementando na pesquisa, tratar dos caminhos do contrabando (os descaminhos) é tratar, diretamente, de um patrimônio-territorial que, com base em Costa (2017), incorpora uma rememoração de resistência a esse trânsito, apesar de ter sido frequentemente banido pelas autoridades portuguesas, consolidando uma efetiva ocupação territorial na *hinterlândia* colonial brasileira. Não buscamos, aqui, colocar em evidência apenas os caminhos reais de uso e de organização do território, mas, sim, os caminhos e os descaminhos que *de fato* eram *usados*, recuperando desde Santos e Silveira (2011) o conceito de território usado que traduz, enfaticamente, a espacialidade material, horizontalmente estabelecida, e não apenas a espacialidade intencionada verticalmente a partir dos planos reais portugueses. Contudo, não visamos deixar de dar a oportuna relevância aos trajetos oficiais. Intenciona-se demonstrar a ampla composição existente nessa diversificada malha de caminhos e de descaminhos setecentistas, evidenciando as relações dos caminhos com o espaço e vice-versa.

No cerne dessas considerações, não podemos nos abster de uma análise dialética da problemática ora apresentada. Com base na máxima de Paulo Bertran (1978, p. 28), "Mais caminhos houvera e descaminhos haveria!", os descaminhos existiam pois existiam igualmente os caminhos. Quanto maior era a busca de proibição do contrabando, mais fluído ele próprio se tornava, buscando sempre novas alternativas nos entremeios do território. A figura 24 ("Espacializando a carta do vigário Pedro Brandão") é emblemática nesse sentido: distingue-se a preocupação do vigário de Sant'anna com relação ao efetivo recolhimento do quinto do ouro a partir do registro colocado no Caminho de São Paulo, identificando, ainda que vagamente, para onde que seguiam os descaminhos com a posição ineficaz do registro no rio Mogi. Notamos uma sobreposição das instâncias espaciais, revigorando o patrimônio-territorial enquanto uma eficaz maneira de se recuperar aspectos encobertos (intencionalmente ou não) de nosso passado.

*"Das partes que entender serem mais convenientes á Fazenda real..."*

Os arraiais do norte de Goyaz viviam em condições materiais de existência extremamente diversas aos arraiais do centro-sul, como dissemos. Isto está nítido na documentação oficial da época, como na "Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a súplica feita pelos mineiros do descoberto do Tocantins, solicitando a entrada de gado dos currais da Bahia naquelas minas" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 24), datada de 27 de janeiro de 1736. Nessa consulta, discute-se a possibilidade de se permitir a entrada de gado até esses arraiais, a partir de carta de 1735 do Superintendente das Minas dos Guayazes, Gregorio Dias da Silva, já que a única forma pela qual se podia adentrar com quaisquer tipos de produtos nessas terras era pelo Caminho de São Paulo, definido a partir de 1730. Argumenta o Conselho Ultramarino, por "não ser justo que estes mineiros morrão á fome e se lhes deve permitir a condução de gados dos curraes mais vezinhos, e que se recomende a esse Superintendente os persuada á cultura dos frutos da terra para seu sustento", com base nos "bons jornaes" que se encontravam nos descobertos do Tocantins. É colocada em relevância, também, a "arrecadação dos reais quintos", buscando-se uma providência do rei para se solucionar a questão posta: abastecer aquela região mineratória, sem extraviar o ouro ali recolhido.

Essa questão já estava em debate na década de 1730. Taunay (1950, p. 148) descreve uma súplica realizada pela Câmara de São Paulo em 1733 pedindo providências ao rei D. João V para se vedarem as picadas que eram abertas frequentemente até Goyaz, "causando notável prejuízo pelo ouro que por estas veredas se evadia". Ainda sobre os descaminhos até os Currais da Bahia, há relato por parte do Conde de Sarzedas, Governador de São Paulo à época, de que um certo Pantaleão Torres teria sido preso no arraial de Meia Ponte por realizar esse contrabando, em 30 de setembro de 1733 (TAUNAY, 1950, p. 152).

Continua o mesmo autor:

A questão dos caminhos curraleiros continuou a preocupar e afligir o Conde de Sarzedas até o fim do seu governo. Ao Rei mandava dizer a 15 de março de 1734 ter sabido da entrada de um comboio considerável de gado e mercadorias em Sant'Ana, onde Bartolomeu Bueno fazia vista grossa a tão grande desserviço à Fazenda e às leis de Sua Magestade. O retorno de tal comboio à região do São Francisco certamente se assinalaria por notável evasão de ouro. Por outro lado, de nada valiam as reclamações contínuas feitas ao governo das Minas Gerais a que policiasse as estradas. (TAUNAY, 1950, p. 153)

A partir dessa descrição, podemos notar a territorialidade pertencente a esses descaminhos, conduzidos desde os currais da Bahia e das Minas Geraes em direção ao arraial de Meia Ponte. Bertran (2011, p. 170–171), inclusive, reitera que não houve como

"refrear o contrabando" a partir da fundação desse arraial e dos descobertos do rio Maranhão, ao longo de toda a década de 1730, como podemos precisar a partir da figura 40. Porém, como recuperamos no documento de nº. 24 do Arquivo Histórico Ultramarino, era de suma importância que se permitisse a entrada desses gados, com risco de se não permitir a sobrevivência dos mineradores. Havia, portanto, o explícito conflito de interesses entre a Administração Real e a cotidianeidade das atividades de mineração. Reproduzimos a seguir uma das formas pela qual o Conselho Ultramarino providencia uma possível saída para esse problema eminentemente geográfico:

Ao Conçelho parece que V. Magestade seja servido ordenar se passe ordem ao Intendente das Minas dos Guayazes para que logo que chegar as ditas Minas (..), que entender forem necessarias para o bom provimento dellas, estabelecendo os registros das partes que entender serem mais convenientes á Fazenda real, por não ser justo que (...) grande número de gentes, que ocupam as mesmas minas experimentem a falta de viveres (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 24)

Nesse excerto percebemos a sobreposição de ambas as perspectivas que diziam respeito aos novos descobertos de Goyaz ao norte, resolvendo-se a partir da instalação de registros que fiscalizassem a entrada e a saída dessas terras. Além disso, viabilizariam a entrada de gados e de demais provimentos a fim de sustentar os mineradores, sem haver extravio de ouro, ainda que mantido o Caminho de São Paulo como única possibilidade de condução desta riqueza última. Também devemos nos lembrar de que todo o ouro ali recolhido deveria ser quintado na Casa de Fundição de São Paulo, não havendo uma dessa ordem em Goyaz até o ano de 1752.

Confeccionamos um mapa (figura 52) que demonstra como se deu territorialmente a instalação dos registros e das contagens fiscais em Goyaz, década a década, no recorte de nossa pesquisa. Para os dados da década de 1730, recorreremos ao trabalho de Paulo Bertran, em *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, onde afirma o autor que "o contratador das entradas de Goiás para 1736-1738, um certo Bernardo Fernandes Guimarães, sem perda de tempo, ainda no mesmo ano de 1736, fez instalar, às suas expensas e com agentes fiscais pagos por ele próprio (...) os registros de Lagoa Feia, Santa Maria e São João das Três Barras." (2011, p. 173). No mesmo ano em que é considerada a entrada de gado até as minas do Tocantins, pelo que recolhemos da Consulta do Conselho Ultramarino<sup>80</sup>, nos informa Bertran que foram instalados esses postos de fiscalização, sendo a Contagem de São João das Três Barras o "mais antigo estabelecimento público do

---

<sup>80</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 24.

Distrito Federal". Essa informação é reforçada pelo autor por se localizar a serra de São João das Três Barras dentro dos limites atuais do Distrito Federal.

Prossegue ele diferenciando as funções das contagens e dos registros, sendo que as primeiras se localizariam entre registros "instalados nas fronteiras das capitânicas", identificando se os produtos que entravam em Goyaz não aumentavam ou diminuía até atingir os arraiais (BERTRAN, 2011, p. 175–176). Salles (1992, p. 160) corrobora com esta descrição afirmando que a função das contagens, como diz o nome, era a de "contagem de gado, transeuntes e outras mercadorias levadas ao comércio". Ellis (1958, p. 436) confirma a localização dos registros nos limites dos distritos mineradores e adiciona que eram, constantemente, "guardados por destacamentos militares". Outrossim, não seriam eles fixos, podendo "ser transferidos de uma região para outra, para o melhor controle das passagens".

Para estabelecer as datas prováveis de estabelecimento dos registros e das contagens da década de 1740, nos embasamos em Vieira Júnior, que afirma: "Goiás foi a Capitania que reuniu o maior número dessas instituições fiscais coloniais", observando uma "concentração maior desses postos fiscais ao norte da Capitania, onde a concentração de novos descobertos resultou em maior extração de ouro diante da queda dos rendimentos que já vinha ocorrendo nos núcleos iniciais do sul" (2011, p. 6). O mesmo autor pontua a criação do Registro de Arrependidos, último registro instalado até o final de nosso recorte temporal, corroborado também por Barbo (2015, p. 316). Este registro também se diferenciava por estar ligado ao caminho até as Minas Geraes, a Picada de Goyaz.

Nota-se, pois, pela figura 52, que todos os registros e contagens criados nas primeiras três décadas dos setecentos estão localizados ao leste de Goyaz. Essa análise só foi possível por meio do processo de georreferenciamento, identificando não apenas o caráter visivelmente limítrofe dos registros, mas também a localização intermediária das contagens. Portanto, temos seguidos estabelecimentos de objetos geográficos que buscam, de variadas maneiras, controlar e regular a movimentação dos achados naturais. Porém, nem sempre essas funções se mantiveram de forma eficaz e coerente com o planejamento português. Lemke (2010, p. 288–289) destaca suas numerosas alterações de uso, tanto em relação aos caminhos quanto aos registros e às casas de contagem. Picadas e rotas, segundo a autora, ao invés de incrementarem a arrecadação real, permitindo a entrada de produtos para abastecer as novas zonas mineradoras, destinavam-se à prática do contrabando.

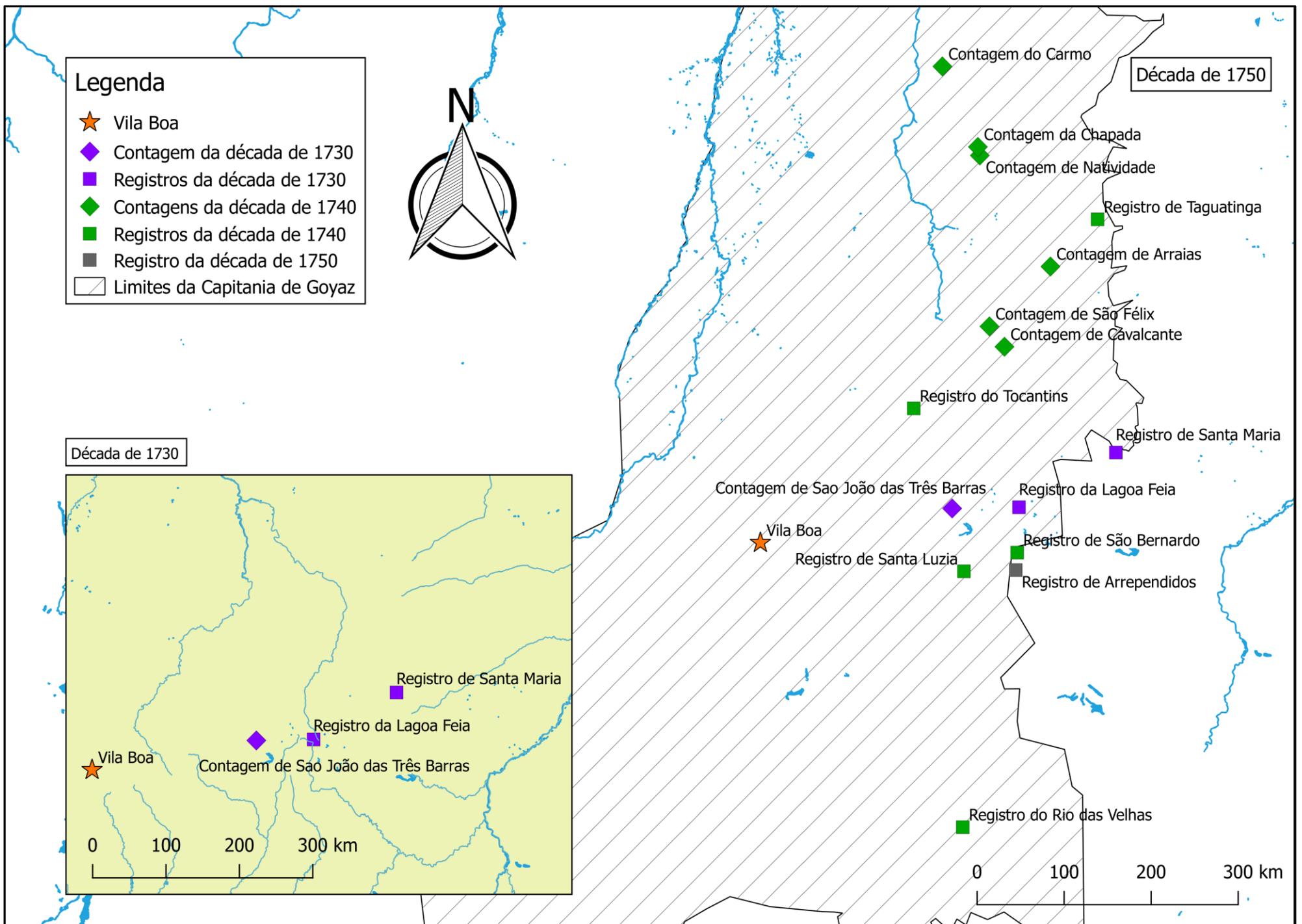


Figura 52 – Instalação dos registros e das contagens fiscais até o ano de 1752, na Capitania de Goyaz (MALULY, 2017)

Registros e contagens, por sua vez, também eram alvo de fraudes por parte dos próprios administradores, como relatado por Salles (1992, p. 103). Além disso, segundo Salles, muitos desses postos fiscais não eram implantados pelos arrematadores em locais estratégicos à interdição de descaminhos,<sup>81</sup> o que contrasta com as impressões de Nogueira (2008, p. 129) que atribuem à construção desses objetos como "formas coloniais de organização espacial", delineando continuamente as fronteiras descontínuas desse território.

Lemke (2010, p. 288) atribuirá à grande extensão da capitania como fator catalizador para as vulnerabilidades que se faziam aparentes na administração desses novos achados, enquanto que Salles, além de personificar em alguns contratadores as condutas fraudulentas que traziam prejuízo ao Erário Régio, destaca a inércia aplicada a certo número desses estabelecimentos, sendo que "alguns registros rendiam tão pouco que sua permanência só poderia se dar por descaso administrativo ou por interesse no descaminho de mercadorias, dissimulado através da função arrecadadora" (SALLES, 1992, p. 161). Sabe-se, igualmente, que a disposição acidentada do relevo nessa parte da capitania permitia uma mais difusa distribuição dos descaminhos, dificultando medidas protetivas pela administração. Capistrano de Abreu tece algumas considerações a esse respeito, corroborando com as mutabilidades territoriais que destacamos até aqui:

A divisória das águas entre o Tocantins e o São Francisco abunda em gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios: Duro, São Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrendidos etc. Pelas gargantas mais setentrionais, os goianos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco, de onde com mais facilidade tinha de ir o gado de que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelas mais meridionais atingiram a margem baiana do São Francisco, ou terras de Minas, que apresentavam como termo de viagem os portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os respeitois mais vantajosos que São Paulo ou Santos. (ABREU, 1899, p. 189)

O autor descreve os trechos acidentados dessa parte específica de Goyaz, em contato com demais capitanias, elencando, inclusive, alguns dos registros que foram criados na tentativa de coibir o contrabando. Também há uma atribuição de conhecimento territorial ao indígena para essas partes, denotando, por último, a conectividade estabelecida com os

---

<sup>81</sup> Encontramos, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, uma denúncia a respeito dos "descaminhos, sobnegados, e rebeldia, que se facilitão com Intendentes Comissarios" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130). Segundo Costa (2013a, p. 121), sob o regime da capitação (a partir de 1736), em locais muito distantes, o Comissário Geral (normalmente o governador) "deixava ao arbítrio de cada Intendente-Comissário o que fosse necessário alterar". Este, por sua vez, apenas anotaria o nome dos escravos e das demais pessoas que por lá passavam, relatando o ouro recebido de acordo com a taxaçaõ implementada, controlando o sertão, as entradas, os caminhos, entre outras funções vitais para o Erário (COSTA, 2013a, p. 122). Dessa forma, está presente na própria documentação setecentista uma constataçaõ das fraudes cometidas pelos funcionários da administração real, sendo discutidas em âmbito do Conselho Ultramarino.

portos da Bahia e do Rio de Janeiro, sendo estes mais interessantes à circulação de produtos de Goyaz do que os de São Paulo e de Santos.

Taunay relata o que, para ele, se traduzia em uma situação de "verdadeira anarquia" em Goyaz, nos anos anteriores a 1736, constatando uma impotência do Governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, frente à "devassidão dos caminhos" (TAUNAY, 1950, p. 158–159). Como tentativa de coibir os contrabandos, entre algumas medidas diversas, como o estabelecimento de registros, foi implantado o sistema de capitação como tributação real. Se antes havia a quintagem do ouro, à qual já nos referimos nesta pesquisa, sendo reservado à Coroa 1/5 da extração aurífera enviada às respectivas casas de fundição, o regime de capitação seria totalmente diferente.

### *A capitação e os descaminhos*

Desde o início dos regimes das zonas mineradoras, tanto em Goyaz quanto nas Minas Geraes, buscava-se controlar o ouro recolhido a partir do imposto do quinto. Porém, como vimos anteriormente, proliferavam-se os descaminhos dessas riquezas, seja pelos Caminhos dos Curraes, pela Picada de Goyaz ou para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em conexão com a distribuição de caminhos oferecida pelo arraial de Meia Ponte, diversos foram os modos de evasão desse tributo. Para alterar o estado de descontrole vigente na década de 1730, em Goyaz, implementou-se o sistema da capitação.

Bertran definirá esse período (entre 1736 e 1751) como uma "transição entre a fase da febre aurífera (1726/36) e a de economia extrativa organizada e sistemática (1755-1800)" (BERTRAN, 1978, p. 33). Já André Costa, em contramão a essa leitura transitória, demonstra a existência de uma racionalidade administrativa implementada à capitação, já que a cobrança do quinto nas Casas de Fundições se tornava "um prêmio ao contrabando, pelas dificuldades de vigilância dos sertões" (COSTA, 2013a, p. 248). Segundo esse novo regime, taxava-se não pela produção de ouro que fosse interceptada pela administração, mas sim por cada cabeça de escravo utilizado nas zonas mineradoras. Ainda, era estabelecida uma "contribuição proporcional aos lucros do comércio, assim como a extinção das Casas da Fundição" (COSTA, 2013a, p. 108). Dessa maneira, alterava-se o próprio objeto de arrecadação da Coroa, preocupando-se não com o resultado da atividade mineratória — o ouro em si — mas as sua própria condição de existência — a mão de obra escravizada.

Ainda contrapondo ambos os autores nesse tópico, Bertran (1978, p. 33) ressalta que "o contrabando de ouro passaria pela face oculta da lua, dignificando por omissão a incapacidade fiscal e administrativa do governo colonial", tendo a capitação apenas um mérito de expansão territorial, tendo em vista que, segundo o mesmo autor, sem a necessidade de se quintar o ouro extraído, os mineradores e proprietários de escravos passariam a novos descobertos, ampliando os domínios coloniais. Já Costa (2013a, p. 249–250) diverge dessa postura enfaticamente, demonstrando que, sob uma ótica fiscal local, "a unificação numa só estrutura fiscal das diferentes margens de lucro dos diferentes grupos (negociantes, marchantes, cortadores de carne, tendeiros, taverneiros, caminheiros, letrados e oficiais públicos) permitia a simplificação do sistema de cobrança". Além dessa unificação tributária, reduziria-se a quantidade de administradores necessários para se manter a empresa fiscalizatória erguida no início das atividades mineratórias. Concomitantemente, distribuiriam-se melhor os encargos atribuídos apenas aos mineiros nessa primeira fase tributária, pretendendo resolver "os impactos da economia do ouro na distribuição de lucros entre agricultura e mineração. Se os custos de produção e o risco ficavam entregues aos mineiros, grande parte da fiscalidade de Minas Gerais recaía ainda sobre a mineração" (COSTA, 2013a, p. 250–251).

Percebemos, a partir das discrepâncias de ambos os autores, a existência de diversas lógicas inerentes à implementação do tributo da capitação. Ainda que este tópico tangencie nossa pesquisa, essa alteração fiscal tem conexões íntimas com a distribuição dos descaminhos, principalmente nos arraiais do rio Maranhão e do Tocantins. Ora, se temos uma alteração fiscal que se baseava fundamentalmente numa racionalidade distributiva dos ônus e dos bônus da extração de recursos naturais, controlando-se o negócio dos escravos em vista de se controlar a própria economia colonial brasileira (já que a alteração de preço dos escravos incidia na sua utilização nas zonas mineratórias, regulando a própria circulação e exportação do ouro e dos diamantes, a depender da região) (COSTA, 2013a, p. 251), era natural que tal medida não fosse bem recebida nos novos descobertos de Goyaz. Em locais onde se burlava de diversas formas a quintagem do ouro, a resistência a essas medidas era notória e está presente na documentação analisada.

Em 09 de fevereiro de 1741, escreve o então Governador e Capitão-General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas (que sucede o Conde de Sarzedas), ao rei, D. João V, desde o arraial de Traíras (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130), dizendo que enviou, em 1739, o Intendente Sebastião Mendes de Carvalho ao "novo descoberto de Natividade que então

florecia, e se achava com grande numero de escravos, officios, e logeas a fim de evitar os descaminhos". Relata que:

Chegou o dito Intendente á Natividade, e pretendendo estabelecer nas terras novas a Capitação, se oppozerão os ditos moradores e povoadores dellas com requerimentos ao dito Intendente, e a mim, e como ao mesmo tempo tive avizo de que parte delles ou quazi todos, a cautellandose para o cazo de se lhes não differir, ajuntavão os seos gados, e se determinavão retirar para o Certão do Parnaguá de donde havião vindo, cujo retiro era muy prejudicial ás mesmas minas da Natividade, poiz sem os seus gados se não podião manter, mandey suspender naquella delligencia athe a minha chegada áquelle continente (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130)

Essa carta é notória para a nossa temática, já que não foi bem sucedida, de início, a implantação da capitação no arraial de Natividade e arredores em face de uma possível evasão daqueles mineradores para os sertões de Parnaguá, Piauí. É identificada, pois, uma resistência dos sujeitos que estavam extraindo as riquezas daqueles descobertos, havendo um imediato risco de esvaziamento por meio dos caminhos que conectavam aquelas partes às capitancias próximas. Portanto, apesar da eficácia administrativa que parecia provir da capitação, demonstrada por André Costa, essa não foi bem recebida pelos mineradores, já que, como comentamos, estavam esses cientes da normatização prévia dos quintos, favorecidos pela proeminência de caminhos para conduzir os descaminhos dos seus produtos. As espacializações coloniais se davam cotidianamente por esses territórios, não estabelecendo-se de acordo com as tratativas portuguesas de controle daquele território longínquo. A propósito, a singular questão das distâncias, recorrente nos arraiais do norte de Goyaz, dava margem para uma retirada de determinados esforços administrativos, como vimos na carta de D. Luís de Mascarenhas, posto que não pertenciam à Coroa os saberes dos entremeios daqueles territórios, mas, sim, ao gentio e aos mineradores lá presentes. Retomar essas sabedorias, seja por documentos históricos ou por cartografias digitais, é parte dos objetivos desta pesquisa, visando uma recuperação dessas formas diversas de resistência a partir de uma perspectiva contributiva em patrimônio-territorial (COSTA, 2017).

Ao deslocar-se até as novas minas de São Luís ou Natividade, relata o Governador:

Nestas ditas terras novas, e paçando por varias fazendas de gado, achei a maior parte dellas com dous escravos, hum, e algumas que principiam sem escravo algum, por serem dadas de partido a homens pardos, pobres, vindo por este modo a não chegar a cem escravos todo aquelle districto, em que há may de sincoenta fazendas de gados. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130)

Para fins de regulação do novo imposto baseado na mão de obra escrava, ter uma profusão de fazendas de gado com pouquíssimo uso de trabalho escravizado negro seria, segundo a visão do dito governador, um desuso dessa ferramenta restritiva, decidindo ele o

seguinte: com receio de uma verdadeira deserção desses arraiais, havendo grande rendimento a partir da cobrança do gado que entrava pelos caminhos da Bahia (taxados em uma oitava de ouro por cabeça), não devendo os moradores das minas pagarem capitação por lá serem estabelecidos, e não pagando também os de fora delas em virtude do ganho que havia com as entradas, despacha em favor dos suplicantes o governador no ano de 1741.

Apesar do parecer favorável aos mineradores de Natividade, o mesmo Governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, em 28 de fevereiro de 1741, ao dar relato sobre a Capitania de São Paulo (que, não podemos nos esquecer, abarcava ainda todas as terras de Goyaz, sendo a sua capitania fundada e instalada apenas no ano de 1749), informa que foram encontrados novos descobertos na barra do rio do Sono, localizado a mais de 250 quilômetros de Natividade (40 léguas, segundo a carta), e que, "mandando tomar posse do dito descoberto do Rio do Sono, pella parte desta Cappitania, fazendo nelle cobrar as capitações, e cenço pertencente á Fazenda Real, e castigando aos que forão para o Maranhão pello caminho prohibido (...)" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 139)<sup>82</sup> (ver figura 54). Vemos, pois, que a implementação da capitação, até a retomada do imposto do quinto em 1751, era de fato padronizada para todos os arraiais, mas dependia, também, das características locais, estimulando uma sobreposição articulada entre as especializações verticais e horizontais, como notamos nas duas últimas cartas de D. Luís de Mascarenhas. Ainda, a instalação de registros e de contagens prosseguiu pela década de 1740 em Goyaz (figura 52), a despeito do regime de capitação.

### ***"Pois tinha ordem de Vossa Magestade para a guerra deffensiva..."***

O imposto da capitação baseava-se, eminentemente, sobre a mão de obra escrava utilizada, distribuindo-se tal instrumento fiscal não apenas aos mineradores. Retornar-se-á, no entanto, ao sistema do quinto do ouro a partir de 1751. Cabe aqui fazermos alguns apontamentos a respeito da visão que se tinha sobre determinados elementos cruciais ao próprio percorrer dos caminhos, comparativamente à Capitania das Minas Geraes.

---

<sup>82</sup>Curiosamente, sendo separado por apenas 19 dias de sua última carta a respeito da não-implementação da capitação no arraial de São Luís ou Natividade, diz o dito Governador de São Paulo que está extinto o arraial de Natividade, sendo o descoberto do rio do Sono resultado de uma bandeira que saiu do arraial de São Luís após esse esvaziamento. Cabe, aqui, lembrarmos a aguda mobilidade demográfica que havia nos arraiais auríferos, estando extintos em um dia e repopulados em outro, a depender dos achados e da própria atividade criatória, essencial à região. Há notícia do arraial de Natividade no ano de 1743, segundo carta do ouvidor de Goyaz endereçada ao rei D. João V (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 223).

Lemke (2010, p. 290–291) percebe claras diferenças entre os negócios relacionados aos escravos analisando Goyaz em detrimento das Minas Geraes. Diz a autora que o *Caminho do Sertão* (ou Caminho da Bahia, ou Caminho dos Curraes, etc) formava, em realidade, um trecho conectando o comércio escravista que aportava no porto de Salvador com os *Guayazes*. Diferentemente das Geraes, a lógica de importação de escravos em Goyaz era por comboios, tendo "peso primordial" as "redes de favores e de clientelismos" nesse negócio. Naquela capitania, a "demanda interna era abastecida por pequenas levadas de importação". Taunay (1950, p. 128–129), a partir de carta escrita por um Rafael de Campos Aguiar, em 30 de junho de 1730, descreve que "o preço médio destes negros superequatoriais andava por um quilo de ouro. Mas para negócio não feito a vista e sim a prazo de um ano. Esperava certamente o comprador que o pagamento se efetuará com o que rendesse o trabalho do escravo." Ainda, relata que um padre Pires também conduziu um comboio de escravos àquela época e que "havia mais de dez meses tinha os escravos encalhados por não querer vendê-los fiado". Apesar das condições adversas ao negócio escravagista, destaca Taunay que ainda não haviam sido realizados os descobertos de Pilar, Crixás e Cocal (ver figura 40).

Relata Ângelo dos Santos Cardoso, em seu ofício a Diogo de Mendonça Corte Real<sup>83</sup>, que, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, iam "comboyos de negros" até Goyaz. Também afirma que "chegou a cegueira do pecado da ceia a introduzir-se em minas, e terem-na os homens de possuírem mayor numero de escravos, para parecerem mais poderozos, do que para se utilizarem deles", assinalando que, para ele, o melhor não seria reduzir os comboyos de escravos, mas de melhor reparti-los de forma mais equitativa, posto que "hão-de repartir por tres homens, melhor hé que sejam por doze, que os empregarão mais util, e cuidadosamente".

A esta discrepância podemos adicionar o comentário de Bertran que vai identificar uma verdadeira "lei das distâncias" que vigorará com muito mais força em Goyaz e em Mato Grosso do que nas Geraes, estando estas diretamente vinculadas aos portos litorâneos. Diz: "o custo de manutenção social era tão crescentemente elevado em relação à distância das lavras que apenas as fases de mais alto rendimento das bateias em Goiás ou Mato Grosso tornaram a mineração aí equivalente em termos de oportunidade à de Minas Gerais" (BERTRAN, 1978, p. 38). De certo há, aqui, um peso demasiadamente investido às propriedades geográficas de cada uma das regiões coloniais, além de uma noção

---

<sup>83</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740.

particularmente atrelada a uma economia de exportação edificada apenas à comercialização mundial constituída nos portos, mas podemos realizar algumas reflexões geohistóricas de interesse certo à pesquisa sobre os caminhos de Goyaz.

Apesar de estarmos imersos num anacronismo disassociado de nossa própria realidade enquanto pesquisadores (como trouxemos no primeiro capítulo), pensar as distâncias é um grande desafio para qualquer trabalho que procure refletir a respeito das lógicas espaciais da colônia. Em Goyaz, então, isto se acentua de maneira assombrosa. 40, 50 léguas separavam determinados achados, como vimos, que estavam todos sob a mesma jurisdição (à Capitania de São Paulo, inicialmente, e depois à de Goyaz). Para nós, talvez, seja impossível refletir concretamente sobre essa diferença. Em tempos de aceleradas circulações, não nos parece grande, por exemplo, a diferença entre se estabelecer vila em Sant'anna ao invés de o fazer no arraial de Meia Ponte, mas, na documentação lida por nós, ao contrário, surge uma importante discrepância de 6 dias de viagem que coloca Sant'anna na parte mais remota daquelas terras, anterior apenas à Vila de Cuyabá. Isto diz muito sobre a lógica de ocupação territorial setecentista e sobre o imaginário da época. O espaço é formado a partir dessas articulações materiais e imateriais. Estar Goyaz localizado numa espécie de franja anterior à fronteira com os espanhóis também diz muito. Estar Minas Geraes localizada nas proximidades da Cidade de São Paulo e dos portos de Santos e do Rio de Janeiro igualmente. Os *tempos de circulação* do dilatado sertão goiano o conectava, com muito mais franqueza, ao porto de Salvador, mas, como observamos ao longo da pesquisa, foi determinado que se percorresse o Caminho de São Paulo. Ou seja, vivia-se num eterno conflito entre o território *usado* e o território *imaginado*. Portanto, ao comparar Goyaz com as Minas Geraes, Bertran de fato identifica uma carga pesada atrelada às distâncias e pensar isso, hoje, pode se constituir um desafio que exija ainda mais de nós.

Também identificamos claras dissonâncias entre a violência atribuída ao negro escravizado e ao gentio "combativo". Anastasia (2005, p. 13; 18) demonstra como que o discurso disseminado nas Minas Geraes setecentista atribuía aos negros, aquilombados ou não, a origem dos variados atos violentos cometidos nas "serras, caminhos, matas gerais e sertões das Minas". Quanto mais distante dos núcleos populados, mais frequentes seriam esses "terrores à população branca". Recuperamos, aqui, a mesma atribuição que se dava, cartograficamente, aos sertões "vazios" e afastados dos núcleos em processo de urbanização. O desconhecido, para a mentalidade portuguesa e branca em geral, abria margem para o incomum, havendo relatos de utilização de feitiçarias por parte de negros,

ou então de monstros que "vagavam pelos sertões" (ANASTASIA, 2005, p. 18–20). Porém, numa perscruta mais detalhada dos casos de violência registrados na documentação consultada, a autora identifica redes de solidariedade entre negros, homens brancos pobres, ricos fazendeiros e ministros do Rei, buscando uma sobreposição material à mentalidade da época.

Em Goyaz também há relatos de violência atribuídos aos negros, mas, no que pudemos recolher de fonte primária, a maior parte das queixas pelos moradores dos arraiais e dos funcionários portugueses faz referência ao gentio, considerado "resistente", "combativo" ou "agressivo" à presença portuguesa, não afeito facilmente aos ideais cristãos propagados e aos projetos colonizatórios lusitanos. O mesmo Ângelo Cardoso dá conta sobre os perigos encontrados nos caminhos da colônia:

(...) no dezamparo dos matos (...) com o susto certo de lhe acontecer algumas vezes, serem assaltados de tigres, e cobras horrendíssimas, e as peores feras de que são acometidos, são dos próprios escravos, que às vezes fazem a cabeça em cacos aos senhores quando estão dormindo, e de dia o Gentio que os abalroa nos passos do caminho; que hé o mais para temer. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740)

A descrição se assemelha aos realizados por Anastasia, relatando, na continuidade de seu ofício, o medo que havia ao serem realizados testemunhos, eclesiásticos ou seculares, na "indubitável certeza de apanhar porretadas". Detalham-se tais porretadas, sendo "o lugar onde (...) se dirigem hé sempre à cabeça (...) onde depois lhes quebrão algum braço, ou rompem costelas". O terror está, pois, presente na narrativa deste português e há uma caracterização de quem se contratava para realizar tais serviços: "mamelucos, caboclos, mestiços, bastardos, que são forros, filhos da terra, oriundos de gentios, que se alugão para este efeito".

Na Carta do Governador e Capitão-General de São Paulo D. Luís de Mascarenhas ao rei D. João V (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 179), escrita em 30 de março de 1742, há mais detalhes sobre a forma como eram vistos, em Goyaz, os povos indígenas. Relata que, em fins de 1741, Vila Boa fora invadida pelo gentio cayapó "nas quais executou algumas mortes, incendios, destroços de plantas, e os mais damnos que costuma a sua barbaridade". Não havendo auxílio imediato, principalmente do grupo de Bororós comandado por Angelo Preto, advindo de Cuyabá, resolve o dito governador acudir ao povo daquela vila, "pois tinha ordem de Vossa Magestade para a guerra deffensiva", criando ele "duas Companhias de Soldados bastardos, e pardos forros de vonte soldados cada huma, com tres Alferes brancos, e hum capitão capaz". Destaca-se o termo de guerra defensiva,

legitimando o combate ao gentio.<sup>84</sup>

Veremos nos últimos tópicos desta pesquisa, pelo relato de José da Costa Diogo, a impressão que havia nessa época sobre a presença dos indígenas, principalmente por percorrer este a região do alto e médio Tocantins que tinha pouquíssima presença portuguesa, traduzindo diversas perspectivas do sujeito colonizador. Mas, em termos gerais, atribuía-se com muito mais carga simbólica a violência ao gentio que aos negros em Goyaz, sendo estes menos numerosos, inclusive, que nas Minas Geraes. A distância de Goyaz até o porto de Salvador, certamente, tem muito peso nessa composição, sendo a política de aldeamento amplamente aplicada nessas terras em virtude da proliferação indígena, principalmente nas cercanias dos arraiais do norte em direção ao rio Tocantins. O ouvidor goiano Manuel Antunes da Fonseca, a 10 de junho de 1743, descreve esse rio como "proibido e cheio de perigos", clamando ao rei que "favoreça aquelles habitadores, com meyo proporcionado, de que lhe rezulte o seu sossego, aumento, e conservação" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 223).

---

<sup>84</sup>Sobre o estado em que se encontrava Vila Boa, encontramos uma consulta do Conselho Ultramarino, de 24 de janeiro de 1742, dando vistas ao estado de miséria da dita vila (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 148). Registra-se, desde 1739, reclamação por parte da câmara de Vila Boa, a respeito dos exames realizados pelos mineiros em diversas campanhas próximas por custo próprio, sem encontrar "descuberto algum que possa darlhes esperança aos seus grandes empenhos, em que se achão, a que não podião suprir as tenuous faisqueiras, em que se ocupavão, contrahindo cada vez mais dividas". Havia notícias dos recursos diamantíferos do Rio Claro, nas proximidades de Vila Boa, em que não era permitida a atividade dos mineiros. Porém, pedem ao rei permissão "á extracção dos Diamantes do Rio Claro na mesma forma que foy servido dála aos do Serro Frio, para desta sorte lhes ficar lugar a examinarem a Campanha dos Pilloens, onde tinhão achado boas formaçoens, que prometião Riquezas de ouro, pois a unica, que lhes restava a examinar hera esta". Tendo caracterizado a ausência de outros descobertos nas proximidades, necessitavam os mineiros continuar suas extrações. Relembramos da discussão a respeito da inadequação territorial no estabelecimento daquela vila, em comparação ao arraial de Meia Ponte, que, apesar de também não estar em local de grande interesse aurífero à época, ainda se servia das conexões ofertadas pela disposição dos caminhos que por lá se entrecruzavam. Novamente há a menção a uma provável deserção daqueles mineiros caso não houvesse providência real que os auxiliasse, clamando os oficiais da câmara que se permitisse a exploração do rio Pilões. Se recorrermos à figura 45, notaremos a considerável distância que se encontrava aquele arraial (provavelmente fundado ainda na década de 1740) de Vila Boa, no caminho até a Vila de Cuyabá. Ainda sobre a diferença que havia entre a região diamantífera do rio Claro e do Serro Frio, Minas Geraes, argumenta-se que, de início, foram permitidas estas em razão de "o estar em menos distancia de povoação, e cultura, e no Coração das Cappitanias fazia menos arriscada e maes facil a sua guarda, que em Goyás". Mais uma vez se fazem visíveis as dificuldades que as distâncias tinham para se habitar Goyaz, tendo vantagem o Serro Frio nesse sentido, já que seria mais fácil realizar a guarda daqueles achados. Porém, continua o documento, "hoje, que são tantas legoas as em que no Serro Frio se tem achado este preciozo genero, que obrigão a ter em sua guarda, sincoenta soldados (que agora por precisão lhe augmentava o numero a setenta) e quatro ofeciaes, hua companhia de Capitães do Mato, paga pella Real Fazenda de Vossa Magestade, outra posta pellos contratadores, além das espias, que elles pagão, e as maes providencias que a experiencia tem sugerido, e vay mostrando, lhe parecia mais util nos citios dos Pillões, e Rio Claro". Para completar a arguição, defendem que seria mais fácil a guarda das riquezas do rio Claro e Pilões por estarem estes "infestados do gentio", não havendo a necessidade de se aumentar os gastos na defesa do território como estava sendo realizado no Serro Frio.

## O que podem (ou não) dizer os mapas

Este tópico visa discutir a contribuição que mapas podem ter para a compreensão (ou não) dos descaminhos de Goyaz. Para tanto, faremos uso de duas análises cartográficas distintas (como já realizamos em capítulos anteriores): mapas narrativos e cartografia histórica. No limiar entre as duas frentes, as chamadas Geografias Digitais, que, fazendo uso de tecnologias informacionais, produzem novas leituras e interpretações do espaço. Aqui, surge a "dialética dos mapas e do texto", colocada por Gauthiez (2016, p. 46–47), imprescindível à promoção de problemáticas e métodos inovadores de pesquisa.

### *"Todo o districto deste Governo se acha pacífico..."*

Já tomamos nota de parte da notícia dada pelo Governador e Capitão-Geral de São Paulo D. Luís de Mascarenhas ao rei D. João V, em 28 de fevereiro de 1741 (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 139). Porém, neste item mapearemos as localidades por ele citadas em todo o corpo documental, o que nos oferece algumas pistas sobre como se concebia a totalidade espacial daquela capitania nos idos dá década de 1740. Lembramos que as capitanias de Mato Grosso e de Goyaz foram criadas em 1748, ou seja, pouco tempo depois desse documento ser encaminhado à Coroa.

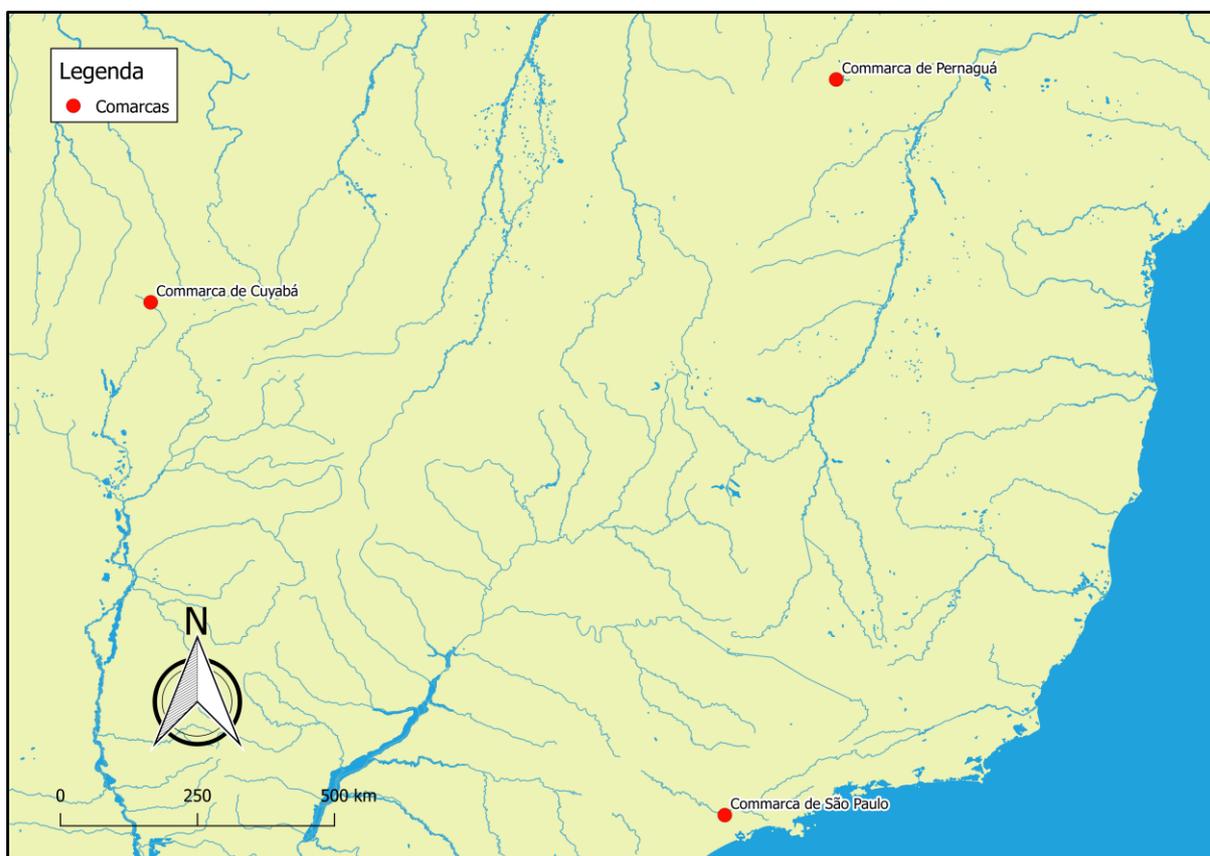


Figura 53 – Comarcas citadas por D. Luís de Mascarenhas em 1741 (MALULY, 2017)

Explicita o dito governador, no início de sua notícia, que "todo o destricto deste Governo se acha pacífico, segundo as notícias que tenho da Commarca de São Paulo, e da de Cuyabá, e Pernaguá". Logo nessa frase percebemos um balizamento do que seria o "destricto" referido pelo mesmo, realizando, pois, uma triangulação do território, abarcando o que estaria sob a sua jurisdição (figura 53). Excetuando as Minas Geraes, criadas em 1720, a então Capitania de São Paulo teria por limite todo o compreendido nesse intermédio. Ainda, é importante ressaltar que o governador dará atenção especial, nessa descrição, às partes envolvidas em torno do que ele chama por "Commarca do Pernaguá", ou seja, as terras novas onde proliferavam arraiais e trânsito de gado ao longo das décadas de 1730 e de 1740. Também são referidas as Minas de Cuyabá, o que demonstra a clara preocupação oficial que havia na manutenção desses territórios de contato, extremamente distantes da Cidade de São Paulo. Ao final dessa mesma década, como dissemos, haverá fracturas na disposição da capitania, criando-se novas, resultado desse processo de organização interna dos descobertos da época, necessitando de uma maior presença portuguesa e, portanto, de uma organização administrativa específica a cada região.

Na figura 54 destacamos as localidades citadas por D. Luís de Mascarenhas no interior dessa triangulação oferecida pela figura 53.

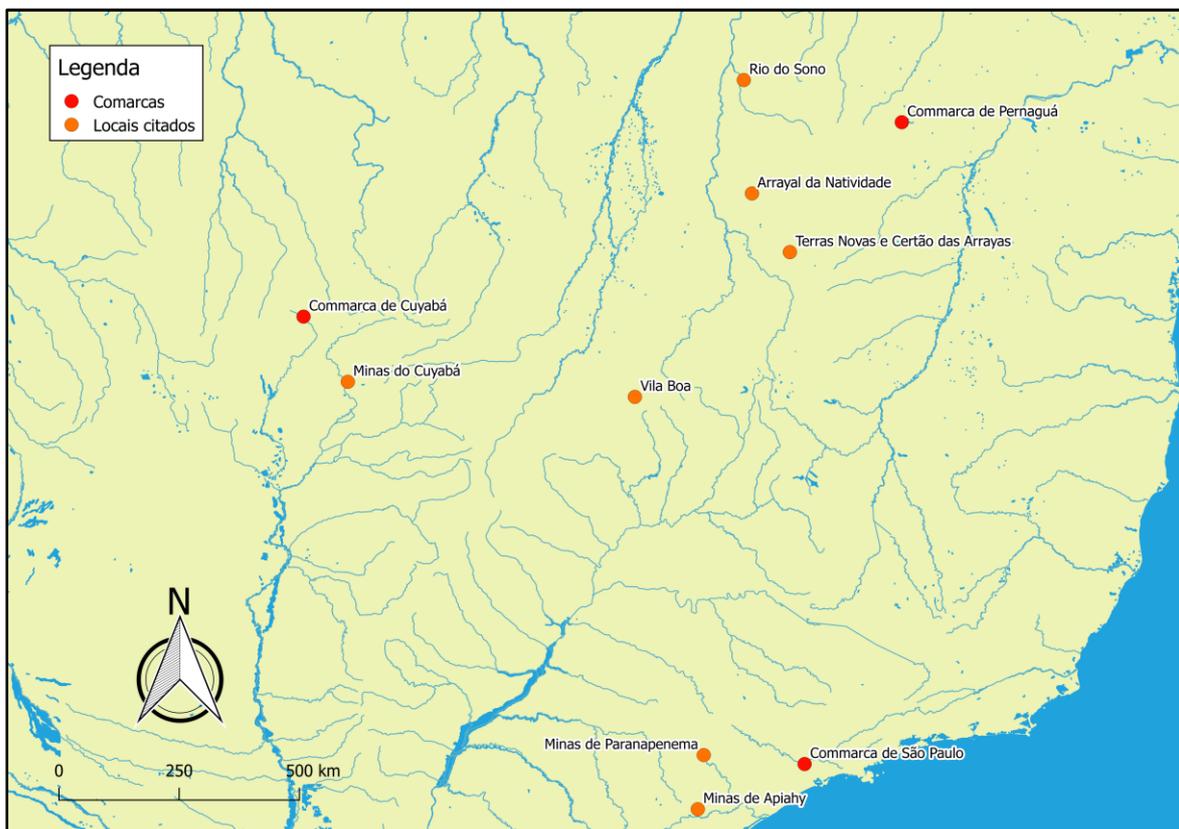


Figura 54 – Localidades citadas por D. Luís de Mascarenhas em 1741 (MALULY, 2017)

Percebe-se a extensão dos domínios de São Paulo, sob a perspectiva do documento, tendo como limites o Rio do Sono, as Minas de Apiahy, as Minas do Cuyabá e as Terras Novas e Certão das Arrayas. No seu centro, Vila Boa.

Interessa reter o fato de que a dita notícia, apesar de buscar enfatizar o fato de que tudo estava em paz nessas terras, relata apenas os pontos de fragilidade da capitania. Por exemplo, ao descrever o arraial de Arrayas, "ao Nascente do Arrayal da Natividade (...) e ao Norte a nascente de Tocantins", diz o governador que "conforme o que attestão os Mineiros, (...) tem concorrido para a dita parajem a mayor parte dos Povos vizinhos, e vão concorrendo mais distantes, e tambem do destricto das Minas Geraes". Há, pois, uma atratividade estabelecida com base nas extrações auríferas daquele descoberto, alcançando não apenas os povos de Goyaz, mas também das Geraes, excedendo, obviamente, o estabelecido Caminho Único de São Paulo. As espacialidades formadas a partir da incidência da técnica no território promovia uma organização colonial muito diversa à projetada pela Coroa Portuguesa, surgindo novos fluxos na parte oriental da futura capitania de Goyaz. Esse movimento, logo, é fato relevante na notícia de D. Luís de Mascarenhas, afirmando o mesmo que esses descobrimentos são vizinhos às "Terras Novas", oriundos da incursão de gados provenientes da "Cappitania de Pernambuco" e dos "gados que vêm do Piauey". É posto em relevância, também, que não apenas do ouro sobreviviam aqueles povos, posto que havia abundância de carnes, "sustento comum de brancos e negros, pella carestia de farinha e milho". Porém, é alertado o fato de que "a gente he muita, e os fructos poucos", o que o leva à seguinte recomendação: "me parece muito preciso concervar os ditos moradores das Terras novas com suas fazendas de gados que são hum grande socorro para o dito descuberto".<sup>85</sup>

Continua Mascarenhas afirmando que tomará "posse do dito descuberto do Rio do Sono, pella parte desta Cappitania", posto que havia indícios de que o "Governo do Maranhão" havia sido notificado daquelas novas descobertas, complementando "que para o Pará ou Maranhão senão permita comunicação ou caminho por terra, ou pello Rio". Há, pois, claras especificações a respeito da organização territorial a ser implementada por parte de São Paulo, no ofício de não deixar com que aquelas localidades passassem a pertencer a governos vizinhos (destacamos a totalidade desses apontamentos na figura 55).

---

<sup>85</sup>Lembramos que foi o mesmo governador quem permitiu que não se applicasse o imposto da capitação aos moradores nas proximidades do arraial de Natividade, de acordo com o temor à evasão generalizada daqueles povos (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130).

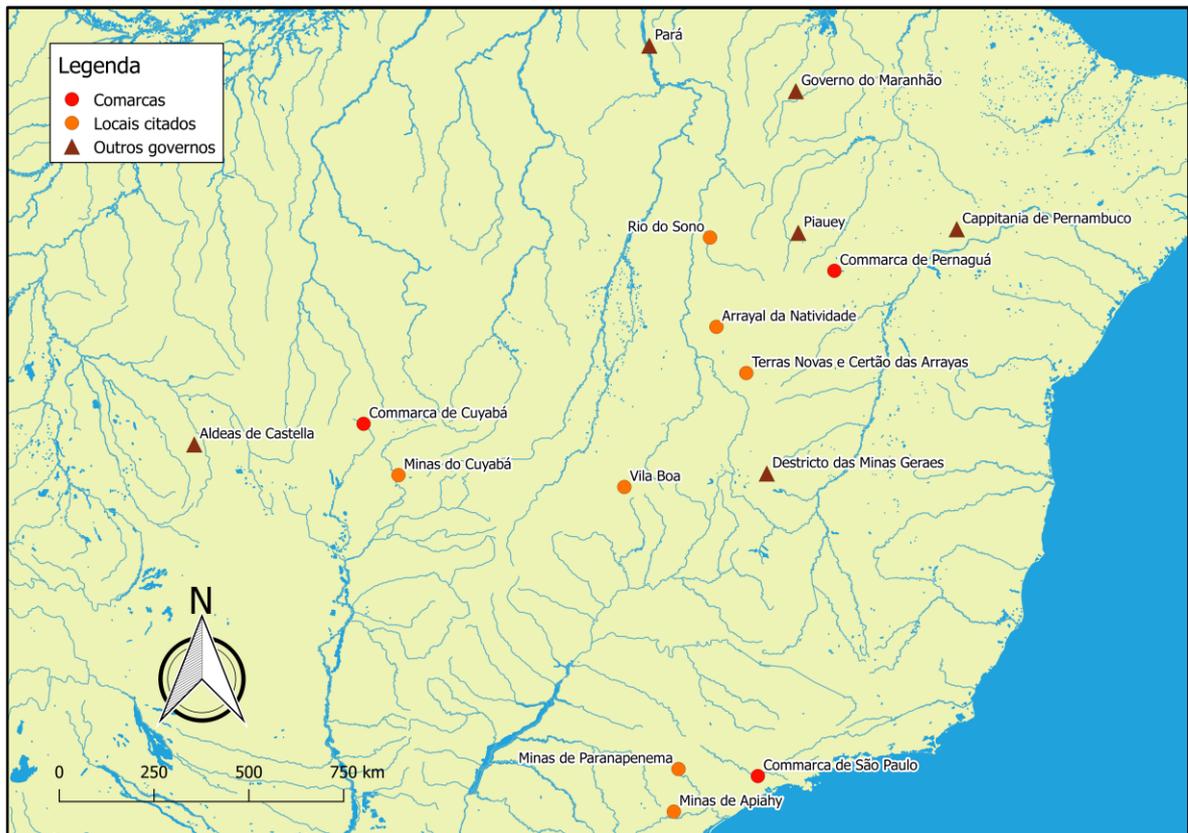


Figura 55 – Outros governos citados por D. Luís de Mascarenhas em 1741 (MALULY, 2017)

A não permissibilidade de comunicação com o Pará e com o Maranhão, seja por terra ou por água, é de notório interesse para esta pesquisa, ainda que, ao mesmo tempo em que havia uma certa recomendação à continuação dos contatos estabelecidos com a Bahia, Piauí e Pernambuco por meio do gado, há claros impedimentos de mobilidade para o norte. Isto se explica pelas frequentes disputas territoriais que ocorriam, principalmente, com o Maranhão, sendo estas terras novas alvo frequente de desejos de expansão territorial. Além disso, não podemos nos esquecer da presença indígena frequente que havia ao norte de Goyaz, sendo o caso dos sertões da Bahia diversos nesse sentido. A propagação de fazendas de gado reforçava a presença colonizatória portuguesa, ao contrário da presença do gentio não-colonizado. Portanto, não eram unicamente os caminhos que produziam o espaço e também não o era somente o inverso. Havia, com mais certeza, uma profunda dialéctica entre o que se considerava caminho e o que se considerava descaminho, pouco compreensível por generalizações, alterando-se especificamente caso a caso.

A seguir, reproduzimos o que figura na dita carta com respeito às Minas do Cuyabá:

Nas Minas do Cuyabá se experimenta huma lenta diminuição nos jornaes, e esvazia talvez a razão por que aquelles moradores fizeram a expedição para as Aldeas de Castella, de que em outra carta dou conta a Vossa Magestade, para

aquelle dstricto concidero maiz necessidade de gente que em havendo, logo há de haver mais e melhores descobrimentos, e ainda que assim não succeda; sempre he conveniente a Portugal ter aquella com fim povoado quanto for possivel para deffença de todas estas terras de que o Patrimonio Real tira tantos interesses, e o povo tantos lucros. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 139)

Surpreende o discernimento territorial que havia com relação à vitalidade das minas de Cuyabá para a manutenção de todo o "Patrimonio Real" português. Tal excerto oferece uma materialidade instigante aos conceitos de *formação territorial* e de *fundos territoriais* de Moraes (2009) trabalhado por nós. Mesmo com a queda das lavras naquele distrito, recomenda o dito governador que surjam novos estabelecimentos, com ou sem novos descobrimentos, posto que serviriam de fomento para a continuada presença portuguesa naquelas distâncias. Vimos, no capítulo 1, a consolidação desse projeto, com a criação de vilas novas no Mato Grosso a partir da segunda metade do século XVIII (figura 7) — tendo Vila Bela da Santíssima Trindade uma parte vital nesse sistema fronteiriço implementado por Portugal — e com a construção de diversas fortificações a oeste (figura 12).

Sobre as minas de Paranapenema e Apiahy, é relatado que ainda "se concervão com as suas limitadas faisqueiras, pella vizinhança em que estão da Cidade de São Paulo que a não ser esta circumstancia, entendo que estarião já de todo despovoadas". A centralidade da administração de São Paulo é, pois, destacada, sobrepondo-se às materialidades apresentadas no território. E, quanto a Vila Boa, é reforçada a necessidade existente em se combater "os gentios barbaros que infestão aquele continente", determinando que "não há outro caminho para a deffença e segurança dos vaçallos de Vossa Magestade mais do que hir destruir essas suas Aldeas".<sup>86</sup>

Com o mapear desse relato podemos perceber territorialmente com mais nitidez as preocupações desse administrador, fazendo diversas alusões e recomendações ao rei D. João V. A conservação do território é central na sua carta, identificando as inconsistências da colônia, com detalhamento a respeito de outros governos, fazendo até mesmo referência ao Império Espanhol. Buscamos, igualmente, desconstruir um pertencimento dessas terras à Cidade de São Paulo. Com o processo de georreferenciamento da carta, distinguimos as correlações existentes entre os territórios localizados na *hinterlândia* colonial brasileira, com temporalidades próprias e que nem sempre estão sob o "tempo-mundo". Straforini (2007, p. 27–28) identifica que o conceito de "formação sócio-espacial" traduziria o

---

<sup>86</sup>O mesmo governador reforçará a necessidade de combate ao gentio Cayapó em 1742, como discutimos ao final do tópico "Pois tinha ordem de Vossa Majestade para a guerra deffençiva...".

resultado obtido entre a aplicação vertical do tempo hegemônico às rugosidades vividas cotidianamente, o que fomenta diretamente a contribuição da Geografia Histórica aos saberes intencionados pelo patrimônio-territorial. Sugere, ainda, que não se devem tomar separadamente "as subcategorias verticalidade e horizontalidade, mas em suas relações permanentes". A figura 55, assim, pretende desatrelar as localidades identificadas em um longínquo "sertão" às centralidades estabelecidas no litoral colonial, apontando conexões paralelas e próprias aos regimes de vida lá conduzidos. Isso se afastaria, portanto, da compreensão auferida por Austregésilo (1950, p. 509), reproduzida na figura 56.

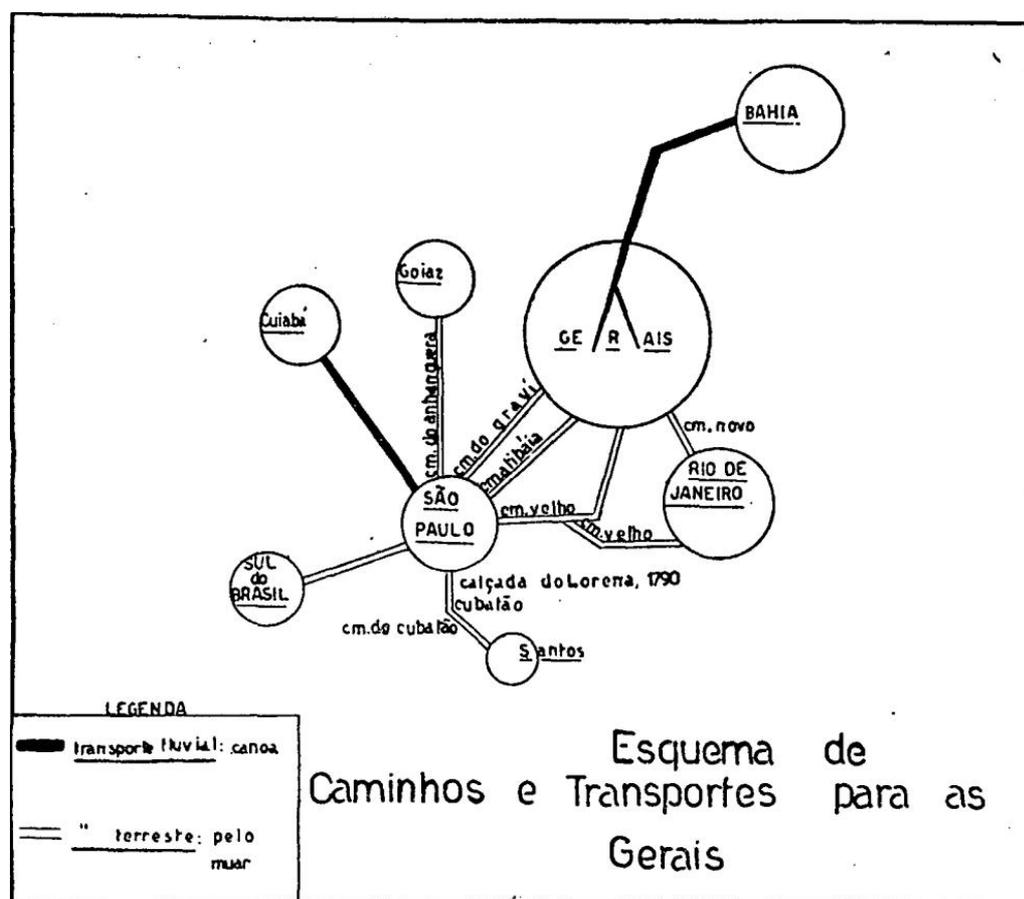


Figura 56 – Esquema de Caminhos e Transportes para as Gerais (AUSTREGÉSILO, p. 509, 1950)

Nota-se que, mesmo que o esquema (figura 56) tome como referência as Minas Geraes e os caminhos que as conectavam com o centro-sul da colônia, Goiás, Cuiabá e Bahia são postos apenas enquanto contribuintes de nódulos maiores, estabelecendo-se um eixo distinto entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Não há menção, por exemplo, ao caminho que ligava Cuyabá a Goyaz, nem entre Goiás e Bahia, isolando-se e marginalizando-se essas porções do território. A mesma autora, em trabalho posterior,

passará a identificar os caminhos que interligavam Goyaz com a margem pernambucana (esquerda) do rio São Francisco, colocando em relevância o abastecimento auferido pelos caminhos dos currais.

Esperamos, por meio dos mapas narrativos (figuras 54 a 56), ter elucidado a visão que se tinha do espaço colonial português na primeira metade do século XVIII, sob diversas problemáticas metodológicas, e agora passaremos a uma análise necessária, porém sucinta, da representação histórico-cartográfica dos descaminhos do ouro.

### ***A representação territorial pela Coroa***

Já tratamos de algumas obras cartográficas anteriormente. Entre elas estão o *Mappa dos sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitánias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso e Pará* e o *Mappa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins*. Ambos são de fins do século XVIII (sem data precisa) e obedecem ao mesmo padrão estético, o que nos leva a considerar que sejam realizados (ou encomendados) pela mesma instituição. Também já destacamos que o primeiro foi encarregado por parte do primeiro governador de Goyaz, D. Marcos de Noronha, e é resultado direto de outras produções cartográficas da época, incluindo o *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás*, de Tosi Colombina, datado de 1751, oriundo este, por sua vez, de prévias composições por parte de Ângelo dos Santos Cardoso (VIEIRA JR; SCHLEE; BARBO, 2010, p. 11–12; 16)<sup>87</sup>. O segundo mapa também segue esse padrão, mas enfatizando apenas o que pertencia à capitania, provavelmente sendo resultado, igualmente, de processos de decalcagem.

Ambos os mapas são, pois, produto de uma representação territorial colonial por parte de Portugal, o que confere às obras certas particularidades em comum. A primeira é o reforço do Caminho de São Paulo como única via de acesso a essas terras. A segunda, a não representação dos caminhos dos currais (figura 57).

---

<sup>87</sup>Vieira Jr. (2015, p. 76–95) denominará essa continuidade estética e informacional dos mapas da Capitania de Goyaz enquanto "Padrão Ângelo dos Santos Cardoso", sendo mantido até o último quartel do século XVIII. As representações cartográficas que sucederam ao de Cardoso seriam, assim, resultado de processos de "decalcagem", ou seja, de cópias refeitas ao longo dos anos.

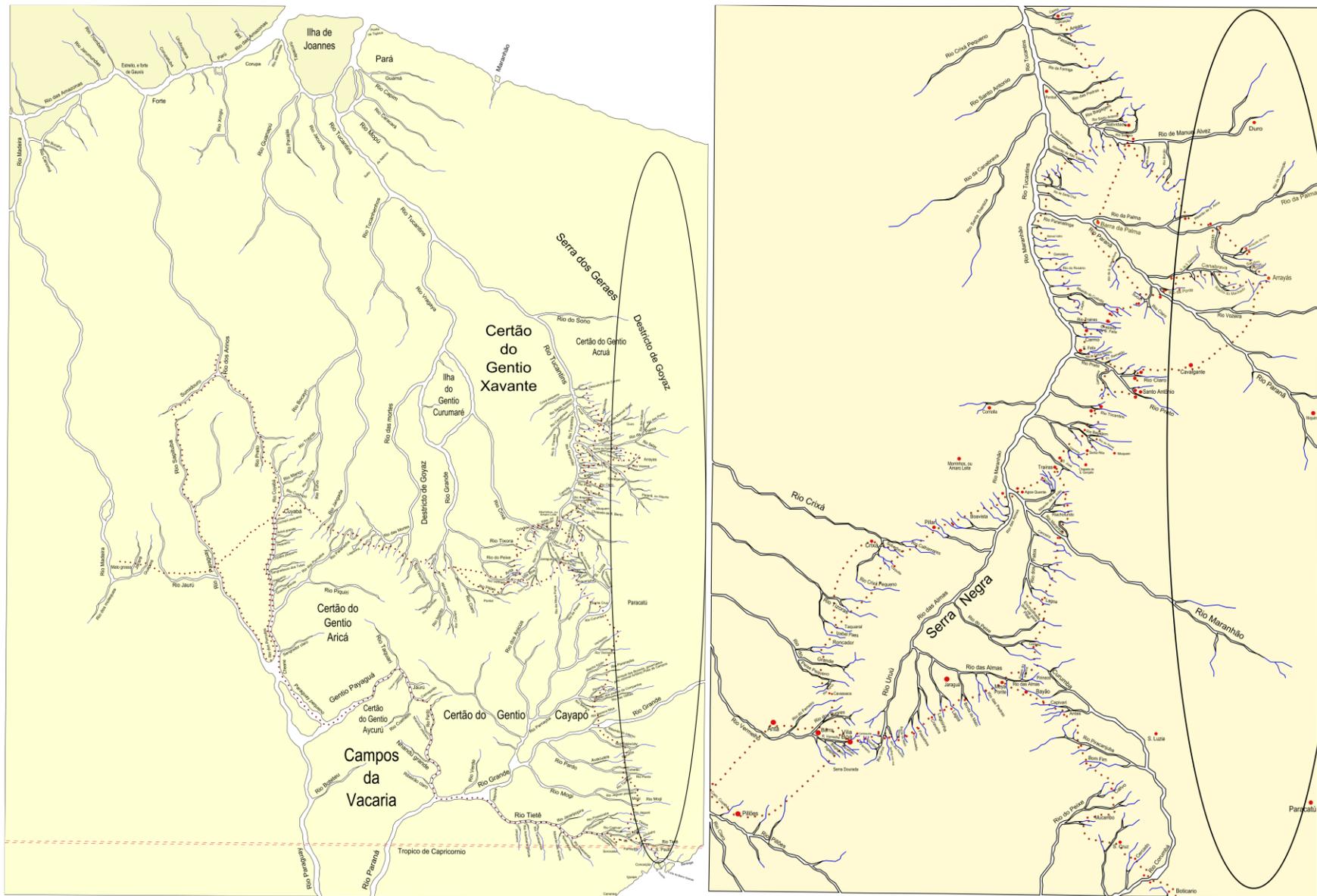


Figura 57 – Visualização comparada entre mapas vetorizados identificando a não-representação dos caminhos da Bahia (MALULY, 2017)

Apesar de representarem visualizações em escalas diferentes, o que dificulta a análise pretendida, podemos compará-las com o benefício da técnica em vetorização, equivalendo-as em termos estéticos. Ambos os mapas, também, são produto das mesmas encomendas, o que gera similaridades nos traços do cartógrafo.

Depreende-se, a partir da figura 57, que não havia intenção, por parte da Coroa Portuguesa, em se representar os caminhos dos currais. Para o norte também não há esse destaque, mas, se analisarmos a metade esquerda da figura, notaremos que a rota das monções, que conectava a Cidade de São Paulo às Minas de Cuyabá, está evidenciada. Igualmente não há caminhos para o norte pelo rio Tocantins e o caminho até o Mato Grosso está representado por serem estes mapas posteriores a 1736, ano em que há a liberação do dito caminho.

É de se registrar, da mesma forma, que os títulos dos respectivos mapas implicam em uma totalidade abarcada por essas cartografias. O primeiro representa o que seria "dos sertões que se compreendem de Mar a Mar"; o segundo, "de todo o sertão". Dessa forma, transmitia-se uma ideia de existência de grandes "vazios" para além dos caminhos oficiais reais, apesar de estar documentado, em outras fontes, uma realidade distinta. Encontramos, nas cartas do Governador D. Luís de Mascarenhas até mesmo certa permissibilidade à existência dos caminhos que iam até a Bahia, o Piauí e Pernambuco, ao mesmo tempo em que vigorava uma proibição explícita aos caminhos até o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A esse respeito, diz Straforini:

(...) faz-se necessário distinguir dois tipos de contrabando/descaminhos: o que era tolerado e o que era preciso combater. Numa sociedade marcada pelas relações clientelistas, que se materializavam desde a relação de dependência entre o Rei e a mais baixa vassalagem da Colônia, bem como entre os nobres e/ou administradores com os comerciantes, senhores de engenho e mineradores, é de se supor que a questão não era quanto, como e o que era contrabandeado ou descaminhado, mas **quem** descaminhava (...) (STRAFORINI, 2007, p. 215)

A representação dos caminhos curraleiros praticamente não está presente na produção cartográfica setecentista goiana. Aliás, raros são os mapas sobre Goyaz da primeira metade do XVIII, sendo muito mais numerosos e detalhados a partir dessa data. No *Mapa dos Julgados*, finalizado em 1778, há referência apenas ao caminho que passava pelo Arraial dos Couros, fiscalizado pelo Registro de Santa Maria (criado ainda na década de 1730 — ver figura 52), e à Picada de Goyaz, conectando o Arraial de Santa Luzia a Paracatu, fiscalizado pelo Registro dos Arrependidos (instalado, aproximadamente, na década de 1750) (ver figura 58).

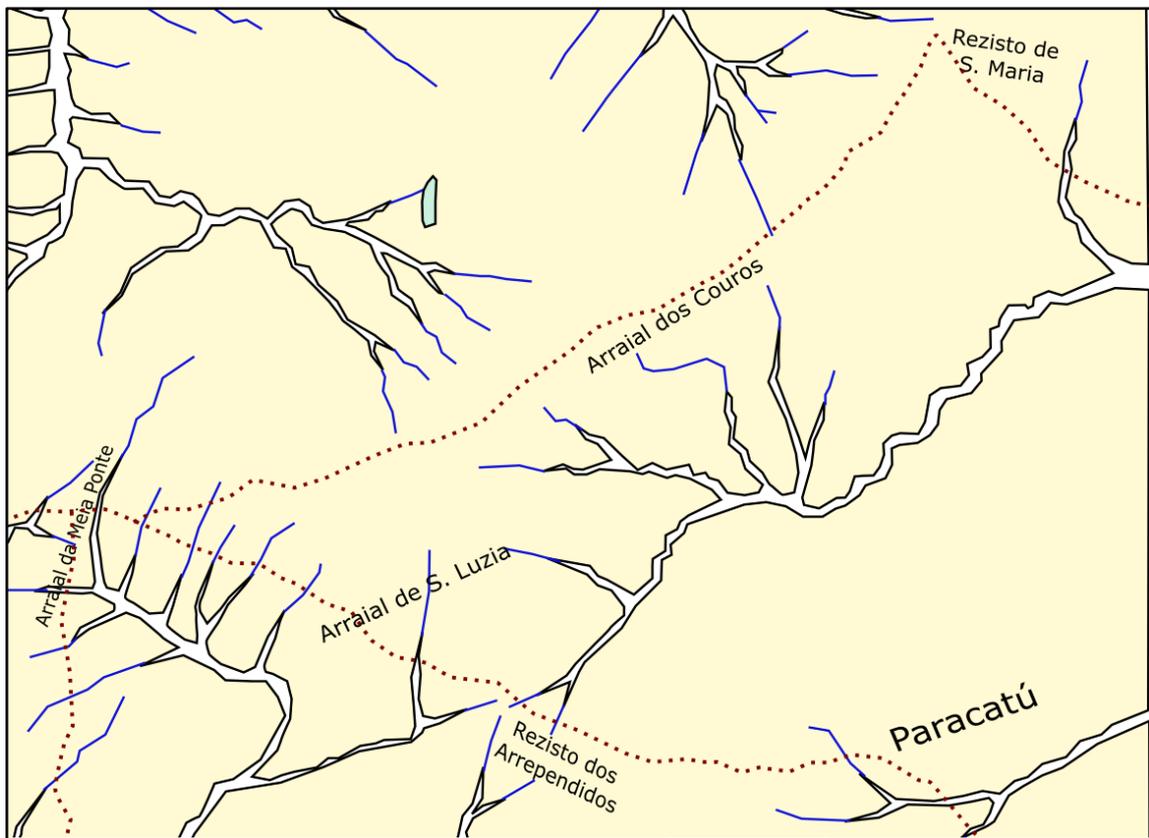


Figura 58 – Caminho dos currais e Picada de Goyaz destacados a partir da vetorização do *Mapa dos Julgados* (MALULY, 2017)

O *Mapa da Capitania de Goyazes* (figura 59), datado por volta do início do século XIX<sup>88</sup>, representa com mais ênfase esses caminhos ao leste, mas, novamente, são raras as representações anteriores a 1750 que figurem isso. Do mesmo modo, esse mapa destaca caminhos pelo rio Araguaia, para o Maranhão, para o Pará e para Minas, o que claramente não está consistente com a documentação por nós analisada, sendo severamente banido o trecho até o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Portanto, deve fazer referência a situações posteriores às por nós vista até aqui. Os métodos de reconstrução por meio dos mapas narrativos, assim, se tornam melhores ferramentas em se realizar uma representação territorial consistente com o que de fato se passava em Goyaz, muito além do desejado politicamente por Portugal que destituía de vários mapas informações relevantes ao sertão de Goyaz com a Bahia.

Porém, temos uma exceção a essa regra: o *Mapa Capitaniá de Goyás* (figura 60).

<sup>88</sup> Apesar da datação a partir de 1750 atribuída por Barbo (2015, p. 77–78), há muitas similaridades desse mapa com outros do século XIX, como o *Guia dos Viajantes*.





O mapa da figura 60 tem, destarte, uma estética muito diversa aos que foram visualizados anteriormente. Apresenta informações variadas, sendo, inclusive, menos "objetivo" que os demais, tendo maior presença de alegorias, assim como o eram no século XVI e XVII, e há alguns outros detalhes sobre os quais comentaremos. O primeiro é a presença constante de ornamentos folheados a ouro, o que indica que o mapa foi, provavelmente, realizado a pedido de alguém pertencente à nobiliarquia. O segundo é a caracterização de indígenas Xavante e Akroá<sup>89</sup>, representados em ricos detalhes (figura 61).



Figura 61 –  
Detalhes do mapa  
Capitaniá de Goyás  
(Autoria  
desconhecida,  
século XVIII)



<sup>89</sup> Apolinario (2005, p. 218) analisa a pictorização desses grupos indígenas no mapa "Capitania de Goyás": "O enfeite plumário do Xavante, enquanto representação do povo Akwen, com um belíssimo penacho na cabeça, arco e flecha nas mãos como se estivesse preparado para lançar as suas setas/ projéteis no inimigo. O primeiro contrasta com o indígena Akroá, enquanto representação do povo Timbira, que se apresenta com uma aparência mais simples, mas com um fenótipo que revela rigidez, mostrando o seu botoque abaixo do lábio inferior como se fosse uma marca étnica. O corte do cabelo acima da face em forma de coroa poderia também ser uma marca diferenciadora diante do outro indivíduo Akwen. A imagem iconográfica do Akroá é reveladora também das suas armas de guerra representadas por um machado e uma borduna. Parecem inofensivos diante do arco e da flecha do outro grupo étnico, mas é possível verificar na imagem iconográfica a ação de ataque e a força do indígena Timbira capaz de projetar os seus instrumentos de guerra de forma letal contra o seu inimigo."

Ainda que tenhamos identificado esses e outros detalhes — como a padronização das moradias de cada grupo indígena cartografado, além de uma cada vez maior perda de detalhe em direção ao norte da colônia — o que mais nos chamou a atenção foi a subdivisão dos bispados e o detalhamento de caminhos e de registros em direção ao rio São Francisco (figura 62). Apesar de ser um mapa sem autoria conhecida<sup>90</sup>, especulamos não ter sido elaborado a mando da Coroa Portuguesa, de acordo com as informações explícitas relativas aos caminhos dos currais.

Além de ter a demarcação dos caminhos ligados aos registros fiscais, o que não estaria de acordo com a política fiscal portuguesa de cobrança dos quintos, revelando a posição desses objetos estratégicos no território, há também a mensuração em dias de viagem do quanto que se levaria, em média, até alcançar os currais baianos. É calculado um tempo de 20 dias de viagem, partindo do Registro do Duro (criado na década de 1760, segundo as fontes de Vieira Júnior (2011, p. 13)). Também há o caminho que partia da Lagoa Feya, descendo o rio Urucuya (similarmente ao realizado por José da Costa Diogo, como veremos no próximo tópico).



Figura 62 – Detalhe da estrada da Bahia no mapa *Capitania de Goyás* (Autoria desconhecida, século XVIII)

Há outras indicações semelhantes à da figura 62, dizendo respeito a outros caminhos que igualmente não encontramos em produções cartográficas datadas da época. Esse é o caso do caminho do Cuyabá (figura 63) e do caminho das Minas Geraes e Ryo de Janeyro (figura 64). Na primeira podemos identificar quantos dias de viagem seriam necessários até se percorrer o dito trajeto: 30 dias. Quanto ao caminho das minas, não há essa informação,

<sup>90</sup> Buscamos identificar mais a fundo a autoria do mapa, mas poucas são as informações disponíveis a respeito. Há referência à cartografia em *Lugares e Regiões em Mapas Antigos* (MAGALHÃES, 1997, p. 55) que, por sua vez, faz alusão ao *História do Brasil nos velhos mapas – Tomo II* (CORTESÃO, 1969, p. 357). Nesse último é reforçada a datação do terceiro quartel do século XVIII e ambos os livros localizam a versão original na Biblioteca Pública de Évora –Portugal. Buscamos encontrar mais alguns exemplos de mapas esteticamente similares a esse em um banco de dados cartográfico de mais de 500 obras, no laboratório Atlas Digital da América Lusa, para então rastrear possibilidades de autoria, mas também não obtivemos sucesso. Restam as insinuações de que não seria confeccionado a mando da Coroa Portuguesa, datado entre 1750 e 1775.

mas é de suma relevância que seja apontada a conexão até o porto do Rio de Janeiro, demonstrando as conexões possíveis a partir de Goyaz. Confirmam-se, pois, eminentes formas de se analisar a organização espacial da colônia por meio de mapas de itinerários (CASTRO et al., 2006, p. 3).

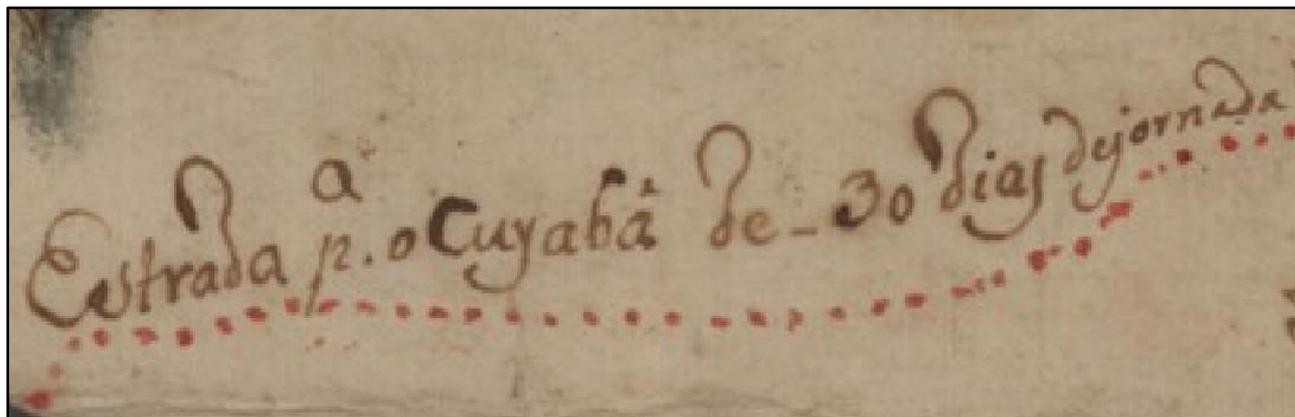


Figura 63 – Detalhe da estrada para Cuyabá no mapa *Capitaniá de Goyás* (Autoria desconhecida, século XVIII)

Da mesma forma, a título de pensamento sobre as distâncias encontradas nos "dilatados sertões" de Goyaz, identificar a quantidade de dias que seriam necessários naquela jornada deveria servir aos viajantes como guia não apenas em instância temporal, mas também espacial, já que mediam-se as distâncias pela quantidade de tempo necessária para percorrê-las. Portanto, atribuíam-se uma noção têmporo-espacial a essas conexões, identificando as abrangências desses caminhos.

Sobre o caminho das Minas Geraes, ou a Picada de Goyaz, foi a primeira indicação desse trajeto encontrado por nós em uma cartografia mais próxima de nosso recorte temporal. Se pensarmos que a produção do mapa "Capitaniá de Goyás" pode ser da década de 1750, ter esse reconhecimento formalizado no documento cartográfico era servir, claramente, ao descaminho. Encontramos, por exemplo, referência à Picada no *Mapa dos Julgados* (figura 58),



Figura 64 – Detalhe da estrada para as Minas Geraes, e Ryo de Janeyro no mapa *Capitaniá de Goyás* (Autoria desconhecida, século XVIII)

mas este foi criado apenas em 1778, muito mais próximo ao século XIX.

Sobre o descaminhos até as Minas, afirma Anastasia (2005, p. 78):

Os moradores do sertão do São Francisco tinham ligações comerciais intensas não só com os centros mineradores da capitania das Minas, mas também com Goiás e com a Bahia. Muito embora as autoridades tenham tentado impedir o trânsito para Goiás, a descoberta do ouro e a reiterada abertura de picadas propiciavam e facilitavam o envio para aquela região "não só de fazendas, mas também gados, com o interesse de extraírem os pagamentos em ouro sem pagarem os quintos que se deve a [Sua] Majestade".

Há, pois, clara referência aos processos de contrabando que existiam nesse trajeto, demonstrando as dificuldades enfrentadas pela Coroa no combate à circulação. Também é notório ver que, no *Mappa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins*, trabalhado por nós reiteradas vezes, não há o delineamento visível desse caminho, mas é de se reparar que estão ordenados os arraiais de Meya Ponte, Santa Luzia e Paracatú, que compunham a Picada de Goyaz, de forma a ser possível ver uma conexão entre eles, mesmo que em âmbito sugestivo ou especulatório (figura 65).

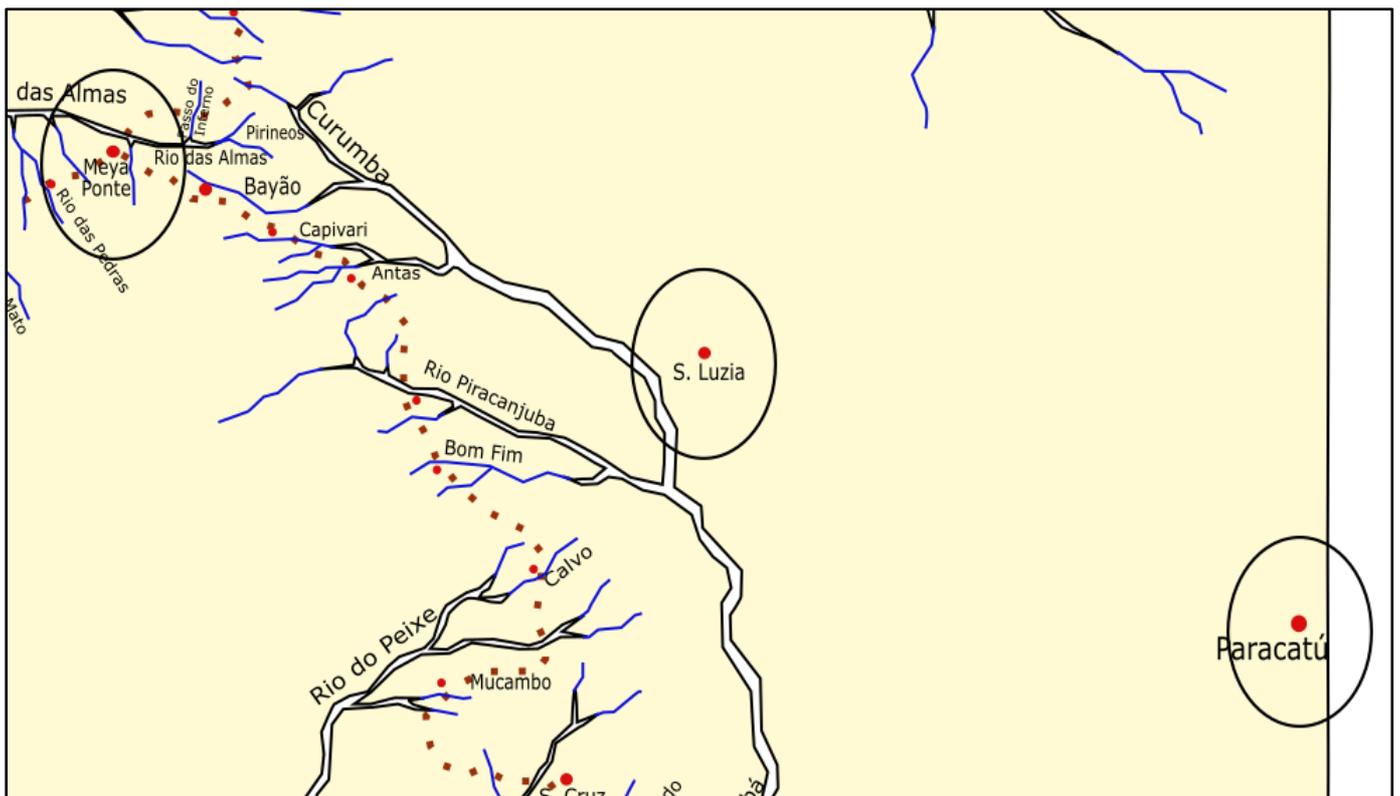


Figura 65 – Recorte do *Mappa da Capitania de Goyaz (...)* sobre os arraiais na Picada de Goyaz (MALULY, 2017)

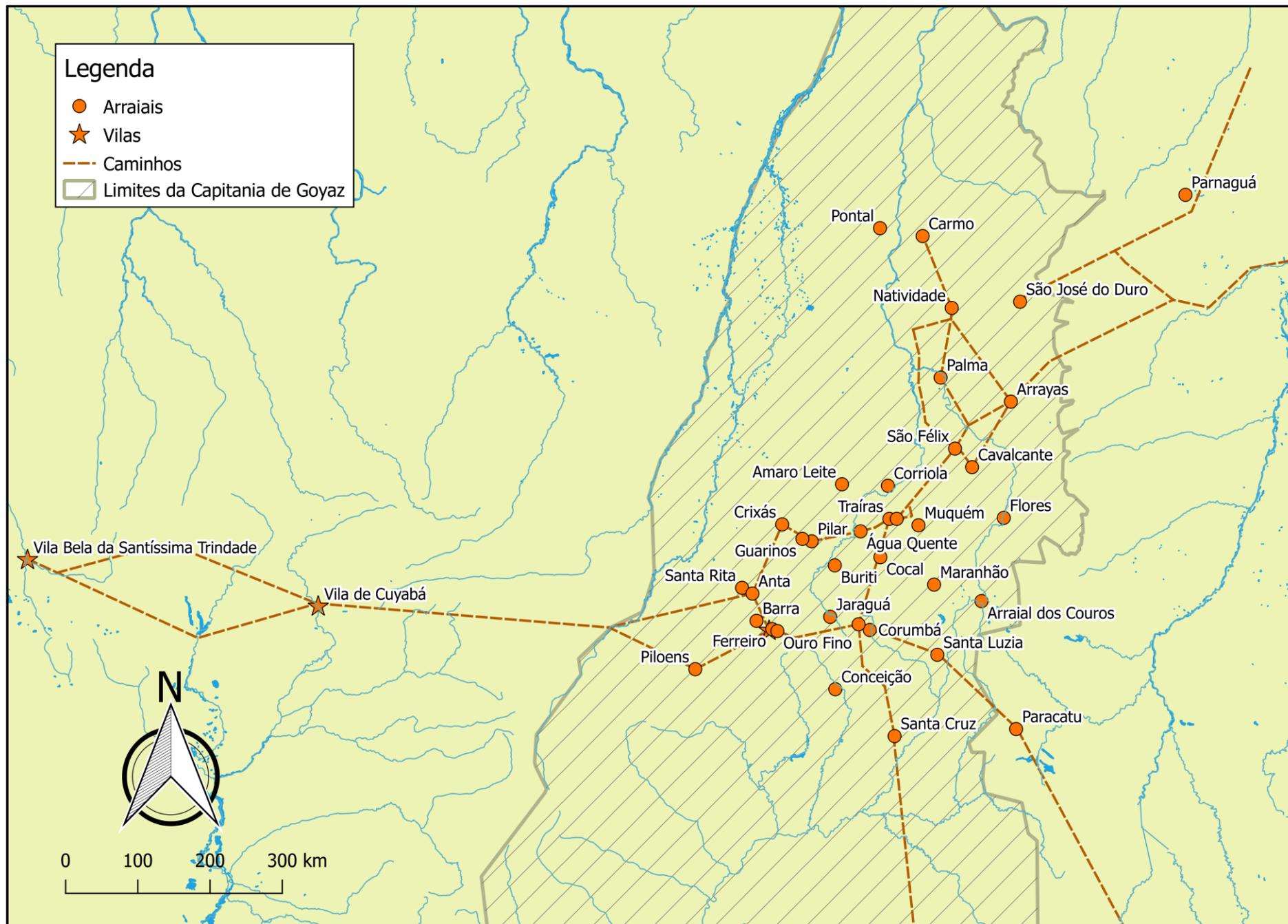


Figura 66 – Conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Piauí e Bahia (MALULY, 2017)

Georreferenciamos os caminhos apresentados no mapa "Capitania de Goyás", aliando-o aos que já havíamos identificado, produzindo um mapa que demonstre a conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Piauí e Bahia (figura 66). Reforçamos o fato de que ainda não foi apresentado o trecho que ia até o Estado do Grão-Pará e Maranhão por estar esse melhor descrito no roteiro de José da Costa Diogo.

Identificamos, até aqui, uma série de paralelos entre narrativas e reproduções cartográficas, além de dessemelhanças que também são sugestivas em uma análise geohistórica da colônia. Os mapas representam o dito território de diversas formas, mas isso inclui uma intencionalidade do cartógrafo que busca, por variados motivos, dar destaque ou não a certos elementos geográficos. Os descaminhos são notórios nesse sentido. Os caminhos que iam até a Bahia, por exemplo, não são identificáveis em quase toda a cartografia até a metade do século XVIII, por não estarem sob liberação real. O mesmo ocorria com os de Minas Geraes e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Porém, notamos, a partir da documentação consultada, que havia uma certa permissibilidade com relação aos caminhos curraleiros, por representarem estes uma asseguaração territorial e demográfica nas regiões das novas minas goianas.<sup>91</sup> Para não perder controle e ocupação dessa importante porção da colônia, não será aplicado, por exemplo, o regime da capitação a pedido dos próprios povos, ao contrário do restante de Goyaz que será sujeitado a essa cobrança até o início da década de 1750. A Picada de Goyaz também passará a ser ilustrada de forma tardia, representando uma dificuldade apresentada pela dinâmica circulação territorial também na Capitania das Minas, como vimos. Os caminhos até o Pará e o Maranhão igualmente não apareceram na cartografia histórica por nós consultada. Porém, foi encontrado um registro cartográfico de meados do século XVIII, provavelmente

---

<sup>91</sup> Analisando a Carta do ouvidor de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei D. João V sobre o estado civil e eclesiástico das povoações do norte das Minas de Goiás (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 223), podemos perceber as diferenças políticas existentes em Goyaz sobre o Estado do Grão-Pará e a Capitania da Bahia. O Bispado do Grão-Pará abarcava todas as novas minas goianas, alcançando São Félix, dividindo-se aí com os bispados do Rio de Janeiro e de Mariana (figura 60). Ao dar conta dos novos arraiais, diz o ouvidor que "Não há meyo poderozo que possa reduzir a melhora a parte daquelle Bispado no estado prezente; porque entre os ecclesiasticos nella consistentes não achará com facilidade o Prellado hú que cumpre as obrigações da justiça com temor de Deus, retidão, e desenteresse no Gram Pará (segundo a supplica que tenho do tempo em que naquelle lugar servi a Vossa Magestade) considero não passão de quatro, ou cinco aquelles a que podia convidar ao regimen de tão distantes povos". A essa aparente falta de eclesiásticos dignos da guarda daqueles povos somava-se, pois, um desinteresse do Pará naquelas terras, sugerindo o dito ouvidor que se desmembrassem essas terras do dito bispado, sendo incorporados ao Bispado mais próximo (da Bahia) "para melhor ser providenciada de justiça, e pacto espiritual no Bem das Almas".

de 1750 a 1760, que traz informações referentes a Minas e à Bahia, o que constitui destacado avanço para nossa pesquisa (figura 60).

Georreferenciados os caminhos e os descaminhos na figura 66, podemos notar a conectividade aguda exercida por Goyaz com relação aos extremos da colônia, mas não podemos nos iludir de que todos os caminhos e os descaminhos de conexão apenas por lá passavam. Ainda vigorava, com ênfase, o trânsito pela costa litorânea, além de caminhos regionais de amplo alcance, como o Caminho das Tropas que interligava a Capitania do Rio Grande de São Pedro com a Capitania de São Paulo<sup>92</sup>. Também devemos identificar que, por termos nos concentrado efetivamente na futura Capitania de Goyaz, há muito maior detalhamento dos caminhos internos, contrastando com os que seguiam para fora dos limites determinados, mas isso pode não refletir a realidade da época. Preferimos entender os caminhos georreferenciados não como trajetos usados constantemente, como o são os dos dias de hoje, mas como *possibilidades de movimento* e de *entroncamento*, permitidos ou restringidos, a depender das circunstâncias político-econômicas apresentadas. Também é de se notar a presença predominante de rotas terrestres, em contraste com as fluviais que predominavam em Mato Grosso e no norte, em virtude da disposição hidrográfica dessa porção do território, facilitando o percorrer por terra do que por água (HOLANDA, 2014, p. 20–21). Formava-se, então, o que Rocha Jr., Cardoso e Vieira Jr. (2006, p. 19–20) definem como "uma estrutura viária que, a partir de pequenas ramificações, consubstanciava-se em duas grandes linhas: uma de Norte a Sul e outra de Leste a Oeste, ligando o território goiano com as capitanias que o circundavam".

Não basta, pois, buscar entender os caminhos sem analisar os objetos geográficos que os circundavam e a realidade imaterial que os constituía. Por isso demos ênfase aos arraiais, como e quando eles surgiram (de acordo com a vasta bibliografia a esse respeito), aos registros e às contagens fiscais que balizavam a circulação de produtos (especialmente a leste de Goyaz), à localização das casas de fundição, que também foram relevantes para uma perspectiva estratégica localizacional dos arraiais goianos, à constituição das vilas mato grossenses e da vila goiana, além de localidades próximos e que estavam sob o raio de influência de Goyaz.

Com o uso dos mapas narrativos, também evidenciamos realidades materiais horizontalizantes que constituíam facetas diversas ao encontrado diretamente na cartografia histórica, politicamente instituída. Identificar os outros governos na carta do

---

<sup>92</sup>Para maiores informações a respeito desse trajeto, ver Gil (2009).

Governador de São Paulo (figura 55) revelou momentos espaciais diversos aos quais estávamos acostumados a lidar. Assim, procuramos não nos prender apenas à representação territorial Real, mas a outras instâncias que fazem referência, diretamente, à formação territorial goiana, oferecendo comparativos a esse respeito.

## **O roteiro de viagem de José da Costa Diogo**

### ***Introduzindo o relato***

José da Costa Diogo é tido como o primeiro viajante das terras de Goyaz (e do atual Distrito Federal) do se qual há registro, datando seu relato de 1734 a 1735. Não se tem por certo se ele se tratava de um tropeiro, de um comerciante ou de outra classe nitidamente identificável, mas Rocha Jr., Cardoso e Vieira Jr. assim o descrevem:

A história de José da Costa Diogo não é a mesma história de grandes viajantes que ficaram conhecidos por desbravar os sertões do Brasil em suas longas travessias e relatos publicados e intensamente analisados. Trata-se antes de um viajante que, com o seu relato, talvez pretendesse garantir a posse de uma data, caso a encontrasse, justificando e exigindo o seu direito por ela baseado na obediência às regras estabelecidas, como percorrer uma estrada cujo trajeto encontrava-se "liberado" ou procurar o regente para deduzir os impostos devidos. Mas é também de um viajante que produz um discurso sobre a sua viagem (...)  
(ROCHA JÚNIOR.; CARDOSO; VIEIRA JÚNIOR, 2006, p. 26)

Júnia Furtado (2016) também desenvolve uma pesquisa com enfoque nesse viajante, atribuindo a ele diversas formas de atividade em decorrência da realidade descrita em seu trajeto, admitindo uma série de "metamorfoses da colonização". De fato, no início, identificamos um viajante, mas também um minerador; um colonizador que nomeava diversas localidades e um enviado administrativo do Governador; um estrategista português e um informante da Coroa Portuguesa. Todas essas características perpassam o dito documento, enfatizando diversas formas pelas quais se percebia aquele território pouco colonizado pelos portugueses, muito mais afeito ao tempo de vida dos indígenas, com prolíferas riquezas naturais ainda a serem subtraídas pelo poder Real.

Com algumas análises quantitativas e qualitativas, abordaremos não apenas o roteiro de fato, mas também o que ele significou, o que foi identificado pelo viajante (intencional e não-intencionalmente) e o que pode ser percebido. Portanto, ainda estamos a tratar de um espaço geográfico multifacetado, material e imaterial, resultado de processos cotidianos e estratégicos que nos dão uma perspectiva muito mais intimista do que representava, nos setecentos, o percorrer de um caminho desconhecido e, até então, proibido. A partir dessa

análise, ainda poderemos tecer algumas considerações referentes à formação territorial de Goyaz, principalmente no rio Tocantins, destacando-se uma gama de fatores que, paulatinamente, inseriam esse território em um plano político de conquista.

Foram transcritos dois documentos para este estudo: o *Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até as Minas de Goiás* (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8) e o *Roteiro da derrota*<sup>93</sup> *do rio Tocantins até Belém do Pará* (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12). A partir dessas fontes primárias, elaboramos um banco de dados referente à cronologia da viagem e às distâncias assinaladas no percurso e, com isso, foi possível desenvolver uma produção de cartografias digitais que reforçam esses dados, além de promover renovados entendimentos geohistóricos a esse respeito.

### ***Organizando o percurso***

A fim de visualizarmos as localidades pelas quais José da Costa Diogo passou, elaboramos um banco de dados que sintetizasse as informações encontradas em seu relato. As concentramos em duas tabelas: a primeira (figura 67) referente à cronologia de viagem, identificando as datas e as localidades percorridas; a segunda (figura 68) assinalando a distância percorrida entre cada ponto de parada, também apresentado diretamente pela fonte consultada. Dessa maneira, temos organizadas as informações úteis para a pesquisa, podendo aplicá-las de acordo com as técnicas em georreferenciamento, possibilitando, como colocam Gil e Barleta (2015, p. 429), "formas alternativas de visualizar informação histórica".

A figura 67 destaca que a trajetória iniciou-se no dia 20 de junho de 1734, à beira do rio São Francisco, prosseguiu por algumas fazendas e alcançou o arraial do Maranhão em 20 de agosto. Somente no dia 02 de novembro partiria novamente José da Costa Diogo e quem o acompanhava (Joaquim Barbosa, três escravos e mais de 10 cavalos carregados de mercadorias (FURTADO, 2016, p. 371)), terminando sua expedição na Cidade de Belém, no dia 23 de janeiro de 1735. Podemos visualizar a dimensão continental desse percurso na figura 69.

---

<sup>93</sup>Furtado (2016, p. 368 [Nota de rodapé]) apresenta o seguinte significado para o termo *derrota*: o caminho percorrido por uma embarcação na viagem por rio ou mar.

Dia	Local
20.06.1734	Rio S. Francisco
22.06.1734	Fazenda do Acary (beira do S. Francisco e barra do Rio Urucuya)
04.07.1734	Fazenda do Fáz tudo (estrada para as povoações do Paranan e outra para os Goyazes)
08.07.1734	Fazenda de Santa Roza (primeira das povoações novas)
09.07.1734	Citio dos Bezerras (encontro de caminhos)
10.07.1734	Lagoa Fea
17.07.1734	Citio dos Macacos (3 dias de Meyaponte)
24.07.1734	Citio de Miguel Ribeiro (caminho até o Arrayal do Maranhão, 5 léguas de Meya Ponte)
20.08.1734	Arrayal do Maranhão
02.11.1734	Arrayal do Maranhão
04.11.1734	Cachoeira Salto
05.11.1734	Ilha piquena
06.11.1734	Coroa no meyo do rio
07.11.1734	Intaypabas
08.11.1734	Cachoeira Canellas
09.11.1734	Cachoeira
10.11.1734	Ribeyro da campanha do Tocantins
11.11.1734	Cotovello do rio
12.11.1734	Coroa no meyo do rio
13.11.1734	Riacho
14.11.1734	Ribeirão
15.11.1734	Barra de um rio
16.11.1734	Morro muito aguçado, denominado "o peio"
17.11.1734	Mato à esquerda
18.11.1734	Fazenda de S. Jozé
21.11.1734	Ilha de mato com moradores
22.11.1734	Cachoeira Hopeco
23.11.1734	Rio da Canabrava
24.11.1734	Ilha pequena após Rio Grande
25.11.1734	Ilha após Rio Caricház [Crixás]
26.11.1734	Ribeirão Agoa suja
27.11.1734	Serra Grande à direita
28.11.1734	Rancho após cachoeiras
30.11.1734	Ribeirão após estreito comprido
01.12.1734	Rio do Sono
02.12.1734	Rancho
03.12.1734	Ilha no meyo do rio
04.12.1734	Rancho após 400 jangadas
05.12.1734	Ilha no meyo do rio após Serras altas e vermelhas
06.12.1734	Ilha do Morro Vermelho
07.12.1734	Rancho após duas ilhas
08.12.1734	Ribeirão após cachoeira ruim
09.12.1734	Rancho após canaes à esquerda
10.12.1734	Rio bom
11.12.1734	Prayas grandes
12.12.1734	Encontro com Tapuyas
13.12.1734	Aldeya defronte ao Rio dos Taguanhunias
14.12.1734	Ilha após recife
15.12.1734	Arrayal de cazas
16.12.1734	Arrayal de cazas
17.12.1734	Rancharia no mato após cachoeira Itaboca
18.12.1734	Praya grande
19.12.1734	Rio bom com ilhas
20.12.1734	Rancho com maré
21.12.1734	Caza de Gregorio Francisco e Villa de Cametá
23.01.1735	Cidade de Bellem do Gram Pará

Figura 67 – Tabela contendo as datas e os locais percorridos por José da Costa Diogo (MALULY, 2017b, p. 6)

Local	Distância em léguas	Distância em km	Dist.georreferenciada	Erro em %
Fazenda do Acary até Fazenda do Fáz tudo	45	247,5	180	28
Fazenda do Fáz tudo até Fazenda de Santa Roza	12	66	55	17
Fazenda de Santa Roza até Citio dos Bezerras	5	27,5	24	13
Arrayal do Maranhão até Cachoeyra Salto	6	33	38	15
Cachoeyra Salto até ilha pequena	1	5,5	-	-
Ilha pequena até coroa no meyo do rio	6	33	-	-
Coroa até intaypadas	3	16,5	-	-
Intaypadas até cachoeira canellas	5	27,5	-	-
Cachoeira Canellas até cachoeira	3	16,5	-	-
Cachoeira até ribeyro	7	38,5	-	-
Ribeyro até cotovello do rio	9	49,5	-	-
Cotovello até coroa no meyo do rio	3	17,5	-	-
Coroa até riacho	8	44	-	-
Riacho até ribeirão	3	16,5	-	-
Ribeirão até barra de um rio	3	16,5	-	-
Barra até morro aguçado denominado "o peio"	5	27,5	-	-
Morro até mato à esquerda	6	33	-	-
Mato até fazenda S. Jozé	3	16,5	-	-
Fazenda até ilha de mato com moradores	7,5	41,25	49	16
Ilha até cachoeyra hopeco	4	22	-	-
Cachoeyra até Rio da Canabrava	11	60,5	65	7
Rio da Canabrava até ilha pequena após Rio Grande	8	44	67	52
Rio Grande até ilha após Rio Caricház [Crixás]	8	44		
Ilha até Ribeyrão de Agoa suja	7	38,5	42	9
Ribeyrão até Serra Grande (depois do Rio dos Mangues)	7	38,5	44	14
Serra Grande até rancho após cachoeyras	6	33	-	-
Cachoeyras até ribeyrão após estreito comprido	8	44	-	-
Ribeyrão até Rio do Sono	8	44	55	25
Rio do Sono até rancho	8	44	-	-
Rancho até ilha no meyo do rio	10	55	69	25
Ilha até rancho após 400 jangadas	10	55	-	-
Rancho até ilha no meyo do rio após serras altas	2,5	13,75	-	-
Ilha até Ilha do Morro Vermelho	9	49,5	-	-
Ilha do Morro Vermelho até rancho após duas ilhas	8	44	42	5
Rancho até ribeyrão após ilha ruim	7	38,5	22	43
Ribeyrão até rancho após canaes à esquerda	4	22	-	-
Canaes até rancho após rio bom	5	27,5	-	-
Rio bom até prayas grandes	7	38,5	-	-
Prayas grandes até encontro com tapuyas	14	77	-	-
Rancho até ilha defronte ao Rio dos Taguanhunas	5	27,5	55	100
Ilha até ilha após recife	7	38,5	-	-
Ilha até arrayal de cazas	7	38,5	-	-
Arrayal até rancharia no mato após cachoeira Itaboca	3	16,5	-	-
Cachoeyra até Praya Grande	7	38,5		
Praya até rio bom com ilhas	8	44	-	-
Rio bom até rancho com maré	6	33		
Rancho até caza de Gregorio Francisco e Cametá	15	82,5	55	34

Figura 68 – Tabela contendo locais e distâncias indicadas por José da Costa Diogo (MALULY, 2017b, p. 7–8)

Rocha Jr. et al (2006, p. 46) afirmam que há uma "clara confusão de datas no decorrer do documento, o que nos sugere que o mesmo tenha sido escrito posteriormente ou que não havia uma clara preocupação com a passagem do tempo para os nossos viajantes". Porém, se fizermos paralelos entre as datas indicadas e os acontecimentos relatados, não há discrepâncias que impossibilitem a análise documental.

Já na figura 68, além de organizarmos as distâncias em léguas apresentadas pela fonte, buscamos georreferenciá-las segundo as pistas indicadas, localizando parte das formações naturais e de povoamento. Porém, identificamos uma natural inexatidão dessas distâncias, já que foram mensuradas à época pelos próprios viajantes. Assim, na primeira coluna, destacamos o trajeto percorrido; na segunda coluna, estão descritas as distâncias em léguas; na terceira, uma conversão para quilômetros, pautando-se na medida de 1 légua para 5,5 quilômetros (já utilizada nesta pesquisa); na quarta, a distância que de fato encontramos no processo de georreferenciar os locais; na quinta, o erro entre o que foi descrito e o que precisamos. Notamos que não há grandes diferenças, exceto na distância apurada no excerto referente ao trajeto que ligava "um rancho até uma ilha defronte ao Rio das Taguanhunus", alcançando um erro de 100%. Também é visível que não tivemos sucesso em encontrar todas as localidades indicadas no roteiro (31,25% dos locais georreferenciados apenas), já que grande parte delas são imprecisas e podem ter sido perdidas ao longo dos anos de ocupação e transformação territorial em Goiás e no atual estado do Tocantins. Não obstante, retomamos a técnica de interpolação linear por nós explicitada e explorada anteriormente (ver "Reconstruindo o caminho de São Paulo"), ligando dois pontos por uma reta mediana. Com isso, elaboramos a figura 69, que demonstra o grau dessa jornada que durou quase um ano e que compila os dois documentos escritos por José da Costa Diogo.

Podemos perceber, de antemão, que se tratava de um caminho proibido, pois demonstramos que eram poucos os caminhos oficiais de entrada até as terras de Goyaz. O caminho único de São Paulo, implementado a partir de 1730, e o caminho de Cuyabá de 1736. Ou seja, na data em que foi escrito o dito relato, só se permitia o acesso a essas minas por São Paulo, mas, como enfatizamos reiteradas vezes, a realidade vivida espacialmente não condizia inteiramente com os planos reais de conquista. Aqui, temos uma nítida relação de percurso de um caminho que não figurava entre o que oficialmente se percorria, constatando a nossa tese a respeito das horizontalidades e das verticalidades do espaço.



Figura 69 – Mapa do trajeto percorrido por José da Costa Diogo (MALULY, 2017b, p. 5)

Não sabemos ao certo o motivo pelo qual José da Costa Diogo e Joaquim Barbosa estavam na altura do rio São Francisco, mas é citado no dito relato que pretendiam seguir "viagem para as minas do Serro do Frio com alguns cavalos carregados." Porém,

Se divulgou que o caminho das minas dos Goyazes estava desimpedido para que pudessem entrar tudo o que quisessem vindo do Rio de S. Francisco e de outra qualquer parte, pagando contagens como era costume nas mais minas, e parecendo-nos que nas minas dos Goyazes poderíamos fazer melhor negócio do que nas do Serro do Frio, nos resolvemos a seguir para aquelas e deixar estas (...) (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8)<sup>94</sup>

Assim, há nota de que o até então proibido caminho da Bahia estava liberado, o que é de extremo interesse para a nossa pesquisa, já que encontramos com muito mais frequência, na documentação analisada, bandos e proibições de caminhos do que liberações. No dia 22 de junho, tendo realizado apenas dois dias de viagem, diz José que "topamos huns homens que vinham das ditas minas dos Goyazes e nos disserão que depois da sua partida se havia de publicar o Decreto de Sua Magestade em que concedia o caminho franco". A 8 de julho "achamos huns passageiros que vinhão dos Goyazes e nos dicerão que havia licença para entrar tudo por tempo de três mezes (...)". Aproximadamente no dia 20 de julho encontraram "hua tropa que vinha dos Goyazes e nos dice que já o caminho estava outra vez impedido e que verdade era tinha estrada franca, mas que fora tão somente por 10 dias contado da publicação".<sup>95</sup>

Ora, há menção a um decreto que liberaria o dito caminho, o que não se põe de acordo com o que recolhemos até agora nesse sentido. Rocha Jr. et al (2006, p. 52) nos esclarecem essa situação, posto que Antônio de Sousa Basto, superintendente do distrito do arraial do Maranhão<sup>96</sup>, havia liberado o dito caminho, apesar da proibição real dos caminhos curraleiros até Goyaz. Dessa forma, arbitrava-se pelo uso desses caminhos em prol do abastecimento daquela região das novas minas goianas, introduzindo produtos encontrados no São Francisco que, como vimos anteriormente, eram de extrema escassez. Ainda assim, tendo sido novamente proibido o caminho, decidem eles manter o percurso.

---

<sup>94</sup>Furtado (2016, p. 371–372) destaca que nesse mesmo ano iniciou-se a demarcação do Distrito Diamantino no Serro Frio, o que vedaria a passagem até essas terras pela Intendência dos Diamantes.

<sup>95</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8.

<sup>96</sup>Ainda segundo os autores, "detinha os mandos sobre a tributação, a repartição de datas de terras, arbitrava os conflitos, fiscalizava a arrecadação dos quintos e controlava o acesso às minas. Com tamanho poder, era a autoridade na região, estando abaixo somente do superintendente geral e do governador da capitania." (ROCHA JÚNIOR.; CARDOSO; VIEIRA JÚNIOR, 2006, p. 52)

***"Das populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins ..."***

Ainda que sob uma incerteza da liberação do dito caminho, continua em sua viagem José da Costa Diogo e os que o acompanhavam em direção a Goyaz, chegando ao arraial do Maranhão em 20 de agosto de 1734, não encontrando o superintendente Antônio de Sousa Bastos. Chegaria este apenas no início de setembro e, "vinte dias após a sua chegada, inicia o confisco, começando pela fazenda em que se encontravam José da Costa Diogo e Joaquim Barbosa. (...) Aqui vê-se bem ressaltada a questão do confisco como forma de arrecadação violenta e politizada de impostos" (ROCHA JÚNIOR.; CARDOSO; VIEIRA JÚNIOR, 2006, p. 54). Após esse episódio, decide José da Costa Diogo:

(...) como algum tempo tive exercio de minerar, me determiney de continuarlo, para o que procurey camaradas que me acompanhassem a fazer algum descobrimento de ouro com efeito achando sete camaradas e quatro escravos, três meus e hum dos camaradas. Nos rezolvemos com duas canoas, ferramentas, mantimentos e o mais necessário que comprey tudo a custa de minha fazenda a seguir viagem pello Rio dos Tocantins a baixo em rezão de melhor comodidade para a condução dos mantimentos e mais equipagens, parceiros para o descuberto desejado das populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8)

Portanto, ainda que tivesse sido confiscado pelo superintendente, que poderia ter liberado o caminho da Bahia apenas em virtude de uma futura arrecadação por sua parte, resolve José da Costa Diogo prosseguir, dessa vez descendo o Rio Tocantins. Lembremos que, à época, era estritamente proibido seguir para o norte em direção ao Pará e ao Maranhão. Se havia uma certa relativização dos caminhos dos currais, de acordo com a necessidade de abastecimento regional e com um receio de esvaziamento dos arraiais, esse não era o caso dos descaminhos pelo Tocantins.

Segundo carta do Governador e Capitão-General de São Paulo D. Luís de Mascarenhas ao rei D. João V (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 89), de 1739, havia uma expressa proibição de comunicação das minas de São Félix e arredores, descobertas à época, com o Pará, sendo essa comunicação "por terra ou por rios navegáveis". Ainda sobre essa relação, havia uma certa preocupação de acordo com o pertencimento eclesiástico das paróquias desses arraiais ao Bispado do Pará, posto que a Cidade de Belém era acessível apenas pelos "portos de mar" em face à proibição de navegação do Tocantins. Relata o dito governador: "como do Cabo de Santo Agostinho para o Norte correm as agoas de maneyra que em todo o anno não há monção para o Sul sem grande volta e me segurão os clerigos mais absolutos, sem que se lhes possa dar remedio a tempo". Ou seja, desde o Cabo de Santo Agostinho, localizado na Capitania de Pernambuco, não havia forma de ir e vir até o Pará, parecendo-lhe mais conveniente que se passasse o controle

eclesiástico dessas paróquias para o Bispado da Bahia ou do Rio de Janeiro. Isso enfatiza a ligação que se queria estabelecer entre Goyaz e Salvador ou Rio de Janeiro, em uma época que os caminhos até as ditas cidades eram proibidas. Portanto, tais banimentos não eram absolutos, mas flexíveis de acordo com as necessidades da Coroa Portuguesa. Ainda, era reforçada a falta de comunicação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que se mostrava imprescindível para a manutenção desses arraiais sob o governo de São Paulo. Doles (1973, p. 29–30) confirma esse fato, destacando a recomendação imperativa do governador D. Luís de Mascarenhas ao fechamento dessa rota em 1735, na junta extraordinária de São Paulo que decidiu pela criação da vila em Goyaz, além de uma definitiva proibição datada de 1737, também recordada na carta por nós consultada do mesmo governador<sup>97</sup>.

No mapa "Capitaniá de Goyás" está presente parte do caminho percorrido por José da Costa Diogo (figura 70). Este saiu do rio São Francisco subindo o seu afluente, o rio Urucuya, até atingir o arraial do Maranhão, passando por algumas fazendas e pela Lagoa Feia, nas proximidades do futuro Arraial dos Couros, que colocamos em evidência anteriormente (ver "Sintetizando o surgimento dos arraiais"). No dito mapa, o caminho em paralelo ao Urucuya ia até o arraial de Itiquira, não prosseguindo Goyaz a dentro. Porém, como vimos, esses caminhos conectavam-se amplamente de acordo com as necessidades de deslocamento postas.



Figura 70 – Detalhe do caminho pelo rio Urucuya até o arraial de Itiquira, no mapa *Capitaniá de Goyás* (Autoria desconhecida, século XVIII)

<sup>97</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 89.

Na figura 71 temos um mapa que identifica os locais citados em ambos os roteiros de José da Costa Diogo, organizados na figura 68. Georreferenciamos as localidades por nós encontradas e, novamente, certos questionamentos surgiram após a utilização de Sistemas de Informação Geográfica. Notamos que, no início e no fim do trajeto, há a menção a localidades de povoamento, como casas, sítios, fazendas, arraiais, vilas e cidades. No interstício desses pontos, apenas locais "naturais", isto é, cachoeiras, ilhas, morros, serras, estreitos, ribeirões, rios, intaipadas, etc. Para facilitar essa visualização, fizemos uso de cores, identificando os pontos de povoamento em laranja e os da natureza em verde. Analisando essa produção, identificamos um grande "sertão". Inclusive, o próprio viajante utiliza o termo em dois momentos no roteiro.

Estavam eles no décimo sexto dia de viagem quando avistam uma casa à direita do rio Tocantins, sendo ela "huá caza de sobrado ainda por acabar, com hum rossado feito de pouco tempo, e nelle hú curral principiado junto da caza"<sup>98</sup>. Seria esta casa a Fazenda de S. Jozé, única estrutura de povoamento localizada pelo autor na *hinterlândia* por ele percorrida ao norte de Goyaz. Lá descansaram alguns dias, dando relato da derrota aos seus moradores, e estes descrevem que "o certão em que habitavam se chamava as terras novas que tinham dado obediência á Cidade do Gram Pará, cerão regidas pello capitão Manuel da Costa Madureyra"<sup>99</sup>. Ainda, os moradores

(...) nos dicerão que logo abayxo desta fazenda ficava a barra do Rio Parnatinga, e que sete legoas por elle asima vinha fazer barra hum rio chamado Palma e que na forquilha dos dous rios tinham estes sua Igreja chamada Sam Felix. Que as fazendas daquelle certão estavam pella beira dos dous rios e seus meynos, tambem nos dicerão mais andando em descubrimento forão dar á campanha dos Tocantins adonde acharão o capitão Carlos Manoel com outros companheiros (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12)

O sertão, do qual falam Moraes (2009), Amado (1995) e Arraes (2017) (ver "Os certões" e os "vazios"), aparece nitidamente nessas passagens. Primeiramente localizado entre o povoamento goiano e o paraense, sob o nome de "terras novas" (denominação essa utilizada recorrentemente na documentação da época em referência aos descobrimentos ao norte de Goyaz); secundamente entre dois rios, antes da campanha dos Tocantins. Ou seja, assim como identificamos na figura 42, a ideia de sertão está atrelada a locais que se encontravam entre formações naturais ou antropomórficas de conhecimento prévio. Os "certões" são postos de maneira a estarem sempre "entre algo", como que à espera da colonização efetiva.

---

<sup>98</sup>AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12.

<sup>99</sup>*Ibidem*

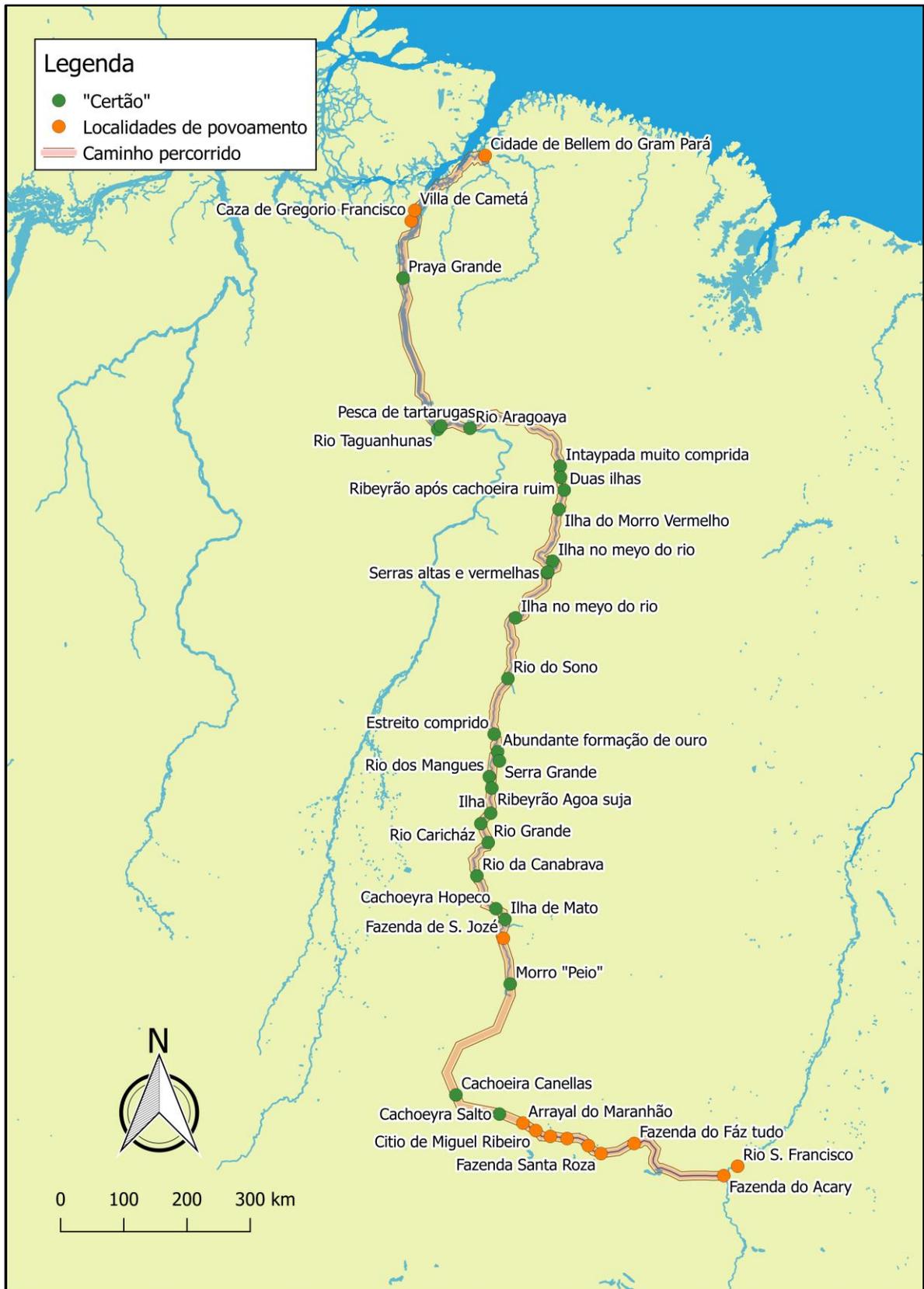


Figura 71 – Mapa dos locais percorridos por José da Costa Diogo (MALULY, 2017b, p. 9)

O mesmo ocorre com o sertão identificado na figura 71, localizado entre os povoamentos da jurisdição Real portuguesa. Corroborando com essa hipótese, José da Costa Diogo enfatiza, no décimo dia de viagem, que lhes foi transmitida uma "certeza que em todos estes Ribeiros, suas vertentes havia ouro em abundancia em toda a campanha". Ainda, enumera uma série de localidades que apresentavam boas formações, passíveis de serem exploradas, ao longo de toda a derrota do Tocantins. Como exemplo disso há notícia de ouro nos dias 4, 5, 8, 10, 14, 22, 24, 26 e 30 de viagem, nas suas mais variadas formas naturais, e, nesse sentido, o dito viajante transparece que o seu objetivo principal naquela jornada era a de fazer explorações auríferas. Diz ele aos moradores da Fazenda de S. Jozé que andavam ele e seus companheiros "em diligencia de algum descuberto de ouro que fosse capaz de nos arrancharmos".<sup>100</sup>

No trigésimo dia de viagem, encontram-se eles nas serras altas e vermelhas, "das quaes sayem quantidade de ribeirão; todos com boa formação e tomando a barra do meyo;". Demoram-se quatro dias naquelas campanhas "no fim dos quaes me requererão os camaradas que fizessem caza forte com que nos arranchamos porque tinhamos minas permanentes em toda a campanha".<sup>101</sup> Furtado (2016, p. 396), a respeito dessa passagem, diz que devemos nos atentar à "utilização do adjetivo "permanente" ao se referirem a essas minas para indicar não só que sua riqueza era bem maior do que a das prospecções que haviam feito até então, como o fato de que eram as que, de antemão, já esperavam encontrar".

Deve-se ressaltar, também, que o roteiro produziu um conhecimento efetivo sobre o, até então, pouco explorado (por parte dos portugueses) território que envolvia o rio Tocantins. Dedicou José da Costa Diogo pouca descrição dos povoamentos no início e no fim de sua jornada, tanto em Goyaz quanto no Pará, posto que a necessidade da época estava em se averiguar a existência e a abundância dos achados de ouro ao longo do dito rio, além das formações naturais que facilitassem ou dificultassem o percurso, como cachoeiras, ribeirões, coroas, intaipadas, etc. Reforçava-se um imaginário espacial muito comum à época a respeito das variadas riquezas auríferas encontradas nesse rio, havendo, pois, uma necessidade de se instalar a presença colonizatória portuguesa nesses territórios (BERTRAN, 2011, p. 202; FLORES, 2006, p. 75–77; FURTADO, 2016, p. 392; LEMES, 2012, p. 116; NOGUEIRA, 2008, p. 104).

---

<sup>100</sup>*Ibidem*

<sup>101</sup>*Ibidem*



Figura 72 – Mapa dos locais e caminhos citados por José da Costa Diogo (MALULY, 2017b, p. 10)

Se ensejamos promover uma visualização cartográfica do espaço colonial setecentista observado por José da Costa Diogo, não devemos permanecer apenas na descrição dos locais percorridos por ele, mas também dos que ele cita ao longo de seu percurso. Assim como fizemos entre as figuras 53 e 55, podemos identificar o espaço em suas mais variadas facetas quando georreferenciamos o imaginário contido na narrativa de época. Em semelhança à carta do Governador de São Paulo D. Luís de Mascarenhas, de 1741, sobre a Capitania de São Paulo (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 139), na figura 72 produzimos um mapa narrativo a respeito de outras instâncias do espaço minerador goiano.

José da Costa Diogo cita alguns locais de interesse à nossa investigação e, principalmente, alguns descaminhos. No roteiro de viagem sobre a derrota entre o rio São Francisco e as Minas de Goyaz, ao dia 9 de julho de 1734, diz:

(...) chegamos ao citio dos Bezerras ao qual vem Sair hua estrada que vem do Rio do S. Francisco da Villa de S. Romão pello Rio Paracatu asima; outra que vem do Rio das e para dizer melhor da sua barra. E outra que vem das Minas Geraes buscando o rio do Abayté. Todas estas estradas se ajuntão no citio dos Bezerras, e fazem estrada Real para as Minas dos Goyazes (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8).

É curioso notar que, no dito "cítio dos Bezerras", havia uma confluência de caminhos, todos direcionados ao rio São Francisco, e que se encontravam nesse mesmo ponto. Todos se distribuía em enquanto possibilidades de trânsito entre Goyaz, Bahia e as Minas Geraes, além do próprio rio Urucuya percorrido pelo viajante. Também é notável a menção ao rio Paracatu, junto à Vila de Paracatu da qual já tratamos, e que estabelecia uma conexão muito próxima com Goyaz e seus mineradores.

Há, da mesma forma, nota a alguns locais que perpassaram o imaginário de José da Costa Diogo em sua jornada até a Cidade de Belém do Pará. São eles a Villa de São Romão, à beira do São Francisco<sup>102</sup>, o Arraial de Meia Ponte<sup>103</sup>, as Minas do Paranan e as Minas do Maranhão.

Adicionamos Lisboa a essa lista pois, ao fim do relato, encontram eles o Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão "dando-lhe parte de nossa derrota, dizendo-lhe nós

---

<sup>102</sup>Segundo o Atlas Digital da América Lusa, chamava-se Arraial de São Romão até o final do período colonial brasileiro. Ver: [http://lhs.unb.br/atlas/Arraial\\_de\\_S%C3%A3o\\_Rom%C3%A3o](http://lhs.unb.br/atlas/Arraial_de_S%C3%A3o_Rom%C3%A3o).

<sup>103</sup>É fundamental termos em mente que ele não passou, de fato, por esses lugares, mas os inseriu na sua narrativa. Isso se aplica inteiramente ao arraial de Meia Ponte, apesar de Furtado (2016, p. 372; 374) ter interpretado que José da Costa Diogo, de fato, tenha passado por esse local. Em verdade, menciona-se o dito arraial no dia 17 de julho de 1734, quando ele e sua companhia estavam no "cítio dos macacos", a três dias de distância de Meia Ponte. Também o arraial é mencionado no dia 24 de julho, quando estiveram eles no "cítio de Miguel Ribeiro", a 5 léguas de distância daquele lugar. Ao final do documento há uma listagem de distâncias contempladas no percurso realizado e há mais menções a Meia Ponte, mas não há descrição de estadia sua lá. Rocha Jr. et al (2006, p. 66) também corroboram com esse ponto, ao mapearem o caminho por ele percorrido.

que (...) com ajuda sua, fortalecer para tornar a voltar para os descoberto que tínhamos feyto; o que elle duvidou por não ter ordem de Sua Magestade para expedir tropa pello Rio dos Tocantins assima". Diante da negativa do dito governador, após alguns dias, pedem permissão para irem até as Minas do Maranhão

(...) e dahy para as terras novas para chegarmos às minas para nellas nos fortalecermos de mais poder para tornarmos para os descobrimentos que tínhamos feito, o que elle não só nos não concedeu, mas nos demorou athe a chegada dos navios, em os quaes esperava sucessor, ou ordem para poder mandar a tropa pellos Tocantins assima, e a nós por guias della (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12)

Tal expedição não ocorreu e José da Costa Diogo ainda se viu obrigado a ir até o Reino de Portugal para dar relato ao rei D. João V sobre o "descuberto que eu e meus camaradas tínhamos feyto das minas de ouro do Rio dos Tocantins". Como não temos conhecimento dessa etapa de sua vida, sendo encerrado o dito roteiro na Cidade de Belém, preferimos por não adicionar Lisboa aos locais percorridos por ele ao longo da narrativa. Porém, se hoje temos acesso a esse roteiro pelo Arquivo Histórico Ultramarino, isso demonstra que o viajante, de fato, foi até Portugal e deu relato de tudo o que viu.

Com isso, podemos ter uma noção do que se constituía, material e imaterialmente, a experiência de circulação desse viajante no tocante aos descobertos auríferos e aos descaminhos do ouro até a Bahia e às Minas Geraes. Porém, há um ponto fundamental nesse documento e que se faz vital para compreendermos a formação territorial de Goyaz: a presença indígena.

### ***Contando os passos***

É possível elaborarmos um cálculo aproximado a respeito da quantidade de léguas que José da Costa Diogo percorreu ao longo de sua jornada. Levando em consideração as figuras 67 e 68, podemos inferir que foram percorridos, na média, 5,8 léguas por dia (31,9 km, mais ou menos) no percurso entre o Arrayal do Maranhão (dia 02 de novembro de 1734) e a Vila de Cametá (dia 21 de dezembro de 1734). Furtado (2016, p. 381–382) compara essa medição com as 4 léguas diárias que foram necessárias entre o rio São Francisco e as minas de Goyaz, destacando a velocidade maior que se tinha nos percursos fluviais em oposição aos terrestres.

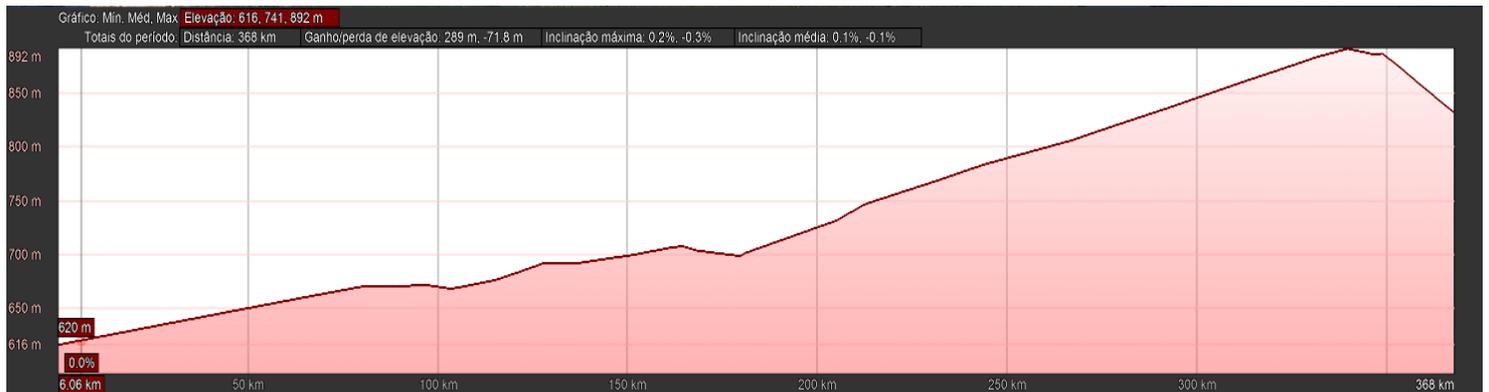


Figura 73 – Perfil de elevação entre o rio São Francisco e o Arrayal do Maranhão (MALULY, 2017)

A esse respeito, elaboramos dois perfis de elevação<sup>104</sup> que trazem contribuições materiais para compreendermos as dificuldades encontradas nos diferentes percursos levantados. A figura 73 apresenta a elevação do terreno enfrentado por José da Costa Diogo desde o rio São Francisco até o Arrayal do Maranhão. Como enfatizado, esse caminho era de natureza terrestre, subindo em paralelo ao rio Urucuya, como aparece na figura 70.



Figura 74 – Perfil de elevação entre o Arrayal do Maranhão e a Cidade de Belém (MALULY, 2017)

A figura 74 destaca o percurso pelo rio Tocantins até a Cidade de Belém e notamos uma característica muito diversa, constituindo-se de uma contínua descida de mais de 800m<sup>105</sup>, enquanto que a figura 73 apresentava uma constante elevação de mais ou menos 200m. Ou seja, para além de termos caminhos terrestres e fluviais que, por si só, já apresentavam condições materiais de viagem diversificadas, o sentido do terreno também nos auxilia a pensar a realidade dos obstáculos que se apresentavam aos viajantes que exploravam o interior do Brasil colonial.

<sup>104</sup>Com uso do *software* Google Earth.

<sup>105</sup>Exceção feita pela presença de uma elevação no centro do perfil, sítio no qual José da Costa Diogo relata haver serras altas e vermelhas de ambas as partes do curso fluvial (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12).

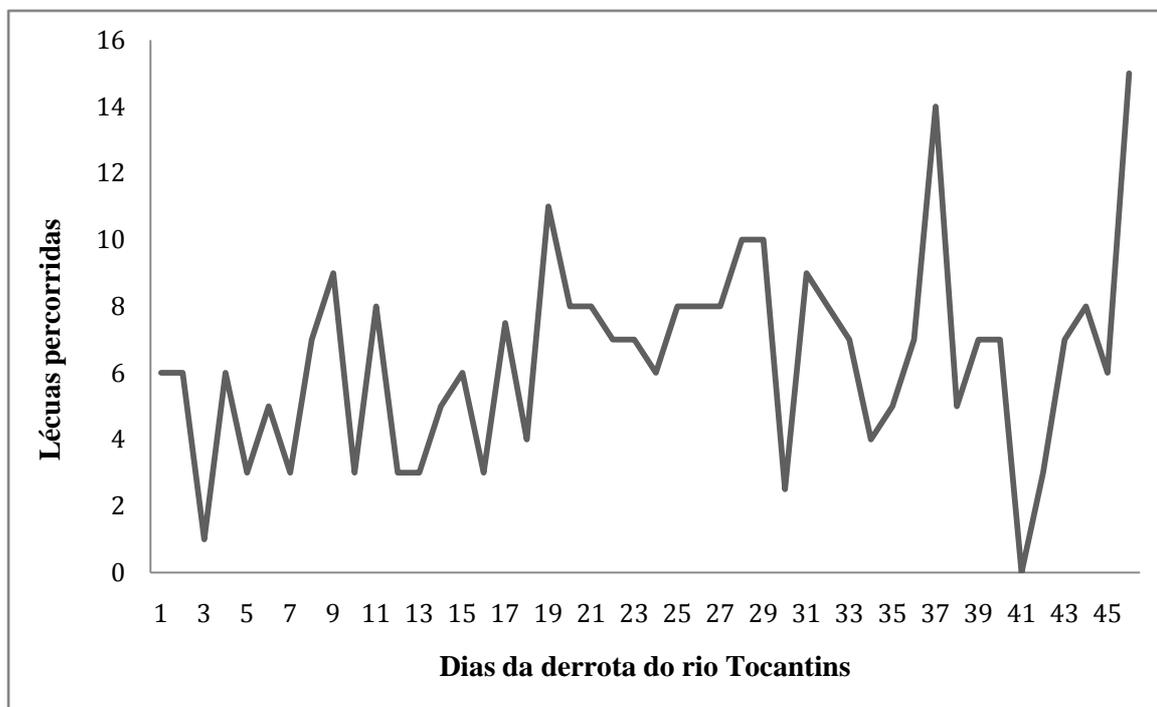


Figura 75 – Gráfico das léguas percorridas por José da Costa Diogo entre o Arrayal do Maranhão e a Vila de Cameté (MALULY, 2017)

A figura 75, por sua vez, denota as alterações de léguas percorridas pelo viajante ao longo de sua derrota no rio Tocantins. Apesar de termos identificado uma velocidade média por ele realizada nesse percurso, há picos que se sobressaem no dito gráfico, a maior parte deles incrementando a quantidade de distância percorrida em apenas um dia.

O primeiro pico de aumento notável é o que se dá no 9º dia de viagem. Nessa ocasião, o autor não faz considerações específicas sobre o motivo pelo qual poderiam ter percorrido uma distância maior, relatando apenas que haviam bons canais "entre huas serras grandes que vinhão acompanhando o Rio de huá e outra parte", a despeito de correntezas e cachoeiras.

A partir da estadia de José da Costa Diogo e sua companhia na fazenda de S. Jozé, iniciam as notícias do gentio que por lá se encontrava, havendo, inclusive, o risco de se despovoarem aquelas "terras novas de Paranan" que continham descobertos de ouro por estarem ameaçadas pela "gentilidade em grande numero". Logo após esse episódio, também escutariam, no 17º dia, que outros moradores ali adiante estavam "citiados do gentio" em uma "cazaforte", tendo a possibilidade de se mudarem para "Parnatinga deyxando a fazenda despovoada" caso "se não tivesse alguá destruição o gentio".

O ouvidor de Goyaz Manuel Antunes da Fonseca, ao escrever pro rei D. João V em 1743, relata que, diante

(...) dos repetidos clamores dos moradores das ditas minas dos Remedios, e dos da Natividade, e povoações das Terras Novas, que incessantemente me representam os insultos de mortes, estragos, roubos, que actualmente recebem do mesmo gentio, sem meyo de repararem, e invadirem a ruina que os ameaça na perda de suas fazendas, gados, roças, serviços mineiraes e interesses das faisqueiras, correndo igual perigo as suas vidas (...) tomei a resolução de passar as ditas minas de S. Felix, que distão 108 legoas, para animar aquelles povos na sua conservação e de fora, com algum meyo provizional athe Vossa Magestade com a sua costumada piedade, e clemencia lhe acudir. (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 227)

Há, pois, a mesma reclamação da presença indígena nas terras novas pelas quais passara José da Costa Diogo quase dez anos antes. Na dita carta, apontam-se as dificuldades existentes na formação de bandeiras para fazer guerra ao gentio, pelos custos dispendiosos que seriam necessários, "considerados os piquenos haveres das terras mineraes (...) ao que lhe acresce a carestia dos generos de fora, que não podem concorrer sem poderozas tropas de gente, por se acharem infestados os caminhos" (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 227). Reitera-se a ligação existente entre os embates com os indígenas e os perigos encontrados nos caminhos de acesso a essas minas, como traz Anastasia (2005, p. 36–37), ao demonstrar o constante enfoque que havia no controle dos caminhos das Minas Geraes pelos frequentes relatos de ameaça nas paragens mais ermas da capitania. O ouvidor encerra a sua carta afirmando que "He sem duvida, que na presente conjuntura, e no estado em que se achão estes povos, e o barbaro poder do gentio, senão pode este expulsar sem que Vossa Magestade lhe mande fazer guerra ofensiva a custa de sua Real fazenda".

Retornando à figura 75, identificamos mais uma alteração nas léguas percorridas na altura do 19º dia de viagem, quando escutam os viajantes gritos de homens e de mulheres e avistam "sete canoas cheyas de gentio" que rapidamente se organizam terra adentro, perdendo-se de vista da companhia. Ficam José da Costa Diogo e os que o acompanhavam na dúvida de retornar rio acima, por conta dos riscos apresentados pela cachoeira, ou sob a ameaça de sofrerem uma emboscada seguindo adiante. Resolvem eles seguirem o curso do Tocantins, percorrendo, ao final do dia, 11 léguas, sem maiores problemas (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12).

No 28º de viagem, encontram eles, abaixo de um riacho, "encostadas quantidade de jangadas" de gentio, "e logo está huá ilha no meyo do rio; e conteria quantidade de

jangadas da mesma parte direita donde o gentio estava dando (...) gritos". Também nesse dia andariam mais que o esperado, percorrendo dez léguas.

José da Costa Diogo e os demais encontram com gentio ainda nos dias 30, 31, 37, representando esses dias picos na figura 75. Há pontos extremos negativos no dito gráfico, como nos dias 29 e 40, mas é pelo fato de haver pouca ou nenhuma informação da quantidade de léguas percorridas pelo grupo, devendo ser desconsiderados na nossa análise. No último dia há um pico de quinze léguas até a Vila de Cameté e pode ter relação com a condução realizada por um Gregório Francisco que acompanhou José da Costa Diogo e seus companheiros até a dita vila. Saberíamos aquele sujeito, provavelmente, os melhores furos nesse trecho, acelerando a expedição. Quando andavam sem conhecimento prévio, tardavam-se mais os viajantes, sofrendo com os reveses da correnteza, das cachoeiras e outros elementos naturais<sup>106</sup>. É de se destacar, também, que no 37º dia de viagem, José da Costa Diogo encontra com um grupo indígena Tapuya no rio Tocantins, realizando demonstrações de aproximação pacífica. Há um intercâmbio entre eles de alguns objetos, entregando aquele "um maço de missanga" e respondendo estes "em agradecimento meyo molhe de frechas". É apresentada uma descrição detalhada no relato sobre os indígenas e, ainda, pela única vez que pudemos identificar em todo o documento, fazem jornada de noite, percorrendo 8 léguas, além das 6 que haviam percorrido durante o dia, somando 14 léguas de jornada, o que excede em muito a média que estavam mantendo. Além disso, viajavam eles, até aquele momento, apenas durante dia, reservando o fim da tarde e a noite para arranchar e caçar alimentos, como era de costume dos bandeirantes e demais viajantes (ANASTASIA, 2005, p. 28–29; HOLANDA, 1966, p. 75–76).

Em análise à figura 75, observamos uma relação direta entre o aumento da velocidade de percurso e o encontro com gentio. Representa este, claramente, uma ameaça para o estabelecimento dos arraiais ao norte de Goyaz, estando em frequentes conflitos com os mineiros e os roceiros lá localizados. Pensando no imaginário desses viajantes, havia um manifesto temor à presença indígena nesse território ainda escassamente colonizado pelos portugueses. Havia até mesmo uma adjetivação específica ao que por eles era considerado de boa qualidade, chamando "coisa de branco", utilizado na derrota do rio Tocantins em alguns momentos, como ressalta Furtado (2016, p. 390). Denota-se uma

---

<sup>106</sup>O que ocorreu nessa mesma derrota no 41º dia de viagem, quando uma das canoas se virou, perdendo o grupo tudo o que nela havia. Tiveram que retornar ao "arrayal de cazas" pelo qual passaram no dia anterior para se abastecerem de farinha, perdendo um dia inteiro da expedição (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12).

periferização que se atribuía, nesses relatos, aos grupos indígenas. Portanto, em termos de análise das condições materiais de viagem no século XVIII, uma variável de grande importância, ao menos nessa porção específica do território, era a notícia, o avistamento ou o encontro com indígenas, provocando uma aceleração no percorrer dessas expedições.

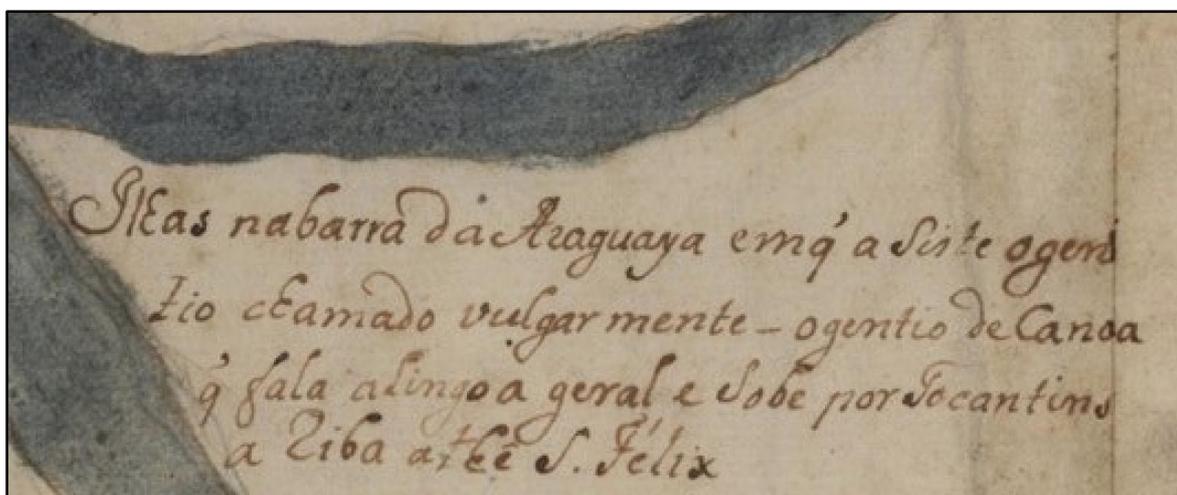


Figura 76 – Detalhe da barra do Araguaia, com menção ao gentio de Canoa, no mapa *Capitaniá de Goyás* (Autoria desconhecida, século XVIII)

Por fim, no já referido mapa "Capitaniá de Goyás", de autoria desconhecida, datado do século XVIII, há nota ao "gentio de Canoa" no encontro do rio Tocantins com o rio Araguaia (figura 76). Como esses mapas muitas das vezes serviam como referencial para as viagens que eram realizadas à época, essa menção é significativa, identificando que o dito gentio "fala a lingua geral e sobe por Tocantins arriba até S. Félix", confirmando as aparições dos Tapuya no relato de José da Costa Diogo. Estavam estes sempre navegando por canoas e se faziam presentes em praticamente todo o curso do Tocantins, mas, no já referido 37º dia de viagem, José da Costa Diogo, ao interagir com um grupo deles, não consegue manter comunicação para além da troca de objetos, o que não se adequaria ao fato de que dominariam a língua geral, mas, em qualquer relato histórico, devemos sempre levar em consideração as exceções.

### ***Transformando tempo em espaço***

Nestes últimos tópicos sobre o roteiro de viagem por nós analisado, apresentaremos mais uma contribuição que as tecnologias informáticas podem ter para os estudos geohistóricos. Trataremos de anamorfoses.

Fizemos referência a vários mapas até este momento. Alguns deles produzidos no século XVIII, no contexto de organização do território pela Coroa Portuguesa, outros confeccionados por nós mesmos. Certas cartografias representando o território, outras espacializando narrativas, de viagem ou não. Porém, o que une a todos é a relação métrica. Estão esses mapas baseados em uma escala que equivale um centímetro a determinada quantidade de metros ou de quilômetros. Essa relação é chamada de "plano euclidiano" e foi naturalizada ao longo dos anos (FONSECA, 2004, p. 234–235), acostumando o leitor a percepções espaciais sempre baseadas em parâmetros métricos. Porém, haveriam outras formas de se produzir mapas que não por um plano quilométrico que os sustente?

Jacques Bertin (1967, p. 285) classifica as anamorfozes cartográficas enquanto construções que deformam as redes geográficas, permitindo a tradução ao plano geográfico de componentes não-geográficos. Dessa forma, são cartografias que trazem ao plano métrico outras informações, distorcendo-o de acordo com as variáveis expostas. Assim, haveria uma alteração de significação do espaço visível, transformando completamente a forma como o leitor interage com a produção cartográfica. Se antes ele se prendia a pontos, linhas e polígonos de conhecimento prévio, auxiliando-o na sua leitura, isto ocorre de maneira diferenciada em uma anamorfose. Ainda existem referências nominativas que conduzem o leitor a reconhecer determinados aspectos do espaço, mas outras formas de leitura se fazem necessárias, deslocando-o a um nível elementar de leitura ou até mesmo formando novos hábitos de identificação (BERTIN, 1967, p. 120). Nessa seara, recomenda Cauvin (1995, p. 270) que se respeite a gramática gráfica "isto é, regras de associação e de conformidade entre as variáveis temáticas a representar e o sistema gráfico (...)".

Ainda a esse respeito, afirma Cauvin:

Ora, é incontestável, ao nível da comunicação, a vantagem das transformações cartográficas espaciais e, em particular, das anamorfozes que distorcem as superfícies (definindo-se estas por um traço, por uma sucessão de pontos ou por qualquer outro processo), independentemente do seu significado conceptual: elas utilizam a componente mais fácil de ver, de ler, de memorizar e de compreender — a variação de superfície. (...) *O interesse fundamental destas transformações reside, portanto, na melhoria da comunicação.* (CAUVIN, 1995, p. 271)

Apresentaremos, pois, duas anamorfozes que têm a função de veicular, espacialmente, informações de outras ordens, mas que ao espaço fazem respeito. Variações de superfície serão utilizadas, transformando as formas de comunicação dos mapas com o leitor, esperando suscitar novas compreensões a respeito do roteiro de viagem de José da Costa Diogo.

A primeira variável que utilizaremos será o tempo. A partir da figura 67 podemos quantificar quanto tempo permaneceu o viajante em terras da Capitania de Minas Geraes, da futura Capitania de Goyaz e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Relembramos que esta análise só é possível a partir das técnicas em georreferenciamento, já que podemos localizar, com maior exatidão, a partir das informações apresentadas pela fonte primária, onde José da Costa Diogo teve e para onde foi ao longo de todo o ano de 1734.

Quantificamos a sua viagem de 214 dias e a especificamos na figura 77 que identifica não apenas por onde passou o viajante, mas também quanto tempo levou em cada local, tanto em termos absolutos quanto em referência proporcional ao total.

<b>Locais</b>	<b>Dias de viagem</b>	<b>Proporção ao total</b>
Minas Geraes	18	8%
Goyaz	130	60%
Rio Tocantins	26	12%
Estado do Grão-Pará e Maranhão	40	18%

Figura 77 – Tabela dos dias de viagem no percurso de José da Costa Diogo (MALULY, 2017)

A partir da distribuição auferida na figura 77, elaboramos a primeira anamorfose (figura 78)<sup>107</sup>. Podemos observar, destarte, uma visível variação de superfície. Mantivemos determinados códigos cartográficos utilizados durante toda a pesquisa a fim de estabelecer uma coerência imagética que dirimisse algumas questões apresentadas pelo leitor, como as cores e o caminho percorrido por José da Costa Diogo. Se compararmos a visualização desse percurso sobre o plano euclidiano com a que obtivemos a partir da aplicação da variável tempo ao espaço, obteremos a figura 79. Novamente, compartilhamos entre as imagens o mesmo uso de signos para facilitar a leitura comparativa e obtivemos resultados interessantes: a dimensão do percurso do rio Urucuya no plano euclidiano é muito menor do que na anamorfose baseada em tempo de viagem. Passou José da Costa Diogo mais de 2/3 de sua viagem entre o rio São Francisco e o Arrayal do Maranhão (devemos nos recordar do confisco realizado pelo superintendente Antônio de Sousa Bastos, o que atrasou significativamente a expedição daquele). Porém, se fizemos a leitura do roteiro de viagem, esse tempo é proporcional à descrição apresentada? Ou quis José da Costa Diogo representar um território pelo qual ele não necessariamente passou tanto tempo?

<sup>107</sup>Com uso do *software* ScapeToad.

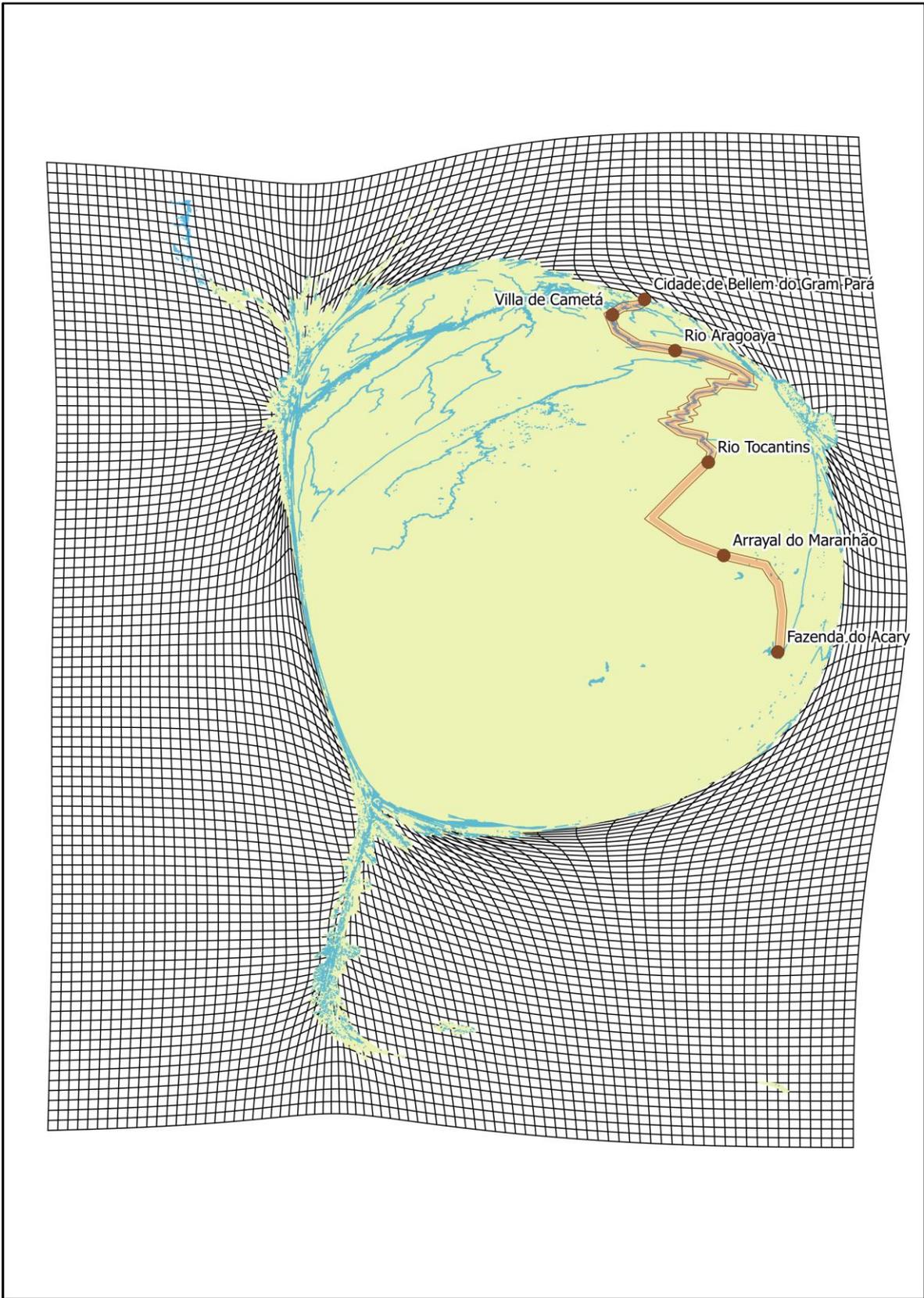


Figura 78 – Anamorfose aplicando a variável tempo de viagem (MALULY, 2017b, p. 13)

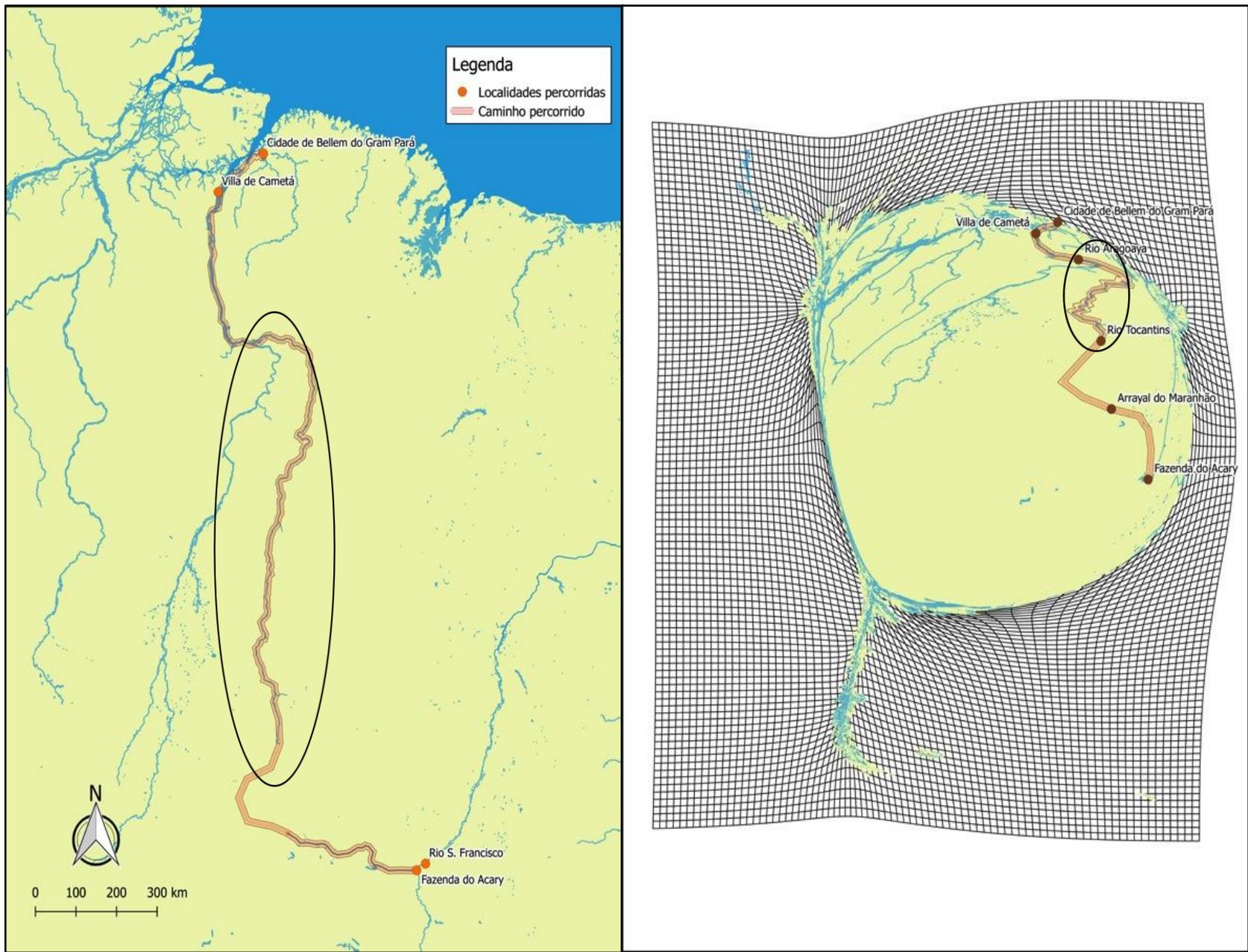


Figura 79 – Comparação entre o mapa em plano euclidiano e a anamorfose aplicando a variável tempo de viagem (MALULY, 2017)

## *Fazendo das palavras espaço*

Como coloca Franco Moretti (2003, p. 13):

(...) a geografia não é um recipiente inerte, não é uma caixa onde a história cultural "ocorre", mas uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade. Tornar explícita a ligação entre geografia e literatura, portanto — mapeá-la: porque um mapa é exatamente isso, uma ligação que se torna visível —, nos permitirá ver algumas relações significativas que até agora nos escaparam.

Essa ligação entre geografia e literatura explicita, pois, as relações espaciais que não somente ocorrem no espaço, mas dele derivam, implicando uma *atividade geográfica* que é refletida (e, ao mesmo tempo, constituída) na literatura. Como trouxemos anteriormente, nos falta averiguar se José da Costa Diogo descreveu proporcionalmente o que ele viu, ou se quis esse viajante auferir uma imagem no texto muito diversa pela qual ele passou. Para alcançarmos esse fim, quantificamos as palavras dedicadas, no roteiro de viagem, para cada porção do território (figura 80).

<b>Locais</b>	<b>Número de palavras</b>	<b>Proporção ao total</b>
Minas Geraes	354	5%
Goyaz	1598	25%
Rio Tocantins	3228	51%
Estado do Grão-Pará e Maranhão	1030	16%

Figura 80 – Tabela das palavras utilizadas na narrativa de José da Costa Diogo (MALULY, 2017)

Podemos perceber, em comparação com a figura 77, alterações contundentes nas proporções entre os dias de viagem percorridos e o número de palavras utilizado na descrição do roteiro. Minas Geraes e o Estado do Grão-Pará e Maranhão têm leves alterações, mas o enfoque sobre Goyaz é fortemente reduzido, contrastando com a dedicação de cerca de 51% da narrativa especificamente ao rio Tocantins. Com essas informações produzimos a segunda anamorfose (figura 81) que constata que os objetivos da narrativa de José da Costa Diogo não estavam vinculados ao tempo que ele passou em Goyaz, mas à descrição pormenorizada do curso do rio Tocantins. O viajante, ao apresentar seu relato à Coroa Portuguesa, identificará os locais pelos quais passou (ou não, como vimos) em virtude de estabelecer, provavelmente, as melhores localidades para as quais a Administração Real deveria concentrar seus esforços. Temos, pois, a clara perspectiva de colonização refletida no relato de viagem.

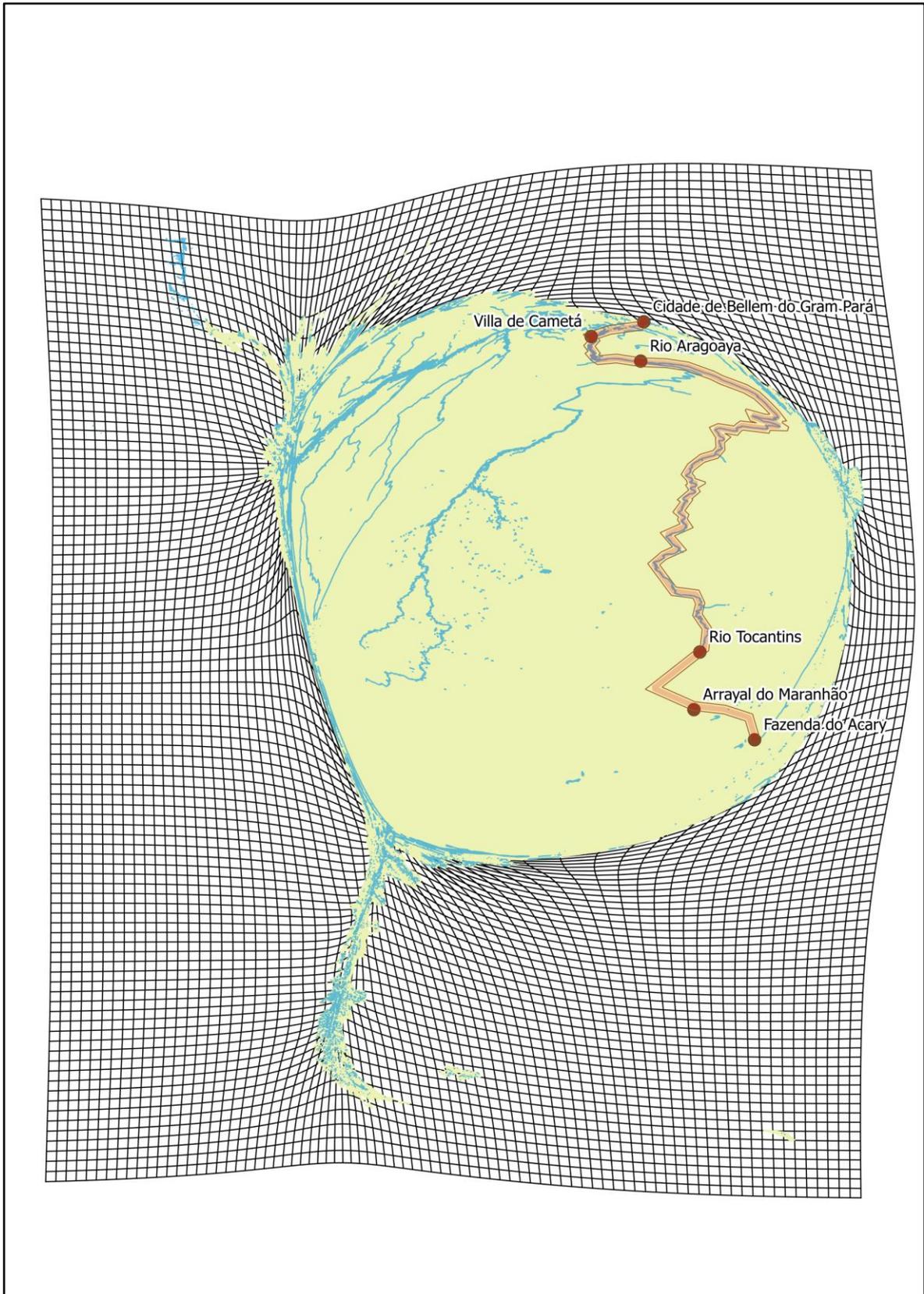


Figura 81 – Anamorfose aplicando a variável de palavras utilizadas na narrativa (MALULY, 2017b, p. 15)

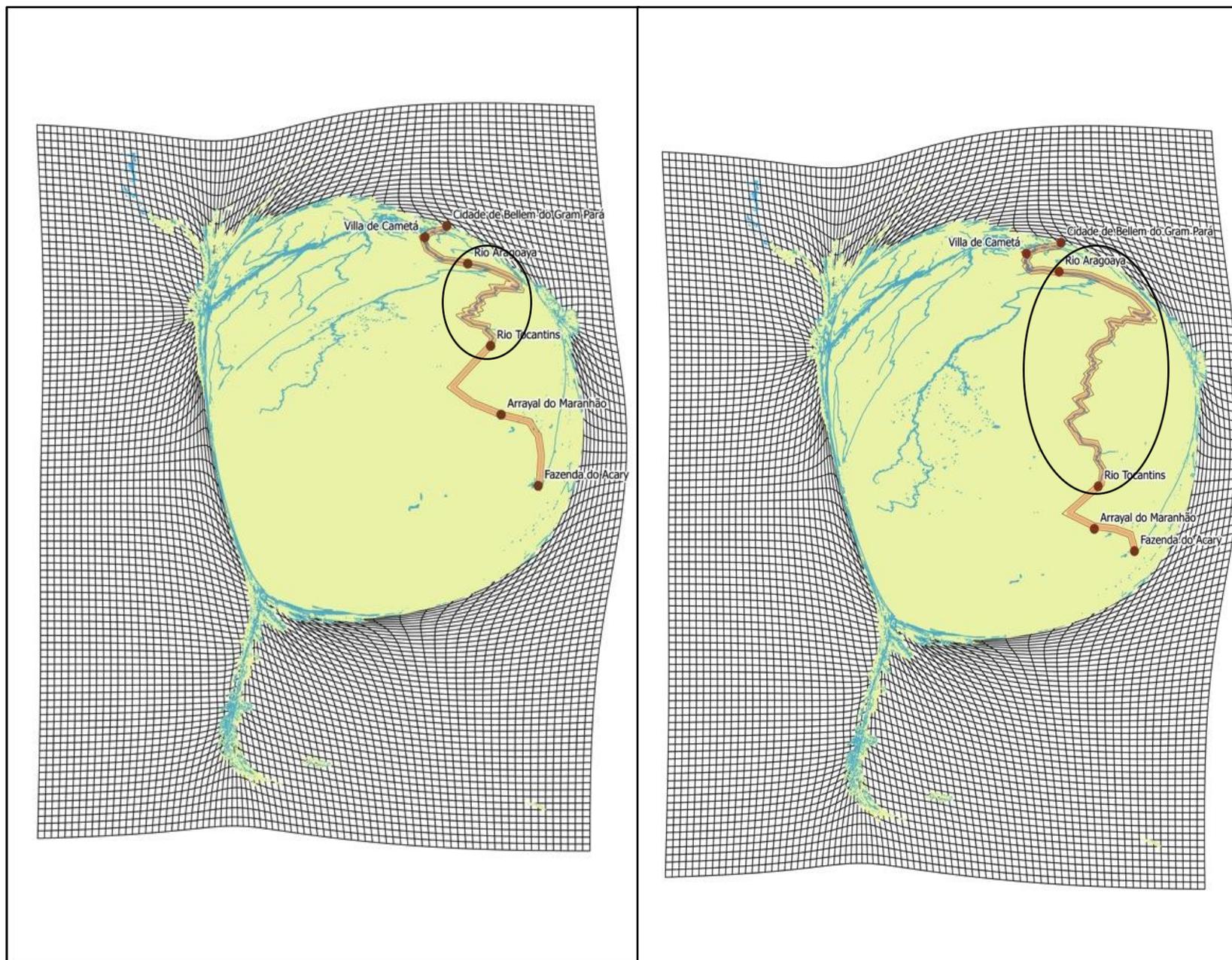


Figura 82 – Comparação entre a anamorfose aplicando a variável tempo de viagem e a anamorfose aplicando a variável de número de palavras utilizadas na narrativa (MALULY, 2017)

A partir da figura 82, podemos perceber as diferenças entre as produções anamórficas que elaboramos analisando os dados apresentados no roteiro de viagem de José da Costa Diogo (MALULY, 2017b). Contrastamos, especificamente, o peso atribuído ao rio Tocantins em cada caso, constatando que, se distorcemos a superfície espacial com o número de palavras enquanto variável, terá o dito rio muito maior relevância do que se levarmos em consideração apenas o tempo de viagem transcorrido. Lembramos que, para atingir estas composições, tivemos que elaborar um método de análise cuidadoso referente à informação histórica evidenciada nos documentos. Primeiramente, realizamos a transcrição do roteiro, incorporando técnicas de leitura paleográfica; em segundo lugar, construímos bancos de dados para organizar os dados extraídos; em terceiro lugar, georreferenciamos esses dados em *softwares* específicos para obter resultados cartográficos dessas informações; em quarto lugar, a partir de análises qualitativas, decidimos aplicar outras variáveis presentes no documento à produção cartográfica; em quinto lugar, fizemos esse exercício de variação da superfície para alcançar novos resultados. Dessa maneira, foram necessárias perspectivas qualitativas e quantitativas em nosso estudo geohistórico, promovendo entendimentos dialéticos que nos permitissem fazer uso dessa gama de estratégias para a compreensão última do roteiro de viagem consultado.

Com este último estudo de caso, esperamos ter elucidado formas mais cuidadosas de se manipular dados espaciais com produções cartográficas de diversas naturezas, implicando diferentes entendimentos sobre o mesmo recurso histórico — o descaminho existente entre o rio São Francisco e a Cidade de Belém do Pará. Não temos notícia desse caminho na cartografia histórica. Foi ele, igualmente, banido de forma severa à época, como encontramos nas fontes primárias. Porém, haviam aqueles que percorriam esses trajetos, mesmo que colocados fora dos planos reais voltados a esse território. Com isso, pudemos reconstruir outros caminhos para além dos apresentados oficialmente à época, denotando que o espaço geográfico é, certamente, múltiplo e extremamente dinâmico. Não podemos nos prender apenas às formas sem fazer referência ao conteúdo. É justamente o movimento dinâmico entre ambos que nos permite elaborar compreensões diversas sobre o *real*. Nesse caso, temos muito o que agradecer a José da Costa Diogo. O seu relato, colhido diretamente em Lisboa após ter tomado a Coroa Portuguesa conhecimento de sua transgressão, nos permitiu mais uma perspectiva a respeito da formação territorial de Goyaz, identificando um vasto sertão entre povoamentos, dedicando este viajante mais da

metade de seu roteiro a apenas um rio. Com o seu relato, pudemos comprovar as relações existentes entre o gentio e os mineradores e roceiros presentes nas novas descobertas de São Félix, Natividade, Paranã e outros, diferenciando-se claramente das formas de colonização nos arraiais do centro-sul de Goyaz. Percebemos, também, como o espaço é flexível, se exposto ao tempo ou às palavras. Visualizamos mais que um (des)caminho, mas as instâncias que o cercavam, perceptíveis ou não, constituindo não apenas uma reconstrução, mas uma reinterpretação geohistórica sobre esse território que se fazia fundamental tanto a portugueses quanto a indígenas.

### **O patrimônio-territorial ativado pela Geografia Histórica**

Todo trabalho é resultado de sua época. Este, é claro, não teria porquê ser diferente. Não tratamos apenas de dar relato a respeito dos caminhos de Goyaz, sem promover questionamentos críticos a eles referentes. Haviam, certamente, caminhos oficiais de percurso obrigatório a partir da perspectiva da Coroa Portuguesa, mas a realidade vivida no espaço era muito mais complexa. Os descaminhos eram numerosos, principalmente em uma parte da colônia que, ao mesmo tempo que estava mais interiorizada — localizando-se, pois, distante dos principais centros litorâneos —, tinha uma posição nevrálgica com relação aos rincões do território. Em constante conexão com a Capitania do Mato Grosso, com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com as Capitanias de Pernambuco, Piauí, Bahia e Minas Geraes, além da Capitania de São Paulo, Goyaz permitia uma proliferação cada vez maior de caminhos e de descaminhos. As possibilidades auferidas pelos entendimentos do patrimônio-territorial (COSTA, 2016, 2017) contribuíram enfaticamente com o projeto proposto.

Ressaltar esses descaminhos, em conjunção com os caminhos, procurando estabelecer um entendimento mais *totalizante* a respeito de uma *incipiente rede de caminhos* (MALULY, 2017a, p. 190), promove uma visão dos saberes territoriais que iam e viam pelas diversas entradas alternativas. Diversos são os autores, como Holanda (1966, p. 80; 89), que destacam a relação direta que havia entre o usufruto dos benefícios dos caminhos e a sobrevivência de inúmeros povoados coloniais. O mesmo também reconhece a ligação existente entre os caminhos e os conhecimentos herdados pelos bandeirantes dos indígenas (HOLANDA, 1957, p. 15). Com isso, os caminhos identificados na figura 83 contemplam muito mais do que uma mera reconstrução material.

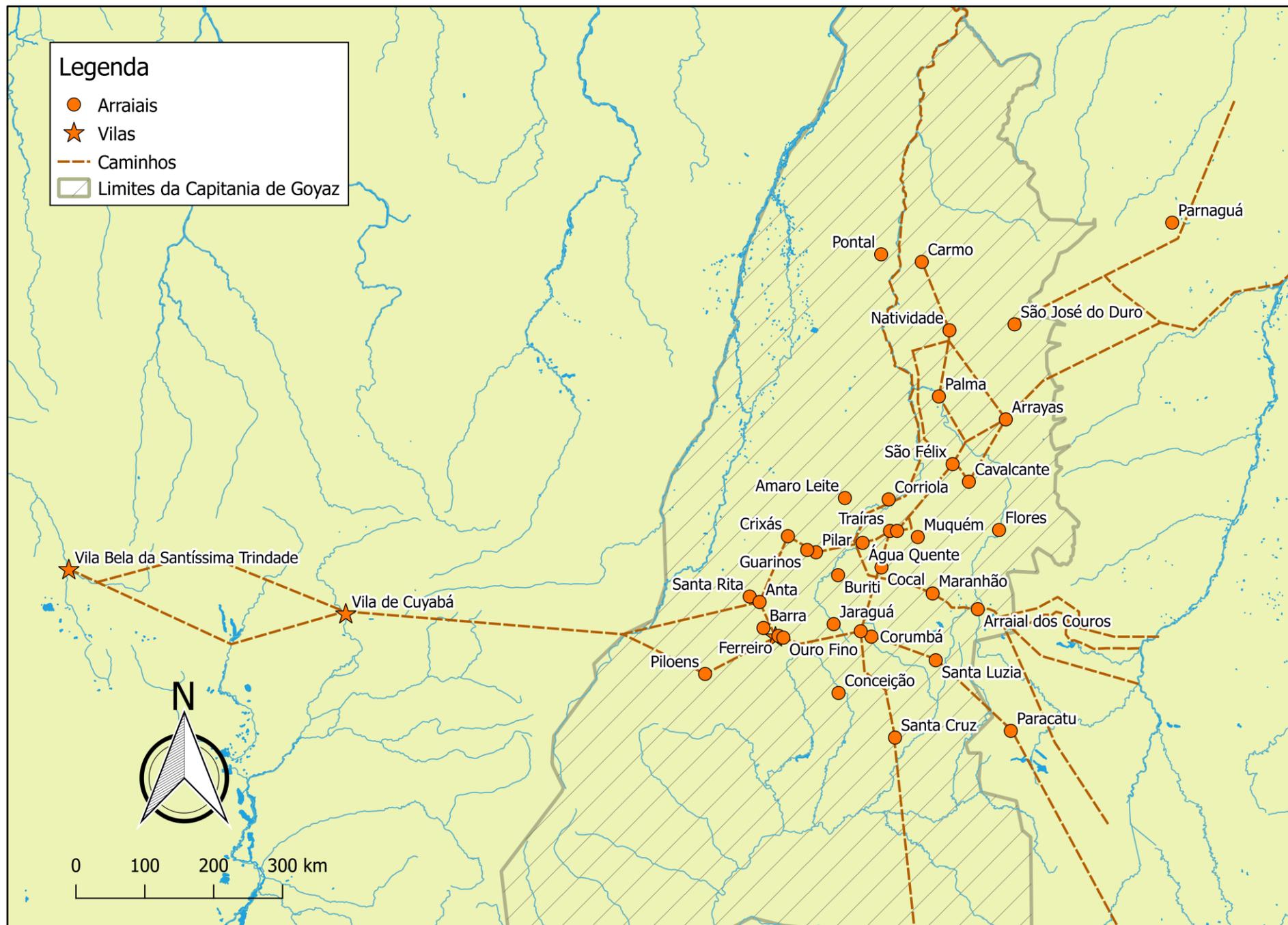


Figura 83 – Conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Piauí e Pará (MALULY, 2017)

De diversas formas, podemos aliar a proliferação desses caminhos e descaminhos com relação aos grupos nativos dessas terras. Capistrano de Abreu (1899, p. 183–184) reforça o fato de que a interiorização das bandeiras visava o apresamento indígena, "causando morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes". Assim, ao mesmo tempo em que a historiografia trata de demonstrar as conexões íntimas de conhecimento territorial que havia entre os povos indígenas e os bandeirantes, reitera-se a colonização promovida a partir dos paulistas com relação ao território e aos habitantes da *hinterlândia*. Por isso, colocar os caminhos e os descaminhos na ótica do patrimônio-territorial é destacar os condicionantes múltiplos dessa existência, tanto em termos de resistência quanto de ativação dessa memória.

Porém, não devemos apenas permanecer no âmbito da memória. Como reitera Maurício de Almeida Abreu, estabelecer uma história do lugar é negar a neutralidade do ato, relativizando até certo ponto a própria memória (que é sempre seletiva), no intuito de resgatar esse passado. Estaria a Geografia Histórica, então, na junção entre "a base segura da análise histórica" ao "esteio não menos seguro que a Geografia proporciona" (ABREU, 2014a, p. 43–44). Assim, tratamos não apenas de reproduzir cartograficamente os diversos objetos geográficos criados em nosso curto — porém denso período (VASCONCELOS, 1999, p. 191) —, mas de também capturar a "organização territorial e urbana da colônia" promovida pelo Estado Português (ABREU, 2014b, p. 234–235). Coordenar a análise institucional portuguesa com a vivenciada cotidianamente se mostra ser um dos maiores desafios na proposta apresentada.

Nesse sentido, esta pesquisa não visa encerrar o debate, mas reanimá-lo, e não apenas no contexto acadêmico. Em virtude de uma ativação desse patrimônio-territorial, necessário nos tempos frágeis que vivemos hoje, principalmente em referência às instituições sociais e educacionais, aliaremos a produção cartográfica que esta pesquisa apresenta com projetos de extensão que levem esse material, devidamente organizado e apresentado, a escolas de ensino primário e secundário, elaborando formas diversas de pensarmos a formação territorial setecentista de Goyaz, assunto ainda pouco tratado dentro da sala de aula. Com essa práxis, motivamo-nos a produzir conhecimento para além do ambiente ainda altamente elitizado e exclusivista das universidades, ampliando o debate para o sistema público de educação, em uma troca de saberes fundamental para qualquer pesquisa científica.

Ainda, tratar de Goyaz em tempos coloniais sem conter uma análise principiada a partir de uma perspectiva geohistórica paulista é um dos desafios mais duros a serem enfrentados. Destaca-se a *colonialidade 'do poder' e 'do saber'*, denunciada por Costa, que põe essas regiões colonizadas à periferia de centros metropolitanos, ofuscando o *ativo* papel do afrodescendente e do indígena em vista da colonização branca europeia (2017, p. 55). Uma história goiana anterior ao início da mineração, provida pelos próprios habitantes dessas terras, sem depender das explicações centradas nos regimes bandeirantes de expedição, é um ponto ainda muito frágil, difícil de ser adentrada. Em parte, isto se dá pela presença maciça de autores focados em uma perspectiva colonial específica, tornando-se escassa a própria resistência local sedimentada em outras formas de disseminação de conhecimento que a oral. O território responde dinamicamente a essas variáveis.

Como enfatizamos, a Coroa Portuguesa pensou e organizou o território, mas qual o papel que os próprios habitantes dessas terras tiveram nesse processo? Ainda há muito que se buscar nesse sentido, principalmente em Goyaz, já que parte-se da premissa básica que as bandeiras principiaram a partir do apresamento indígena. Condiciona-se o pensamento em um único sentido, não havendo o contrário. Em termos lógicos, a colonização já se concebe no próprio pensar do território. Infelizmente, são pontos que se proliferam, carecendo de pesquisas cuidadosas que busquem reverter, de uma maneira ou de outra, esse sistema. A ativação desse patrimônio-territorial — muito diverso a uma concepção padronizada de patrimonialização — por meio da Geografia Histórica é, antes de tudo, uma *possibilidade*, construindo eixos alternativos do pensamento. Esta pesquisa, nesse sentido, buscou animar esse viés por meio não apenas do estudo dos caminhos, mas também dos descaminhos, já que torna-se cada vez mais infecundo pensar um sem pensar o outro. Os objetos que os acompanham, como casas de fundição, registros, contagens, além de arraiais, vilas, aldeias, etc, são fundamentais nessa investigação.

A saber, pudemos perceber pontos essenciais de resgate de um patrimônio-territorial ainda ofuscado pela presença colonizatória de pensamento em alguns tópicos tratados por nós neste trabalho. O primeiro deles está na proposta teórico-metodológica que apresentamos em não tratar o espaço enquanto uma homogeneidade, apesar de sua *totalidade*. Em diversas oportunidades trouxemos as formas pelas quais a análise das forças horizontais e verticais do espaço contribui com a investigação territorial referente aos estudos coloniais brasileiros, tanto em termos do *uso* do território quanto em relação à sua *formação* (pautando-nos, respectivamente, nas conceituações geográficas de Milton

Santos e de Antônio Carlos Robert Moraes). O segundo, na sobreposição territorial auferida a partir do caminho de São Paulo. Balizado pelos rios que o compunham, este caminho foi alvo de intencionalidades que o tornavam a única possibilidade imaginada de circulação para adentrar as terras mineratórias de Goyaz. Isto se refletia na cartografia produzida à época. De acordo com os projetos portugueses de colonização, ressaltar os caminhos obrigatórios de passagem, com os seus registros fiscais, era impetrar as suas próprias estruturas territoriais. Porém, os descaminhos permitem uma leitura diferenciada do território, identificando as suas variadas resistências.

Os caminhos da Bahia e do Piauí denotam uma diferenciada circulação territorial que demonstra fortes potenciais de ativação de acordo com a documentação por nós consultada. Os arraiais goianos dessas partes viviam em um regime diferenciado aos demais da capitania. Isso se tornou mais aguçado nas análises que realizamos sobre o regime de capitação, não sendo aplicada esta medida fiscal nessas "terras novas" de acordo com as solicitações dos próprios moradores. Diante de uma provável evasão e extinção dos arraiais mineradores dessa específica região, flexibiliza-se a ordenação portuguesa, prosseguindo-se com a quintagem do ouro, segundo o que extraímos da documentação histórica. Nesse sentido, é ainda mais notório o destaque dado à *resistência* e às suas potencialidades de ativação desse patrimônio-territorial, posto que encontramos formas diversas de se lidar com as instituições da Coroa de acordo com a sua adaptabilidade ao território e às pessoas que nele habitam. Seriam as múltiplas faces dos direitos e dos deveres definidos "no cerne de regiões e de territórios" que são resgatáveis e reabilitáveis a partir da Geografia Histórica (COSTA, 2017, p. 56). No entanto, carecem esses "caminhos dos descaminhos" entre Goyaz e a Bahia de uma ótica neles mais concentrada, já que são raras as tentativas de se identificar especificamente por onde passavam as trilhas que conectavam esses sítios. Apresentamos uma proposta cartográfica de levantamento desses descaminhos (figuras 66 e 83), com auxílio de produções cartográficas e de roteiros de viagem que nos orientaram substancialmente, mas são diversas as lacunas históricas e historiográficas ainda existentes nesse âmbito. Andrade (2013b, p. 79) confirma essas particularidades de escassez em relação ao oeste baiano, indicando que tal "óbice, se dificulta a caminhada do pesquisador, amplia a relevância de textos de base primária que analisem os "sertões" sob a perspectiva dos processos e arranjos espaciais decorrentes da ocupação e uso daquele território".

Ainda sobre as potências que residem nos descaminhos, Lemke (2010) reforça a conectividade estabelecida a partir do comércio escravagista que, nessa porção própria do território, apresentava características muito diversas a outras partes da colônia. Assim, relações construídas com base nas operacionalidades da escravidão também são ofuscadas pragmaticamente a partir do momento em que esses próprios caminhos não têm o seu lugar de destaque na construção de uma geohistória goiana. Os registros físicos e as contagens por nós mapeados (figura 52) contribuem para essa construção. Até o fim de nosso período, pelo que pudemos coletar, todos esses objetos geográficos de infraestrutura estavam voltados para controlar e, de alguma maneira, organizar a circulação dada ao leste de Goyaz, identificando as respostas portuguesas aos descaminhos que se faziam frequentes. Igualmente pouco aprofundados em perspectivas geohistóricas de pesquisa, esses objetos estavam na base que interligava a organização territorial desejada pela Coroa com as atividades conduzidas na cotidianidade, trazendo elementos essenciais de interesse à análise em patrimônio-territorial.

Coadunada com essa instância analítica, a recuperação da existência de determinados arraiais e as datas dos seus surgimentos é vital nesse projeto de resgate de uma memória e de uma história de Goyaz. Buscamos em diversas fontes bibliográficas informações a esse respeito, cruzamos os dados e obtivemos avanços nesse sentido, mas pesquisas concentradas nessa investigação (quase) arqueológica se fazem ainda muito necessárias, buscando fontes primárias que contribuam com esse viés de pesquisa.

Como estamos a demonstrar, o patrimônio-territorial está amplamente interligado a todos os pontos apresentados nesta pesquisa, associando-se com as possibilidades auferidas por meio da Geografia Histórica. O relato de José da Costa Diogo possibilita um ainda maior aprofundamento nesse debate, já que esse viajante apresentou diversas minúcias territoriais que extrapolam (em muito) os projetos coloniais portugueses. Como vimos (figura 81), esse roteiro deu um peso maior ao rio Tocantins do que aos caminhos terrestres por ele percorridos. Porém, isto não se refletiu no tempo pelo qual ele passou por essas terras, mas na descrição por ele realizada (figura 82). O patrimônio-territorial, nesse caso, não aparece explicitamente no tempo ou no espaço, mas nas palavras utilizadas, já que é identificada por ele uma parte do território que não apresentava um alto nível de detalhe na cartografia histórica setecentista, por exemplo. Ainda, a presença indígena nessas terras (que influenciou diretamente na velocidade do trajeto por ele percorrido) é a base social mais fundante de Goyaz, já que antecederam estes aos portugueses e são o maior emblema

de resistência à presença colonizatória engendrada. Portanto, qualquer perspectiva de *ativação* desse *patrimônio-territorial* do rio Tocantins deve passar pelos saberes indígenas, já que não apenas estão estes na origem desse território, mas influenciaram ativamente na formação territorial ao longo de todo o processo de colonização portuguesa. A discrepante quantidade de arraiais encontrados no centro-sul de Goyaz, em oposição aos localizados no norte, não está vinculada apenas à disposição dos recursos naturais atrativos ao projeto português, mas também tem relação imediata com a capacidade dos indígenas em se opor e batalhar pelo seu território. Nesse sentido, quando georreferenciamos a carta do Governador de São Paulo, de 1741, encontramos menção apenas às localidades distantes dos centros mineradores e comerciais da colônia, sintetizando as preocupações de controle político-material advindas do litoral (figura 55).

Ainda, tratar das disparidades na formação dos arraiais goianos entre o centro-sul e o norte da capitania indica alguns apontamentos que se encaminharão, ao longo das décadas, até o recorte imperial de Goyaz. Grande parte das formações que encontramos nas três primeiras décadas de colonização (até o ano de 1752 na quarta década) estão atreladas a uma atividade mineratória que não ocorrerá no mesmo grau que nas "terras novas" que acompanhavam o rio Tocantins. Apesar das determinações do Governador de São Paulo em alusão ao rio do Sono, localizado nas ditas terras, escassas eram as ocupações portuguesas nesses domínios. José da Costa Diogo, ao apresentar as suas intenções de localizar e de "fazer experiência" nas faisqueiras ao longo do caminho, revela a dominante presença indígena no trajeto percorrido, resistindo ao projeto português de incorporar esse território ao seu domínio. Além disso, notando a preocupação desse viajante ao constatar ou avistar gentio (visualizada pela figura 75 no incremento de velocidade de viagem nesses momentos), a presença indígena — material e simbolicamente — era de muito maior imposição e domínio, denotando uma formação territorial diversa dessa parte de Goyaz. Se avançarmos em algumas décadas, adentrando o século XIX, poderemos perceber a maior ligação que essas terras terão com os latifúndios e o aproveitamento da terra para o gado e para cultivos, apesar dos apontamentos auríferos enfatizados pelo viajante. Em termos de custo de oportunidade, nos parece que para a Coroa Portuguesa não se fazia proveitoso ensejar uma "guerra ofensiva", como apresentam os documentos, indo em contramão às designações do Diretório dos Índios implementado a partir de 1755 pelo Marquês de Pombal. O destacamento de Porto Real foi criado, por exemplo, mas manteve-se o ritmo de ocupação territorial dessas terras em ritmo alheio às outras partes da capitania,

diferenciando-se claramente a formação territorial dentro dos próprios limites administrativos de Goyaz. Esse quadro de uso territorial, em termos brandos, nos parece se manter até os tempos republicanos do Brasil, mas são claras e necessárias as oportunidades de investigação nesse mérito.

Todavia, todos os pontos por nós ressaltados estão reiteradamente posicionados, em funções lógicas, na esteira do pensamento colonizador. As pistas encontradas, que permitam compreensões sobre determinados *territórios de exceção* (COSTA, 2017, p. 56), ainda são ofertadas pela documentação consultada, como, por exemplo, a presente no Arquivo Histórico Ultramarino, pertencente ao Conselho Ultramarino que, por sua vez, era diretamente subordinado ao rei de Portugal. Outrossim, a cartografia resgatada também era, em grande medida, encomendada pela Coroa (excetuando-se alguns casos). Por conseguinte, os obstáculos encontrados na investigação de documentos primários se torna geometricamente maior quando se visa uma ótica histórica a partir do agente de resistência, anuviada pela disposição dos materiais a nós deixados.

Em vista disso, o território certamente apresenta formações específicas em cada região/lugar e em cada período, mas quem enfaticamente o formou? Onde podemos buscar essas particularidades que conformam cada capitania? Como que tais relações se alteraram durante o nosso período colonial, abrindo os tempos imperiais? É possível estabelecermos uma história do território que não esteja, amplamente, vinculada à informação perpassada pelas autoridades portuguesas? Para responder a estas questões, distinguimos diretamente uma necessidade de se abarcar os estudos geohistóricos com uma perspectiva voltada, também, em direção ao patrimônio-territorial, enquanto alternativa para se resgatar a memória que resistiu e ainda resiste, aliando-se o método de inquirição em Geografia Histórica às inquietações relativas a esses "territórios de exceção".

No esteio dessas inquietações, reside a prática que visa a operacionalizar as dúvidas levantadas neste trabalho em âmbito do ensino de Geografia nas escolas públicas do Distrito Federal. Tratar dos descaminhos do ouro enquanto perspectiva de resistência aos processos de colonialidade é o principal objetivo destas atividades, trazendo informações referentes tanto à cartografia histórica quanto às digitais, aproximando o assunto abordado ao imaginário geográfico dos alunos, pensando os antecedentes materiais e simbólicos de Goyaz em virtude de uma *ativação* desses saberes territoriais. Para isso, como afirmamos, disponibilizaremos e organizaremos o material aqui produzido no seio de atividades de extensão organizadas pelo Grupo de Pesquisas Cidades e Patrimonialização como uma

forma de retribuir à sociedade os resultados da investigação desenvolvida. Posto o tempo em que vivemos, existem inúmeras formas de resistir à homogeneização do conhecimento empreendida na sociedade brasileira. Enquanto uma obrigação do sujeito pesquisador contextualizado em sua própria realidade, acreditamos que, por meio da educação, poderemos obter resultados efetivos não apenas no mérito de disseminar a Geografia Histórica, mas também de reavivar as esperanças na coletividade cotidiana e institucional brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Tratamos, ao longo da pesquisa aqui apresentada, de dar relevância aos caminhos de Goyaz desde o seu início enquanto projeto português de colonização. Iniciou-se a extração aurífera, que se proliferou por grande parte do território goiano, a partir de 1725, tomando proporções político-administrativas extensas. A criação da capitania de Goyaz, no ano de 1748, é apogética nesse sentido, resultando desse *movimento* material e simbólico que permeou, pelos longos caminhos, o território em suas estruturas de formação. Arraias foram criados ao longo das décadas segundo as necessidades estabelecidas a partir do território e pelo colonizador que se fazia cada vez mais presente nessa *hinterlândia*, distribuindo-se em uma malha de caminhos articulada com outras partes da colônia brasileira. Tal malha, por sua vez, esteve largamente reproduzida na cartografia confeccionada à época, mas não em sua *totalidade*. Vários eram "os caminhos dos descaminhos", ou seja, os caminhos do contrabando que se espraiavam pelas mais diversas partes e, com o uso de alternativas informáticas, buscamos apresentá-los segundo o disposto pelas fontes, além do que interpretamos.

Para concretizar esses esforços, perseguimos alguns cruzamentos metodológicos que nos pareceram eficazes para tal tarefa. O primeiro evidenciado nas relações teórico-metodológicas concatenadas nos diálogos existentes entre a Geografia e a História. Baseados em uma Geografia Histórica de cunho eminentemente brasileiro, aludimos aos pontos de convergência entre ambas as áreas do saber com o auxílio de certas prerrogativas dialéticas que nos possibilitaram trabalhar com esses diferentes espectros de maneira assimilável. Ainda, trouxemos, não apenas no primeiro capítulo, mas ao longo de toda a pesquisa, uma congregação de perspectivas com o patrimônio-territorial, principalmente em alusão aos descaminhos do ouro, formados enquanto resistência à colonialidade portuguesa e sob tempos diferentes de consolidação nos interstícios do território.

Em termos de natureza técnica, propomos uma união entre a análise da cartografia histórica com a produção de cartografias digitais. Apesar de procederem de bases analíticas diversas, intentamos motivar novos entendimentos cartográficos tendo por referência (explícita ou implícita) as informações sedimentadas nas elaborações setecentistas, aplicando um viés crítico contextualizado às tolerâncias de conhecimento territorial proporcionadas pela Coroa Portuguesa. Com ênfase nas Geografias (e Humanidades)

Digitais, conjecturamos proveitosas adições entre as diversas aplicações técnicas, revelando aceções e intensificando ou distanciando outras.

Porém, o que procuramos enfatizar com mais vigor foram as correlações encontradas (explícita ou implicitamente), tanto nas fontes escritas quanto cartográficas, entre os caminhos do ouro e os seus descaminhos. Com uma temática amplamente territorial, apresentar os descaminhos em relação aos caminhos é discutir as facetas múltiplas apresentadas pelo espaço geográfico quando analisado em retrospectiva, assumindo as suas complexidades. No percurso desses descaminhos, surgiam arraiais, registros, contagens, aldeias, fazendas e vários outros indicativos contundentes que nos sugerem a existência dessa malha de interconexão paulatinamente formada com o *uso* do território a partir de diversas necessidades, pessoais e institucionais. Assim, a potência dessa discussão, que necessita claramente de maiores e de mais profundas contribuições, pode revelar um Goyaz conectado com São Paulo e com Cuyabá (pelos seus caminhos reais) mas também com a Bahia, com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com o Piauí, com as Minas Geraes e com Pernambuco (por meio de suas picadas e de seus descaminhos), viabilizando um entendimento mais plural e dinâmico da sociedade colonial brasileira.

A partir, principalmente, da linguagem cartográfica, procuramos estabelecer maiores conexões geográficas e históricas que evidenciassem a articulação estabelecida por Goyaz no cerne do território português, não apenas entre partes diversas da colônia, mas interligando o Estado do Brasil com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, gerando novas realidades que se desdobrarão com o passar das décadas. Com isso em mente, também procuramos diferenciar as diversas realidades encontradas dentro dos limites da própria capitania goiana, notando as discrepâncias entre os arraiais e entre as regiões que os abarcavam, conectadas pelos caminhos diversos, distanciando-nos de uma perspectiva homogeneizante desse espaço geográfico. Intentamos, igualmente, demonstrar a marcante (e *ativa*) presença indígena nessas terras, antecedendo, acompanhando e prevalendo à colonização portuguesa. O tráfico de escravizados também surgiu com ênfase aos descaminhos, o que implica em nítidas conexões concebidas entre a resistência territorial desses caminhos e a resistência social e política desses povos (tanto indígena quanto africana) frente à presença branca. Enfatizaram-se, assim, no seio da denúncia e da memória ativada por meio da análise em patrimônio-territorial, os lugares de exceção na lógica colonial setecentista brasileira com base nos recursos metodológicos incutidos pela Geografia Histórica.

Por fim, esperamos ter, de alguma maneira, contribuído com a história goiana que tem, a nosso ver, características singulares no intermédio nebuloso entre as distantes fronteiras e a efervescência urbana do ouro. Para além de uma revisão bibliográfica, procuramos estabelecer novas ideias e sugerir uma concepção alternativa da realidade encontrada ao longo dos caminhos, buscando nas fontes primárias aspectos encobertos pela historiografia referentes, principalmente, aos caminhos do contrabando e à presença de indígenas. Portanto, as reciprocidades espaciais entre os caminhos e os descaminhos alimentaram e estiveram no centro desta pesquisa, identificando uma malha incipiente que conectou as mais diversas partes da colônia. Pensamos ser, pois, menos vantajoso pensar os caminhos oficiais desatrelados dos descaminhos, já que a realidade vivenciada ao longo do período abordado identificou uma necessária conexão entre ambos. Essa multiplicidade formou, deveras, uma *geografia impossível do ouro*.

## REFERÊNCIAS

---

### **Bibliografia consultada**

- ABREU, C. **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Bahia: Centro de documentação do pensamento brasileiro, 1899.
- ABREU, M. A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. In: **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014a.
- \_\_\_\_\_. Pensando a cidade do Brasil no passado. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Eds.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014b.
- ADORNO, T. **Introdução à Sociologia da Música**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.
- AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145–151, 1995.
- ANASTASIA, C. M. J. **A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANDRADE, A. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador: Edufba, 2013a.
- \_\_\_\_\_. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. **Geosul**, v. 28, n. 55, p. 77–102, jun. 2013b.
- APOLINARIO, J. R. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão - As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás - Século XVIII**. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2005.
- ARAÚJO, R. M. Os Mapas do Mato Grosso. **Terra Brasilis (Nova Série)**, v. [Online], n. 4, p. 13, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos**. Anais do Museu Paulista [online]. Anais...: 1. São Paulo: 2012
- ARRAES, D. E. A. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. 2017. 528 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

- AUSTREGÉSILO, M. E. Estudo sôbre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial. **Revista de História**, v. 1, n. 4, p. 455–516, 1950.
- BARBO, L. **Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás**. 2015. 357 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.
- BERTIN, J. **Semiologie graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes**. Paris: Editions Gauthier-Villars, 1967.
- BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.
- \_\_\_\_\_. (ED.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996.
- \_\_\_\_\_. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728.
- BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. 280 f. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
- BORSOI, D. F. A cidade na história: fontes, escalas e possibilidades de análise. In: MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F. F. (Eds.). **Caderno de resumos & Anais do 2o Seminário Nacional de História da Historiografia**. Ouro Preto: EduFOP, 2008. p. 1–10.
- BOXER, C. **The Golden Age of Brazil, 1695-1750**. California: University of California Press, 1962.
- BRAUDEL, F. **La historia y las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.
- \_\_\_\_\_. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. São Paulo: Edusp, 2016. v. 2
- BREITBACH, A. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. 1986. 121 f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós -Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1986.
- CARBONESI, J. **Capitania de Mato Grosso**. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_de\\_Mato\\_Grosso](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Mato_Grosso). Data de acesso: 10 de abril de 2017. (Nota técnica).

- CASTRO, J. F. M. et al. **Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas**. VI Seminário Latino-americano de qualidade de vida urbana. V Seminário internacional de estudos urbanos. **Anais...**Belo Horizonte: 2006
- CAUVIN, C. Transformações cartográficas espaciais e anamorfozes. In: **Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. p. 267–310.
- CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- COÊLHO, S. M. **A Transposição do Direito Medieval Português no Direito Colonial Brasileiro: uma visão acerca das rupturas e continuidades da história jurídica medieval portuguesa de longa duração aplicada ao contexto do Brasil Colonial**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2016.
- CONSELHO ULTRAMARINO. Disponível em: <<https://edittip.net/?s=conselho+ultramario&submit=>>. Data de acesso: 20 de setembro de 2017.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- CORTESÃO, J. **História do Brasil nos Velhos Mapas - Tomo II**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1969.
- COSTA, A. **Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777**. 2013a. 405 f. Tese (Doutoramento em História Econômica e Social )– Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa. Maio 2013a.
- COSTA, E. Metodologia para a Geografia Histórica Urbana: depoimentos orais [ou testemunhos] como documentos. In: **XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Perspectivas e abordagens da Geografia Urbana no século XXI**, p. 35, 2015a.
- \_\_\_\_\_. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. 2009. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana )– Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo**. São Paulo: Humanitas, 2015b.
- \_\_\_\_\_. **Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder**. . In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Barcelona: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 2016

- \_\_\_\_\_. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, 2017.
- COSTA, K. S. **Meiaponte: História e meio ambiente em Goiás**. Brasília: Paralelo 15, 2013b.
- DAVIDSON, D. **Rivers and Empire: the madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808**. 1970. 509 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculty of the Graduate School, Yale University, Connecticut. 1970.
- DE CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DERNTL, M. F. **No coração da América Portuguesa: aldeamentos indígenas e formação de territórios na capitania de Goiás**. (E. R. PEIXOTO et al., Eds.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. **Anais...** In: ANAIS DO XIII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Brasília, DF: 2014
- DOLES, D. **As comunicações fluviais pelo rio Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Editora Oriente, 1973.
- ELLIS, M. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. **Revista de História**, v. 17, n. 36, p. 429–468, 1958.
- FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. “Princípios de geografia humana” de Paul Vidal de La Blache. **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 9, n. 1, p. 76–79, Ourinhos 2015.
- FLORES, K. M. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. 2006. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.
- FONSECA, C. D. **Arraias e Vilas d’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- FROTA NETO, A. **Urbanização no Brasil: (e alguns dos seus limites)**. Brasília: Senado Federal, 1978. v. 19
- FURTADO, J. F. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**, v. 22, n. 40, p. 367–399, mai-ago 2016.

- GAUTHIEZ, B. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico - método e exemplos de aplicação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 64, p. 21–50, ago 2016.
- GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
- GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1986.
- GIL, T.; BARLETA, L. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **Revista História (São Paulo)**, v. 173, p. 427–455, jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Atlas Histórico da América Lusa**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.
- GIL, T. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. **Locus: revista de história**, v. 20, n. 1, p. 183–202, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Coisas do caminho: Tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)**. 2009. 372 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.
- GIRALDIN, O. Pontal e Porto Real. Dois Arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, v. 1, n. 1, p. 131–146, jan. 2002.
- GOMES, M. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano Ltda, 1974.
- GOUBERT, P. **Cent Mille Provinciaux au XVIIe Siècle. Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730**. Paris: Flammarion, 1968.
- HAESBAERT, R. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 5–20, jun. 2016.
- HAMEISTER, M. D. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.
- HARLEY, J. B. **The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- HAUKE, G. F. Las relaciones entre geografía e historia. In: FIGUEROA ALCOCER, E. (Ed.). **Antología de geografía histórica moderna y contemporánea**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1974. p. 641.
- HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- \_\_\_\_\_. **Monções**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 1, p. 55–111, 1966.
- IVO, I. P. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- JUCÁ NETO, C. R. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Editora do Banco do Nordeste, 2012.
- KING, H. Aristotle without Prima Materia. **Journal of the History of Ideas**, v. 17, n. 3, p. 370–389, jun. 1956.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios da Geografia Humana**. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEMES, F. L. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. **Topoi**, v. 13, n. 25, p. 112–129, jul. 2012.
- \_\_\_\_\_. Goiás na arquitetura geopolítica da América Portuguesa. **Revista Tempo**, v. 19, n. 35, p. 186–209, jul. 2013.
- LEMKE, M. Rotas do tráfico atlântico entre Goiás e África: o caminho do sertão. **História Revista (UFG. Impresso)**, v. 15, p. 285–302, 2010.
- LENIN, W. I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Barcelona: Ariel, 1976.
- MAGALHÃES, J. R. **Lugares e regiões em mapas antigos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- MALULY, V. **A rede urbana colonial de Goyaz: feições e relações**. 2014. 88 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.
- \_\_\_\_\_. Sobre o estudo de caminhos e estradas setecentistas na pesquisa geohistórica brasileira. In: **O Retorno dos Mapas: Sistemas de Informação Geográfica em História**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.
- \_\_\_\_\_. “Encontrando caminhos” na cartografia setecentista. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 177–191, maio./ago 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Distorcendo relatos, elaborando cartografias: o roteiro de viagem de José da Costa Diogo (1734-1735)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Salvador: 2017b

- MARCONDES, J. I. P. **O problema da defesa do território na Capitania de Goiás no século XVIII**. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, 2011, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MATOS, R. J. C. **Corografia histórica da província de Goiás**. Goiânia: Líder, 1979.
- MATTOS, J. F. **Os Caminhos de Goiás**. São Paulo: Editora Safady, 1980.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.
- MORAES, F. B. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, M. E.; VILLALTA, L. C. (Eds.). **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. v. 1 (História de Minas Gerais)p. 55–85.
- MORETTI, F. **Atlas do Romance Europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MUSSE, R. Herdeiros do Idealismo Alemão. **Trans/Form/Ação**, São Paulo 1994.
- NAUK, M. J. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 93–113, jul. 2012.
- NOGUEIRA, C. E. **Nos Sertões do Poente: conquista e colonização do Brasil central**. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- OLIVEIRA, M. F. **Rio Tocantins: eco de diferentes vozes**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. **Anais...**Fortaleza: 1, 2009
- PALACÍN, L. **O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- PALACÍN, L.; GARCIA, L.; AMADO, J. **História de Goiás em documentos: I, Colônia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- PALACÍN, L. P.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 6. ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1994.

- PHILO, C. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D, M., R.; SMITH, G. (Eds.). . **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1995.
- QUEIROZ, T. K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, p. 151–174, 2014.
- QUINTELA, A. C. As Cartas de Goyaz. **Signotica (UFG)**, v. 16, n. 1, p. 15–41, jun. 2004.
- RAMALHO, J. P. G.; RENDEIRO NETO, M. Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha. In: VALENCIA, C.; GIL, T. (Eds.). **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em História**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 516.
- RIBEIRO, G. Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos Braudelianos da história do pensamento geográfico. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía**, p. 58–73, 2011.
- ROCHA JÚNIOR., D.; CARDOSO, C.; VIEIRA JÚNIOR, W. C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- RODRIGUES, G. B. R. Geografia Histórica e ativismos sociais. **Geotextos**, v. 11, n. 11, p. 241–268, jul. 2015.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.
- SALLES, G. V. F. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANCHES, T. **Circuitos mercantis do porto de Santos às Minas de Goiás entre meados do século XVIII e início do XIX (1765-1808)**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca. 2013.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, C. N. **História de Goiás**. Goiânia: IGL: AGEPEL, 2002.

- SILVA, M. W. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, v. 1, 2012.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE Editora, 2006. p. 408.
- STRAFORINI, R. **Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII**. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.
- TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Ed. do Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado, 1950. v. IX, 1948; X, 1949; XI, 1950
- TEIXEIRA NETO, A. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 1, p. 52–70, 2000.
- THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: DIFEL, 1994.
- VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana história. In: **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 191–201.
- \_\_\_\_\_. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.
- VIDAL, L. Sob a máscara colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. **História**, v. 20, n. 1, p. 243–288, 2009.
- VIEIRA JR, W.; SCHLEE, A. R.; BARBO, L. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? **História e-História**, v. 1, p. 1–17, 2010.
- VIEIRA JÚNIOR, W. **Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. **Anais...** In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Parati: UFMG, 2011
- \_\_\_\_\_. **Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação**. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.
- VILLA, C. V. Precisión y exactitud en los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en las investigaciones históricas. In: VILLA, C. V.; GIL, T. (Eds.). **O Retorno**

## Mapas consultados

**Capitaniá de Goyás.** 1750 – 1775. Autoria desconhecida. 1 mapa: colorido, 67 x 131 cm. Biblioteca Pública de Évora.

**Mappa das Terras, Rios, e Ribeirões principaes, que se contem no Certão que medea entre a Villa de Cuyaba, e a Villa-bella Capitania de Matto Grosso da Monarchia Portugueza.** 1755. Autoria desconhecida. 1 mapa: monocromático, nanquim, com legenda, nota explicativa, papel canson, telado, bom estado, 48,5 cm x 37 cm.

**Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup>Sr. Joze de Almeida de Vasconselos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78 (Mapa dos Julgados).** 1778. Tomas de Souza Vila Real. 1 mapa: colorido, nanquim e aquarela, 57,5 cm x 89 cm. Arquivo Histórico do Exército.

**Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade.** 1789. Autoria desconhecida. 1 mapa: colorido. Original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Ínsua, em Castendo – Portugal.

**Mappa dos sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso e Pará.** Século XVIII. Autoria desconhecida. 1 mapa: colorido, nanquim e aquarela, 62 cm x 50 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg)>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

**Mappa da Capitania de Goyaz e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins.** Século XVIII. Autoria desconhecida. 1 mapa: aquarela, 65 cm x 45,2 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus. Disponível em: <<http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm>>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

**Capitania de Goyazes.** 1750 – Século XIX. Autoria desconhecida. 1 mapa: colorido, nanquim e aquarela, 38 x 28,5 cm. Arquivo Histórico do Exército.

**Carta geografica da capitania de Mato Grosso: e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxós e Chiquitos.** 1800. Autoria desconhecida. 1 mapa: desenho a tinta ferrogálica, 61,5 cm x 68,5 cm. Biblioteca Digital Mundial. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/910/>> Acesso em: 07 de maio de 2017.

## Documentos consultados

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta do vigário de Goiás, [arraial de Sant'Anna], Pedro Ferreira Brandão, ao desembargador Belchior do Rego de Andrade, sobre o estado das Minas de Goiás e a necessidade de medidas contundentes para se evitar os descaminhos dos quintos" de 5 de maio de 1732. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 4.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o regulamento dos descobridores das Minas de Goiás, capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva e capitão João da Silva Ortiz, acerca das passagens dos rios que lhes foram concedidas, 1733. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 6.

\_\_\_\_\_. Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até as Minas de Goiás, 1734. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 8.

\_\_\_\_\_. Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará, post. 1735. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 12.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o estado em que se acham os descobertos das Minas de Goiás e apontando os meios para se conservar o estabelecimento daquelas Minas, 1736. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 23.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a súplica feita pelos mineiros do descoberto do Tocantins, solicitando a entrada de gado dos currais da Bahia naquelas minas, 1736. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 24.

\_\_\_\_\_. Provisão do rei D. João V ao governador e capitão-general de São Paulo, conde de Sarzedas, [D. Antônio Luis de Távora], ordenando-lhe que passe às Minas de Goiás e nelas determine o lugar mais adequado para a criação de uma vila, 1736. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 26.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, [Agostinho Pacheco Teles], acerca da criação dos cargos de juizes e demais ofícios e o estabelecimento da vila que se tem mandado erigir, 1739. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 60.

\_\_\_\_\_. Carta do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas ao rei [D. João V], sobre as notícias recebidas dos descobertos de São Luís [Natividade] e do rio chamado de Manuel Álvares e acerca da necessidade de se criar uma intendência nesses descobertos, devido à grande distância entre essas Minas e a Intendência de Vila Boa, 1739. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 66.

\_\_\_\_\_. Carta do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] sobre a sua visita aos arraiais das Minas de Goiás, 1739. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 75.

\_\_\_\_\_. Carta do [governador e capitão-general de São Paulo] D. Luís de Mascarenhas ao rei [D. João V] sobre a provisão de 30 de maio de 1737 determinando que as minas de São Félix e todas as mais que se descobrirem não se comuniquem com o Pará, seja por terra ou pelos rios navegáveis, 1739. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 89.

\_\_\_\_\_. Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa de Goiás ao rei [D. João V] sobre o edital publicado pelo ouvidor, Agostinho Pacheco Teles, proibindo qualquer gênero de vendas no arraial do Ferreiro, Minas de Goiás, nem tão pouco que ali andassem pessoas que não fossem mineiros, 1739. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 1, D. 91.

\_\_\_\_\_. Requerimento do ouvidor-geral de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V] solicitando ajuda de custo para a sua viagem até Vila Boa de Goiás, 1740. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 116.

\_\_\_\_\_. Carta do [governador e capitão-general de Goiás] D. Luís de Mascarenhas ao rei [D. João V] sobre a oposição dos moradores e povoadores das Minas de Natividade acerca do valor do imposto da capitação estabelecido pelo intendente e provedor da Fazenda Real, Sebastião Mendes de Carvalho, 1741. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 130.

\_\_\_\_\_. Carta do [governador e capitão-general de Goiás] D. Luís de Mascarenhas ao rei [D. João V] sobre o estado pacífico da capitania de São Paulo; o aumento das Minas de Goiás com o novo descoberto de Arraias; a importância das Terras Novas com suas fazendas de gado no socorro ao novo descoberto e as novas bandeiras formadas em busca de ouro no rio do Sono e em outras localidades daquelas Minas, 1741. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 139.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a miséria em que se encontram os mineiros de Vila Boa por não terem lugar para minerar e solicitando autorização para minerarem em outros locais, 1742. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 148.

\_\_\_\_\_. Carta do governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas ao rei D. João V sobre as atrocidades praticadas pelos índios Caiapós contra os habitantes das zonas circunvizinhas de Vila Boa e acerca das medidas que tomou para evitar novas investidas, 1742. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 2, D. 179.

\_\_\_\_\_. Carta do [ouvidor de Goiás], Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V] sobre o estado civil e eclesiástico das povoações do norte das Minas de Goiás, 1743. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 223.

\_\_\_\_\_. Carta do ouvidor de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a necessidade de se fazer guerra aos índios nos arraiais dos Remédios, São Félix, Natividade e povoações das Terras Novas, 1743; AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 3, D. 227.

\_\_\_\_\_. Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a necessidade de se criar uma Casa de Fundição no arraial de São Félix ou no arraial de Traíras, capitania de Goiás, 1752. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 7, D. 529.

\_\_\_\_\_. Ofício do secretário do governo de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a descoberta das minas de Goiás; sua povoação; o caráter dos primeiros mineiros e profissionais liberais; os governos civil e eclesiástico e os problemas nela existentes, 1755. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 12, D. 740.

## ANEXO DE TABELAS

Ano	Localidade	Referência	Latitude	Longitude
1726	Rio Vermelho	Bertran, 2006, p. 165-166	15°93'43.54"S	50°14'09.67"O
1726	Barra	Bertran, 2006, p. 165-166	15°48'24.67"S	50°18'33.01"O
Déc. 1720	Ouro Fino	Bertran, 2006, p. 165-166	15°94'00.68"S	50°03'33.46"O
Déc. 1720	Ferreiro	Bertran, 2006, p. 165-166	15°91'52.42"S	50°10'13.01"O
Déc. 1720	Anta	Bertran, 2006, p. 165-166	15°44'93.72"S	50°36'26.40"O
Déc. 1720	Santa Rita	Bertran, 2006, p. 165-166	15°37'41.58"S	50°50'03.01"O
1731	Meia Ponte	Bertran, 2006, p. 165-166	15°85'16.59"S	48°95'90.96"O
1732	Santo Antônio do Campo do Maranhão ou do Rio São João	Bertran, 2006, p. 170	—	—
1732	Córrego do Jaraguá	Bertran, 2006, p. 170	15°74'90.23"S	49°33'24.85"O
1732	Água Quente	Bertran, 2006, p. 170	14°63'42.68"S	48°93'30.84"O
1735	Traíras	Bertran, 2006, p. 170	14°47'03.79"S	48°55'24.49"O
1735	São José do Tocantins (Niquelândia)	Bertran, 2006, p. 170	14°47'01.81"S	48°45'44.27"O
Déc. 1730	Cavalcante	Bertran, 2006, p. 202	13°79'28.53"S	47°45'84.32"O
Déc. 1730	São Félix	Bertran, 2006, p. 202	13°55'02.43"S	47°68'36.92"O
Déc. 1730-40	Arraias	Bertran, 2006, p. 202	12°93'42.91"S	46°94'55.59"O
Déc. 1730	Natividade	Bertran, 2006, p. 202	11°70'69.36"S	47°72'64.29"O
Déc. 1730	Crixás	Bertran, 2006, p. 202	14°54'26.90"S	49°96'94.07"O
Déc. 1730	Corumbá	Bertran, 2006, p. 202	15°92'63.09"S	48°81'09.62"O
Déc. 1730	Pontal	Bertran, 1978, p. 23	10°66'12.75"S	48°67'56.80"O
Déc. 1730	Guarinos	Bertran, 1978, p. 23	14°73'29.71"S	49°70'20.24"O
Déc. 1730	Lavrinhas	Bertran, 1978, p. 23	—	—
1739	Sesmaria fundadora de Cocalzinho	Bertran, 2006, p. 206	15°77'77.62"S	48°77'73.26"O
Déc. 1740	Pilar	Bertran, 1978, p. 23	14°76'45.72"S	49°57'91.08"O
Déc. 1740	Santo Antônio do Itiquira (próximo a Formosa)	Bertran, 2006, p. 241-248	15°35'70.07"S	47°44'53.26"O
Déc. 1740	Arraial dos Couros	Bertran, 2006, p. 241-248	15°54'90.58"S	47°33'44.78"O
1744 (1736)	Paracatu	Bertran, 2006, p. 213-216	17°22'14.95"S	46°87'58.08"O
1746	Santa Luzia	Bertran, 2006, p. 211-213	16°25'79.67"S	47°92'00.35"O
1746	Santo Antônio	Bertran, 2006, p. 211-213	15°94'43.73"S	48°25'83.48"O
Déc. 1740	Palma	Bertran, 1978, p. 25	12°61'77.85"S	47°87'25.28"O
Déc. 1740	Flores	Bertran, 1978, p. 25	14°45'89.46"S	47°03'87.65"O
Déc. 1740	Amaro Leite	Bertran, 1978, p. 25	14°01'98.35"S	49°17'80.64"O
Déc. 1750	Anicuns	Bertran, 1978, p. 46	16°46'33.69"S	49°95'90.92"O

Tabela 1 – Arraiais segundo Bertran (1978; 2006)

Ano	Localidade	Referência	Latitude	Longitude
1727	Barra	Palacín, 1995, p. 38	15°48'25.56"S	50°18'32.03"O
1727	Sant'Anna	Palacín, 1995, p. 38	15°56'4.17"S	50° 8'35.63"O
Déc. 1720	Ferreiro	Palacín, 1995, p. 38	15°54'55.33"S	50° 6'4.87"O
Déc. 1720	Anta	Palacín, 1995, p. 38	15°26'57.74"S	50°21'45.51"O
Déc. 1720	Ouro Fino	Palacín, 1995, p. 38	15°57'40.94"S	50° 2'10.52"O
Déc. 1720	Santa Rita	Palacín, 1995, p. 38	15°22'26.64"S	50°30'0.47"O
1731	Meia Ponte	Palacín, 1995, p. 38	15°51'27.29"S	48°57'34.57"O
Déc. 1730	Maranhão	Palacín, 1995, p. 38	15°19'56.35"S	47°57'38.99"O
Déc. 1730	Água Quente	Palacín, 1995, p. 38	14°38'3.36"S	48°55'59.10"O
Déc. 1730	Traíras	Palacín, 1995, p. 38	14°28'11.03"S	48°33'8.54"O
Déc. 1730	São José	Palacín, 1995, p. 38	14°28'1.34"S	48°27'16.18"O
Déc. 1730	Cachoeira	Palacín, 1995, p. 38	16°40'6.91"S	50°38'45.73"O
Déc. 1730	Crixás	Palacín, 1995, p. 38	14°32'54.68"S	49°57'49.18"O
Déc. 1730	Pilar	Palacín, 1995, p. 38	14°76'45.72"S	49°57'91.08"O
Déc. 1730	Natividade	Palacín, 1995, p. 38	11°42'24.51"S	47°43'38.82"O
Déc. 1730	São Félix	Palacín, 1995, p. 38	13°33'0.87"S	47°41'1.29"O
Déc. 1730	Pontal	Palacín, 1995, p. 38	10°39'40.59"S	48°40'32.45"O
Déc. 1730	Porto Real	Palacín, 1995, p. 38	10°45'11.62"S	48°23'30.71"O
Déc. 1730	Arraias	Palacín, 1995, p. 38	12°55'46.88"S	46°56'11.05"O
Déc. 1730	Cavalcante	Palacín, 1995, p. 38	13°47'52.81"S	47°27'25.27"O
Déc. 1740	Carmo	Palacín, 1995, p. 39	10°45'40.44"S	48° 6'43.26"O
Déc. 1740	Santa Luzia	Palacín, 1995, p. 39	16°15'5.32"S	47°55'3.92"O
Déc. 1740	Cocal	Palacín, 1995, p. 39	15°46'42.82"S	48°46'2.42"O

Tabela 2 – Arraias segundo Palacín, García & Amado (1995)

Ano	Localidade	Referência	Latitude	Longitude
1727	Barra	Boaventura, 2007, p. 80	15°48'25.56"S	50°18'32.03"O
1727	Ferreiro	Boaventura, 2007, p. 80	15°54'55.33"S	50° 6'4.87"O
1727	Anta	Boaventura, 2007, p. 80	15°26'57.74"S	50°21'45.51"O
1727	Ouro Fino	Boaventura, 2007, p. 80	15°57'40.94"S	50° 2'10.52"O
1727	Sant'Anna	Boaventura, 2007, p. 80	15°56'4.17"S	50° 8'35.63"O
1729	Guarinos	Boaventura, 2007, p. 80	14°43'57.50"S	49°42'6.87"O
1729	Jeroaquaré	Boaventura, 2007, p. 80	15°22'26.64"S	50°30'0.47"O
1729	Santa Cruz	Boaventura, 2007, p. 80	17°19'2.67"S	48°28'58.43"O
1731	Meia Ponte	Boaventura, 2007, p. 80	15°51'27.29"S	48°57'34.57"O
1737	Jaraguá	Boaventura, 2007, p. 80	15°45'12.79"S	49°20'3.35"O
1730	Maranhão	Boaventura, 2007, p. 80	15°19'56.35"S	47°57'38.99"O
1732	Água Quente	Boaventura, 2007, p. 80	14°38'3.36"S	48°55'59.10"O
1735	Traíras	Boaventura, 2007, p. 80	14°28'11.03"S	48°33'8.54"O
1735	São José do Tocantins	Boaventura, 2007, p. 80	14°28'1.34"S	48°27'16.18"O
1736	Cachoeira	Boaventura, 2007, p. 80	16°40'6.91"S	50°38'45.73"O
1734	Crixás	Boaventura, 2007, p. 80	14°32'54.68"S	49°57'49.18"O
1734	Natividade	Boaventura, 2007, p. 80	11°42'24.51"S	47°43'38.82"O
1736	São Félix	Boaventura, 2007, p. 80	13°33'0.87"S	47°41'1.29"O
1736	Muquém	Boaventura, 2007, p. 80	14°33'15.93"S	48°10'2.05"O
1736	Santa Rita	Boaventura, 2007, p. 80	15°22'26.64"S	50°30'0.47"O
1738	Pontal	Boaventura, 2007, p. 80	10°39'40.59"S	48°40'32.45"O
1738	Porto Real	Boaventura, 2007, p. 80	10°45'11.62"S	48°23'30.71"O
Déc. 1740	Couros	Boaventura, 2007, p. 80	15°32'38.44"S	47°20'22.03"O
1746	Santa Luzia	Boaventura, 2007, p. 80	16°15'5.32"S	47°55'3.92"O
1741	Papuam	Boaventura, 2007, p. 80	14°45'50.32"S	49°34'44.91"O
1740	Arraias	Boaventura, 2007, p. 80	12°55'46.88"S	46°56'11.05"O
1740	Barra de Palma	Boaventura, 2007, p. 80	12°36'58.61"S	47°52'33.35"O
1740	Cavalcante	Boaventura, 2007, p. 80	13°47'52.81"S	47°27'25.27"O
1742	Lavrinhas	Boaventura, 2007, p. 80	14° 0'54.91"S	49°10'41.14"O
Déc. 1740	São Miguel	Boaventura, 2007, p. 80	11°33'54.72"S	47°10'6.08"O
Déc. 1740	Carmo	Boaventura, 2007, p. 80	10°45'40.44"S	48° 6'43.26"O
1749	Cocal	Boaventura, 2007, p. 80	15°46'42.82"S	48°46'2.42"O
1740	Flores	Boaventura, 2007, p. 80	14°27'21.45"S	47° 2'22.19"O
Déc. 1740	Chapada da Natividade	Boaventura, 2007, p. 80	11°37'4.57"S	47°44'56.55"O
1741	Conceição do Norte	Boaventura, 2007, p. 80	12°13'25.70"S	47°17'41.41"O
1740	Corriola	Boaventura, 2007, p. 80	14° 2'11.28"S	48°34'17.77"O
1740	Santa Rosa	Boaventura, 2007, p. 80	16° 5'3.95"S	49°29'44.79"O
Déc. 1740	Forte	Boaventura, 2007, p. 80	14°18'34.53"S	47°17'24.21"O
1740	Chagas	Boaventura, 2007, p. 80	15°55'58.12"S	49°15'44.59"O
Déc. 1740	Piloens	Boaventura, 2007, p. 80	16°26'24.74"S	51° 7'6.55"O
1740	Descoberto	Boaventura, 2007, p. 80	13°25'57.27"S	49° 8'36.20"O

Tabela 3 – Arraias segundo Boaventura (2007)

Ano	Localidade	Referência	Latitude	Longitude
1725	Ferreiro	Barbo, 2015, p. 42	15°54'54.87"S	50° 6'4.68"O
1725	Ouro Fino	Barbo, 2015, p. 42	15°56'24.24"S	50° 2'0.05"O
1726	Barra	Barbo, 2015, p. 42	15°48'24.67"S	50°18'33.01"O
1727	Sant'Anna	Barbo, 2015, p. 42	15°93'43.54"S	50°14'69.07"O
1727	Flores	Barbo, 2015, p. 42	14°27'26.95"S	47° 2'21.68"O
1728	Santa Rita	Barbo, 2015, p. 42	15°22'26.97"S	50°30'1.08"O
1729	Anta	Barbo, 2015, p. 42	15°26'57.74"S	50°21'45.51"O
1729	Povoado de Belliago	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1729	Calhamares	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1729	Santa Cruz	Barbo, 2015, p. 42	17°19'0.58"S	48°28'59.52"O
1730	Meia Ponte	Barbo, 2015, p. 42	15°51'5.97"S	48°57'32.75"O
1730	Arraial Velho de São Sebastião	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1731	Corumbá	Barbo, 2015, p. 42	15°55'34.71"S	48°48'39.46"O
1732	Água Quente	Barbo, 2015, p. 42	14°38'3.36"S	48°55'59.10"O
1732	Buriti Queimado	Barbo, 2015, p. 42	15° 4'47.80"S	49°16'24.70"O
1732	Arraial Capela de S. João e S. Rita	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1732	Desemboque	Barbo, 2015, p. 42	20° 1'4.97"S	47° 1'21.50"O
1732	Arraial Velho do Maranhão	Barbo, 2015, p. 42	15°19'56.35"S	47°57'38.99"O
1734	Crixás	Barbo, 2015, p. 42	14°32'33.68"S	49°58'9.87"O
1734	S. Miguel e Almas	Barbo, 2015, p. 42	11°34'9.60"S	47° 9'58.77"O
1735	S. José do Tocantins	Barbo, 2015, p. 42	14°28'12.65"S	48°27'15.94"O
1735	Traíras	Barbo, 2015, p. 42	14°28'13.36"S	48°33'8.82"O
1736	Povoado do Catalão	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1736	Curralinho	Barbo, 2015, p. 42	16° 1'29.17"S	49°48'7.06"O
1736	Moquém	Barbo, 2015, p. 42	14°33'8.35"S	48° 9'58.86"O
1736	Santa Rita	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1736	São Félix	Barbo, 2015, p. 42	13°33'0.87"S	47°41'1.29"O
1737	Jaraguá	Barbo, 2015, p. 42	15°44'56.48"S	49°19'56.94"O
1738	Pontal	Barbo, 2015, p. 42	10°39'40.59"S	48°40'32.45"O
1739	São Luís	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1740	Arraias	Barbo, 2015, p. 42	12°56'3.45"S	46°56'44.01"O
1740	Barra da Palma	Barbo, 2015, p. 42	12°37'6.95"S	47°52'28.52"O
1740	Cavalcante	Barbo, 2015, p. 42	13°47'34.27"S	47°27'30.36"O
1740	Chapada da Natividade	Barbo, 2015, p. 42	11°42'24.97"S	47°43'35.14"O
1740	Corriola	Barbo, 2015, p. 42	14° 2'11.28"S	48°34'17.77"O
1740	Descoberto da Piedade	Barbo, 2015, p. 42	13°26'14.41"S	49° 8'30.19"O
1741	Carmo	Barbo, 2015, p. 42	10°45'54.79"S	48° 6'43.23"O
1741	Conceição	Barbo, 2015, p. 42	16°42'8.30"S	49°16'0.64"O
1741	Pilar	Barbo, 2015, p. 42	14°45'52.06"S	49°34'45.27"O
1741	Rio das Pedras	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1742	Amaro Leite	Barbo, 2015, p. 42	14° 1'1.34"S	49°10'42.72"O

1742	Aldeia do Piçarrão	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1746	Povoado de Monção do Vaz	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1746	Rio Claro ou Pilões	Barbo, 2015, p. 42	16°26'24.74"S	51°7'6.55"O
1746	Santa Luzia	Barbo, 2015, p. 42	16°15'6.62"S	47°55'10.63"O
1748	Aldeia do Lanhoso	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1750	Chapada de São Félix	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1750	Chapada de São Gonçalo	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1750	Arraial dos Couros	Barbo, 2015, p. 42	15°32'55.30"S	47°20'2.17"O
1750	Povoado Itiquira	Barbo, 2015, p. 42	15°21'32.53"S	47°26'36.62"O
1750	Arraial do Mato Grosso	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1750	Aldeia Santana do Rio das Velhas	Barbo, 2015, p. 42	19° 2'9.51"S	47°55'2.76"O
1750	Aldeia de São José do Duro	Barbo, 2015, p. 42	11°37'31.15"S	46°49'26.78"O
1750	Povoado dos Veadeiros	Barbo, 2015, p. 42	—	—
1751	Cocal	Barbo, 2015, p. 42	14°58'21.82"S	48°40'15.92"O
1751	Aldeia de São Francisco Xavier do Duro (ou Formiga)	Barbo, 2015, p. 42	11°62'45.77"S	46°82'00.51"O

Tabela 4 – Arraiais segundo Barbo (2015)